

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THIAGO SILVÉRIO MARTINS

**O DISCURSO POÉTICO COMO PRÁTICA POLÍTICA: MORTE E SUCESSÃO  
IMPERIAL NAS REPRESENTAÇÕES DO CORTEJO FÚNEBRE DE DRUSO À LUZ  
DA *CONSOLATÓRIA A LÍVIA*, DE AUTORIA ANÔNIMA (SÉCULO I a.C.).**

Goiânia  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Thiago Silvério Martins

#### 3. Título do trabalho

O DISCURSO POÉTICO COMO PRÁTICA POLÍTICA: MORTE E SUCESSÃO IMPERIAL NAS REPRESENTAÇÕES DO CORTEJO FÚNEBRE DE DRUSO À LUZ DA CONSOLATÓRIA A LÍVIA, DE AUTORIA ANÔNIMA (SÉCULO I a.C.).

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO SILVERIO MARTINS, Discente**, em 05/10/2022, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Munhoz De Omena, Professor do Magistério Superior**, em 05/10/2022, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3243921** e o código CRC **5F5B5977**.

THIAGO SILVÉRIO MARTINS

**O DISCURSO POÉTICO COMO PRÁTICA POLÍTICA: MORTE E SUCESSÃO  
IMPERIAL NAS REPRESENTAÇÕES DO CORTEJO FÚNEBRE DE DRUSO À LUZ  
DA *CONSOLATÓRIA A LÍVIA*, DE AUTORIA ANÔNIMA (SÉCULO I a.C.).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades

**Linha de Pesquisa:** História, Memória e Imaginários Sociais

**Orientadora:** Professora Doutora Luciane Munhoz de Omena.

Goiânia  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Martins, Thiago Silvério

O Discurso Poético como Prática Política: Morte e Sucessão Imperial nas Representações do Cortejo Fúnebre de Druso à Luz da Consolatória a Livia, de Autoria Anônima (Século I a.C.). [manuscrito] / Thiago Silvério Martins. - 2022.  
CCLXII, 262 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.  
Inclui fotografias.

1. Memória. 2. Morte. 3. Sucessão. 4. Consolatória a Livia. 5. Augusto. I. Omena, Luciane Munhoz de, orient. II. Título.

CDU 94(100)“652”+“653”



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **064/2022** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **THIAGO SILVÉRIO MARTINS**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **15h00**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“O DISCURSO POÉTICO COMO PRÁTICA POLÍTICA: MORTE E SUCESSÃO IMPERIAL NAS REPRESENTAÇÕES DO CORTEJO FÚNEBRE DE DRUSO À LUZ DA CONSOLATÓRIA A LÍVIA, DE AUTORIA ANÔNIMA (SÉCULO I a.C.)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Luciane Munhoz de Omena (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Semíramis Corsi Silva (UFSM)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Thiago Eustáquio Araújo Mota (UPE)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Luciane Munhoz de Omena**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-graduação**, em 04/10/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Munhoz De Omena, Professor do Magistério Superior**, em 04/10/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3240835** e o código CRC **CC9E5554**.

Referência: Processo nº 23070.042549/2022-67

SEI nº 3240835

## AGRADECIMENTOS

Eu dou um valor absurdo na vida!

A confecção e a consolidação dessa Dissertação não se resumem apenas a uma conquista acadêmica ou profissional do Thiago Silvério. É resultado de um processo árduo... Sozinho nada disso seria possível. Esse trabalho foi feito e moldado por muitas mãos. Muitos corações.

Tenha imensa gratidão a Deus pela vida, pela força, pela perseverança e por cada dia que me é dada a oportunidade de respirar.

Aos meus pais, Luciana Silvério Martins e Luis Martins Pereira, sou grato por me ensinarem as premissas da humildade, perseverança e gratidão. Sem vocês, meus pais, nada disso seria possível. Obrigado por serem meus melhores amigos. Digo isso com orgulho: vocês são meu melhor refúgio. Essa conquista representa muito para a trajetória da nossa família: meu pai não completou o ensino fundamental e minha mãe não completou o terceiro ano do ensino médio. Essa conquista é nossa! Obrigado pelo apoio e incentivo nesses intensos anos de estudos. À minha irmã, Ana Lara Silvério Martins, sou grato por me apresentar sempre um lado mais leve e divertido da vida. Por vezes eu só precisava estar perto de você para rir um pouco e me conectar com sua essência leve e pura.

À minha orientadora, professora Dra. Luciane Munhoz de Omena, sou extremamente grato por todo apoio, pelo impacto ímpar no meu amadurecimento acadêmico e pessoal, por ter respeitado meu tempo. Você soube compreender minhas etapas e, principalmente, segurou minhas mãos nessa trajetória. Sou grato pelas indicações de leitura, pelas problematizações direcionadas, pela leitura atenta do meu trabalho, pelas horas de reuniões e pela amizade que cativamos. Sua paixão pela pesquisa é contagiante. Tenho imenso orgulho e gratidão por ser orientado por você. Obrigado!

À minha banca sou grato pela disponibilidade em colaborar com esse trabalho e com meu desenvolvimento acadêmico. Ao professor Dr. Thiago Eustáquio Araújo Mota sou grato pelas sugestões valiosas na minha banca de qualificação. Sua leitura atenta, os questionamentos realizados e caminhos de interpretação foram muito válidos para a finalização dessa Dissertação. À professora Dra. Semíramis Corsi Silva sou grato por ter aceito o convite em participar e examinar essa Dissertação. Seus apontamentos acrescentarão bastante em nosso trabalho. À professora Dra. Natália Frazão José agradeço por ter participado da minha banca de

qualificação e pelas contribuições fornecidas. Também agradeço ao professor Dr. Pedro Paulo Abreu Funari e à professora Dra. Armênia Maria de Souza por terem aceito compor a minha banca como suplentes.

Aos meus dois professores do Ensino Médio do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE-UFG), Giovanna Aparecida Schittini dos Santos e Paulo César Vieira de Araújo agradeço por, desde quando o jovem Thiago tinha apenas 15 anos, apresentarem as diversas possibilidades da pesquisa, do fazer histórico e das multiplicidades da área de Ciências Humanas. Vocês foram fundamentais no meu processo de amadurecimento. Agradeço pela amizade!

Ao meu parceiro, Alexandre de Almeida, sou grato pelo suporte e incentivo fornecidos nesses últimos anos. Você acompanhou de perto o processo árduo da fabricação dessa Dissertação. Soube compreender minhas angústias, ansiedades e foi meu incentivo. Muito obrigado pelo companheirismo! Sou grato também à Jéssica Honório de Oliveira Silva, colega de orientação, pelas trocas importantes realizadas. Agradeço as amigas Ana Karla Rodrigues e Iara Rodrigues e ao amigo Leandro Cordeiro por, primeiramente, compreender meu distanciamento e confiar no meu processo. Os meus sinceros agradecimentos ao colega José Aitron Ordones Júnior que de forma gentil me enviou as imagens do Arco de Druso.

Sou grato aos professores Drs. Elias Nazareno, Yussef Daibert Salomão de Campos e a professora Dra. Maria Elizia Borges pelas aulas ministradas no Programa de Pós-Graduação em História (UFG) que me auxiliaram com leituras e inquietações ricas para o meu amadurecimento acadêmico e profissional. Aos demais professores da Faculdade de História (UFG) que fazem parte da minha formação acadêmica e profissional: tenho orgulho de dizer que fui orientado por vocês. Por fim, agradeço a CAPES pelo financiamento dessa pesquisa.

## RESUMO

A inquietação que nos move nesta Dissertação é problematizar como a morte e as práticas funerárias se apresentam como um veículo político para os grupos da aristocracia à época do Principado de Augusto. Utilizamos como fonte principal a *Consolatória a Livia*, documento que nos chega com autoria anônima, destinada à Livia Drusila, esposa de Augusto, para reconfortá-la pela morte de seu filho Nero Cláudio Druso, ocorrida em 9 a.C. Nosso estudo procurou analisar como a finitude humana, fator biológico, ao atingir a casa imperial, aciona práticas sociais, religiosas, ritualísticas, simbólicas e intencionais que são executadas pelos vivos. A narrativa manifesta os conflitos, as indisposições e as disputas nos espaços de poder entre as *gentes Iulia e Claudia* em torno da sucessão imperial. Propomos compreender as práticas funerárias representadas na narrativa poética da *Consolatória a Livia* como um discurso que nos diz respeito às práticas políticas na Antiguidade; discutir como o contexto social da morte no ambiente imperial direciona à produção de símbolos de poder e à promoção social da memória familiar; apresentar a relação entre a morte e a sacralização dos espaços fúnebres a partir da execução dos rituais coletivos que legitimavam as famílias aristocráticas e sua posição frente à comunidade cívica; e refletir quais são as funções sociais e políticas da consolatória, uma vez que seu conteúdo legitima e justifica a perpetuação das *gentes Iulia e Claudia* nos espaços de poder, bem como nos apresenta os conflitos públicos que envolvem a casa imperial.

**Palavras-Chave:** Memória, Morte, Sucessão, *Consolatória a Livia*, Augusto, Poder.

## ABSTRACT

The concern that moves us in this dissertation is to discuss how death and funerary practices are presented as a political vehicle for aristocratic groups at the time of the Principality of Augustus. We use the *Consolatory to Livia (Consolatio ad Liuiam)*, a document that comes to us with anonymous authorship, intended for Livia Drusila, wife of Augustus, to comfort her for the death of her son Nero Claudio Druso, which occurred in 9 BC. Our study sought to analyze how human finitude, a biological factor, when reaching the imperial house, provides social, religious, ritualistic, symbolic and intentional practices that are performed by the living. The narrative manifests the conflicts, indispositions and disputes in the spaces of power between the *Iulia* and *Claudia gentes* around the imperial succession. We propose to understand the funerary practices represented in the poetic discourse of *Consolatory to Livia (Consolatio ad Liuiam)*, as a discourse that concerns us with political practices in Antiquity; discuss how the social context of death in the imperial environment leads to the production of symbols of power and the social promotion of family memory; to present the relationship between death and the sacralization of funeral spaces based on the execution of collective rituals that legitimized aristocratic families and their position in the civic community; and to reflect on the social and political functions of the consolatory, since the poetic discourse legitimizes and justifies the perpetuation of the *Iulia* and *Claudia gentes* in the spaces of power, as well as presents us with the public conflicts that involve the imperial house.

**Keywords:** Memory, Death, Succession, *Consolatory to Livia*, Augustus, Power.

## CANTO PARA MINHA MORTE<sup>1</sup> - Raul Seixas

Eu sei que determinada rua que eu já passei  
Não tornará a ouvir o som dos meus passos  
Tem uma revista que eu guardo há muitos anos  
E que nunca mais eu vou abrir.  
Cada vez que eu me despeço de uma pessoa  
Pode ser que essa pessoa esteja me vendo pela última vez  
A morte, surda, caminha ao meu lado  
E eu não sei em que esquina ela vai me beijar

Com que rosto ela virá?  
Será que ela vai deixar eu acabar o que eu tenho que fazer?  
Ou será que ela vai me pegar no meio do copo de uísque?  
Na música que eu deixei para compor amanhã?  
Será que ela vai esperar eu apagar o cigarro no cinzeiro?  
Virá antes de eu encontrar a mulher, a mulher que me foi destinada,  
E que está em algum lugar me esperando  
Embora eu ainda não a conheça?

Vou te encontrar vestida de cetim  
Pois em qualquer lugar esperas só por mim  
E no teu beijo provar o gosto estranho  
Que eu quero e não desejo, mas tenho que encontrar  
Vem, mas demore a chegar  
Eu te detesto e amo morte, morte, morte  
Que talvez seja o segredo desta vida [...]

Qual será a forma da minha morte?  
Uma das tantas coisas que eu não escolhi na vida  
Existem tantas  
Um acidente de carro  
O coração que se recusa abater no próximo minuto  
A anestesia mal aplicada  
A vida mal vivida, a ferida mal curada, a dor já envelhecida  
O câncer já espalhado e ainda escondido, ou até quem sabe  
Um escorregão idiota, num dia de sol, a cabeça no meio-fio

Oh morte, tu que és tão forte  
Que matas o gato, o rato e o homem  
Vista-se com a tua mais bela roupa quando vieres me buscar  
Que meu corpo seja cremado e que minhas cinzas alimentem a erva  
E que a erva alimente outro homem como eu  
Porque eu continuarei neste homem  
Nos meus filhos, na palavra rude  
Que eu disse para alguém que não gostava  
E até no uísque que eu não terminei de beber aquela noite [...]

---

<sup>1</sup> SEIXAS, Raul Santos; SOUZA, Paulo Coelho de. Canto para minha Morte. *Raul Seixas – Há dez mil anos atrás*, Phonogram, 1976.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 - O ATO DE CONSOLAR NA <i>CONSOLATÓRIA A LÍVIA</i> .....	26
1.1 – Contextualizando a <i>Consolatória a Livia</i> : a problemática da datação. ....	28
1.2 – Contextualizando a <i>Consolatória a Livia</i> : a problemática da autoria. ....	39
1.3 – Motivos para consolar: a prática consolatória. ....	52
1.4 – Entre formas e formatos: a configuração da <i>Consolatória a Livia</i> . ....	70
CAPÍTULO 2 – MORTE, MEMÓRIA E SUCESSÃO IMPERIAL .....	77
2.1 – As imagens da morte e a construção da memória no texto da <i>Consolação a Livia</i> . ....	78
2.2 – Família imperial e suas relações entre memória, legitimação e sucessão. ....	94
2.3 – Entre o sagrado e o político: as práticas funerárias e a elaboração de memórias. ....	122
CAPÍTULO 3 – LEGITIMAÇÃO E SUCESSÃO: A REPRESENTAÇÃO DO CORTEJO FÚNEBRE DE DRUSO NA <i>CONSOLATÓRIA A LÍVIA</i> . ....	134
3.1 – A construção do cortejo fúnebre de Druso na <i>Consolatória a Livia</i> . ....	135
3.2 – Fraternidade e combate na atuação de Tibério e Druso: a morte triunfal <i>pro patria</i> . 157	
3.3 – A configuração do luto exemplar de Livia: lamentação, memória e afetividade. ....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	215
ANEXOS .....	236
APÊNDICE – PROPOSTA DE TRADUÇÃO DA <i>CONSOLATÓRIA A LÍVIA</i> . ....	243

## INTRODUÇÃO

A morte nos diz respeito à vida.

A escolha temática da nossa dissertação dialoga com um fato comum a toda humanidade: o enfrentamento com a morte. No ano de 2020, com o advento da Covid-19, fomos notificados em todo tempo sobre a presença da finitude humana. No contexto da pandemia várias foram as recomendações para que os velórios e as cerimônias fúnebres não fossem realizados. Enterrados em esquifes lacrados, a família dos entes queridos era impedida de cumprir com os rituais fúnebres. Uma vez que não se via o corpo, o luto era impedido e o indivíduo em questão não tinha a vida simbolicamente finalizada. Famílias não podiam lamentar ou até mesmo homenagear seus mortos publicamente. Embora fosse divulgada a todo momento, os enlutados viam-se isolados do motivo pelo qual lamentavam. Esse contexto se relaciona também a mudança em que as práticas mortuárias assumem na contemporaneidade. Segundo nos informa Valerie Hope e Janet Huskinson (2011), no século XX, as emoções exacerbadas do luto figuram nos bastidores da vida social e passam a ser vistas como uma condição pela qual as pessoas precisam se recuperar – de preferência o mais rápido possível – e evitar (HOPE; HUSKINSON, 2011, p. XVII).

Norbert Elias, em *A Solidão dos Moribundos* (2001, p. 2), afirma que “A morte é um problema dos vivos”, pois, a partir dela, há uma variabilidade de experiências sociais, religiosas, emocionais, culturais e econômicas que se traduzem em atitudes coletivas e individuais que são historicamente construídas. De acordo com Elias (2001, p. 3), a morte e seus rituais estabelecem aspectos de sociabilização, dependem de contextos distintos e servem para eternizar a vida dos que já foram. Nesse sentido, a sociedade romana encaixa-se nesse ideal, uma vez que, segundo supomos, os testemunhos documentais (*e.g. Consolatória a Lúvia*, do autor anônimo, *Consolatória a Hélvia*, *Consolatória a Políbio*, *Consolatória a Márcia*, de Sêneca, epitáfios (OMENA & GONÇALVES, 2018), edifícios funerários, entre outros) apresentam elementos com os quais se evidenciam o respeito dos vivos para com os mortos – *pietas* – e, como propomos a seguir, as imagens da morte, do morto, do morrer e as práticas mortuárias tornaram-se elementos imprescindíveis à política augustana (OMENA & FUNARI, 2016).

Os primeiros anos da política estabelecida por Otávio-Augusto (27 a.C. – 14 d.C.)<sup>2</sup> concentram-se na necessidade em se apresentar como um líder militar e político eficaz. Entre suas estratégias seleciona a família como parte dos símbolos para a renovação moral de Roma. Os eventos que envolviam essa instituição – como educação, alianças matrimoniais, nascimentos, aniversários, cerimônias fúnebres, festivais, jogos e sua rede de contatos – interagiam para manter as tradições familiares e a continuação da visibilidade da família e seu nome. Em especial as famílias aristocráticas, que deveriam manter a *uirtus*, a *dignitas*, *auctoritas*, *gloria*, *pietas* e *grauitas* (RAWSON, 1986, p. 4). À época do Principado de Augusto<sup>3</sup> a finitude humana convertia-se em um instrumento de produção, seleção e transmissão de memória com base na execução dos rituais e das procissões fúnebres pela família do morto. Ao considerar esse contexto, de forma preeminente entre os membros da aristocracia, as atividades que envolviam o funeral romano ofereciam uma valiosa oportunidade para

---

<sup>2</sup> Em nossa Dissertação utilizaremos o nome Augusto para referir ao período posterior ao ano de 27 a.C., ano em que Otávio (*Gaius Otavius Turinus*) recebe o título de Augusto (OVÍDIO, *Fastos*, I. 608 – 612). Para os eventos que aconteceram em datas anteriores, utilizaremos o nome Otávio. A historiografia contemporânea (Cf. EDER, 2005; EVERITT, 2006; GALINSKY, 1998; GOODMAN, 1997; GRIMAL, 1992; entre outros) sinaliza o ano de 27 a.C. como o período em que se inicia o Principado de Augusto. O nome Augusto se relacionava ao contexto sagrado: “A etimologia em última análise está baseada na raiz *augos* que conota o poder, concedido divinamente, de promover crescimento; um Augusto, portanto, é o detentor do poder, que desperta a vida e dispensa bênçãos” (GALINSKY, 1998, p. 316). A mudança de seu nome se relaciona à transformação de sua imagem, uma vez que a vida de Otávio, “[...] após 31 a.C., é descrita de forma a moldar [...] o seu caráter como salvador da *Res Publica* e do povo romano. Com isso, sucessivamente, foi colecionando títulos. *Imperator*, *Princeps*, *Pontifex Maximus* e, um dos mais importantes, em 27 a.C.: *Augustus*” (JOSÉ, 2020, p. 1). Como nos indica Luciane Munhoz de Omena e Pedro Paulo Funari (2016, p. 92 e 93): “Augusto assumiu o cargo de *Pontifex Maximus*, em 12 a.C., após a morte de Lépido. Sabemos, pois, que o *pontifex* liderava o *Collegium Pontificum*, presidia todos os rituais expiatórios, apontava a lista dos sacerdotes, decretava feriados públicos, abria oficialmente templos e santuários, bem como se encarregava de supervisionar e liberar construções públicas (cf. SHEID, 2005)”.

<sup>3</sup> Segundo nos informa Gilvan Ventura da Silva e Carolline da Silva Soares, em *O “fim” do mundo Antigo em debate: da “crise” do século III à Antiguidade Tardia e além* (2013, p. 141): “Principado seria o sistema político-ideológico [...] resultado direto da obra reformadora de Augusto. Como principais características do sistema, poderíamos mencionar: concentração de poderes político-jurídicos, militares e religiosos nas mãos de um único líder, o *princeps* ou *imperator*; permanência do Senado como um órgão influente no contexto da administração central e provincial; baixo nível de burocratização; autonomia das cúrias (conselhos) municipais na administração urbana; manutenção do ideal de cidadania; e predomínio [...] [da] crença segundo a qual o imperador seria um “cidadão coroado”, o mais apto a governar dentre os pares”. A respeito do termo *Principado*, citemos aqui a Dissertação de Mestrado da autora Camilla Ferreira Paulino da Silva (2014): “Em relação ao termo “Principado”, em latim *Principatus*, sabemos que esse não foi utilizado por Augusto ou por algum contemporâneo seu para referir-se a seu governo. Horácio se refere a Augusto, no *Carmen* 4.14, como *maxime principum*, ou seja, o maior dos *príncipes*; e o próprio *princeps* nas *R.G.* 1.7 e 5.29, declara “Fui *princeps* do senado” e “antes eu fosse criado *princeps*”. Cabe fazer uma ressalva de que o termo *princeps* era de uso corrente na República, utilizado para referir-se a pessoas de grande autoridade e honra, como podemos notar por meio do título de *princeps senatus*, conferido ao líder do Senado, aquele que mediava os debates durante as sessões. Porém, a palavra Principado, como regime político, é de criação posterior, encontrado em Tácito e nos autores do século II d.C. (GRUEN, 2007, p. 33). A questão, portanto, é que, discursivamente, Augusto era *princeps*, mas não construiu um *principatus*, já que em teoria o que ele estava fazendo era reordenar a *Res Publica*” (SILVA, 2014, p. 27).

construir, exhibir e aumentar a importância dos seus ancestrais e de sua *domus*<sup>4</sup> (FRAVRO, JOHANSON, 2010, p. 12 e 16).

Dessa forma, o objetivo da nossa Dissertação é analisar como o discurso poético da *Consolatória a Lúvia* nos informa a respeito das práticas mortuárias vinculadas às disputas no campo do poder. Uma vez que, ao atingir a *domus* imperial, a finitude humana se relaciona aos elementos da prática política da época. A narrativa que nos chega com autoria anônima é destinada à Lúvia Drusila, esposa de Augusto, e se propõe a reconfortá-la pela morte de seu filho Druso, ocorrida em 9 a.C. Nossa inquietação é problematizar como o impacto dessa morte oportuniza a escrita de um texto que apresenta uma multiplicidade de funções: ao mesmo tempo em que consola a mãe enlutada, propaga a memória familiar e os papéis sociais dos membros desse grupo; apresenta a sacralização do espaço fúnebre e a importância da execução dos rituais mortuários; indica a dimensão pública do luto pela morte do jovem; e sinaliza as atitudes de Lúvia como modelo público de mãe enlutada.

A sociabilização proporcionada a partir das práticas mortuárias era evidenciada na maioria dos funerais aristocráticos, pois as cerimônias fúnebres desse grupo eram realizadas de forma pública. As atividades que envolviam a preparação do corpo, realização dos rituais e a pompa na execução dos cortejos, conferiam visibilidade aos membros da *domus* a partir da exibição, lamento e louvor dos seus mortos. Se tornava artifício para reafirmar suas conquistas, nomes dos seus ancestrais e a manutenção da reputação da família (HALES, 1971, p. 46). Esse cenário se apresentava também como um espaço de conflito, já que os mortos e os enlutados desse grupo passam a ser lembrados ou, dependendo das circunstâncias, condenados ao apagamento.

Sendo assim, consideramos a escrita e a divulgação da narrativa como um discurso político e regulador de comportamentos, na medida em que a morte de Druso se torna um interesse público. Nessa perspectiva, propomos compreender quais são as funções políticas e sociais do texto que consola Lúvia, pois a narrativa nos indica a respeito do contexto de conflitos, indisposições e disputas nos espaços de poder entre as *gentes*<sup>5</sup> *Iulia* e *Claudia*.

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar que a expressão *domus Augusta* apareceu pela primeira vez no ano de 13 d.C., em Ovídio (MOREAU, 2005, p. 8), nas suas *Pônticas*. Citemos *in extenso*: “O momento é favorável às súplicas: ele se encontra feliz e vê consolidar a força de Roma em sua plenitude; sua esposa, incólume, conserva fielmente seu leito; seu filho amplia os confins do Império Ausônio; o próprio Germânico se supera a anos com seu valor, e a força de Druso não é menor que sua nobreza. Acrescente-se a isso que estão bem suas piedosas noras, suas netas e os filhos de seus netos, e os demais membros de sua Augusta casa (OVÍDIO, *Pônticas*, II.2.67-74).

<sup>5</sup> *Gentes* é o plural de *gens* que, segundo C. J. Smith (2006), vinculavam-se à herança, aos marcadores de identidade social – como cemitérios, genealogias lendárias, execução dos rituais religiosos – prestígio social e aspectos do

Pressupomos, ainda, que esse texto tinha um destinatário além de Lívía: a aristocracia. Já que, segundo supomos, ao mesmo tempo que desempenha a função de consolar a mãe enlutada, articula os elementos que envolvem o poder político e suas relações com a sucessão imperial: Druso morre, entretanto, Lívía ainda tem Tibério, que não estava garantido ao cargo, visto que temos em cena Lúcio e Caio, netos de Augusto e descendentes da *gens Iulia*.

Segundo nossos pressupostos, a motivação da escrita do autor – que nos chega de forma anônima – é construir, a partir do cenário dramático da morte e do luto, a consolidação dos personagens vinculados à *gens Claudia* para os assuntos que envolvem as questões sucessórias. Por isso, a narrativa mobiliza estratégias discursivas, a partir do vocabulário retórico-poético, que indicam e relacionam a tríade Lívía, Druso e Tibério ao cenário emotivo e exemplar. Por conseguinte, propomos problematizar como a morte, os seus rituais e a construção do cortejo fúnebre de Druso, representados pela consolatória, nos apresenta um panorama a respeito das relações entre a experiência social da morte e a família imperial no período de Augusto.

Em razão do contexto apresentado, ressaltamos que as mulheres da dinastia Júlio-Claudiana<sup>6</sup> apresentam especificidades nas relações políticas, sociais e de poder. Acreditamos que a propagação das imagens dessas diversas personagens para fins políticos compunha as estratégias utilizadas por Augusto para construir uma nova identidade social e da família. Susanne Dixon (1992, p. 30) e Susan Treggiari (1971, p. 140) apontam que um dos principais aliados nos casamentos de Augusto era a atuação das mulheres e as possíveis conexões que se davam a partir do contato com elas. Assim sendo, a *domus* imperial – e as relações que dela originavam – era percebida como modelo de dinastia e transmissão de poder em relação aos seus descendentes.

Logo, tomamos Lívía como componente central no desenvolver de nossa pesquisa. Esta pertencia a *gens Claudia* e foi a segunda esposa do imperador Augusto. Seu primeiro casamento foi com Tibério Cláudio Druso Nero e, em 38 a.C., casa-se com Otávio. Na ocasião, Lívía já tinha Tibério Cláudio Nero, nascido em 42 a.C., e estava grávida de Nero Cláudio Druso, seu segundo filho, que nasceu três meses após sua nova aliança matrimonial. Veremos que no contexto das reformas políticas e sociais propostas por Augusto, o vínculo conjugal com Lívía traria consigo a responsabilidade de se apresentar como *matrona* exemplar e modelo de

---

comportamento aristocrático. Atuavam como marcadores de identidade para definir grupos sociais com diferentes interesses, *status* social, reivindicação de poder, aspectos religiosos e também se relacionavam à uma nobreza hereditária (SMITH, 2006, p. 2 e 9).

<sup>6</sup> Conferir ao final da Dissertação o Anexo 1 que apresenta a árvore genealógica da Dinastia Julio-Claudiana.

casamento para o Império Romano. Além disso, a união entre ambos é significativa na esfera política, pois promove a notoriedade das duas *gentes*, uma vez que se constitui por uma aliança estratégica para *gens Iulia* estabelecer vínculos e firmar-se no poder, agregando também os representantes da *gens Claudia* na *domus* de Augusto. Ademais, projetava o nome de Lúvia frente às *gentes Claudia*, a qual pertencia por nascimento, e *Iulia*, a partir do seu segundo casamento (BARRET, 2002, p. 22).

Como esposa do *Princeps* deveria se ajustar aos costumes e às normas morais que eram vinculadas à restauração proposta por Augusto (CID LÓPEZ, 1998, p. 143) e também se tornava peça central na continuidade dinástica. Lúvia tornou-se símbolo ideal de esposa e mãe a partir de sua atuação no Senado, sua presença em festas, celebrações religiosas e realizou viagens na companhia do *Princeps*. Em suas movimentações demonstrava o papel de boa mãe, esposa, madrasta e exerceu notável participação no culto imperial, já que se sentava ao lado de Augusto nessas ocasiões (BAUMAN, 1992, p. 99; TAMANINI, 2015; TREGGIARI, 1971, p. 142 – 143). Em 14 d.C., com a morte do esposo, seu filho Tibério é nomeado sucessor de Augusto e Lúvia é coroada *Júlia Augusta*. Jaspes Burns (2007, p. 02 – 07) desenvolve a hipótese de que Tibério só consegue chegar e se manter no poder apoiado nas negociações e articulações realizadas por Lúvia, que representava, a partir de então, a continuidade da nova ordem.

No ano de sua morte (29 d.C.), já com 86 anos, seu neto e imperador Cláudio, em 41 d.C., a converte em *Diua Augusta* (BURNS, 2007, p. 08). Essas últimas evidências atestam sua honrada atuação tanto na esfera pública, como na doméstica, pois adquire grande destaque como esposa do primeiro *Princeps* (27 a.C. – 14 a.C.), mãe do seu sucessor Tibério (14 d.C. – 37 d.C.), bisavó de Calígula (37 d.C. – 41 d.C.) e avó de Cláudio (41 d.C. – 54 d.C.). Mary Beard (2017, p. 410) sinaliza que a partir do século I a.C. muitos eventos que aconteciam no ambiente privado correlacionavam com o espaço público, o que proporcionava o estabelecimento de uma fronteira quase indistinta, em que se utilizava o espaço doméstico como projeção ao público. Logo, os principais componentes da *equipe de Augusto* formariam uma *versão expandida dos esquemas domésticos* (MOREAU, 2005, p. 8).

Desta maneira, os personagens, as imagens e os eventos desse grupo deveriam transmitir a *concordia* – harmonia – para que isso pudesse refletir nos assuntos do governo e nas relações sociais com a comunidade. No entanto, é importante ressaltar que a *concordia* não eliminava os conflitos e disputas em torno da sucessão imperial. Considerando o enredo da *Consolatória a Lúvia*, mesmo no contexto da morte Lúvia, esposa do *Princeps* e membro da *domus* augustana,

possuía uma posição pública. Dessa maneira, esperava-se que, mesmo em luto, pudesse refletir sua *uirtus*, apresentando-se firme mediante o evento, produzindo modelos de comportamentos e a imagem de seu filho Tibério, representante da *gens Claudia*.

Ao considerar as práticas mortuárias, os membros da *domus Augusta* dispunham de influência direta na posição e prestígio social de um indivíduo, sendo a riqueza e a respeitabilidade frente à comunidade cívica símbolos de *status* e honras (SALLER, p. 349), incluindo a ocasião do culto aos mortos. Isto posto, nos indica que as famílias disputavam os lugares de memória nas necrópoles e na execução dos rituais mortuários, refletindo hierarquias e conflitos sociais (FAVRO & JOHANSON, 2010, p. 14). Em Wallace-Hadrill (2008, p. 47), por exemplo, encontramos o debate acerca da importância da execução das devidas práticas mortuárias, pois eram a partir das mesmas que ocorriam a reintegração do grupo familiar no espaço político e social.<sup>7</sup>

Assim, como sinaliza Omena (2018, p. 162–163), a morte de um membro familiar englobava um complexo de práticas sociais que se expressavam de formas variáveis de comunicação social, política e religiosa. Evidenciavam os conflitos e hierarquias nos espaços de poder. Segundo Ian Morris (1992, p. 2), as cerimônias fúnebres romanas construíram e reafirmaram os significados das estruturas sociais, já que, por sua definição, requerem interação e fixação (LOWRIE, 2009, p. 29). De acordo com o antropólogo Clifford Geertz (1973, p. 207), a execução dos rituais consolida e também conserva as estruturas sociais, uma vez que fazem parte de diversas culturas. Os grupos sociais valem-se de sistemas simbólicos significativos (linguagem, arte, mito, ritual) que proporcionam a orientação, a comunicação e o equilíbrio entre os seres e, ao mesmo tempo, conferem significados às experiências dos mesmos no tempo (GEERTZ, 1973, p. 48). Cláudia Beltrão Rosa (2011, p. 150), nos indica que os rituais podem ser compreendidos como “[...] complexos sistemas cognitivos que apresentavam a ordem romana aos olhos de todos”. Além desses aspectos, a execução dos rituais reforça os vínculos sociais entre os indivíduos, “[...] enfatiza a maneira como a estrutura social de um grupo é

---

<sup>7</sup> No entanto, veremos que as generalizações devem ser evitadas. Assim como nos informa Wallace-Hadrill (2010, p. 13) coexistiam identidades diversas e paralelas no Império Romano, já que fora construído a partir de um ambiente plural, em que várias populações de províncias diversas mantinham seus próprios ancestrais, costumes, línguas e práticas culturais (ALDRETE, 2004, p. 2). Dessa forma, as práticas mortuárias também acompanhavam as crenças e costumes locais, sendo “[...] bastante difícil elaborar uma síntese sobre as práticas e crenças funerárias dos antigos” (SILVA, 2016, p. 02).

fortalecida e perpetuada por meio da simbolização ritualística ou mítica dos valores sociais pressupostos sobre os quais se repousa” (GEERTZ, 2011, p. 144).<sup>8</sup>

Um dos aspectos perante a morte é a atenção no cumprimento das obrigações com os deuses, pois a religião romana se traduzia em uma prática norteadora da vida e dos atos dos cidadãos, bem como evidenciava a relevância dos *Manes* no espaço político. Desta forma, o culto aos mortos convertia-se numa prática social e cultural, à medida que o cortejo fúnebre, segundo compreendemos, além de ser uma prática política, antes de tudo, é um ato sagrado. A partir de sua execução evocava-se a recordação, atualização e repetição (SILVA, 2019, p. 19). Para os romanos os ritos e cultos públicos e familiares representavam a *pietas* em relação às divindades, seus mortos e ancestrais (BEARD; NORTH; PRICE, 1998). Em se tratando do contexto funerário, considerava-se um insulto negar o sepultamento ao cadáver, já que não receberia os ritos funerários e não teria, portanto, descanso para sua alma (HOPE, 2000, p. 117). Quanto à família, estaria condenada à ausência de *pietas*.

Com efeito, as cerimônias mortuárias no contexto da morte de Druso, realizadas de forma pública – *luctus publicus* (v. 66) e do *funus publicum* (vv. 169 – 190) –, garantiam o processo de reintegração do grupo familiar no espaço social; evidenciavam a *pietas*, a partir do respeito aos mortos e às divindades; construía e justificavam a ordem social pelas escolhas dos elementos simbólicos (narrativos, imagéticos e comportamentais) que representam as práticas sociais (BOURDIEU, 2009, p. 9). Frente à morte de Druso, os atos repetidos, afetivos e direcionados evocavam a religiosidade e o discurso institucional; afirmavam a memória familiar e as identidades romanas a partir da exibição do morto nas estruturas do poder e sua posição nas gerações da família (OMENA; FUNARI, 2017, p. 54 e 58).

Consideramos que a *Consolatória a Lúvia* se apresenta como documento que possibilita a investigação da produção de memória social acerca das atitudes esperadas frente ao contexto mortuário. Ao mesmo tempo, nos indica as concorrências e disputas em torno do poder político e da sucessão imperial. Uma vez que as representações do mundo social são construções forjadas pelos interesses de determinados grupos, essas produzem estratégias e práticas sociais

---

<sup>8</sup> Geertz sugere que é a partir do comportamento consagrado do ritual que as concepções e diretrizes religiosas são estabelecidas e fixadas; além disso, o define como “[...] algum tipo de forma cerimonial [...] em que os símbolos sagrados induzem humores e motivações nos homens e, no geral, indicam as concepções da ordem existencial em que esses homens se encontram e se reforçam. No ritual, o mundo vivido e o mundo imaginado são fundidos sob a ação do conjunto de formas simbólicas” (GEERTZ, 2011, p. 111).

de permanências para legitimar, reforçar ou justificar indivíduos, grupos, suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p. 17). À época de Augusto, eventos de comemorações de nascimentos, casamentos, banquetes, festivais ou cortejos fúnebres, em especial nos ciclos aristocratas, proporcionavam a circulação de ideias e eram um mecanismo utilizado pelos grupos sociais para negociar, apresentar e representar sua concepção do mundo social e seus valores para sociedade.

Nesse sentido, investigar as atitudes e expectativas que cercaram a morte de Druso, bem como os rituais de luto e o seu cortejo fúnebre representados pela consolatória, nos possibilita análises das práticas religiosas, ritualísticas, do manejo das emoções, das disputas pelos espaços de poder e visibilidade. Como veremos, os comportamentos perante a morte ativam e evocam memórias, sendo essas últimas “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades” (LE GOFF, 1990, p. 476).

Dessa forma, ao serem traduzidas no texto poético da *Consolatória a Lúvia*, essas representações nos possibilitam o entendimento das estratégias discursivas e polissêmicas em que determinados grupos articulavam suas posições e relações sociais, constituindo, assim, identidades. A transmissão desses discursos – em narrativas, monumentos, rituais – corroboravam à construção e preservação de memórias, pois, mantinham, criavam e transmitiam valores e expectativas sociais. As escolhas dos conteúdos dessas representações (a partir de textos, imagens, monumentos ou do próprio funeral) devem ser compreendidas como auxiliar do poder simbólico, pois eram realizadas com fins políticos, sociais e religiosos. Essas representações permitiam aos indivíduos a possibilidade de forjarem sentido ao seu mundo, ordenando suas próprias estruturas sociais e traduzindo posições e interesses dos atores sociais envolvidos (CHARTIER, 1988, p. 19).

Portanto, segundo nossas hipóteses, a narrativa de 474 versos que consola a *matrona* imperial, compõe os dispositivos de comunicação associados à *domus* imperial. Não apenas isso, mas veremos que para a sociedade romana desse período a morte fazia parte da dinâmica social e se revela como portadora de criação, controle e disputas dos lugares de memórias. Pesavento (1995, p. 15) sinaliza que os imaginários sociais atuam a partir dos discursos que devem ser interpretados em suas variadas formas de representações; essas últimas expressam o pensamento coletivo e são veiculadas com o objetivo de definir as práticas sociais. Sendo assim, a partir de sua veiculação, organizam as ações coletivas sobre o plano simbólico e fabricam

representações sociais a partir dos variados dispositivos de comunicação. A importância do conceito de imaginário social para a pesquisa histórica dá-se pela análise das possibilidades e potencialidades no campo discursivo, à medida que esse trabalho é realizado, como define Chartier (1987, p. 23), a partir do estudo das representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros.

Os imaginários tornam-se, dessa forma, uma das forças reguladoras da vida coletiva. São elaborados a partir das representações que são moldadas em diferentes situações pelas estruturas de poder (CHARTIER, 1987, p. 25). Trata-se de um aspecto da vida social em que uma coletividade designa a sua identidade, elabora representações de si, estabelece as distribuições de papéis e posições sociais, destacam os conflitos e sugerem a prática de crenças comuns, com base na construção dos códigos discursivos (BACZKO, 1985, p. 309). Baczko (1985, p. 309) defende a existência de uma relação íntima entre o imaginário social e as relações de poder, pois sua efetivação é permeada de representações coletivas, tornando a esfera do simbólico um importante lugar estratégico nas lutas políticas. Logo, os imaginários sociais constituem o campo das práticas e dos entraves políticos dos sujeitos históricos.

Enquanto a teoria em História nos possibilita a elaboração de perguntas às fontes e de possíveis respostas provisórias, a metodologia da pesquisa histórica é quem guia os passos da pesquisa. Em nossa proposta metodológica, selecionamos expressões e termos para problematizar as emoções do luto, levando em consideração a interpretação das fontes que esses grupos produziam. Se considerarmos que a morte de alguém apresenta consequências para os vivos, ao examinar a *Consolatória a Lúvia* que, aliás, é pouco estudada no Brasil, veremos que as imagens da morte no contexto augustano não só se relacionam às dimensões social, política e religiosa, mas também o documento viabiliza o estudo das dimensões afetivas da morte e das emoções do passado. Em outras palavras, o enredo do texto que consola Lúvia nos motiva a investigar as representações do luto e sua associação com o poder político e as *comunidades emocionais* (ROSENWEIN, 2011 p. 07), pois, nessa abordagem metodológica, grupos sociais partilhavam atitudes aceitáveis, ou não, com base na execução dos rituais que evidenciavam as dimensões afetivas da morte.

No decorrer da nossa Dissertação veremos que a narrativa consoladora nos informa sobre os comportamentos e etapas do luto, bem como contextualiza a execução dos rituais fúnebres a partir de um eixo central: a atuação pública de Lúvia frente à morte de seu filho Druso. A mãe enlutada ocupava um espaço público e político que reivindicava atitudes

exemplares frente à comunidade cívica, sendo assim, escrever acerca dos comportamentos da esposa de Augusto tornava-se um dispositivo educativo. Por conseguinte, aproximamo-nos do conceito de *comunidades emocionais*, pois essas são definidas por grupos sociais distintos, cujos membros compartilham os mesmos valores – ou valores recomendados – em relação às emoções e suas variadas formas de expressão (ROSENWEIN, 2011, p. 07).

Dessa forma, o texto consolatório nos permite essas análises, pois destaca, ao longo de sua narrativa, a família imperial e o comportamento de Lívía no contexto da morte de Druso. A família, mesmo em luto, em função da perda, “continuava a se expressar nas máscaras funerárias, nas estátuas dos mortos, nas inscrições que, de fato, mantinham a continuidade social da *familia*” (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 47). Portanto, o texto nos direciona a mapear como a sociedade de Roma no período augustano opera suas emoções em relação ao contexto fúnebre e como essas *comunidades emocionais* se configuravam no contexto da morte, na execução dos seus rituais e nas atitudes do luto representadas pela narrativa da *Consolatória a Lívía*, do autor anônimo. Sendo assim, compreendemos que os grupos sociais que compartilham as mesmas valorações e emoções a partir da morte e do luto contribuem para a investigação de uma história das emoções, que deve ser integrada em outras análises históricas, como a história social e política (ROSENWEIN, 2011, p. 47).

Além da *Consolatória a Lívía*, serão analisadas outras obras que tangenciam a *aula*<sup>9</sup> imperial e nos informa a respeito da atuação de Lívía e o envolvimento das famílias aristocráticas no cenário mortuário. Liz Gloyn (2017, p. 43) realiza um estudo acerca da escrita de Sêneca com foco em suas consolações (*Consolatória a Hélvia*, *Consolatória a Políbio*, *Consolatória a Márcia*) e compreende que o autor utiliza exemplos íntimos do cotidiano das famílias da aristocracia para fornecer orientação e exemplos de comportamentos morais para os romanos no contexto da morte. Sêneca transforma sua própria família em *exemplum* e propaga a conservação da *uirtus* na composição dos seus textos. Evidencia, portanto, que a partir do contexto mortuário modelos comportamentais que se preocupam com o desenvolvimento moral e persuasivo, servindo a família como a melhor fonte de *exemplum*, são construídos (GLOYN, 2017, p. 44 - 45; OMENA, 2018, p. 161). Entendemos, portanto, a escrita e leitura dos textos consolatórios como uma função didática.

---

<sup>9</sup> De acordo com o *Dicionário escolar latino-português* (1994), *aula* é um substantivo feminino da primeira declinação que significa “pátio (de uma casa ou de um palácio) [...] *atrium* [...] Palácio, corte” (FARIA, 1994, p. 71)

Desta feita, a divulgação desses textos, lidos em reuniões aristocráticas, tinham como função evidenciar a *Paideia*, educando, conduzindo, ou sugerindo a preocupação dos romanos com o sagrado a partir da realização do culto aos mortos. Em um de seus relatos, Políbio (208 – 125 a.C.)<sup>10</sup> descreve a pompa fúnebre, já que um homem importante, talvez dos grupos aristocráticos, morrera. Segundo nos informa, a procissão fúnebre passa pelo Fórum e a multidão a acompanha. Nos indica que não era apenas os membros ligados aos feitos do morto que se comoviam. Embora não esteja tão próximo ao contexto do nosso estudo, percebe-se que a morte evocaria também emoções elevadas, que não se restringiam apenas a quem chorava o corpo, mas atingia todo o povo, demonstrando empatia. Políbio descreve também a realização das *cerimônias usuais* da morte e nos sinaliza os *dias de festas religiosas*. O que confere respeito ao culto aos mortos e a imortalização da imagem do morto e de sua família (POLÍBIO, *Histórias* VI, 53.54).

Nesse sentido, as *comunidades emocionais* nos permitem investigar o *construcionismo social das emoções*, já que essas últimas são experimentadas, expressas, interpretadas e moldadas de diferentes formas pelas sociedades em que se inserem (ROSENWEIN, 2011, p. 18). Ao problematizar o estudo das emoções a partir do luto avançamos num espaço que envolve as questões sucessoriais, o respeito aos mortos e como esse texto, destinado à Lúvia, poderia ser divulgado entre os grupos aristocráticos como uma função didática, pois regula os comportamentos diante das atitudes perante a morte. A seleção dos elementos que iriam compor o cortejo e as performances, vinculam-se à dimensão afetiva dos familiares, juntamente com a transmissão de determinada memória, traduzindo-se em elementos que acentuavam a relevância social e a posição dos indivíduos na estrutura familiar frente a sociedade cívica.

Nosso trabalho se dividirá em três capítulos: no primeiro, contextualizaremos a *Consolatória a Lúvia*. A narrativa nos chega com autoria anônima desde suas primeiras fases

---

<sup>10</sup> Segundo nos informa Vitor Caliari (2019, p. 71), “Políbio nasceu na cidade de Megalópolis, na Arcádia, Grécia, entre os anos de 203 a.C. e 201 a.C. e veio a falecer em 120 a.C. Foi um geógrafo e historiador grego, famoso pela sua tentativa de escrever a história do mundo mediterrânico no período de 220 a.C. a 146 a.C. em uma única obra. Segundo Diaz Tejera, *Histórias* foi escrita durante o século II a.C., com o propósito central de narrar o recorte de 220 a.C., início da Segunda Guerra Púnica, até 168 a.C., quando ocorre a batalha de Pidna, momento em que Políbio é levado cativo à Roma. Tal recorte relaciona-se diretamente com a intenção do autor grego, que é explicar os motivos pelos quais, em cinquenta e três anos, Roma conseguiu o domínio sobre a *oikoumene*, além de narrar os feitos romanos nas Guerras Púnicas. Em Roma, Políbio gozou de liberdades e influentes círculos de amizade, foi tutor de Cipião Emiliano, visitou os Alpes e diversas localidades que estava sobre domínio romano, até foi emissário de Cipião, o Africano, em Cartago. Só retorna à sua localidade natal em 150 a.C., mas sempre demonstrando agradecimento e boas lembranças de Roma, fato que transparece em sua obra.”

de transmissão, que datam a partir do século XV (ROLÁN; SAQUERO, 1993, p. 61; PEIRANO, 2012, p. 2014). Por isso, identificamos esse autor como anônimo. Realizamos um debate a respeito das possíveis justificativas para que o autor tenha optado pelo anonimato, caso realmente tenha acontecido, considerando um contexto de perseguições políticas. Indicamos também a hipótese de que as referências ao nome do autor possam ter sido perdidas em suas fases de transmissão. A data de composição da narrativa também não é informada. Mas, segundo nossos pressupostos, a ausência às honras póstumas dispostas ao jovem Druso pode nos indicar que o texto seja contemporâneo ao seu funeral. Como não obtemos autoria e datação certas para a produção do texto, optamos por apresentar um debate historiográfico em diálogo com autores que defendem possíveis nomes e datas para autoria e divulgação da narrativa.

Em seguida indicaremos que, por sua forma inconstante e motivos diversos para escrita, os textos consolatórios não possuem um gênero específico. Podem assumir variadas formas com o objetivo de consolar indivíduos, sendo, dessa forma, um *topos* literário que se relaciona com uma prática social da consolação. É importante reforçar, desde já, que uma *consolatio* é um escrito suscetível de adotar diferentes formas textuais – epístola, tratado, poema – e a intenção da sua escrita é expor ideias morais e perspectivas filosóficas, de caráter geral, que serviam para moderar os comportamentos mediante situações de infortúnios (CELESTINO, 1998, p. 74-75). James Ker (2009, p. 91 - 92) indica que a *auctoritas* de uma *consolatio* encontra-se na capacidade do autor, em sua *argumentatio*, convencer a pessoa em sofrimento de que a dor em estado prolongado o afastaria do ideal de comportamento cívico. Por isso, veremos que a *Consolatória a Lúvia* se encaixa nesse *topos* literário. A finalidade da sua escrita seria mobilizar argumentos de consolo para reintegrar o indivíduo à comunidade cívica e, ao mesmo tempo, convencer o leitor-ouvinte a combater as dores que o afligiam (MANNING, 1974, p. 71 -81). Em nosso contexto, dada a posição social de Lúvia, seu lamento excessivo poderia se revelar como prejuízo à *Res Publica*.

No segundo capítulo abordaremos a relação entre morte, memória e sucessão imperial. Interessa-nos, em primeiro lugar, apresentar as imagens da morte como veículo que articula, promove a *domus* de Augusto e projeta Lúvia em face das tensões que tangem a finitude humana. Nesse sentido, a família imperial convertia-se na principal instituição de produção de modelos comportamentais; à vista disso, a representação das mulheres e seus papéis sociais tornavam-se notáveis no período augustano. Dessa forma, propomos, debater a respeito da residência doméstica do imperador como um importante local de construção de memória, pois auxiliava

nos dispositivos de definição de poder, à medida que não havia segregação entre as atividades realizadas na vida pública e privada. Para finalizar, apresentamos de quais formas os personagens da família imperial aparecem na *Consolatória a Lúvia* relacionados ao contexto de disputas políticas. Levamos em consideração que durante o governo de Augusto a história da família romana deve ser apreendida a partir da preocupação com a divulgação dos valores sociais para que reflita nos espaços políticos e públicos. Seus membros deveriam, portanto, negociar constantemente seus espaços públicos para divulgar a manutenção da boa imagem desse grupo.

Por fim, no terceiro capítulo, propomos apresentar como a morte de Druso se apresenta como veículo para legitimar a posição dos integrantes da *gens Claudia* – Lúvia, Druso e Tibéριο –, nas estruturas de poder. Druso morre quando atuava como combatente para alargar as fronteiras do Impéριο por novas terras – *protulit in terras imperimque novas* – (*Consolatória a Lúvia*, v. 20). Nesse sentido, o motivo de sua morte é traduzido na consolatória como uma das estratégias discursivas de promoção e disputas no campo do poder, pois veremos que a narrativa adjetiva sua atuação, bem como o comportamento de sua mãe Lúvia e de seu irmão Tibéριο no contexto mortuário, como atitudes exemplares e dignas de reconhecimento público. A partir do cenário dramático da morte e do luto, o autor anônimo divulga elementos que difundem um discurso de harmonia entre a tríade e legitima a atuação de Lúvia e Tibéριο nos espaços públicos e domésticos. Analisaremos, a princípio, os elementos que compõem a morte e o morrer à época do Principado de Augusto.

Interessa-nos, portanto, compreender a morte e as práticas mortuárias como um dispositivo retórico que se vincula à prática política. Como veremos, a execução do cortejo fúnebre e os rituais da morte realizados pelos grupos aristocráticos, convertiam-se em grandes eventos que objetivavam fabricar representações no campo simbólico. Dessa forma, a prática consolatória se apresenta como um texto que regula comportamentos e como veículo que promove a disputa pelos lugares de memória e de competição considerando a prática política. Ao final de nossa Dissertação, após as Considerações Finais, incluiremos uma proposta de tradução da *Consolatória a Lúvia*, uma vez que utilizamos para a realização de nossa pesquisa as versões traduzidas por John Henry Mozley (1957; 1979), em inglês, e por Tomás Gonzáles Rolán e Pilar Saquero (1993), em espanhol. Essa proposta de tradução foi realizada por nós como um instrumento facilitador de nossa pesquisa e para melhor apreensão do conteúdo presente na *Consolatória a Lúvia*.

## CAPÍTULO 1 - O ATO DE CONSOLAR NA *CONSOLATÓRIA A LÍVIA*

A escolha de investigar a narrativa da *Consolatória a Livia* nos direciona a uma série de enigmas, inconstâncias e inquietações que se traduzem em um esforço para a sua compreensão. Autoria e datação incertas, estrutura fluida – composta por discursos diretos e indiretos –, múltiplos enredos e temáticas reunidas em versos e que giram em torno da morte de Druso são algumas das características presentes na narrativa. A obra se apresenta como um desafio para a realização da pesquisa histórica, sendo que uma das primeiras renúncias que o pesquisador há de fazer é a do binômio ‘autoria e data’, pois ambas possuem incertezas quanto às suas discutíveis definições. O consolo, com extensão de 474 versos, é transmitido entre as obras de Ovídio (ou pseudo-Ovídio), que tem por finalidade confortar Livia Drusila, esposa de Augusto, pela morte do seu segundo filho, Nero Cláudio Druso.

Em nossa pesquisa, optamos por adotar o nome da obra de *Consolatória a Livia*, uma vez que está de acordo com o título em latim – *Consolatio ad Liuiam* –, consultado a partir das versões traduzidas por John Henry Mozley (1957; 1979), em inglês, e Tomás Gonzáles Rolán e Pilar Saquero (1993), em espanhol. Também conhecida como *Ad Liuiam De Morte Drusi* e *Epicedion Drusi* (SCHOONHOVEN, 1992), as primeiras fases de sua transmissão – incluindo os manuscritos e as edições impressas – são muito tardias, uma vez que constam apenas a partir do século XV (ROLÁN e SAQUERO, 1993, p. 61; PEIRANO, 2012, p. 2014) e, além disso, a própria palavra *consolatio* está ausente em todo o texto do poema. É válido destacar que, embora o texto esteja composto em verso, as traduções dos excertos seguirão o formato em prosa, assim como é apresentado nas versões traduzidas que utilizamos para consulta do documento. Compreendemos que ao abandonar a estrutura em versos nas traduções há perdas qualitativas do texto em relação a forma métrica, estética, os ritmos, sonoridades e a musicalidade que a estrutura original pode nos indicar. Essas características da poética podem ter sido perdidas à medida em que as traduções foram sendo divulgadas. É possível que a prosa tenha sido escolhida como formato mais adequado por ser uma forma textual que menos ameaça às mudanças de significados léxicos, bem como dos conteúdos à versão original em latim em versos.

A análise da narrativa nos fornece a oportunidade de identificar o curso de um funeral oficial, já que Druso fez parte da família imperial e o seu *funus* é marcado por ser um *luctus*

*publicus*.<sup>11</sup> Sua morte ocorreu em 9 a.C., quando tinha 29 anos de idade, prestes a entrar na *urbs* com honras do cerimonial do triunfo pelo êxito nas campanhas militares que protagonizou (*Consolatória a Lúvia*, vv. 21 – 28). Com sua morte, a narrativa nos informa que, *em qualidade de cônsul* e com atuação triunfante em expedição por Roma, *entra na inconsolável cidade com os rostos tristes— consul init fractis maerentem fascibus Urbem* (*Consolatória a Lúvia*, v. 177). Na leitura de Isabelle Cogitore (1994, p. 1095) Druso é, ainda mais na morte do que em vida, um modelo a ser seguido, a imagem ideal de cidadão romano que combina qualidades civis e militares; por isso, veremos que ao longo da construção do texto consolatório, o autor que nos chega de forma anônima o apresenta como *exemplum* pela sua coragem memorável por guerrear e morrer *pro patria*.

Segundo Dion Cássio (*História Romana*, LIV, 10, 40) e Tácito (*Anais*, III, 29), o Senado concedeu no ano de 19 a.C. a permissão para que Druso desempenhasse magistraturas, cinco anos antes do que era permitido pelas leis.<sup>12</sup> Em 17 ou 16 a.C. foi *questor* e no ano de 11 a.C. *pretor urbano*. No texto consolatório, é caracterizado como *um exemplo de jovem respeitado – exemplum iuuenis uenerabile* (*Consolatória a Lúvia*, v. 13). E ainda, *ilustre com as armas, ilustre com a toga— maximus ille armis, maximus ille toga* (*Consolatória a Lúvia*, v. 14).

Augusto demonstrou grande afeto por Druso enquanto o jovem viveu e diante da morte do mesmo, manifestou publicamente sua afeição. Não só proferiu uma *laudatio* para o jovem, mas escreveu um elogio em versos para o falecido, segundo conta Suetônio (*Vida de Cláudio*, I). Os versos 39 e 209 apresentam Druso como *Aquela obra de César – Caesaris illud opus*,

---

<sup>11</sup> A cidade geme - *Vrbs gemit* (*Consolatória a Lúvia*, v. 181); Todos têm o mesmo olhar, todos os corações se reúnem no pranto - *omnibus idem oculi, par est concordia flendi* (*Consolatória a Lúvia*, v. 201).

<sup>12</sup> É importante ressaltar que dialogaremos com outros documentos textuais que compreendem o período augustano. O nosso objetivo é enriquecer o debate a respeito dos movimentos relacionados à *aula* imperial, bem como contextualizar a atuação das famílias aristocráticas no contexto da morte. De acordo com Débora Casanova Silva (2012, p. 28), “Augusto detinha em seu governo um grande conjunto de pensadores letrados, artistas, historiadores, entre outros que tinham como tarefa pensar e criar a partir da revalorização dos mitos e lendas romanas. [...] Havia um grande conjunto de homens de excelência que criaram, buscaram e recriaram sobre as tradições ancestrais, o *mos maiorum*”. Propomos o diálogo utilizando obras de autores que o fazem com o arco cronológico dos diversos momentos do governo de Augusto (JOSÉ, 2016, 2011). Autores como Virgílio (70 a.C. – 19 a.C.), Horácio (65 a.C. – 8/7 a.C.), Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), Ovídio (43 a.C. – 17/18 d.C.), Veleio Patérculo (20/19 a.C. – 31 d.C.), Sêneca (4 d.C. – 65 d.C.), Tácito (56 d.C. – 117 d.C.), Suetônio (70 d.C. – 130 d.C.) e Dion Cássio (nascido em finais do século II d.C. – após o ano de 230 d.C. (JOSÉ, 2016, p. 147 e 151)), nos trazem informações a respeito desses movimentos no contexto imperial. Embora os respectivos autores tenham vivido em momentos distintos, de acordo com Natália Frazão José (2011), “[...] cada autor é pertencente a períodos distintos dentro daquilo que entendemos como Principado Romano, transformando-se, desta maneira, em expoentes de um contexto cultural, político e social, além de transmitirem seus próprios valores e opiniões acerca dos assuntos que abordam” (JOSÉ, 2011, p. 28). Sinalizamos que nosso objetivo não é, portanto, aprofundar em cada autor ou obra citada. No entanto, utilizaremos excertos que, segundo propomos, dialogam com o contexto apresentado pela *Consolatória a Lúvia*.

(*Consolatória a Lúvia*, v. 39), bem como *descendente de César – Caesar, alumnum* (*Consolatória a Lúvia*, v. 209). Essas expressões, em consonância com o que nos informa Suetônio (*Vida de Cláudio*, I), apresentam Druso como o preferido de Augusto, demonstrando certo vínculo afetivo entre ambos (COGITORE, 1994, p. 1096). No entanto, não deixa claro sua convicta ligação com a sucessão.

Desta maneira, nesse capítulo, propomos contextualizar a consolatória endereçada à Lúvia ao repertório documental atribuído à época de Augusto e compreender esse *topos* textual a partir de sua função social, uma vez que se constitui por um veículo persuasivo e retórico que acentuava e indicava, a partir da arte do convencimento, os comportamentos sociais perante situações de calamidades. Embora a data de composição e transmissão da consolatória sejam incertas, acreditamos que foi escrita no contexto da morte de Druso, pois o favorito à sucessão imperial disputava espaço com os netos de Augusto (Caio (20 a.C. – 4 d.C.) e Lúcio (17 a.C. – 2 d.C.)). Identificamos que o texto revela a importância das duas *gentes*, *Iulia* e *Claudia*, nos espaços de poder e, a partir da temática ligada à família, evidencia os dispositivos de comunicação associados ao *Princeps*. Para nós, é mais plausível projetar que uma obra desse porte, endereçada à Lúvia, tenha sido escrita no seu momento de luto, pois, como veremos no decorrer da dissertação, a narrativa legítima e estabelece a *auctoritas* e a *dignitas* de Lúvia, Tibério e Druso e, ao mesmo tempo, consolida a *gens Claudia* nos assuntos vinculados à sucessão. Consideramos que seu enredo nos indica que o autor era contemporâneo de Druso, vinculado aos interesses de Lúvia, estabeleceu contato com os membros da *domus* imperial e esteve presente no cortejo fúnebre do falecido.

### **1.1 – Contextualizando a *Consolatória a Lúvia*: a problemática da datação.**

No desenvolver da nossa pesquisa identificamos poucos trabalhos escritos em português desenvolvidos pelos pesquisadores da Antiguidade que analisam ou citam a *Consolatória a Lúvia*. Supomos que essa conduta é resultado de sua procedência incerta, o que acarreta a fuga pela prática – quase universal – das análises dos documentos históricos que consideram primeiramente a “vida e obra” do autor em questão. Embora seu contexto de produção seja discutível e, em certos momentos, causa certo desconforto, optamos por considerar o potencial da narrativa a partir do conteúdo que é apresentado. Uma das nossas estratégias para análise do binômio *autoria e data* é apresentar a discussão historiográfica que abrange os vários

pesquisadores que sugerem e descartam possíveis contextos de composição, bem como nomes para sua autoria.

Percebemos certa divisão entre os pesquisadores a respeito da data de composição da *Consolatória a Lúvia*. Para Isabelle Cogitore (1995, p. 1095), em *Praecursoria consolatoria: hypothèses de travail sur la Consolatio ad Liuiam de morte Drusi*, a ausência de referências às numerosas honras póstumas dispostas a Druso e conhecidas pela epigrafia, pode indicar que o texto seja contemporâneo ao seu funeral. A decisão do Senado de erguer estátuas ao jovem em templos e espaços públicos é indicada pela *Tabula Siarensis*. A inscrição relaciona os eventos e as honras dedicadas no contexto da morte de Germânico comparadas com as de seu pai, Druso (GONZÁLEZ, 1999, p. 123 – 142).<sup>13</sup> No entanto, o poeta toma como ponto final a história de Druso, o momento o qual suas cinzas são depositadas no Mausoléu e não considera os eventos posteriores (COGITORE, 1994, p. 1116). Sabe-se que entre as honras póstumas – *Et supremis eius plures honores dati* (TITO LÍVIO, *História de Roma*, CXLII, 7) – recebeu para si, e seus descendentes, o nome de Germânico:

*Ceterum exercitus honorarium ei tumulum excitauit, circa quem deinceps stato die quotannis miles decurreret Galliarumque ciuitates publice supplicarent. Praeterea senatus inter alia complura marmoreum arcum cum tropaeis uia Appia decreuit et Germanici cognomen ipsi posterisque eius* (SUETÔNIO, *Vida de Cláudio*, V, 1. 3. 8).<sup>14</sup>

O exército erigiu um monumento funerário, ao redor do qual, todos os anos, os soldados desfilavam em marcha acelerada e todas as cidades da Gália deviam oferecer sacrifícios públicos. Também o Senado, entre tantas outras homenagens, conferiu-lhe um arco de triunfo, em mármore, na Via Ápia, e a ele, como também aos seus descendentes, o cognome de Germânico.

---

<sup>13</sup> Andrew Clark Spencer (2009) se ocupa em examinar as representações das virtudes imperiais romanas em dois decretos senatoriais divulgados no período do Principado de Tibério, sendo eles: a *Tabula Siarensis* (TS) e o *Senatus Consultum de Cn. Pisone patre* (SCPP). No Capítulo 3 de nossa Dissertação propomos apresentar e relacionar de forma breve a *Tabula Siarensis*, 19 d.C. (SPENCER, 2009, p. 4), como importante vestígio que nos indica as atuações de Druso e Germânico com honraria, repleta de virtudes e informa também sobre a decisão do Senado de consagrar estátuas a Druso.

<sup>14</sup> Segundo José (2011, p. 93 e 94), as obras de Caio Suetônio Tranquilo (70 d.C. – 130 d.C.) “[...] alcançaram grande fama, tanto em sua época quanto nos séculos posteriores. As biografias dos Doze Césares, riquíssimas em descrições minuciosas e detalhes intrigantes, serviram de documento histórico e modelo literário para inúmeros pesquisadores, escritores e demais interessados. No entanto, apesar do prestígio, pouco se sabe de sua vida pessoal. O biógrafo que se preocupava em narrar os mínimos detalhes das vidas de ilustres romanos, pouco nos deixou acerca de sua própria vida. [...] Apesar dos inúmeros estudos acerca de sua origem, a única informação comprovada que nos é passada sobre Suetônio é que, partindo dos cargos que sua família e ele ocuparam, tratavam-se de cidadãos romanos, ou sejam, possuíam a cidadania romana”.

Um dos principais argumentos apresentados por Augusto Frascchetti (1996) em *Indice analitico della Consolatio ad Liviam Augustam de morte Drusi Neronis filii eius qui in Germania de morbo periit*, é a defesa de que a escrita da consolatória tenha acontecido imediatamente após o ano de 9 a.C. Seu argumento se respalda na análise dos versos 157 e 158, em que Lívía solicita ao filho mais velho que feche os olhos de sua mãe e receba, em sua boca piedosa, sua alma quando morrer (FRASCHETTI, 1996, p. 239).

*sospite te saltem moriar, Nero: tu mea condas  
lumina et excipias hanc animam ore pio (Consolatória a Lívía, vv. 157-158)*

Que morra eu ficando ao menos tu, Nero, são e salvo. Que tu feches meus olhos e recebas esta alma minha em tua piedosa boca.

É pertinente destacar que os versos mencionados contradizem as atitudes de Tibério na ocasião da doença e da morte de Lívía, uma vez que o filho mais velho não participou do funeral de sua mãe, o que ocasionou um grande escândalo frente à comunidade cívica (DION CÁSSIO, *História Romana*, LVIII, 2, 1; TÁCITO, *Anais*, V, 2, 1). Nas palavras de Suetônio:

*toto quidem triennio, quo uiuente matre afuit, semel omnino eam nec amplius quam uno die paucissimis uidit horis; ac mox neque aegrae adesse curauit defunctamque et, dum aduentus sui spem facit, complurium dierum mora corrupto demum et tabido corpore funeratam prohibuit consecrari, quasi id ipsa mandasset. testamentum quoque eius pro irritum habuit omnisque amicitias et familiaritates, etiam quibus ea funeris sui curam moriens demandauerat. (SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 51, 2.1)*

Durante os três anos que viveu afastado da sua mãe, ele a viu somente uma vez, um único dia e pelo espaço de algumas horas. Quando soube que estava enferma, não se apressou para visitá-la. Ao saber que Lívía tinha morrido, demorou tanto a aparecer que, quando foram realizados os funerais, o cadáver de Lívía já estava completamente putrefato. Não permitiu que lhe fossem prestadas honras divinas e fez crer que essa era a vontade de sua mãe. Deu seu testamento por nulo e, em pouco tempo, levou à ruína todos os amigos e familiares de sua mãe, até mesmo aqueles que ela, ainda enferma, havia encarregado da execução dos funerais.

Essa informação nos leva a questionar por quais motivos o autor da consolatória teria formulado um cenário esperançoso de que Tibério fosse ao leito de Lívía no momento em que estivesse adoentada. Tal circunstância, de acordo com as hipóteses de Frascchetti (1996, p. 191 e 238), exclui a possibilidade da escrita do texto após 29 d.C., ano da morte de Lívía. A referência que o autor anônimo fornece de que estava presente, como participante da ordem equestre, nos últimos ritos da cerimônia fúnebre de Druso – *funeris exequiis adsumus omnis*

*eques* (*Consolatória a Lívía*, v. 202) – reforça a hipótese de alguns pesquisadores de que o texto possa ter sido escrito e divulgado no ano da morte do jovem (BICKEL, 1950, p. 193; FRASCHETTI, 1996, p. 195; URSINI, 2014, p. 94). Considerável também é a hipótese de que a consolatória foi composta à época de Augusto, ou seja, em uma data que não ultrapasse 14 d.C., ano de sua morte (SKUTSCH, 1901; LENCHANTIN, 1923; COPRAY, 1940).

O conteúdo presente nos versos de 299 a 304 indica as palavras dirigidas à viúva de Druso, Antônia Menor (36 a.C. – 37 d.C.), como forma de enaltecer sua conduta e a reconhecer como similar de Lívía, pois enfatiza que Druso estimava sua esposa tanto quanto sua mãe.

*quid referam de te, dignissima coniuge Druso  
atque eadem Drusi digna parente nurus?  
par bene compositum: iuuenum fortissimus alter,  
altera tam forti mutua cura uiro.  
femina tu princeps,<sup>15</sup> tu filia Caesaris illi  
nec minor es magni coniuge uisa Iouis. (*Consolatória a Lívía*, vv. 299-304).*

E o que eu poderia dizer de ti, digníssima esposa de Druso, e ao mesmo tempo digna nora da mãe de Druso? Um casal bem adequado: ele, o mais esforçado dos jovens, ela, a vigilância recíproca de tão valente esposo. Tua mulher era a principal, tu eras para ele como a filha de César e não lhe parecia inferior à esposa do grande Júpiter.

No trecho acima, o autor anônimo utiliza a expressão *filia Caesaris* (v. 303) para se referir a Antônia e nesse contexto negligencia a única filha de Augusto, Júlia, também desconsiderada pelo imperador para a questão sucessorial. De acordo com James L. Brutica (1993, p. 265), a análise dos últimos versos nos leva à conclusão de que a narrativa não pode ter sido escrita antes de 4 d.C., momento em que ambos os netos de Augusto, Caio (2 d.C.) e Lúcio (4. d.C.), adotados por ele como possíveis sucessores, estavam mortos. Nesse sentido, ao considerar a data de composição do texto posterior ao ano de 4 d.C. e o extremo elogio de Lívía, Tibério, Druso e Antônia (*gens Claudia*), em contraste ao silenciamento da tríade Júlia – Caio – Lúcio (*gens Iulia*), podemos nos fazer o seguinte questionamento: o posicionamento do anônimo traduziria certa inclinação pela *gens Claudia* e a projeção de Lívía frente à sucessão ou representaria somente a sensibilidade do autor com o seu interlocutor?

---

<sup>15</sup> Decidimos adotar a tradução de *femina tu princeps*, por *tua mulher era a principal* (v. 303) para evitar anacronismos ou alguma confusão entre as terminologias. Poderíamos utilizar também como feminino de *princeps* a palavra *primeira*.

De acordo com John Richmond, em *Doubtful works ascribed to Ovid* (1981), o documento foi escrito antes da morte de Tibério em 37 d.C., mas não necessariamente antes da morte de Livia em 29 d.C. (RICHMOND, 1981, p. 2780); propõe uma data por volta do ano de 6 d.C., mas necessariamente após a morte de Germânico, em 19 d.C. como forma de conectar as proeminentes atitudes de pai e filho (RICHMOND, 1981, p. 2775). Entre suas justificativas sinaliza que Tibério, ao regressar da Germânia, restaurou e consagrou um templo à Concordia (10 d.C.) e outro aos filhos de Leda – Castor e Pólux – (6 d.C.), em seu nome e em nome de Druso.<sup>16</sup> Segundo nos informa o texto consolatório, *Druso não contemplará, [...] suas próprias oferendas, nem lerá seus títulos nas fachadas do templo – nec sua conspiciet [...] munera Drusus nec sua prae templi nomina fronte leget* (Consolatória a Livia, vv. 287 – 288). Nesse sentido, o ano de 6 d.C. se encaixa nas hipóteses de Richmond (1981), à medida que a menção ao templo nos versos consolatórios anuncia que o jovem não será capaz de ver, indicando, com isto, que a narrativa possa ter sido escrita após a construção do monumento e a efetivação de suas inscrições. Para Franz Skutsch (1901, p. 944), os louvores de Livia e Tibério e, especialmente a descrição da sua relação harmoniosa, sugerem que a data de composição teria sido antes de 22 d.C., uma vez que, após esse período, o relacionamento entre mãe e filho começou a deteriorar-se (TÁCITO, *Anais*, III, 64). Por isso, a narrativa seria divulgada como forma de apresentar para a sociedade uma relação mais saudável entre ambos.

Pieter Herman Schrijvers (1998, p. 381), em *A propos de la datation de la Consolatio ad Liuiam*, entende como difícil a tarefa de definir uma data de publicação da consolatória. Em suas análises, propõe um debate entre alguns autores que projetam possíveis contextos de composição (WIEDING, 1888; SKUTSCH, 1901; DOMASZEWSKI, 1919; BICKEL, 1950; RICHMOND, 1981). Destacamos aqui a análise dos versos de 411 a 414 realizada por Alfred von Domaszewki (1919, p. 13 – 14 *apud* SCHRIJVERS, 1998, p. 382), em que o autor afirma que o conteúdo a seguir pode indicar alusões cronológicas aos eventos que ocorreram alguns anos após a morte de Druso: Livia, que faleceu em 29 d.C., viu o filho Tibério tornar-se *senex* – etapa da vida que marca a chegada do indivíduo aos sessenta anos (*senectus*) –, em 19 d.C.

*at tu, qui superes maestae solacia matri,  
comprecor illi ipsi conspiciare senex*

---

<sup>16</sup> Veremos no Capítulo 3 de nossa Dissertação que essa informação consta também em Suetônio (*Vida de Tibério*, 20) e DION CÁSSIO (*História Romana*, LV, 27, 4). Segundo nossos pressupostos, a identificação de Tibério e Druso com Castor e Pólux, consideráveis ancestrais combatentes, no momento da dedicação do templo e construção da narrativa consolatória, tem por objetivo a transmissão de valores, pois vincula a reputação e o *status* de sua família na esfera pública.

*perque annos diuturnus eas fratrisque tuosque  
et uiuat nato cum sene mater anus. (Consolatória a Lívía, vv. 411–414)*

Mas a ti, que permaneces como consolo de tua afligida mãe, te rogo que, já ancião, te ofereças à sua vista e que vivas muitos anos, os do teu irmão e os teus, e que a anciã mãe viva em companhia do seu filho mais velho.

Em suas projeções a partir das informações que o texto sinaliza, Domaszewki (1919, p. 13 – 14 *apud* SCHRIJVERS, 1998, p. 382) compreende que o verso 412 sugere exatamente a idade que Tibério tinha quando a consolatória foi composta: sessenta e um anos. Esse número é obtido a partir da somatória dos vinte e nove anos que Druso (nascido em 14 de janeiro de 38 a.C.) tinha quando morreu, em 9 a.C., e os trinta e dois anos de Tibério (nascido em 16 de novembro de 42 a.C.) nesta mesma data. A idade de sessenta e um anos se cumpre no dia 16 de novembro de 20 d.C., como data possível para a composição da obra (DOMASZEWSKI, 1919). Contudo, na leitura de Schrijvers (1988, p. 382), a obra foi composta após Tibério assumir o cargo de *Princeps* e não pode ser separada da morte de Germânico, filho de Druso, ocorrida em 10 de outubro de 19 d.C., bem como do funeral deste último, no início do ano 20 d.C. Nos relatos de Tácito (*Anais*, II, 82; III, 4) e Suetônio (*Vida de Cláudio*, 4; *Vida de Calígula*, 1), a vida e a morte de Germânico se apresentam aos romanos em um nível similar à história de seu pai Druso.

*Germanicus, C. Caesaris pater, Drusi et minoris Antoniae filius, a Tiberio patruo adoptatus, quaesturam quinquennio ante quam per leges liceret et post eam consulatum statim gessit, missusque ad exercitum in Germaniam, excessu Augusti nuntiato, legiones uniuersas imperatorem Tiberium pertinacissime recusantis et sibi summam rei p. deferentis incertum pietate an constantia maiore compescuit atque hoste mox deuicto triumphauit. Consul deinde iterum creatus ac prius quam honorem iniret ad componendum Orientis statum expulsus, cum Armeniae regem deuicisset, Cappadociam in prouinciae formam redegisset, annum agens aetatis quartum et tricensimum diuturno morbo Antiochiae obiit, non sine ueneni suspicione. (SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 1).*

Germânico, pai de Caio César, filho de Druso e da jovem Antônia, após ser adotado por seu tio paterno Tibério, assumiu a posição de questor cinco anos antes da idade permitida e passou diretamente ao consulado. Foi enviado junto ao exército para Germânia, o que é difícil dizer se foi por sua piedade filial ou sua coragem; quando a morte de Augusto foi anunciada, embora todas as legiões se recusassem obstinadamente a aceitar Tibério como imperador e lhe oferecessem essa posição, ele manteve sob sua fidelidade. Em seguida, ele obteve uma vitória sobre o inimigo e celebrou um triunfo; então, cônsul pela segunda vez, foi apressado para restaurar a ordem no Oriente, e depois de

derrotar o rei da Armênia e reduzir a Capadócia para a forma de uma província, morreu de uma doença prolongada em Antioquia, no trigésimo quarto ano de sua idade. Havia alguma suspeita de que ele foi envenenado.

Germânico chegou a ser membro da *gens Iulia* após Tibério tê-lo adotado no ano de 4 d.C. Possuía apoio e prestígio social dos cidadãos e também dos membros do exército. Em 19 d.C., morre por envenenamento, como nos afirma Suetônio (*Vida de Calígula*, 1). Como estava em Antioquia, devido a uma considerável distância de Roma, seu corpo foi queimado neste mesmo local. Não recebera, portanto, a pompa e os devidos rituais após a sua morte. Assim que o corpo de Germânico chegou a Roma, nem Tibério, seu pai adotivo, Lívía, sua avó e sua mãe Antônia compareceram ao funeral (OMENA, GOMES, 2017, p. 352; CAMPOS, 2015, p. 72).

*Funus sine imaginibus et pompa per laudes ac memoriam uirtutum eius celebre fuit. [...] Corpus antequam cremaretur nudatum in foro Antiochensium, qui locus sepulturae destinabur [...].* (TÁCITO, *Anais*, II, 73).<sup>17</sup>

Seu funeral, sem as imagens dos antepassados, e sem nenhuma pompa, só se fez célebre pelos louvores e memória de suas raras virtudes. [...] Seu corpo, antes de queimado, foi despido na praça de Antioquia, onde se lhe destinava dar a sepultura.

Tácito (*Anais*, III, 5) também informa que a reação do público ao acompanhar o evento foi de espanto, pois Tibério não presenciou o funeral de seu filho adotivo. Para neutralizar as repercussões negativas sobre seu silenciamento frente à morte de Germânico, promulgou um édito que determinava que o funeral e o luto respeitassem a moderação e que as cinzas do falecido fossem depositadas no mausoléu da família (TÁCITO, *Anais*, III, 6).<sup>18</sup> Rafael da Costa

---

<sup>17</sup> De acordo com Fábio Duarte Joly, em *Tácito e a Metáfora da Escravidão: um estudo de cultura política romana* (2004), as informações a respeito de Públio Cornélio Tácito são reduzidas. “Seu nascimento situa-se entre os anos de 55 e 57. De seu local de origem nada consta de certo. [...] O *status* equestre dessa família teria contribuído para o início da carreira pública de Tácito, mas esta, sem dúvida, foi facilitada pelo seu casamento, em 77, com a filha de Júlio Agrícola, então cônsul. [...] Adentrou na ordem senatorial, exercendo provavelmente o tribunate militar. Em 81 ou 82 obteve a questura e, em 88, a pretura, sendo ainda membro do colégio sacerdotal [...]. Após a pretura, Tácito assumiu um cargo em alguma província, ficando quatro anos afastado de Roma, de 89 a 93 [...]. Na segunda metade de 97, obteve o consulado [...]. Uma carta de 104 ou 105 saúda seu retorno a Roma, mas não é especificado o seu ofício e o lugar em que exercia. O último cargo de Tácito conhecido é proconsulado da Ásia de 112 e 113 [...]. Supõe-se que tenha falecido nos primeiros anos do governo de Adriano. Tácito compôs suas obras nos marcos do Principado de Trajano, sendo uma das principais fontes sobre os períodos Júlio-Cláudio e Flaviano, sobre os quais escreveu” (JOLY, 2004, p. 38 – 40). Para a consulta do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1937. A tradução para o português é de responsabilidade de Omena e Erick Messias Costa Otto Gomes, 2017.

<sup>18</sup> “*At Germanico ne solitos quidem et cuicumque nobili debitos honores contiguisset. Sane corpus ob longinquitatem itinerum externis terris quoquo modo crematum; sed tanto plura decora mox tribui par fuisse quanto prima fors negauisset. Non fratrem nisi unius diei uia, non patrum saltem porta tenus obuium. Vbi illa ueterum instituta, propositam toro efigiem, meditata ad memoriam uirtutis carmina et laudationed et lacrimas uel doloris imitamenta?*” (TÁCITO, *Anais*, III, 5). – *Mas Germânico nem ao menos as honras dos costumes tinha*

Campos (2015, p. 72), em *Reminiscências de Alexandria e Antônio: o percurso de Germânico César na província do Egito durante o Principado de Tibério César (14 – 37 DC)*, sinaliza que a morte de Germânico representava uma barreira para a garantia da sucessão imperial dentro da *gens Iulia*, pois agora o nome de Druso Cláudio (*gens Claudia*) era o mais considerado.<sup>19</sup> Esse contexto, além de demonstrar aos cidadãos os conflitos existentes no interior da *domus* imperial em torno da sucessão (OMENA, GOMES, 2017, p. 354), segundo as hipóteses de Schrijvers (1988, p. 382), é o momento favorável para a escrita e divulgação do texto consolatório: 20 d.C.

Se a morte de Germânico evocou as memórias de Druso, seu pai, a *Consolatória a Lúvia* teria como principal objetivo moderar o luto excessivo dos cidadãos a partir do *exemplum* obtido na descrição dos comportamentos moderados de Lúvia e Tibério (TÁCITO, *Anais*, III, 5) e exortar a conduta de Lúvia diante da morte de Druso (SCHRIJVERS, 1988, p. 383). No texto consolatório, percebe-se que entre os versos 353 a 356 o autor convida a *matrona* a se portar de forma cabível na ocasião do luto pelo seu filho:

*alta mane supraque tuos exurge dolores  
infragilemque animum, quod potes, usque tene.  
an melius per te virtutum exempla petemus,  
quam si Romanae principis edis opus? (Consolatória a Lúvia, vv. 353–356).*

Mantenha-te erguida e sobreponha a tua dor. Conserva sempre teu ânimo inquebrantável, já que podes. Não obteremos de ti melhor exemplo de virtudes se tu te compostas como corresponde a principal Romana?<sup>20</sup>

---

*merecido, e até nem aquilo mesmo que a qualquer nobre ordinariamente se fazia: é verdade que por causa das distâncias da viagem se havia queimado o seu corpo em terras estranhas com pouco aparato: “porém, por isso mesmo, diziam eles, se lhe deveriam fazer depois muito maiores obséquios por lhe haverem faltado os primeiros”. Apenas o irmão tinha acompanhado um só dia; e o tio nem sequer havia saído a esperá-lo até as portas de Roma. Aonde estavam, pois, as instituições dos nossos maiores? Por que não se tinha exposto sua imagem em frente do seu leito fúnebre? Por que não se haviam composto hinos, nem discursos alguns em memória de suas raras virtudes? Por que se tinham esquecido as lágrimas e todas as mais demonstrações de tristeza? – A tradução para o português é de responsabilidade de Omena e Gomes, 2017. Ainda de acordo com os autores (2017), “Esta informação é significativa, tendo em vista que o Príncipe, enquanto símbolo do poder, não demonstrava afeto ou luto pelo filho, de modo a deixar transparecer seus conflitos com o mesmo no interior da *domus*. É importante notar que Tácito utiliza a palavra *patruum* (e.g. tio), ao invés de *pater* (e.g. pai), para se referir ao grau de parentesco de Tibério para com Germânico. Tal elemento gramatical contribui para construir uma ideia de afastamento entre ambos, no qual Tácito afasta a filiação do general para com o imperador, dando destaque narrativo ao conflito entre os dois.” (OMENA, GOMES, 2017, p. 353).*

<sup>19</sup> Sobre o parentesco de Germânico, Rafael da Costa Campos (2015, p. 67) informa que “[...] Sua mãe, Antônia Menor, era filha caçula de Marco Antônio com Otávia, irmã de Augusto. Após sua ascensão, este último fizera com que Antônia Menor se casasse com Druso Nero, irmão mais velho de Tibério (futuro imperador), e ambos foram adotados pelo *Princeps* quando este se casou com Lúvia Drusila. Antônia Menor e Druso conceberam Germânico e também Cláudio, que se tornou imperador após a morte de Calígula, tendo sido este último filho de caçula de Germânico e Agripina Maior” (CAMPOS, 2015, p. 67).

<sup>20</sup> No verso 356 optamos por traduzir a expressão *Romanae principis* como *principal Romana*. No verso em questão, *Romanae* e *principis* são adjetivos femininos que pertencem ao caso genitivo (indica posse) e estão no modo singular. A expressão se refere à Lúvia, como esposa do *Princeps*, para que se comporte como uma *principis*

Nesse sentido, para Schrijvers (1988, p. 382 - 383), os versos em que o autor anônimo recomenda que Lúvia se comporte com atitudes dignas de exemplo, pois é vista como a *primeira mulher, primeira matrona – Romanae principis* (v. 356), justificariam a composição da *Consolatória a Lúvia* durante o ano 20 d.C. como veículo retórico-político para fornecer honras a Druso, esclarecer indiretamente as atitudes reservadas da mãe e do filho mais velho e fundamentar a proeminência de Lúvia na *domus* imperial. Ainda de acordo com a proposta de Schrijvers (1988, p. 384), o conhecimento detalhado da vida e morte de Druso poderia indicar que Tibério e Lúvia encomendaram o poema, o que permitiu ao anônimo a consulta aos arquivos imperiais e conhecimento detalhado das atitudes dos membros da família imperial no contexto da morte do jovem.

Entre os versos 121 e 164, o autor anônimo apresenta um extenso discurso direto de Lúvia que, de acordo com Lovisa Brännstedt (2015, p. 38), estabelece a consolatória como o único texto antigo em que Lúvia discursa em primeira pessoa. Nessa passagem consideramos algumas informações importantes que se traduzem em desejos de Lúvia. Um se realiza de acordo com as leis da natureza: que possa morrer deixando ainda Tibério vivo. Já o segundo desejo não é realizável: quando morresse desejava que seus filhos pudessem enterrá-la (vv. 157 – 160). Os versos de 161 a 163 também são desejos de Lúvia que foram realizados: dirigindo-se ao filho morto indica que se juntaria com ele no momento de sua morte (29 d.C.) no Mausoléu de Augusto.

*omnia iam metuo: fortior ante fui.  
sospite te saltern moriar, Nero: tu mea condas  
lumina et excipias hanc animam ore pio.  
atque utinam Drusi manus altera et altera fratris  
formarent oculos comprimerentque meos  
quod licet, hoc certe, tumulo ponemur in uno,  
Druse, neque ad ueteres conditus ibis auos;  
miscabor cinerique cinis atque ossibus ossa. (Consolatória a Lúvia, vv. 157-163).*

Já desconfio de tudo: antes fui mais valente. Que morra eu ficando ao menos tu, Nero, são e salvo. Que tu feches meus olhos e recebas esta alma minha em tua piedosa boca. Oxalá que uma mão de Druso e outra de seu irmão dispusessem meus olhos e os fechassem. Mas o que é possível, é certamente isto: seremos enterramos em uma mesma tumba, oh Druso, e tu não irás te

---

romana. *Primeira mulher* ou *Primeira matrona* seriam também traduções possíveis. Segundo Mary Beard (2017, p. 380), a expressão *Romanae principis* equivale ao termo empregado para Augusto: *Romanus Princeps*.

reunir na sepultura com os teus ancestrais, mas minhas cinzas se mesclarão com as tuas e os meus ossos com os teus ossos.

Para Arnold Witlox (1934, p. XVII), a consolatória foi escrita por algum retórico logo após a morte de Lívía (29 d.C.), como forma de homenagear seu comportamento exemplar, mas enquanto Tibério ainda estava vivo (37 d.C.). Segundo Irene Peirano (2012, p. 234), a ausência de qualquer referência sobre o Principado de Cláudio impede uma datação para o poema após o governo de Tibério e considera a narrativa como um exercício retórico que envolve figuras exemplares vinculadas ao contexto de Augusto. No entanto, Ernestus Bickel (1950, p. 193) e Henk Schoonhoven (1992, p. 37) argumentam que o texto foi escrito, declamado e divulgado no início Principado de Cláudio como forma de projetar seu nome e sua descendência para os habitantes da cidade. Na ocasião, segundo os pressupostos de Bickel (1950, p. 197 e 198), foram convocados poetas e retóricos para compor a consolatória como forma de reverenciar e memorar os nomes de seu pai Druso e sua avó Lívía, além de divulgar os feitos da *gens Claudia*.

Em decorrência dos dados apresentados e dos disputáveis cenários para a data de composição da *Consolatória a Lívía*, como resultado do debate realizado, projetamos que as tensões apresentadas até o momento nos indicam que o texto foi composto e divulgado à época de Augusto, pois os temas abordados refletem o contexto cultural daquele período, bem como as tensões que permeavam o poder político. Veremos no desenvolver da nossa Dissertação que a morte de Druso, que aconteceu depois da morte de Marcelo (23 a.C.), Agripa (12 a.C.) e Otávia (11 a.C.), personagens influentes na *domus Augusta*, atingiu o povo romano e a casa imperial. Constitui-se em uma série de acontecimentos complexos, pois, além da perda humana de uma mãe, é também uma implicação política de grande importância. A delicada situação consiste no fato de que, por mais que Lívía Drusila tivesse dois filhos, o mais jovem havia falecido, aquele tido como o mais apreciado e querido do povo e do exército romano.

*occidit exemplum iuuenis uenerabile morum:  
maximus ille armis, maximus ille toga. (Consolatória a Lívía, vv. 13-14).*

Sucumbe morto um exemplo de jovem respeitado: ilustre com as armas, ilustre com a toga.

Logo, com a morte de Druso, a possibilidade de colocar um de seus filhos para governar o Império estava comprometida. A narrativa que contextualiza a dor de uma mãe relaciona também o conflito da perda política. Por isso, os apoiadores de uma datação da escrita da consolatória logo após a morte de Druso, em 9 a.C., sustentam que sua temática tem como

finalidade consolar Lúvia. Sêneca (*Consolação a Múrcia*, IV, 2) nos informa que, necessitada de ajuda, apresentou-se a Areo, filósofo estoico de Augusto, que a consolara e reconheceu que esse feito a ajudou bastante.

*Illa in primo feruore, cum maxime impatientes ferocesque miseriae, consolandam se Areo, philosopho uiri sui, praebuit, et multum eam rem profuisse sibi confessa est. (SÊNeca, Consolatória a Múrcia, IV, 2)<sup>21</sup>*

Ela, no meio da primeira comoção, quando as misérias são verdadeiramente intoleráveis e atrozés, confiou-se a Areo, filósofo de seu marido, para ser consolada e reconheceu que isso lhe foi muito útil.

De acordo com Witlox (1934, p. XVII), somente se a consolatória fosse escrita imediatamente depois do ano 9 a.C., seria uma verdadeira e autêntica consolação, elaborada e divulgada com um propósito filosófico – fármaco. Cumpre também uma função didática, pois manifesta e direciona os comportamentos aceitáveis frente à morte. Desse modo, o argumento sobre o qual nos respaldamos, de que o texto compreende ao período em que Augusto ainda estava vivo, pode ser usado contra uma datação muito tardia da consolatória, uma vez que o autor apresenta que está familiarizado com os núcleos temáticos e com as representações dos membros da *domus* imperial. Álvaro Sánchez-Ostiz, em seu trabalho, *Periit dux pro patria. Consuelo, encomio y epitáfio en el Epicedion de morte Drusi* (2001, p. 119), nos informa que a concordância entre a atuação política de Augusto e a temática da consolatória permite-nos atribuir a data de fabricação do texto ao contexto augustano.

Vimos que a forma de compreender o documento se modifica em decorrência dos cenários temporais apresentados. Nas análises supracitadas, a força do *exemplum* frente à morte motiva a escrita do texto e pode ser renovado ou reinterpretado para atender às contingências específicas (políticas, emocionais ou sociais). Ao mesmo tempo, as interpretações dos cenários políticos da corte imperial nos levam a compreendê-lo também como um exercício retórico que

---

<sup>21</sup> De acordo com Omena (2007, p. 62), “Sêneca nasceu entre os anos de 4 e 1 a.C. e sua morte é datada de 65 d.C., período em que, em termos políticos, se caracteriza pelo processo de concentração de poder nas mãos do príncipe”. Dyeenmes Procópio de Carvalho (2021, p. 16), informa que “Sêneca é tido como um dos grandes expoentes do estoicismo no período imperial romano. Embora ele se proponha a expor os aspectos basilares dos preceitos básicos da *stoa*, é perceptível que ele se vale desse repertório estoico anterior adaptando-o ou aplicando-o ao contexto do Principado (GRIFFIN, 2011: XV). Sêneca expõe esse estoicismo peculiar em suas diversas obras que são compostas por epístolas (*Epístolas Morais*), cartas consolatórias (*Consolatória à Hélvia*, *Consolatória a Políbio*, *Consolatória à Múrcia*), tragédias (*Hércules*, *As troianas*, *As fenícias*, *Medeia*, *Fedra*, *Édipo*, *Agamênon*, *Tiestes*, *Hércules*, *Otávia*), *Apocoloquintose*, *Questões Naturais*, e os seus diversos tratados (*Sobre a Ira*, *Sobre a Clemência*, *Sobre os Benefícios*, *Sobre a Brevidade da Vida*, *Sobre a Tranquilidade de ânimo*, *Sobre o Ócio*, *Sobre a Constância do sábio*, *Sobre a Providência*)”. Para consulta do documento e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1932.

manifesta as projeções políticas do autor em favor da *gens Claudia*. Nos interessa, portanto, problematizar e analisar a utilidade da *Consolatória a Lúvia* como um documento representativo e que muito contribui para os estudos no Brasil que compreendem ao governo de Augusto.

O texto acentua, a partir da morte de Druso, os núcleos temáticos e as representações típicas e características à época augustana, como a questão da *iustitium* e do *luctus publicus* dentro da *domus* imperial. Compreendemos que, ao finalizar a narrativa com o depósito das cinzas de Druso no Mausoléu e negligenciar as referências póstumas ao *funus*, o autor busca centrar sua narrativa nas práticas mortuárias e sinaliza como essa morte foi vivenciada pela *domus* do imperador e pelos habitantes da cidade. Isso nos conduz a compreender que a narrativa prioriza apresentar os elementos que pareciam ser contemporâneos aos fatos. Sendo assim, optamos por manusear a documentação em um recorte temporal que compreende à época de Augusto. Um texto que foi escrito em uma ocasião histórica específica, a morte e o funeral de Druso, que, de fato, ocorreu anteriormente à data real de sua composição e que reforça a notável representatividade da literatura para a *domus* de Augusto.

## **1.2 – Contextualizando a *Consolatória a Lúvia*: a problemática da autoria.**

Para estudar a *Consolatória a Lúvia*, além da discutível data de composição, encaramos também certa dificuldade a respeito do nome de seu autor, o que se mostrou como um desafio no começo de nossas leituras e análises. Afinal, os materiais divulgados na atualidade (escritos ou audiovisuais) alinham-se aos interesses do capital e da autopromoção. A marca autoral dedica-se em favor da publicização dos nomes por intermédio de entrevistas, palestras, conferências, vendas e saldos positivos – da conta bancária ao número de tiragens que são emitidas do material. Destacamos que o texto nos chega de forma anônima. Logo, a ausência de referências e a fragmentação dos traços autorais na narrativa nos permite chamá-lo no decorrer de nossas análises de autor anônimo, ou, simplesmente, anônimo.

Tom Geue (2019), em *Author Unknown, the power of anonymity in Ancient Rome*, apresenta um acentuado debate a respeito de textos que carecem de enquadramentos autorais e contextuais. Essas narrativas, segundo Geue (2019, p. 12), “[...] não são órfãs ou negligenciadas da tradição literária, mas as circunstâncias de suas privações as servem e acrescentam a elas de formas variadas”. Relativo às hipóteses do anonimato, podemos inferir que, se considerarmos que as primeiras fases da transmissão da consolatória datam a partir do século XV (ROLÁN e SAQUERO, 1993, p. 61; PEIRANO, 2012, p. 2014), uma das análises possíveis é que as

referências ao nome do autor possam ter sido perdidas entre os manuscritos medievais. Válida também é a hipótese de que o autor anônimo tenha optado por renunciar sua autoria ao texto e a narrativa tenha circulado intencionalmente de forma anônima desde sua produção. Segundo Geue (2019, p. 13), esse cenário constitui uma estratégia de sobrevivência do anônimo e também para que o texto consiga circular no contexto em que foi publicado.

Utilizamos também os argumentos de Geue, em *Juvenal and the Poetics of Anonymity* (2017), que analisa algumas obras classificadas como sendo de autoria de Juvenal. Em sua análise considera necessária a compreensão de que a prática de divulgação literária para os romanos se respalda principalmente na recitação, uma vez que os autores estavam constantemente em reuniões com a intenção de contar ou recitar seus textos para grupos mais íntimos de pessoas, ou mesmo em audiências públicas (GEUE, 2017, p. 2). Fundamentais à literatura, esses encontros de recitações compunham os sistemas sociais que sustentavam o governo de Augusto, em que as imagens e discursos divulgados representavam e sinalizavam espaços de negociação, contestação e afirmação da dinâmica social (TATUM, 1997, p. 482 – 483).

John Marincola, em *Ancient audiences and expectations* (2009), define *recitatio* como um encontro privado – em algumas ocasiões realizados em locais públicos – composto por um grupo de amigos do autor que, ao ouvirem o texto, faziam críticas e sugestões (MARINCOLA, 2009, p. 13). Desse modo, se a prática da oralidade literária fazia com que o autor sociabilizasse com o público e estivesse presente a partir de sua materialidade nas recitações, não seria necessário depositar nenhuma marca autoral no texto (GEUE, 2017, p. 2). De acordo com Raymond Starr, em seu artigo *The circulation of Literary Texts in the Roman World* (1987), a propagação de um texto se iniciaria em círculos mais fechados e íntimos, alargando-se, posteriormente, a um público mais amplo. Uma vez que o trabalho foi elaborado, os autores poderiam também enviar uma cópia a um amigo próximo para comentários e críticas (STARR, 1987, p. 213).

A composição dos círculos literários era determinada principalmente pelas relações de proximidade e poderiam ser influenciadas pelo *status* social. Esse grupo poderia ser formado por amigos do autor, ou de forma geral, por pessoas que ele já mantinha contato social, inclusive *mecenas e clientes* (STARR, 1987, p. 213). Um autor antigo poderia disponibilizar um texto de diversas maneiras: em primeiro lugar, ele poderia enviar uma versão de presente a um amigo, sem impor restrições quanto à cópia do seu conteúdo; ele poderia recitar a obra para amigos e

permitir que mandassem fazer transcrições do conteúdo; em outra possibilidade o autor poderia depositar um exemplar em uma das grandes bibliotecas públicas e o seu conteúdo poderia ser copiado por qualquer pessoa que pretendesse (STARR, 1987, p. 216).

Se considerarmos que a prática literária à época do Principado de Augusto buscava realçar os comportamentos esperados pelos leitores ouvintes, pois enfatizava e fornecia organicidade aos papéis sociais e às relações estabelecidas em sociedade, a literatura em Roma articulava as diversas maneiras que as experiências daquela sociedade poderiam ser canalizadas para a escrita e para a oralidade (FOX, 2007, p. 369). Estabelecia-se, portanto, formas de sociabilização. É necessário pontuar também que houve uma transformação durante o período imperial em relação aos textos literários, pois esses últimos acompanhavam o movimento de expansão do território, sendo cada vez mais divulgados. Na medida em que os textos viajavam amplamente e alcançavam comunidades de leitura de lugares distantes, ou até próximas, os autores poderiam ser mais anônimos do que nunca (GEUE, 2017, p. 18).

Assim sendo, a distribuição desses discursos nos indica que não era complicado que qualquer escrito circulasse sem nome e que a elaboração e disponibilização dessas narrativas vinculavam-se à vida pública e à política contemporânea aos fatos (MARINCOLA, 2009, p. 22).

Ela estava intimamente ligada à vida pública da cidade e contava com um propósito educativo e utilitário: a história de Roma e de seus grandes líderes pretendia fomentar um espírito semelhante naqueles que vieram depois. Isso deu à história uma grande importância, mas também significou que a história não poderia desvincular-se da política e da vida pública contemporânea (MARINCOLA, 2009, p. 22).

Levando em consideração que as formas de comunicação entre o *Princeps* e os habitantes da cidade poderiam ser realizadas de formas verbais ou não e baseavam-se na articulação e transmissão de ideias (GOLG, 2012, p. 306; MILES, 2005, p. 29), a poesia que narra os acontecimentos da morte de Druso, ao ser divulgada, dialoga com as dimensões do privado e do público – do poético ao histórico – e o seu conteúdo se harmoniza com as preocupações sociopolíticas da época. Uma vez que assinar o texto afirmava a propriedade do material nos círculos da elite romana, sua divulgação poderia compor uma rede de prestígio, caso o seu conteúdo tivesse efeitos positivos para as relações sociais de seus autores, bem como um efeito negativo, como perseguições (GEUE, 2017, p. 12).

Para Geue (2017, p. 9), o livro de James Uden marca o fim “histórico” do pêndulo ‘historicidade – literariedade’, pois explora a documentação, nesse caso de Juvenal, como um autor de seu tempo. Assim o faremos. Iremos considerar o anonimato do texto que consola Lívía e apreender o conteúdo desenvolvido em seus versos. No desenvolver da pesquisa, percebemos que para analisar a narrativa, a busca por uma figura história que assina o texto não é obrigatória. A narrativa funciona por si só: é um documento que transmite as atitudes dos principais personagens da *domus* imperial e da sociedade romana no contexto da morte de Druso. Uma das conclusões possíveis à questão da autoria anônima é dada pelas respostas “ninguém” ou “não tenho certeza” (UDEN, 2015, p. 5). É nesse sentido que decidimos encarar as ausências de identificação do anônimo na *Consolatória a Lívía*. Não como um problema que paralisa ou impossibilita nossas análises, mas uma condição específica do documento que propomos investigar.

Segundo Han Baltussen (2013, p. XIV), é capaz de escrever um texto consolatório quem possui as habilidades e a posição social de articular as preocupações e tristezas comuns em um momento de crise pessoal ou comunitária. Além disso, é necessário que o autor tenha proximidade com a pessoa ou o com grupo que passa por algum infortúnio. Entre os versos 7 e 10, ao questionar se alguém se atreverá a dizer as condições do luto de Lívía, o autor anônimo anuncia a dificuldade em consolar a mãe enlutada. Ainda lembra que, embora seja fácil tecer frases e palavras corajosas na dor de outra pessoa, a aflição pela morte de Druso atingiu a todos.

*et quisquam leges audet tibi dicere flendi?  
et quisquam lacrimas temperat ore tuas?  
hei mihi, quam facile est, quamuis hoc contigit omnes,  
alterius luctu fortia uerba loqui. (Consolatória a Lívía, vv. 7–10).*

E alguém tem a ousadia de ditar-te leis para lamentar-te? Alguém impede tuas lágrimas em teu rosto? Ai de mim, quão fácil é dizer palavras de força no luto de outra pessoa, ainda que esse luto atinja a todos nós.

A partir da análise dos versos que introduzem a narrativa, o anônimo demonstra certa proximidade com a *domus* de Augusto. Essa proximidade recebe destaque novamente entre os versos 345 e 352, pois indica que mantém registros das ações de Lívía e que as palavras que fluem de sua *principis* boca não podem passar despercebidas.

*quid deceat Drusi matrem matremque Neronis  
adspice, quo surgas, adspice, mane toro.  
non eadem uulgusque decent et lumina rerum:*

*est quod praecipuum debeat ista domus.  
imposuit te alto Fortuna locumque tueri  
iussit honoratum: Liuia, perfer onus.  
ad te oculos auresque trahis, tua facta notamus,  
nec uox missa potest principis ore tegi. (Consolatória a Lúvia, vv. 345–352).*

Veja o que convém à mãe de Druso e à mãe de Nero, pense de qual leito te levantas pela manhã. Não convém o mesmo ao povo que às luzes do mundo. A ti a Fortuna te colocou no topo e te ordenou manter esse posto de honra: suporta, Lúvia, esta obrigação até o final. Para ti atraís olhos e ouvidos, de teus atos levamos conta e não podes passar inadvertida a palavra que sai de sua principal boca.

Ao sinalizar que as ações de Lúvia não passavam despercebidas e que deveria se comportar como um exemplo de virtude, o anônimo define um local de privilégio, não somente da *matrona* enlutada, mas também, como veremos a seguir, demonstra proximidade e preferência ao apoio político à *gens Claudia*. Por isso, em nossas hipóteses, inferimos que o autor anônimo talvez seja algum indivíduo próximo ao grupo de Lúvia, pois em seu discurso, projeta, a partir do contexto da morte de Druso, sua relação com a sucessão imperial. Além disso, é plausível considerar certa proximidade com os feitos dos personagens principais da *domus* imperial. Como exemplo, utilizando do recurso poético-retórico, assegura ter visto Tibério derramar lágrimas quando este encontra o corpo do irmão, em uma expressão que traduzia dor.

*uidimus attonitum fraterna morte Neronem  
pallida promissa flere per ora coma  
dissimilemque sui, uultu profitente dolorem:  
hei mihi, quam toto luctus in ore fuit.  
tu tamen extremo moriturum tempore fratrem  
uidisti, lacrimas uidit et ille tuas  
affigique suis moriens tua pectora sensit  
et tenuit uultu lumina fixa tuo,  
lumina caerulea iam iamque natantia morte,  
lumina fraternas iam subitura manus. (Consolatória a Lúvia, vv. 85–94).*

Temos visto a Nero, atordoado pela morte de seu irmão, derramar lágrimas por seu rosto desencaixado, com os cabelos soltos e sem se parecer a si mesmo, com uma expressão que somente deixa expressar a dor: Ai de mim, quanta aflição havia em todo seu semblante! No entanto, tu pudeste ver a teu irmão a ponto de morrer no último instante; ele, por sua parte, viu tuas lágrimas e moribundo sentiu teu peito que se apertava ao seu e manteve seus olhos cravados em teu rosto, olhos que cada vez mais naufragavam no escuro mar da morte, olhos que iam fechar as mãos fraternas.

A análise dos últimos versos supracitados faz com que alguns pesquisadores concordem que o anônimo deve ter pertencido às classes superiores da ordem dos equestres: aquelas as quais Augusto escolhia os seus membros e era mais próximo (FRASCETTI, 1996, p. 191; URSINI, 2014, p. 93). Destacamos também o trecho em que a narrativa recorda as mortes anteriores à de Druso que a *domus* de Augusto enfrentou. A saber: Marco Vipsânio Agripa, fiel colaborador de Augusto (64/62 a.C. – 12 a.C.; Marcelo (41 a.C – 23 a.C.), filho de Otávia Menor, irmã de Augusto, que se casou com Júlia no ano de 25 a.C. (DION CÁSSIO, LIII, 27, 5; SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 63) e Otávia, irmã de Augusto (69 a.C. – 11 a.C.):

*uidimus erepta maerentem stirpe sororis:  
luctus, ut in Druso, publicus ille fuit;  
condidit Agrippam quo te, Marcelle, sepulcro,  
et cepit generos iam locus ille duos;  
uix posito Agrippa tumuli bene ianua clausa est,  
percipit officium funeris ecce soror.  
ecce ter ante datis iactura nouissima Drusus  
a magno lacrimas Caesare quartus habet. (Consolatória a Lúvia, vv. 65-72).*

O temos visto afligido pela perda da prole de sua irmã. Também aquela, como no caso de Druso, foi uma dor compartilhada por todos. Ele enterrou Agripa na mesma tumba que a ti, Marcelo, e já aquele lugar acolheu aos dois genros; quando se enterrou Agripa, a porta do sepulcro foi fechada com força: sua irmã lhe faz sentir seu dever fúnebre. Depois das três perdas anteriores, eis aqui que a última, Druso, recebe em quarto lugar as lágrimas do grande César.

Ao relatar essa sequência de mortes na *domus* imperial, o anônimo reforça sua proximidade ao grupo de Augusto (Horácio, Ovídio, Tito Lúvio) e sinaliza que as atitudes e as movimentações dos integrantes dessa família eram importantes. Segundo nos informa Richard Saller, em *Personal Patronage under the Early Empire* (1982, p. 138 e 139), a cultura literária forneceu diferentes oportunidades para o estabelecimento de relações de troca recíproca entre membros das ordens senatorial e equestre; o cultivo e a prática literária entre os membros da aristocracia com interesses comuns integravam de forma social e cultural diversos grupos. Dessa maneira, compreendemos que era importante mostrar as redes de apoio de Augusto para legitimar e fortalecer seu poder. Além disso, as atividades domésticas, no contexto da *domus* do *Princeps*, que eram realizadas em ambiente público, rememoravam valores, corroboravam a construção de um modelo comportamental e reconheciam um ideal de identidade política e social. A família imperial tornava-se instituição pública (SEVERY, 2003, p. 214).

Os versos de 65 a 72 indicam também a preocupação da família do *Princeps* com a memória e a execução dos rituais da morte. A respeito disso, no contexto de criação de obras para honrar seu nome, o nome de sua família e produzir imagens relacionáveis à renovação de Roma, em 29 a.C., Augusto decide construir seu Mausoléu, finalizado em 23 a.C. A partir do empreendimento, “[...] Augusto divulgava a reestruturação física da *urbs*, bem como a *ciuitas* de Roma e [...] procurava produzir imagens que se distanciavam dos conflitos sociais e políticos da guerra civil” (OMENA, FUNARI, 2016, p. 85). Ademais, é um forte indicativo de que a família era uma instituição importante e vinculada à *concordia*; o edifício, portanto, evocaria a memória de um passado comum vinculado à *Res Publica* (RAWSON, 1999 p. 210; HOPE, 2000, p. 127; OMENA, FUNARI, 2016, p. 95).<sup>22</sup>

No texto, o único detalhe que o autor nos fornece sobre a sua identificação é a respeito do seu grupo social: se insere como participante da ordem dos equestres e que, nessa qualidade, esteve presente nas exéquias de Druso. Ao descrever o momento, o anônimo sinaliza que todos se juntam em choro pela perda do cônsul.

*obuia turba ruit lacrimisque rigantibus ora  
consulis erepti publica damna refert.  
omnibus idem oculi, par est concordia flendi:  
funeris exequiis adsumus omnis eques (Consolatória a Lúvia, vv. 199 – 202).*

A multidão irrompe ao passo do cortejo e com lágrimas que banham os seus rostos declaram infortúnio público à perda do cônsul. Todos têm o mesmo olhar, todos os corações se reúnem no pranto: assistimos, toda a ordem dos cavaleiros, às exéquias fúnebres.

Em vista disso, as evidências que o anônimo fornece para a sua identificação nos chegam não como um detalhe biográfico. Essa condição nos permite apenas localizá-lo dentro

---

<sup>22</sup> Omena e Funari, em *Tecendo o fio entre memória e morte à luz do túmulo de Otávio Augusto* (2016), realizam um debate a respeito dos enterramentos no Mausoléu vinculados às questões políticas e apresentam uma breve sequência de enterramentos no edifício: “[...] Marcelo é o primeiro a ser enterrado no complexo sepulcral em 23 a.C. e, um ano após a sua morte, temos o falecimento de sua mãe, Otávia. Podemos considerar também que, em 12 a.C., Augusto supervisionou o funeral de seu amigo e general Marco Vipsânio Agripa, que ocupou funções públicas como a Censura, o Tribunato e, por duas vezes, o Consulado. Três anos mais tarde, em 9 a.C., Druso Maior, filho de Lúvia, morreu e suas cinzas foram depositadas no *mausoleum*. [...] os dois últimos enterros supervisionados pelo imperador foram, provavelmente, Lúcio, em 2 a.C., e Caio César, em 4 a.C., netos e herdeiros políticos. Vale dizer que Augusto teve os seus restos mortais depositados no mausoléu em 14 e, ao longo do século seguinte, Germânico, Lúvia e Agripina Maior foram ali sepultados. [...] Agripina, filha de Júlia e Agripa, neta direta de Augusto e, como sabemos, esposa de Germânico, em 37, quando seu filho Calígula (37-41) assumiu a *potestas*, teve seus restos mortais transportados para o *Mausoleum* de Augusto [...] o monumento de Augusto agregou ainda os restos mortais de Druso Menos, Britânico, Popeia, esposa de Nero (54-68), os imperadores Tibério (14-37), Cláudio (41-54), talvez Vespasiano (69-79) e, por fim, em 98, Nerva (96-98)” (OMENA, FUNARI, 2016, p. 79 – 81).

de um grupo que vivenciou, com certa proximidade, a situação trágica da morte de Druso. A partir da linguagem poética-retórica, decidiu escrever essa obra que consola Lívía e evidencia não só sua retidão, mas enaltece também a família a qual participava, além de apresentar o convívio e os espaços de disputas entre as duas *gentes*. Francesco Ursini, em *Sul problema dell'autenticità e della datazione della Consolatio ad Liviam* (2014, p. 95), acredita que a informação apresentada nos últimos versos sinaliza que o texto é 'autêntico', ou seja, foi realmente composto na ocasião da morte de Druso, ou nos meses imediatamente seguintes ao fato. Sendo assim, o anônimo, quem quer que fosse, era conhecido por aqueles que o liam ou o ouviam recitar seu poema. Portanto, não precisaria se apresentar ou se referenciar na obra. Contudo, para nós, a identificação do anônimo como integrante da ordem dos equestres é apenas uma referência geral à sua posição social, já que muitos dos poetas *augustanos* pertenciam à categoria equestre. Logo, esta evidência não é forte o suficiente para ser um marcador de identidade autoral (TAYLOR, 1968; PEIRANO, 2012, p. 216).

Ao examinar a composição métrica e estilística da *Consolatória a Lívía*, Bickel (1950) desconsidera aproximações com as publicações de Ovídio; no entanto, alguns pesquisadores que se ocuparam com a problemática da autoria do texto (ROSTAGNI, 1964; STEELE, 1933 *apud* COGITORE, 1994, p. 1095), identificam *ecos ovidianos* nas obras publicadas depois de 9 a.C. (*Tristes*, *Pónticas*, *Heroidas*, *Fastos e Metamorfoses*). Em suas hipóteses, consideram a possibilidade de que, no momento de seu exílio, Ovídio compôs o texto consolatório como estratégia para que pudesse retornar à Roma. Para Peirano (2012, p. 208), é bem provável que o poema tenha sido escrito por Ovídio, já que o conteúdo do texto se assemelha com sua poesia tardia, escrita após seu exílio no ano de 8 d.C. Um dos argumentos que respalda sua defesa consiste na análise dos versos 119 e 120 da consolatória em comparação com a descrição de Ovídio, em *Tristes* (I, 3. 42) da oração chorosa de sua esposa na noite em que o poeta foi enviado para o exílio.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> A família de Públio Ovídio Nasão (43 a.C. – 17/18 d.C.) pertencia à ordem dos equestres. No entanto, dedicou-se ao ingresso às escolas retóricas e apresentava gosto pela poesia (GREEN, 2011, p. 13). Segundo Mariana Carrijo Medeiros (2015), “[...] A vida poética de Ovídio pode ser dividida em fases, ou melhor, em três fases específicas (VOLK, 2010, p. 6). De acordo com Peter Knox e Katharina Volk, nos primeiros 25 anos de sua carreira Ovídio dedicou-se, sobretudo, ao gênero elegíaco com foco em temas amorosos (VOLK, 2010, p. 6; KNOX, 2009, p. 6), produzindo obras como *Amores*, *Epistulae Heroidum*, *Ars Amatoria* e *Remedia Amoris*. Foi neste período que produziu também a obra *Medicamina Faciei Femineae*. Nos anos posteriores a esta fase, até a data de seu exílio, em 8 d.C., o poeta produziu *Metamorphoseon Libri* e *Fasti*. Já em seu exílio [...] o poeta teria trabalhado com *Tristia*, *Epistulae ex Ponto* e *Ibis* (VOLK, 2010, p. 6). Se datar estas obras que nos chegaram em forma de vestígios e rastros constitui um exercício árduo e impreciso, datar as obras perdidas que se supõe serem de autoria de Ovídio possui um grau de imprecisão ainda maior. Das obras que os historiadores acreditam estar perdidas, a tragédia

*tandem ubi per lacrimas licuit, sic flebilis, orsa est  
singultu medios impediende sonos. (Consolatória a Lúvia, vv. 119 – 120).*

Por fim, quando as lágrimas lhe foram permitidas, assim, inundada em pranto, começou a falar com soluços que entrecortavam suas palavras

*uxor amans flentem flens acrius ipsa tenebat,  
imbre per indignas usque cadente genas. (OVÍDIO, Tristia, I, 17 – 18)<sup>24</sup>*

Minha amada esposa estava em meus braços e enquanto eu chorava, ela chorava mais amargamente, e suas lágrimas inundavam constantemente suas bochechas inocentes.

Dessa forma, de acordo com Peirano (2012, p. 211), o autor da consolatória adotou uma linha ovidiana ao descrever o choro de uma mulher, pois estabeleceu referência à esposa do imperador, Lúvia, que é retratada em uma situação igualmente angustiante. A seguir, destacamos alguns trechos em que, possivelmente, o autor do poema fúnebre foi inspirado ou inspirou a representação favorita de Ovídio sobre Lúvia como *femina princeps*. Na ocasião, compara as atitudes de Antônia Menor (36 a.C. – 37 d.C.), esposa de Druso, com as de Lúvia:

*femina tu princeps, tu filia Caesaris illi  
nec minor es magni coniuge uisa Iouis (Consolatória a Lúvia, vv. 303-304).*

Tua mulher era a principal, tu eras para ele como a filha de César e não lhe parecia inferior à esposa do grande Júpiter.

*femina sed princeps, in qua Fortuna videre  
se probat et caecae crimina falsa tulit:  
qua nihil in terris ad finem solis ab ortu  
clarius excepto Caesare mundus habet. (OVÍDIO, Pônticas, III. I. 125 – 128)<sup>25</sup>*

mas a principal das mulheres prova que a Fortuna tem o poder da visão e tem de forma falsa, carrega uma carga cegamente, do que quem o universo não

---

*Medea* se faz presente no consenso de muitos estudiosos, mesmo que alguns deles acreditem que as obras consideradas perdidas sejam inautênticas” (MEDEIROS, 2015, p. 29).

<sup>24</sup> De acordo com Medeiros (2015, p. 36 – 37), “Logo no início de seu desterro, o poeta escreveu os cinco livros de *Tristia*, entre 9 d.C. e 12 d.C. (ROSATI, 2011, p. 48) e os três primeiros livros de *Epistulae Ex Ponto*, aproximadamente entre 12 d.C. e 13 d.C., e o quarto e último livro desta obra, por realizar menção à morte de Augusto em 14 d.C., provavelmente foi publicado apenas após a morte do poeta (VOLK, 2010, p. 15). *Tristia* constituiu uma elegia por ser um canto choroso no qual o poeta narra a forma como foi banido para Tomos e lamenta a passagem de seus dias neste local”. Para consulta do documento e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1924.

<sup>25</sup> Segundo nos informa Medeiros (2015, p. 37), “[...] em *Epistulae Ex Ponto*, Ovídio endereça as missivas a destinatários nomeados: amigos, esposa e familiares, as quais são caracterizadas como cartas reais (VOLK, 2010, p. 15), além de possuírem o mesmo apelo abordado em *Tristia*: a súplica para que seu desterro seja reconsiderado e que ele possa voltar a viver em Roma”. Utilizamos a versão da LOEB Classical Library (1924) para consulta e tradução do excerto.

possui nada mais ilustre desde o nascer do sol até seu pôr, exceto apenas para César.

*femina seu princeps omnes tibi culta per anos  
te docet exemplum coniugis esse bonae,  
adsimilemque sui longa adsuetudine fecit,  
grandia si paruis adsimilare licet.* (OVÍDIO, *Tristia*, I, VI, 24 – 25).

se a principal das mulheres, reverenciada por ti através de todos os anos, te ensina a ser o modelo de uma boa esposa e você com longo treinamento te tornou semelhante a ela mesma - se é lícito comparar as grandes coisas às pequenas.

Nota-se que enquanto Lívía é retratada como *esposa do grande Júpiter – magni coniuge uisa Iouis*, a principal ou a primeira das mulheres – *femina sed princeps; femina seu princeps*, Antônia é comparada e associada ao *exemplum* e à *pudicitia* de Lívía. Notável também são as passagens em que Ovídio se dirige a Lívía diretamente reconhecendo os feitos de Druso. A partir desse feito, ganhou o sobrenome da terra conquistada (*cognomina terries*) e que, ao mesmo tempo, é o motivo de sua morte (*et mortem et nomen Druso Germania fecit*):

*Drusus in his meruit quondam cognomina terries,  
quae bona pregenies, digna parente, tulit.* (OVÍDIO, *Tristia*, IV, II, 39 – 40)

Druso certa vez ganhou nesta terra [Germânia] um sobrenome, que seu filho, digno de seu pai, adotou com justiça.

*et mortem et nomen Druso Germania fecit-  
me miserum, uirtus quam breuis illa fuit* (OVÍDIO, *Fastos*, I, 597 – 598)<sup>26</sup>

À morte de Druso deve-se à Germânia e aos seus títulos, ai de mim, que toda essa virtude durou pouco tempo.

Ainda segundo Peirano (2012, p. 213), a expressão presente no verso 472 do texto consolatório (*parsque tui partus sit tibi salua prior*) é uma variação sutil da frase de Ovídio presente em *Pônticas* (II, VIII, 45 – 48), pois ambas apresentam que Druso, sendo o único do

---

<sup>26</sup> No Capítulo 3 de nossa dissertação contemplaremos a obra *Fastos*, de Ovídio, já que apresenta um calendário religioso que engloba a celebração dos *Parentalia* (festividade religiosa que acontecia entre os dias 13 e 21 de fevereiro, evidenciando a *pietas* e as homenagens aos mortos (DOLANSKY, 2011, p. 126; TREGGIARI, 1971, p. 139; OMENA & FUNARI, 2018). Os *Fasti*, por mais que não retratem diretamente a *domus* imperial, nos ajudam a compreender a importância do culto aos mortos à época augustana. Portanto, nossa leitura será pautada na investigação dos rituais da morte, na importância em se realizar uma comemoração aos mortos e no que acontece quando não são realizados os devidos rituais. Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1931.

par de irmãos a ter sucumbido (*pars... sola caduca*), é substituído pela imagem do outro irmão que ainda está vivo (*parsque... salua prior*).

*est tibi, sitque precor, multorum filius instar  
parsque tui partus sit tibi salua prior (Consolatória a Livia, vv. 471–472).*

A ti te resta, e peço que assim seja, um filho que vale por muitos e oxalá te conserve são e salvo o primeiro fruto de teu parto.

*Sic tibi uir sospes, sic sint cum prole nepotes, cumque bonis nuribus quod peperere nurus. Sic, quem dira tibi rapuit Germania Drusum, pars fuerit partus sola caduca tui (OVÍDIO, Pônticas, II.VIII, 45 – 48).*

Assim, que seu marido esteja seguro, seus netos e seus filhos também, e os filhos de suas noras com suas boas esposas, e que Druso, que a assustadora Germânia arrancou de você, seja a única parte de sua prole a cair.

Segundo as análises de Richmond (1981, p. 2778), a consolatória é uma fonte comum aos escritos de Sêneca e poderia até ter sido escrita pelo próprio Augusto, já que, segundo Suetônio (*Vida Cláudio*, 5), o *Princeps* pronunciou o elogio fúnebre de Druso e, não contente com o feito, escreveu também um epitáfio em versos e uma biografia para o jovem.

*nec contentus elogium tumulo eius uersibus a se compositis insculpsisse,  
etiam uitae memoriam prosa oratione composuit (SUETÔNIO, Vida de Cláudio, I, 5).*

E não satisfeito de ter gravado no seu túmulo um epitáfio em versos, realizado por ele mesmo, redigiu também, em prosa, memórias da vida dele.

Fundamentados nas informações fornecidas pela narrativa, sabemos que, mesmo com a ausência de identificação da autoria, possivelmente era um cavaleiro romano que se dedicava à poesia e foi contemporâneo às exéquias de Druso, pois apresenta as atitudes dos principais personagens da *domus* imperial no contexto da morte do jovem. Ademais, é provável que tenha presenciado o discurso direto de Livia (vv. 121 – 164), acompanhado a multidão na procissão fúnebre (vv. 199 – 202) e conferido o pronunciamento da *laudatio* de Augusto para o jovem (vv. 209 – 210). Portanto, é plausível uma relação de proximidade aos ciclos mais íntimos da *domus* de Augusto.

Como sinalizamos, diversos pesquisadores desde o século XV tem dúvidas a respeito dos possíveis caminhos para reconhecer a autoria da *Consolatória a Livia*. Fica para nós, os que reinterpretem e fabricam enredos das diversas obras do passado que nos chegam no

presente, a difícil tentativa de encaixar os textos no *corpus* documental de autores que são personificados por meio de vários dispositivos de ‘assinatura’ (PEIRANO, 2012, p. 205). De acordo com o que a historiografia apresenta, mesmo que seja divulgado entre as obras de Ovídio (ou Pseudo-Ovídio), acreditamos que a autenticidade do texto consolatório não deve necessariamente ser atribuída ao autor, mas como local cronológico próximo à morte de Druso.

Embora nossa vontade de identificar o anônimo seja latente – pois os nomes familiarizam e domesticam o nosso olhar aos vestígios do passado –, até o presente momento sua identidade não é acessível. A partir do debate a respeito da circularidade dos textos na Antiguidade não temos como garantir se as informações do manuscrito (como autoria e data) foram perdidas ou se o anônimo propositalmente quis se distanciar da autoria, considerando um contexto de perseguição política. Contudo, a hipótese de que o autor tenha optado pelo anonimato é exequível, uma vez que compreendemos que a provável escolha do anonimato pelo autor da *Consolatória a Lúvia* se baseia no seu forte apoio a *gens Claudia*, representada no texto por Lúvia, Tibério e Druso, para a sucessão de Augusto.

Fábio Favarsani, em seu artigo *Ékphrasis e as fronteiras da descrição em Tácito* (2015), apresenta um debate a respeito da produção e divulgação de textos históricos à época do Principado. Segundo Favarsani (2015, p. 47): “Os historiadores eram aristocratas envolvidos em disputas pelo poder e devem ser vistos como tais, compreendendo-se sua própria obra como ação política de um aristocrata e não como mera e descompromissada atividade literária”. Dessa forma, embora o tema da consolatória seja a morte de Druso, a personagem central do texto, antes de Druso e da exaltação dos seus feitos, é Lúvia Drusila: a remetente da composição deve, agora, mesmo em luto, se preocupar com as questões relacionadas à sucessão e ao poder político.

O enredo da consolatória, que compreende o ambiente imperial e que trata sobre uma morte pública, estabelece vínculos notáveis entre a poesia e as instituições públicas (GAMEL, 2012, p. 348). Se apresenta não só como um discurso pedagógico, ao evidenciar as práticas mortuárias, mas também se preocupa com a questão sucessorial. Logo, se constitui em uma narrativa endereçada à Lúvia que representa sua *gens* e toda sua ancestralidade. Em nossas hipóteses, a obra tem por finalidade reforçar sua imagem e a de seu filho Tibério como aspirantes à sucessão de Augusto. Lúvia deveria se mobilizar de forma ativa nos conflitos e rivalidades que tangiam o poder político e projetar a atuação de Tibério (*gens Claudia*), adotado posteriormente por Augusto, frente aos nomes de Marcelo, Agripa, Caio e Lúcio (*gens Iulia*).

*Pater ei Nero et utrimque origo gentis Claudiae, quamquam mater in Liuiam et mox Iuliam familiam adoptionibus transierit. [...] ubi domum Augusti priuignus introiit, multis aemulis conflictatus est, dum Marcellus et Agrippa, mox Gaius Luciusque Caesares uiguerunt; etiam frater eius Drusus prosperiore ciuium amore erat. (TÁCITO, Anais, VI, LI, 2)<sup>27</sup>*

Filho de Nero, traçou sua origem na *domus Claudia*, embora sua mãe, por sucessivos atos de adoção, tivesse passado para a *domus Iulia*. [...] ele entrou na casa de Augusto na qualidade de enteado e teve que negociar com vários dos seus rivais: durante o apogeu de Marcelo e Agripa e, mais tarde, de Caio e Lúcio César; enquanto até mesmo seu irmão Druso era mais feliz no amor de seus compatriotas. (Grifo nosso)

Em vista disso, é oportuno pressupor que se o anônimo demonstrava apoio a *gens Claudia*, a escolha pelo anonimato como estratégia discursiva de proteção é cabível, uma vez que evitaria possíveis conflitos vinculados ao ambiente da *domus* imperial composta pelas *gentes Iulia e Claudia*. Nesse sentido, decidimos encarar o anonimato da *Consolatória a Lúvia* “[...] não como uma falta paralisante, mas como um efeito constitutivo do texto, uma força fundamental para o seu funcionamento” (GEUE, 2019, p. 13). Isto nos leva a considerar a escrita e divulgação do texto consolatório como um veículo que traduz um conflito público: a finitude humana ao atingir o ambiente imperial envolve a transferência de poder e *status* social. Dessa forma, o contexto fúnebre para os membros da aristocracia encadeava disputas entre as duas *gentes* no que tange o poder político.

Portanto, para o desenvolver das nossas análises a partir da narrativa apresentada pelo autor desconhecido, que nos chega de forma anônima, não nos fundamentamos nas referências sociais as quais se vinculava. Privilegiamos a compreensão do seu conteúdo vinculado ao contexto apresentado, uma vez que a estabilidade da autoria não é uma garantia, ou um direito para compreensão de determinados relatos do passado (GEUE, 2017, p. 71). Compatível a hipótese pela preferência ao anonimato, na medida em que escolhe preservar sua identidade se diluindo ao *populus romanus* que sofre publicamente junto com Lúvia pela perda do jovem – *luctus [...] publicus ille fuit* (*Consolatória a Lúvia*, v. 66) – e não faz referência às suas ligações com famílias importantes, o anônimo busca garantir a permanência dentro dos círculos de poder e sua atuação vinculada à *domus* de Augusto. Considerando que, em torno da sucessão houve disputas entre as famílias e as duas *gentes*, segundo nossas hipóteses, ao favorecer a *gens Claudia*, esconder-se no anonimato de sua obra transformou-se em uma estratégia de sobrevivência para o autor.

---

<sup>27</sup> Para a consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1937.

Até o momento vimos que o anonimato pode ser resultado de eventuais arquivos que foram perdidos em decorrência de algum acidente, bem como pode se constituir por uma estratégia de sobrevivência inegociável do anônimo para que o texto consiga circular no contexto em que foi publicado (GEUE, 2019, p. 13). O desejo de ocultação autoral pode ser entendido como uma tentativa de ‘remoção de si’, uma ‘ausência – demonstrável’ dentro do conteúdo do texto (GEUE, 2017, p. 17). Texto esse que pode ser usado como uma fonte de estudo de como o público entendia seu passado recente à época do Principado de Augusto (PEIRANO, 2012, p. 205) e nos revela os aspectos de sociabilização, negociação e permanências que a morte evoca.

Os diversos nomes apresentados pela historiografia nos chegam como sugestões que indicam e/ou descartam sujeitos para a autoria do texto. Se apresentam apenas como possibilidades que se encaixam, a partir de análises da própria estrutura e comparações entre as diversas narrativas, em possíveis identidades para esse autor anônimo. Sujeito que, segundo supomos, talvez tenha optado por renunciar a autoria do texto, pois compõe o grupo dos personagens associados aos ciclos mais importantes de Augusto, que estaria promovendo o nome de Lívía e, ao mesmo tempo sua *gens*; ou então, reforçando a descendência e ligação de Tibério com as *gentes Iulia e Claudia*.

Ao suprimir o marcador de identidade e não reivindicar fama ou referências na elaboração e divulgação da narrativa, o anônimo compadece pela dor de Lívía e escreve um discurso que poderia, em termos de sentimentos, pertencer a qualquer pessoa. De forma ainda mais especial, quando esse sujeito é membro importante da *domus* imperial. Qualquer um, dotado das técnicas de escrita, poderia ser capaz de consolar Lívía. No entanto, ao assumir o apagamento duplo – autoral e do período de sua escrita – o texto que nos chega de forma anônima nos motiva a projetar essa figura desconhecida como pertencente à categoria de possíveis autores que vivenciavam a *domus* de Augusto, mas que, no momento da sucessão imperial, apoiava a *gens Claudia*. A partir da poética da *Consolatória a Lívía*, presumimos, ainda, que o autor reforçou as disputas em torno da sucessão imperial e práticas mortuárias para que, no movimento de circulação dos textos, as atitudes perante a morte, bem como o respeito ao mundo dos *Manes*, fossem conhecidas e divulgadas. O texto torna-se portanto, útil: consola, reconhece, negocia e educa.

### **1.3 – Motivos para consolar: a prática consolatória.**

Como definir um consolo? Qual era seu objetivo principal? A divulgação dos textos consolatórios realmente foi eficaz? Inúmeras tentativas foram (e são) feitas para que o ser humano saiba lidar com a morte: como oferecer recomendações de comportamentos ou até respostas cabíveis a respeito da condição da finitude humana. Todo ser vivo morre. No entanto, a maneira como essa condição é experimentada por distintas sociedades se constituiu como uma prática social sujeita à historicização. É marcada dentro de um tempo e espaço específicos. Entre as formas de enfrentar a morte, ou determinados infortúnios, a escrita e divulgação dos textos consolatórios tecem sobre a fluidez da dor e fornecem palavras de consolo, ao mesmo tempo em que a apresentam como fato biológico, social e cultural.

Jesús Bermúdez Ramiro, em *Forma literaria y tipología textual. Un estudio sobre las consolaciones latinas* (2010, p. 248), apresenta um estudo a respeito da origem das consolatórias na literatura clássica; a compreende a partir da própria natureza do homem, em sua capacidade de sentir a dor e a necessidade de combatê-la ou domesticá-la. Os escritos que procuram promover a consolação nos oferecem uma oportunidade para o estudo das atitudes perante a morte e das estratégias utilizadas para administrar o tumulto das emoções (BALTUSSEN, 2013, p. XIII). Encarada como um fato universal e experimentada de formas plurais, as respostas à morte e às recomendações ao luto são também expressas de diferentes formas por culturas distintas.

Assim como a morte, as emoções que compõem biologicamente a espécie humana são sentidas e vivenciadas em espaços e grupos sociais distintos. Bárbara Rosenwein, em seu livro *História das emoções, problemas e métodos* (2011, p. 07), nos indica que *comunidades emocionais* se constituem por grupos que compartilham valores comuns em relação aos “sistemas de sentimentos”. Esses últimos são concebidos, direcionados, negados ou construídos socialmente em determinados contextos (ROSENWEIN, 2011, p. 18). Entre as várias maneiras de consolar, o estudo da tradição dos textos consolatórios nos fornece a oportunidade de compreender como as sociedades do passado estabeleciam relações com a morte e destacaram as formas em que as emoções do luto eram sentidas, sugeridas ou até silenciadas.

Os motivos que envolvem a escrita dos textos consolatórios consistem na manipulação de uma série de argumentos racionais (*rationes*) e conselhos (*praecepta*) que um sujeito confere a outro com o objetivo de apaziguar sua dor (RAMIRO, 2010, p. 43 – 44). Dada a fluidez e versatilidade das obras que encontramos com o tema do consolo, entre os possíveis caminhos de análise, em nossa dissertação buscamos situar os textos consolatórios em sua tradição

histórico-filosófica, pois compreendemos esses escritos como uma prática social da consolação. Reconhecemos que a tradição dos textos consolatórios – de endereçamento ou modo reflexivo – apresentam diferenças estruturais, funcionais e ocasionais, onde é destacado o ato persuasivo de modificar a forma de pensar e de agir de algum sujeito que lamenta por algum infortúnio.

Sêneca nos apresenta um tratado, *Sobre a Providência Divina – De Prouidentia* –, que responde a questão do motivo por qual os infortúnios acontecem aos homens bons. Em uma de suas colocações sinaliza que os infortúnios não são bons nem ruins em si, mas favorecem o sofredor a melhorar sua condição. Ao agir como sábio diante das adversidades, pode tornar-se exemplo para os outros; beneficia a comunidade porque ensina ao povo o caminho certo a partir dos seus comportamentos:

[...] *ista quae tu uocas aspera, quae aduersa et abominanda, primum pro ipsis esse quibus accidunt, deinde pro uniuersis, quorum maior diis cura quam singulorum est, post hoc uolentibus accidere ac dignos malo esse, si nolint. His adiciam fato ista sicut recte eadem lege bonis euenire qua sunt boni. Persuadebo deinde tibi, ne umquam boni uiri miserearis; potest enim miser dici, non potest esse.* (SÊNECA, *Sobre a Providência Divina*, 3.1)<sup>28</sup>

[...] por aqueles acontecimentos que vocês chamam de dificuldades, que vocês chamam de adversidades e malditas, são, em primeiro lugar, para o bem das próprias pessoas que passam por elas; em segundo lugar, são para o bem de toda a família humana, pela qual os deuses se preocupam mais do que pelos desprovidos dela. Eu digo que os homens bons desejam que essas coisas aconteçam e, se não quiserem, que essas coisas aconteçam assim por destino, e que acertem os homens bons pela mesma lei que os torna bons. Vou persuadir ao bom homem a nunca lamentar, pois ele pode ser chamado de miserável, mas não o precisa ser.

A *consolatio* latina, escrita ora em prosa, ora em poesia, tem origem grega com o objetivo de amenizar o luto ou aliviar algum tipo de sofrimento. Por ocupar um *locus* distinto de outra literatura, seguindo uma série de convenções em seu conteúdo, não em sua forma, pode ser considerada um tipo literário (FERN, 1941, p. 204). Em uma definição provisória, Han Baltussen, em *Cicero's Consolatio ad se: character, purpose and impact of a curious treatise* (2013, p. XIV), considera que as consolatórias antigas podem ser definidas como uma escrita filosófica que objetiva um propósito prático e assumem um variado suporte teórico e estilístico. Em conformidade, Ana Teresa Marques Gonçalves e Marcelo Miguel de Souza, em *Epopéias: Gênero, Discursos e Ações* (2014) apresentam uma análise a respeito da construção das

---

<sup>28</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1928.

epopeias e afirmam a dificuldade em definir o gênero épico, uma vez que se trata de um conceito amplo:

“[...] gênero funciona como horizonte de expectativa para o leitor. É uma referência a qual se remete, e ao fazer isso concatena suas outras leituras com que esta se defronta. Estabelece padrões e diferenças, e com isso acaba por direcionar a própria maneira como se lê. Essa é uma das proposições mais interessantes ao refletirmos na influência da classificação e conceituação do gênero épico: por pensarmos nela, ela termina por se imiscuir na forma como lemos as obras e como nos relacionamos com sua temática. Conforme a resposta que elaboramos a questão "o que é o épico?" - independente de qual possa ser mais coesa e completa - acreditamos que essa mesma resposta acaba por direcionar a forma como *lemos um épico*, ou seja, o conjunto de analogias subjetivas de construção de sentido que possamos relacionar as obras que tenhamos em mãos” (GONÇALVES, SOUZA, 2014, p. 17).<sup>29</sup>

Desse modo, ao considerar que a morte de Druso é narrada pela consolatória, cria-se uma expectativa no público de leitores e ouvintes. Mesmo que a própria palavra *consolatio* esteja ausente do poema, é um texto que, a partir da análise de seu conteúdo, foi responsabilizado pela historiografia, desde suas primeiras divulgações datadas do século XV, como uma narrativa que consola Lívia. Ressaltamos que Schoonhoven (1992, p. 65 – 69) chama a atenção para a incerteza do título da obra, pois, de acordo com o pesquisador, não é certo que o poema tenha algum título original. A preferência para o estudioso é nomear o documento como *Ad Liuiam De Morte Drusi*, com base nas comparações temáticas dos títulos que sobreviveram (SCHOONHOVEN, 1992, p. 69). O título *Epicedion Drusi* é uma alternativa não anterior à edição de Burnam (1727), no entanto, veremos a seguir que o título *epicedion* sugere que o texto foi lido em frente ao corpo do morto. Essa hipótese não pode ser descartada e destaca a problemática de até que ponto *epicedion* e *consolationes* em verso podem ser diferenciadas (SCOURFIELD, 2013, p. 8).

Por isso, abandonamos a identificação dos textos consolatórios como um gênero, pois mesmo que os motivos para consolar se originam de diversos infortúnios, veremos que, dispersos em sua forma (prosa, versos, cartas ou tratados), respaldados em múltiplos suportes argumentativos e que abordam expressões verbais com um potencial consolador, utilizam em

---

<sup>29</sup> Ao analisar a formulação das epopeias, objetivam “[...] apenas dispor de forma didática alguns elementos constitutivos da narrativa épica que se repetem na produção das epopeias. [...] Como historiadores, percebemos permanências e transformações no ato da escrita possibilitadas por alterações culturais. Temos a nosso dispor múltiplos conceitos, múltiplas chaves interpretativas, múltiplas propostas de análise dos discursos, e não queremos enquadrar a análise das epopeias em nenhuma moldura reflexiva capaz de gerar somente uma visão, de seus relatos” (GONÇALVES, SOUZA, 2014, p. 13 – 14).

seu conteúdo recursos da *praecepta* (conselhos) e *exempla* (exemplos) que podem ser considerados como escritos que se valem dos motivos consoladores (REDONET, 2003, p. 371). Assim, a tradição dos textos consolatórios pode ser definida como escritos de tendência filosófica em que os respectivos autores procuram convencer os leitores a interromper o sofrimento em face dos infortúnios ou oferecem conselhos gerais sobre como superar as adversidades (KIERDORF, 2003, p. 704).

Segundo a definição do *The Oxford Classical Dictionary* (HORNBLLOWER; SPAWFORTH; EIDINOW, 2012, p. 363), os textos consolatórios seriam regularmente acompanhados por expressões de simpatia e por exortações para que o consolado responda à perda de maneira adequada. Atuam em um objetivo duplo: ético, ao moldar comportamentos, e psicológico, ao fornecer palavras de conforto. Embora sejam escritos adaptados de acordo com a situação de cada indivíduo a quem se dirige, as circunstâncias específicas para sua composição e os propósitos do escritor se baseiam nas contribuições de diferentes escolas filosóficas, o que caracteriza uma profusão eclética (HORNBLLOWER; SPAWFORTH; EIDINOW, 2012, p. 363). Os argumentos comumente empregados incluem: o desprezo pelas coisas humanas, um alerta de que os acontecimentos possíveis aos humanos são governados pela Fortuna, o uso de tópicos fixos para o consolo (como a lembrança da condição da finitude humana, a morte como fato inevitável, o tempo que cura as feridas), a necessidade de não se descuidar da própria vida apesar da dor e, principalmente, o convite para conter as formas de lamento excessivas e a não ser dominado pela dor, especialmente em público.<sup>30</sup>

Em *Towards a genre of consolation*, J. H. David Scourfield (2013, p. 12), sinaliza que definir no que consiste a modalidade literária consoladora é uma tarefa árdua, por isso, ao se estudar a escrita das consolatórias, é recomendável ir além da noção puramente de gênero textual, uma vez que o consolo é uma prática social preocupada com o alívio das emoções. Na introdução de John William Basore (*apud* STOWELL, 1999, p. 8) às traduções da LOEB Classical Library para os *Diálogos de Sêneca*, o autor afirma que a *consolatio* é uma “herança dos filósofos que caiu nas mãos dos retóricos [...] que abundam na utilização de argumentos que fazem parte de lugares comuns retóricos e práticas declamatórias de *exempla*”. Essa condição acentua a dificuldade de definição como um gênero poético-literário.

---

<sup>30</sup> Uma vez que a dor compõe o ritual fúnebre, trabalharemos as diferenciações dos vários momentos da dor pela morte de Druso na *Consolatória a Lúvia* no Capítulo 3 de nossa dissertação. Veremos que existiam diversos momentos específicos para a demonstração da dor nos eventos que compunham as práticas mortuárias. Sentir a dor e expressá-la se relacionava ao respeito pela memória do morto, bem como sua perpetuação e de sua família.

Os *exempla* se constituem por ações referenciadas em narrativas que indicam condutas (negativas ou positivas) realizadas por um sujeito diante da sua comunidade em determinada situação (ROLLER, 2015, p. 81). Nos textos consolatórios, ao observar a seção dos *exempla*, o que se percebe é que deveriam retratar uma situação em que o sujeito se colocou forte mediante ao infortúnio. Esse comportamento aponta para a continuidade dos deveres públicos, mesmo com a morte recente de parentes próximos ou algum tipo de tragédia específica (REDONET, 2003, p. 372). O seu uso pode dialogar com atitudes antigas ou recentes ao acontecimento, referenciar os gregos ou romanos e, se possível, costumavam ser elaborados para utilizar relatos de pessoas conhecidas na ilustração.

Para Beata Agrell, em *Consolation of literature as rhetorical tradition: issues and examples*, (2016, p. 11), as estratégias retóricas dos textos consoladores têm por propósito afetar seu leitor, embora seu sucesso real dependa de como serão lidos ou recebidos. Consistem em instrumentos discursivos que aparecem a partir de diferentes ocasiões e valem de figuras de linguagem para persuadir o seu receptor. Isso indica que a experiência do ato de consolar e de receber o consolo é pessoal: depende da individualidade, dos motivos e contextos distintos. É nesse sentido que Scourfield (2013, p. 20) enfatiza as dificuldades de se identificar um formato bem delineado para o “consolo”. Sugere então o manuseio dessas narrativas como um *continuum*: podem ser identificadas como textos de modo reflexivos frente às adversidades. Também se caracterizam por uma prática que compreende desde a entrega de consolo a indivíduos específicos em circunstâncias específicas, aos textos que refletiam sobre questões conceituais para providenciar o consolo (SCOURFIELD, 2013, p. 20).

Assim sendo, concordamos que a premissa da tradição dos textos consolatórios pode ser definida como escritos de tendência filosófica em que seus autores buscavam dissuadir os indivíduos que sofrem em face aos infortúnios e ofereciam conselhos gerais de como se preparar ou enfrentar as adversidades (KIEDORF, 2006). O objetivo dessa escrita, ao nosso ver, era utilizar elementos da retórica para amenizar a dor, conferir ordem às emoções e ressignificar os acontecimentos. Agrell (2016, p. 13) sinaliza que embora a *consolatio* tradicional seja a respeito da morte, exílio, luto e perdas gerais, geralmente é estudada na categoria de *consolatio mortis*. De acordo com Mónica Marcos Celestino (1998, p. 69):

As *consolationes* podiam adotar diversas formas literárias: epístola, composição poética ou tratado de corte doutrinal. Essa mesma diversidade é a que tem levado alguns estudiosos a negar a existência da *consolatio* como gênero peculiar e autônomo, com a ideia de que o conteúdo não deve ser

categoricamente definido, mas sim, sua forma [...] para os antigos a *consolatio* não era um gênero literário bem determinado, precisamente pela diversidade de formas que podia assumir: quando dirigida particularmente a alguém, podia ser incluída ao gênero epistolar; pelo seu conteúdo temático, se assemelha aos *epicedios*; sua estreita relação com a retórica, sob a forma de *laudatio funebris* ou da *oratio consolatio*, a aproxima do *genus demonstrativum*. (CELESTINO, 1998, p. 69).<sup>31</sup>

O discurso consolador, em sua maioria composto por uma estrutura discursiva e retórica que mobiliza diversas estratégias de persuasão, compreende os escritos com a finalidade de persuadir ou ajudar o sofredor a se consolar e reelaborar sua condição. Destacamos que elementos consolatórios e os *topoi* consoladores são encontrados também em textos que não têm nenhum propósito consolatório específico. Por assumirem várias formas de composição escrita (tratados filosóficos, cartas, epístolas, poemas) podem ser manuseados também como código de comportamento em momentos de dor, principalmente, em nosso caso, quando se está na presença de outras pessoas. O próprio Augusto exerceu o “ofício” de consolador com um senador que ficou cego e desejou morrer de fome (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 53, 3.7). A passagem encontra-se no final do capítulo 53, momento dedicado a apresentar um Augusto com boas relações com o Senado e seus membros, a quem trata com respeito e preocupação (REDONET, 2003, p. 370).

*Gallum Cerrinium senatorem minus sibi familiarem, sed captum repente oculis et ob id inedia mori destinantem praesens consolando reuocavit ad uitam.* (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 53, 3.7)<sup>32</sup>

Quando Galo Cerrínio, um senador de quem não tinha nenhuma intimidade, de repente ficou cego e resolveu acabar com a sua vida pela fome, Augusto o visitou e, com suas palavras de consolo, o induziu a viver.

Diante disso, ao encarar a *Consolatória a Lúvia*, sabemos que essa poesia, elaborada em uma ocasião singular, não segue modelos estabelecidos, o que a caracteriza por ser em um esforço poético que atende às necessidades da época e do momento em questão (AGRELL, 2016, p. 32). Optamos por explorar a narrativa a partir da análise das estratégias e dispositivos

---

<sup>31</sup> "Las consolaciones podían adoptar diversas formas literarias: epístola, composición poética o tratado de corte doctrinal. Esa misma diversidad es la que ha empujado a algunos estudiosos a negar la existencia de la consolatio como género peculiar y autónomo, en la idea de que el contenido no debe ser lo categóricamente definitorio, sino, más bien la forma [...] para los antiguos la consolatio no era un género literario bien determinado, precisamente por la diversidad de formas que podía asumir: en cuanto dirigida a una persona particular, podía incluirse en el género epistolar; por su contenido temático, se emparenta con el epicedio; su estrecha relación con la retórica, bajo la forma de laudatio funebris o de oratio consolatoria, la acerca al *genus demonstrativum*." (CELESTINO, 1998, p. 69)

<sup>32</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1914.

retórico-discursivos estruturados pelo anônimo para mediar o luto de Livia e da população e, ao mesmo tempo, servir de consolo. Como vimos, as origens exatas e a natureza específica dos textos consolatórios nos chegam de discutíveis formas. Logo, a tarefa de identificar e reconstruir os critérios formativos ou estruturais das consolações se torna um exercício complicado (STOWELL, 1999, p. 1). Stephen Thomas Newmyer (1979, p. 19) denomina a imprecisão lexical da consolatória como uma fluidez terminológica e sinaliza que gêneros como o epitáfio e *epicedion* já eram considerados como práticas semelhantes.

A escrita dos epitáfios servia como uma forma de preservar aspectos da vida que foram importantes para determinados indivíduos. Muitos epitáfios se referiam às ações anteriores à morte, indicavam como as pessoas queriam ser lembradas a partir das suas ações e dos seus vínculos estabelecidos em sociedade. Nesse sentido, divulgavam mensagens à sociedade, uma vez que as inscrições funerárias auxiliavam na definição de um lugar e de uma identidade social. Ao indicar a escolha de uma sepultura adequada ou expectativas a serem atendidas, aspiravam captar em poucas linhas o *status* dos indivíduos que faziam parte da comunidade e projetavam a luta para não serem esquecidos. Associavam-se à lembrança dos indivíduos na comunidade, bem como sua participação política (CARROL, 2006, p. 20; HOPE, 2000, p. 106).

Interessa-nos desenvolver brevemente uma discussão a respeito dos *epicedios*, uma vez que a consolatória também é conhecida como *Epicedion Drusi* (SCHOONHOVEN, 1992; BURNAM, 1927). O *epicedion* (ἐπικήδειον) era um canto fúnebre utilizado como elogio ao morto e entoado em sua presença (SCOURFIELD, 1993, p. 15 e 33; VAN DAM, 1984, p. 63 e 69). Sua forma de execução fez com que fosse operado em dois momentos: ao proferir elogios e homenagens ao morto diante do corpo e também o fornecimento de palavras de consolo para quem perdeu a pessoa querida (ERASMO, 2008, p. 186). Erika Werner (2014, p. 220) denomina-os como composições poéticas que dialogam com o *topos* fúnebre em geral e, em casos mais específicos, podem ser considerados poemas fúnebres romanos que também compreendem o caráter consolatório. Sua característica principal é o elogio fornecido ao morto em forma de uma *laudatio* diante do corpo (NEWMYER, 1979, p. 19).

Na tradição romana, *epicedios* em versos são escritos por Horácio (*Odes* I.24), para Virgílio na morte de Quintiliano, e para Propércio (*Elegias*, 3.7), na morte de *Paetus*, e por Estácio (*Silvae*. 5.1) para o marido de Priscila na ocasião da morte da mesma. Todos incluem temas consolatórios. De acordo com Fernando Lillo Redonet (1998):

Alguns autores presumem que os *epicedios* [...] podem ser denominados indistintamente como *consolationes*, tratando-se de uma variação lexical em que a *consolatio* corresponderia ao termo latino e *epicedion* equivalente ao termo grego. No entanto, convém fazermos a distinção entre *consolatio* e *epicedion*, levando em consideração que a *consolatio* tem como função principal a de consolar, enquanto no *epicedion* o elemento consolatório ocupa somente uma pequena parte de sua composição (REDONET, 1998, p. 957 – 964 *apud* VILLASEÑOR CUSPINERA, 2006, p. 95)<sup>33</sup>

As primeiras consolações eram discursos dirigidos a um grupo específico,<sup>34</sup> estritamente em um funeral público. Tinham como função endereçar palavras de conforto para a comunidade enlutada, elevar o ânimo dos cidadãos, ou fornecer esclarecimentos a respeito da importância da realização dos devidos sacrifícios (BALTUSSEN, 2013, p. XIV). Podemos citar também livros de prosa de consolação: breves ou extensos, privados ou possuindo uma dimensão pública; poemas, bem como os *epicedions* e discursos fúnebres, que na Antiguidade, em particular, dialogam também com o elemento consolador substancial. É oportuno sinalizar que, segundo o *The Oxford Classical Dictionary*, sobrevivem cartas pessoais em papiros e decretos inscritos de cidades consolando parentes por seus falecidos (HORNBLOWER; SPAWFORTH; EIDINOW, 2012, p. 363).

Alexandra Flôr Pauzinho Carço (2011, p. 26) especifica que antes de ser denominada *consolatio*, outros gêneros textuais manuseavam argumentos e elementos que dialogavam com o *topos* consolatório. A difusão de temas consoladores na literatura da Grécia e de Roma são encontrados com frequência e nos indicam que a preocupação universal com a morte é perceptível desde os líricos gregos, pois também usavam motivos consoladores. Os heróis da *Ilíada*, como exemplo, que lutam para ganhar a glória, mesmo ao custo da morte, antecipam a tradição retórica consoladora, já que o poeta lida com a tristeza e a consolação e nos recorda a respeito das jovens esposas, dos filhos e dos pais que deixaram desolados (AGRELL, 2015, p. 16).

---

<sup>33</sup> “Algunos autores postulan que los *epicedios* [...] pueden denominarse indistintamente *consolationes*, tratándose de una variación léxica en la que *consolatio* sería el término latino y *epicedion* el término griego. Sin embargo, conviene distinguir entre *consolatio* y *epicedio*, siendo en la *consolatio* la función principal el consolar, mientras que en el *epicedio* el elemento consolatorio sólo ocupa una pequeña parte de la composición.” (REDONET, 1998, p. 957 – 964). Texto disponível em: Quintiliano y la *consolatio* teoría y práctica (*Inst. Proem.* 1-16). In: Quintiliano, historia y actualidad de la retórica: actas del Congreso Quintiliano: historia y actualidad de la retórica: XIX Centenario de la "Institutio Oratoria". Coord. por Tomás Albaladejo Mayordomo, José Antonio Caballero López, Emilio del Río Sanz *apud* CUSPIÑERA, 2006, p. 95.

<sup>34</sup> Conferir o discurso de Péricles aos atenienses (TUCÍDIDES, *Guerra do Peloponeso*, 2.34 – 46).

Em *Ilíada*, Aquiles confere palavras de consolo a Príamo pela morte de seu filho (*Ilíada*, 24.486).<sup>35</sup> Seu discurso pode ser integrado ao *topos* literário consolador, à medida em que os motivos consoladores utilizados são encontrados também em orações fúnebres, cartas, epigramas de caráter funerário e em elegias. No texto, a morte e o luto são frequentes e os heróis são sensíveis às suas emoções de forma exemplar. Em *Odisseia*, Nausíca conforta Ulisses e o convida a suportar as dores que o afligem (*Odisseia*, 6.188). Para os gregos, a *consolatio* era conhecida como *paramythétikós logos* (CELESTINO, 1998, p. 73).

A primeira obra escrita de consolação é registrada em autoria de Crantor (335 a.C.-275 a.C.). A *Consolação a Hipocles*, conhecida também como *De luctu* (*Sobre o luto*), obra destinada ao amigo Hipocles pela perda do seu filho, seria, segundo alguns pesquisadores, o primeiro exemplar da tradição dos textos consolatórios (SCOURFIELD, 1996; REDONET, 1997, p. 341; CELESTINO, 1998, p. 72; GRAVER, 2002, p. 187 – 194). Crantor, membro da academia de Platão, se tornou conhecido como o primeiro a compor uma obra de consolo. Na ocasião, fazia reflexões sobre a morte e a condição da finitude humana, bem como fornecia instruções e exortações para que o indivíduo pudesse superar a própria tristeza (BALTUSSEN, 2013, p. XV).

No ano de 45 a.C., Cícero (106 a.C. – 43 a.C.),<sup>36</sup> em uma de suas *Cartas aos Amigos* (4.6) redige um agradecimento a Sêrvio Sulpício Rufus, seu amigo e governador da Acaia. No contexto da morte de sua filha Túlia e impossibilitado de consolar Cícero pessoalmente, Sêrvio escreve ao seu remetente e anuncia o desejo de consolá-lo em pessoa (*Cartas aos Amigos*, 4.5.1). Como forma de agradecimento, o pai enlutado escreve:

*Ego vero, Servi, vellem, ut scribis, in meo gravissimo casu adfuisses. quantum enim praesens me adiuvere potueris et consolando et prope aequae dolendo facile ex eo intellego quod litteris lectis aliquantum acquievi. nam et ea scripsisti quae levare luctum possent et in me consolando non mediocrem ipse*

---

<sup>35</sup> A morte do amigo de Aquiles, Pátrocolo, é considerado o ‘clímax dramático’ desta epopeia, especialmente em vista à reação violenta de tristeza e desespero de Aquiles. O rei Príamo está de luto por seu filho Heitor, morto por Aquiles, a quem ele pede para entregar o corpo maltratado e profanado do filho. Aquiles se recusa, mas é alertado por Príamo, que o recorda de seu pai morto. Aquiles também começa a chorar veementemente por seu pai e amigo mortos. Ambos são alertados a comer, dormir e voltar a viver. Essa temática se tornaria um *topos* recorrente em muitas argumentações consoladoras. (Cf. CIANI, 1975; VERNANT, 1978)

<sup>36</sup> Segundo Milena Rosa Araújo Ogawa (2017, p. 139 – 141), Marco Túlio Cícero (103 – 43 a.C.) foi um “[...] orador e político do seu tempo. Proveniente de família equestre, completou sua educação na Grécia (79-77 a.C.) e teve destaque como teórico, tradutor e difusor da filosofia e de reflexões poéticas da civilização helênica. [...] Cícero, com suas obras, procurava mais que realizar uma função educativa com temática moral, contemplar o papel político que o cidadão deveria ter. Cícero torna-se modelo de inspiração do orador e erudito ideal (QUINT., *Inst.* XII, 1, 19; TAC., *Dial.*, XXX). Relatado como contrário a diversos posicionamentos políticos de sua época, constituía-se como brilhante orador, defensor das causas públicas e particulares. Foi assassinado em 43 a.C. mediante ordem de Marco Antônio, em razão de divergências políticas”.

*animi dolorem adhibuisti. [...] Me autem non oratio tua solum et societas paene aegritudinis sed etiam auctoritas consolatur; [...] sed opprimor interdum et vix resisto dolori, quod ea me solacia deficiunt quae ceteris, [...] Nunc autem hoc tam graui ulnere etiam illa quae consanuisse uidebantur recrudescunt. non enim, ut tum me a re publica maestum domus excipiebat quae leuaret, sic nunc domo maerens ad rem publicam confugre possum ut in eius bonis acquiescam. itaque et domo absum et foro, quod nec eum dolorem quem e re publica capio domus iam consolari potest nec domesticum res publica. (CÍCERO, Cartas aos Amigos, 4.5.6)<sup>37</sup>*

Sim, meu amigo, gostaria que você estivesse comigo em minha aflição mais árdua. Quanto a sua presença teria me ajudado pelo consolo e pela dor igualada à minha, reconheço prontamente o que senti quando li sua carta. Você escreveu as palavras que poderiam aliviar o luto e sua própria aflição deu-me os meios para consolar a minha. [...] Não estou apenas confortado por suas palavras e por sua comunhão na tristeza, mas também por seus conselhos [...]. Mas às vezes fico oprimido e dificilmente ofereço qualquer resistência ao luto, porque não tenho os consolos de outras pessoas em situação semelhante. [...] Quando, no passado, me afastei tristemente dos negócios públicos, minha casa me acolheu e acalmou; mas não posso agora refugiar-me da dor doméstica na vida pública, para encontrar alívio no que ela oferece. E assim fico longe de casa e do Fórum igualmente, pois nem a vida pública nem a privada podem mais consolar a angústia que cada uma delas me causa.

Ao analisar o relato de Cícero, compreendemos que, para emitir uma consolatória, o remetente deveria estabelecer contato prévio com o destinatário e saber manusear as melhores palavras para conferir consolo ao infortunado. De acordo com Melanie Celine Stowell (1999, p. 26), Cícero escolheu reunir diferentes argumentos consoladores das distintas escolas filosóficas em uma tentativa de encontrar uma forma que pudesse apaziguar a turbulência deixada em sua alma com a morte de sua filha:

*sunt etiam qui haec omnia genera consolandi colligant - alius enim alio modo mouetur - ut fere nos in consolatione omnia in Consolationem unam coniecimus; erat enim in tumore animus et omnis in eo temptabatur curatio. (CÍCERO, Discussões Tusculanas, 3.76.9 – 13)<sup>38</sup>*

<sup>37</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 2001.

<sup>38</sup> Segundo André Menezes Rocha, em *A história dos discursos sobre as paixões nas Tusculanas de Cícero* (2010, p. 93 e 96): “Nas *Tusculanas*, Cícero examina formas diversas de discurso sobre as paixões e as virtudes em busca de fundamentos para a filosofia moral. [...] Toda a classificação das perturbações e doenças do ânimo das *Tusculanas* é relativa à definição de saúde do ânimo que surge já no preâmbulo: a saúde do ânimo é a virtude [*virtus*]. [...] Cícero reproduz uma argumentação que consiste em mostrar a oposição e incompatibilidade entre o sofrimento [*aegritudo*] e cada uma das virtudes. Cada passo da argumentação, assim, consiste em opor proposições absolutamente contrárias, umas tendo como sujeito uma virtude singular, outras tendo como sujeito esta paixão singular que é o sofrimento [*aegritudo*] ou o medo [*timor*] que é como seu predicado inseparável. Seja o exame da virtude que é a fortaleza [*fortitudo*]”. Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão publicada por Stowell (1999, p. 26). As outras citações diretas da obra foram valem-se da tradução da versão da LOEB Classical Library, 1927.

Há também aqueles que reúnem todos os tipos de argumentos consoladores - pois cada um é afetado de maneira diferente - da mesma forma que eu, em meu consolo, juntei tudo em uma tentativa de me consolar; pois meu espírito estava agitado e eu estava tentando todos os meios para curá-lo.

Ao objetivar apaziguar o tumulto das emoções, anteriormente, na mesma narrativa Cícero indica uma reflexão das possíveis finalidades da tarefa do consolador, a saber:

*haec igitur officia sunt consolantium, tollere/ aegritudinem funditus aut sedare aut detrahere quam plurimum aut suppressere nec pad manare longius/ aut ad alia traducere.* (CÍCERO, *Discussões Tusculanas*, 3.75.13 – 15)

Estes são, portanto, os deveres dos consoladores: remover totalmente a raiz e os ramos da aflição, ou acalmá-la, ou fazê-la diminuir tanto quanto possível, ou interromper seu progresso para que não se estenda mais, ou desviá-la para outro lugar.

Dessa forma, compreendemos que o que atrai a escrita do consolo, em geral, são as possíveis respostas à perda ou à ausência de algo (SCOURFIELD, 2013, p. 5). Ainda de acordo com Stowell (1999, p. 20), por não se limitarem exclusivamente ao assunto da morte e do luto, as consolações, produzidas por vários membros de cada uma das principais escolas helenísticas, divulgam reflexões práticas e argumentos consoladores para qualquer um dos possíveis infortúnios da vida: pobreza, falta de cargos ou reconhecimento público, exílio, doença ou morte. Destacamos a declaração de Cícero em *Discussões Tusculanas*:

*Sunt enim certa quae de paupertate, certa quae de uita inhonorata et ingloria dici soleant: separatim certae scholae sunt de exilio, de interitu patriae, de seruitute, de debilitate, de caecitate, de omni casu, in quo nomen poni solet calamitatis.* (CÍCERO, *Discussões Tusculanas*, 3.81.4 – 8).

Pois há palavras específicas de conforto habitualmente usadas para lidar com a pobreza; palavras definidas para lidar com uma vida passada sem obter cargo e fama; existem formas específicas de discursos sobre o exílio, a ruína da própria pátria, escravidão, enfermidades físicas, cegueira, todos os acidentes em que as calamidades podem ter se fixado.

Igualmente, encontramos em Cícero algumas informações a respeito do conteúdo indicado para tratar as doenças da alma, que afligem tanto quanto as doenças do corpo (*in animorum morbis quam in corporum* – CÍCERO, *Discussões Tusculanas*, 3.76, 14):

*Erit igitur in consolationibus prima medicina docere aut nullum malum esse aut admodum paruum; altera et de communi condicione uitae et proprie, si quid sit de ipsius, qui maereat, disputandum, tertia summam esse stultitiam frustra*

*confici maerore, cum intelligas nihil posse profici.* (CÍCERO, *Discussões Tusculanas*, 3.77.1 – 6).

Para consolar, o primeiro passo corretivo ou médico para dar conforto será demonstrar que não existe mal ou que esse é muito pequeno; o segundo será discutir a sorte comum da vida a todos e considerar as especificidades de quem sofre; o terceiro será mostrar que é incoerente ser inutilmente vencido pela tristeza quando se percebe que não há vantagem alguma.

Pressupomos então, que para o contexto de composição dos textos consolatórios, o uso de metáforas médicas em que seu consolador (anônimo ou não) desempenha o papel de médico da alma, torna-se comum. De acordo com Manning, em *The consolatory tradition and Seneca's attitude to the emotions* (1974, p. 75), Sêneca se considerava professor e médico da alma, pois mostrou a importância que atribuía ao ensino com o objetivo de criar atitudes saudáveis e a disposição correta entre os enlutados. Esses consoladores, considerados médicos da alma:

se julgavam indispensáveis, mostrando-se sempre prontos a socorrer os desfavorecidos da sorte, mesmo sem serem solicitados, com argumentos prévio e cuidadosamente preparados para combater os males que mais afligiam o homem, como a doença, a velhice, a pobreza, o exílio e, o maior deles, a morte (RAIJ, 1999, p. 13 e 14).

Sêneca escreveu três tratados que levam o título de *consolationes*, dos quais dois, *Consolatória a Márcia* e *a Políbio*, tratam do luto e a *Consolatória a Hélvia* da sua dor no próprio exílio.<sup>39</sup> Nos casos supracitados, a escrita do consolo se fez necessária após algum

---

<sup>39</sup> Segundo Gomes, em *Morte e Luto nas Consolatórias de Sêneca: uma análise da filosofia como remedium contra o sofrimento (século I d.C.)*, Sêneca, ao divulgar os seus textos consolatórios, procura “[...] construir modelos de comportamento virtuosos no contexto das relações familiares e de *amicitia*. Assim, [...] as consolatórias eram textos que não se restringiam apenas aos destinatários (*i.e.* Márcia, Hélvia, Políbio, Lucílio, Marulo), haja vista que circulavam e eram lidos por um público mais amplo” (GOMES, 2020, p. 11). Gomes nos apresenta outros dois sujeitos – Lucílio e Marulo – que receberam textos com motivos consoladores, mesmo que o nome *Consolatória* não constasse nos títulos. Em relação a Lucílio, “[...] foi procurador da Sicília durante o governo de Nero (Sen. *Ep.* 31.9-10). As informações de sua vida advêm dos escritos de Sêneca, sobretudo suas *Epistulae Morales*, para quem dedicou, bem como as *Questões Naturais* e o tratado *De Providentia*. Lucílio era um equestre (Sen. *Ep.* 44.2), o qual possuía uma vila em *Aeaea*, ao sul de Roma (Sen. *Ep.*105.1). Pouco conhecemos além desses detalhes. O que podemos afirmar é que o destinatário das cartas de Sêneca também escrevera livros (Sen. *Ep.* 46) e poemas (Sen. *Ep.* 8.10; 20.21; *Quaest.* III.1). Foi pupilo de Sêneca, para quem o filósofo escreveu suas cartas com preceitos filosóficos estoicos no contexto de seu afastamento da corte de Nero.” (GOMES, 2020, p. 41 – 42). Já Marulo recebe o texto na ocasião da morte de seu filho. No entanto, a obra é destinada à Lucílio: “A primeira parte da consolatória é composta pela exortação à Marulo para que este modere seu luto pela perda do filho (*Ep.* 99.2-17). Sêneca afirma que se recusa em participar do luto de Marulo e pontua que seu sofrimento seria exagerado (*Ep.* 99.2). O filósofo segue argumentando que a morte de um amigo seria uma ocasião de maior dor que a perda de um filho e que a lembrança deve servir de remédio para seu sofrimento (*Ep.* 99.3-5). Em sequência, há exemplos de homens que perderam seus filhos e, após o funeral, voltaram aos seus afazeres públicos sem prolongar o luto. [...] Sêneca continua seu texto pontuando que um luto moderado é permitido e que a dureza excessiva diante da morte não é sinal de virtude, sendo as lágrimas pela morte de entes queridos algo natural, desde que não seja um sinal de ostentação do sofrimento para as outras pessoas (*Ep.* 99.15-17)” (GOMES, 2020, p. 118).

infortúnio atingir os indivíduos: Márcia perdeu seu filho pequeno, Hélvia foi atingida pela calamidade do exílio do próprio Sêneca pelo imperador em Córsega e Políbio perde seu irmão. Na situação de Políbio, sinaliza que tudo é findável: “[...] nada é perpétuo, poucas coisas, duradouras; cada uma, à sua maneira, frágil; variam seus destinos, mas tudo começa e acaba.” (SÊNeca, *Consolatória a Políbio*, 1.1 – Tradução de Cleonice Furtado de Mendonça Van Raij).<sup>40</sup> Para Hélvia recomenda que deve se afetar pela perda de uma pessoa, no entanto, é necessário experimentá-la com razão para que as emoções não a dominem.

*[...] nam et infinito dolore, cum aliquem ex carissimis amiseris, adfici stulta indulgentia est, et nullo inhumana duritia: optimum inter pietatem et rationem temperamentum est et sentire desiderium et opprimere.* (SÊNeca, *Consolatória a Hélvia*, 16.1)

[...] abater-se com uma dor infinita, quando se perde uma pessoa muito querida, é um insultuoso gosto, não se abater em absoluto é uma dureza desumana: a melhor medida entre o sentimento e a razão é experimentar a dor e dominá-la.

Nas narrativas é notável que muitos dos conselhos e preceitos utilizados visam o alcance estoico como habilidade de suportar os infortúnios da vida e enfrentar as dores. Compreendemos as consolatórias de Sêneca como uma “farmácia moral” (OMENA, 2011, p. 260), pois teriam como objetivo principal harmonizar o homem com a ordem do universo, neutralizando as suas emoções e promovendo a integração do indivíduo em sua ordem racional (LINDBERG, 2016, p. 82). Para os estoicos, o sofrimento era incompatível com a filosofia estoica da racionalidade ligada à *apahteia* e o desprezo pela *adiophora*; além disso, se consideravam investidos com uma espécie de missão para direcionar a consciência dos homens ao bem comum da comunidade (WALTZ, 1967, p. V). Nesse sentido, o consolo estoico visava eliminar a própria necessidade de consolo, educando o consolado para o estoicismo (AGRELL, 2016, p. 13).

De acordo com Bo Lindberg, em *Stoicism and Consolation* (2016, p. 82), o objetivo quase imediato da filosofia do estoicismo era fazer com que a razão controlasse os afetos e as paixões que emergem do medo e do desejo. Não são os fatos, como, por exemplo, a morte, que preocupam as pessoas, mas sim como as mesmas reagem aos infortúnios humanos. Por conseguinte, ao consolar alguém, além de simpatizar com a dor do outro, o consolador almeja

---

<sup>40</sup> “*nihil perpetuum, pauca diuturna sunt; aliud alio modo fragile est, rerum exitus uariantur, ceterum quidquid coepit et desinet.*” (SÊNeca, *Consolação a Políbio*, 1.1)

a libertação do luto. Uma vez que temos consciência da finitude humana, os estoicos indicam o respeito do bem da virtude em nossas vidas, o que implica ‘viver de acordo com a Natureza’ (STRIKER, 1991). Logo, os seres racionais devem utilizar o *logos*<sup>41</sup> para compreender a lógica do Universo e assim viver de acordo com a Natureza almejando alcançar a tranquilidade da alma e a calma estoica.

Na *Consolatória a Márcia* (16.5.1 - 9), Sêneca pergunta a Márcia se ela perdoará Fortuna, pois a recorda que compartilha a perda prematura com figuras tão grandes como Cipiões e Césares.

*Iam cum fortuna in gratiam, Marcia, reuerteris, si tela, quae in Scipiones Scipionumque matres ac filias exegit, quibus Caesares peñt, ne a te quidem continuit? Plena et infesta uariis casibus uita est, a quibus nulli longa pax, uix indutiae sunt. Quattuor liberos sustuleras, Marcia. Nullum aiunt frustra cadere telum, quod in confertum agmen inmissum est: mirum est tantam turbam non potuisse sine inuidia damnoue praeteruehi?* (SÊNECA, *Consolatória a Márcia*, 16.5.1 – 9).

Se a Fortuna, Márcia, atingiu aos Cipiões e às mães e às filhas dos Cipiões com seus dardos, se com eles Ela também atacou os Césares, você não vai perdoá-la, se ela não os reteve nem mesmo de você? A vida está repleta de muitos e variados infortúnios; eles não concedem a ninguém uma paz prolongada, quase nem mesmo uma trégua. Quatro filhos, Marcia, você deu à luz. Dizem que nenhum único dardo que é lançado cai em vão: o que há de surpreendente que em uma tão grande família como a sua não tenha conseguido sobreviver sem causar inveja e danos?

É interessante ressaltar que o lembrete de que a morte é um fato comum a todos é recorrente em alguns textos consolatórios. Percebe-se no discurso de Sêneca que essa estratégia é utilizada para indicar aos afetados pelos infortúnios de como essas experiências poderiam ser piores. Sugere-se, portanto, que a morte é inevitável e que o lamento em excesso pelos infortúnios não é viável. Na *Consolação a Apolônio*, atribuída a Plutarco (45 – 120 d.C.), o autor que escreve para consolar seu amigo na ocasião da morte de seu filho, também chamado Apolônio, apresenta um alerta para que o enlutado manuseie sua dor dentro dos devidos limites

---

<sup>41</sup> De acordo com Jussemar Wess Gonçalves (2008, p. 67 – 68): “A palavra *logos* se faz Política, se constitui como condição humana, como forma de organizar o universo propriamente humano [...]. O *logos* não era termo ritual ou fórmula justa. Era persuasão construída através de um jogo dialógico. Era antitética: era o sim, era o não. [...] Era uma prática discursiva, cuja verdade se encontra no que é dito, e não em quem pronuncia o discurso. Não há lugar sacralizado para proferir o discurso. A verdade se deslocou do ato ritualizado e eficaz, justo da enunciação para o enunciado enquanto tal. [...] O *logos*, a razão se refaz em novas práticas, o que lhe possibilitou trafegar do discurso político à filosofia”.

que condizem com as normas da natureza.<sup>42</sup> De acordo Scourfield (2013, p. 6) e George Boys-Stones, em *The Consolatio ad Apollonium: Therapy for the dead* (2013, p. 123), o texto, em grego, destaca a preocupação de Plutarco com seu destinatário. Sinalizamos a seguinte passagem:

Afirmo que ser levado além do limite adequado e intensificar as mágoas é contrário à natureza [...]. Portanto, isso também deve ser rejeitado como prejudicial, baixo e nada apropriado para homens de valor [...]. A razão exige que aqueles que possuem bom senso e compreensão não devem ser impassíveis, nem excessivamente afetados quando tais calamidades acontecem [...]. É característico dos homens que são educados e controlados manter uma posição consistente em relação à aparente prosperidade e manter uma postura nobre em face às adversidades. (*Consolatória a Apolônio*, 3-4 – Tradução da versão de SCOURFIELD, 2013, p. 5).

Como vimos, há um número considerável de textos que podem ser denominados como consolos antigos. Percebemos que a escrita de uma consolação pressupõe sofrimento e desterro – como a dor e o luto causados pela morte – e o objetivo do consolador é proporcionar alívio. Uma vez que o luto exagerado era considerado inconveniente e perturbador, os métodos discursivos retóricos, poéticos e filosóficos visavam acomodar as emoções excessivas e conter os efeitos que perturbaram indivíduos, famílias e sociedades específicas (BALTUSSEN, 2013, p. XIV). Sendo assim, é importante ressaltar que a divulgação da consolação não remove o sofrimento, ou as causas do sofrimento por completo. Essa não é sua função. Ela objetiva direcionar o lamento e reintegrar o indivíduo de volta às suas atividades habituais em sociedade. De fato, a escrita das consolatórias se ocupam em modificar a percepção e as atitudes do sofredor em relação aos motivos e causas de sua lamentação.

A experiência de escrever e receber uma consolação envolve uma mudança de horizonte, como o significado, a importância e a potencialidade que os indivíduos conferem às suas emoções em cada contexto específico (AGRELL, 2016, p. 12). Embora os elementos de

---

<sup>42</sup> Há ainda uma outra consolatória atribuída à Plutarco. Maria Aparecida de Oliveira Silva (2019) realiza a tradução bilingue do tratado de *Consolação à Esposa*, que é atribuída à Plutarco. Segundo nos informa a autora: “*Consolação à esposa* (Παραμυθητικός πρὸς τὴν γυναῖκα) é o tratado nº 112 no Catálogo Lâmprias e nº 45 no Catálogo de Máximo Planudes. O tratado é na verdade uma carta consolatória à esposa pela perda recente da única filha do casal. [...] Em seu estudo sobre a datação das obras plutarquianas, Jones (1966: 71) conclui que Plutarco casou-se com Timóxena em 70 d.C. e estima que o tratado *Consolação à esposa* foi escrito entre 85 e 95 d.C., quando sua filha também chamada Timóxena (PLUTARCO, *Consolação à esposa*, 611D) veio a falecer com a idade de dois anos (610E). [...] A carta de Plutarco começa com a justificativa de sua ausência nos rituais fúnebres, depois vem a aprovação de todas as ações tomadas pela esposa seguida da concessão de total liberdade para decidir quais outras tomar” (SILVA, 2019, p. 310). Indicamos também a leitura do artigo de Han Baltussen, *Personal Grief and Public Mourning in Plutarch's 'Consolation to His Wife'* (2009) que contempla um interessante debate a respeito da obra.

consolo apareçam em diversas estruturas narrativas e com objetivos distintos, o fornecimento do consolo e a teorização sobre ele eram tradicionalmente domínio dos filósofos, que, em virtude do conhecimento das emoções humanas, estavam em melhor posição para oferecer motivos consoladores. Nesse sentido, Scourfield (2013, p. 7) apresenta que, em uma de suas *Epístolas Morais a Lucílio* (94.39.3), Sêneca associa os termos *consolationes* (consolações) com *dissuasiones* (advertências), *adhortationes* (exortações) e *laudationes* (louvor) como “tipos de conselhos” utilizados pela filosofia. Segundo o autor, essa associação explica, por exemplo, o caráter dos textos consolatórios, pois o escritor repreende a pessoa enlutada pela excessividade.

*Philosophia non uitae lex est? [...] Aut sic et consolationes nega proficere dissuasionesque et adhortationes et obiurgationes et laudationes. Omnia ista monitionum genera sunt. Per ista ad perfectum animi statum peruenitu [...].* (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 94.39.3 – 8)<sup>43</sup>

Além disso, não é a filosofia a Lei da Vida? [...] Com base nisso, você deve dizer que não adianta consolação, advertência, exortação, repreensão e louvor; uma vez que são todas variedades de conselhos. É por meio desses métodos que chegamos a uma condição mental perfeita. Nada é mais bem-sucedido em trazer influências honrosas para exercer sobre a mente [...].

Em resumo, foi apresentado que a tradição consoladora tem raízes profundas na oratória funerária, antecede ao texto de Crantor e estabelece relação com escritos que aludem a gestão do luto e da finitude como algo comum e da aceitação que os infortúnios são passíveis aos humanos. A ação de consolar vale-se, portanto, de duas artes: da filosofia e da oratória (GARBARINO, 1982, p. 5 – 8). De acordo com Giovanna Garbarino (1982, p. 8), em *Temie forme della “consolatio” nella letteratura latina*, o estabelecimento desses *loci communes* da tipologia literária da *consolatio* mobiliza a filosofia para o uso das *praecepta* e pode ser encontrada em dois autores de consolatórias: Cícero (*Do orador*) e Sêneca (*Consolatória a Hélvia, a Márcia e a Políbio*). Cícero, em *Do orador* (2.35.5 - 8), elogia com entusiasmo a oratória, afirmando que essa arte se destaca das demais pela utilidade e o prazer que produz:

*Quis cohortari ad uirtutem ardentius, quis a uitiiis acrius reuocare? Quis uituperare improbos asperius, quis laudare bonos ornatius? [...] Quis maerorem leuare mitius consolando?* (CÍCERO, *Do orador*, 2.35.5 – 8)<sup>44</sup>

Quem mais apaixonadamente do que o orador pode encorajar a uma conduta virtuosa, ou mais zeloso do que ele pode corrigir condutas viciosas? Quem

<sup>43</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1925.

<sup>44</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1942.

pode censurar os perversos com mais austeridade ou engrandecer os homens de valor? [...] De quem são as palavras confortáveis que podem consolar a dor com mais ternura?

Portanto, a oratória é utilizada como recurso para atingir a potencialização do consolo e deve ser mediada por sua capacidade de persuasão, de convicção, aprovação e divulgação (MANNING, 1981, p. 12). Em conjunto, todas essas tarefas podem ser agrupadas na tradição dos textos consolatórios, sendo que a exortação à virtude e o combate às emoções desmedidas são atitudes esperadas. Por fim, acreditamos que a divulgação das consolatórias tinham efeito duplo: ao abordar a dor do luto pelas contingências do cotidiano, o autor indicava a moderação das emoções e a continuidade da vida de forma adequada para corresponder às demandas sociais. Consiste, portanto, em uma prática que se preocupava com a exterioridade e a interioridade. Ao nosso ver, partindo do princípio estoico, o sofrimento será apaziguado quando as opiniões errôneas dos questionamentos forem substituídas pela aceitação, de forma serena, dos eventos naturais da vida.

Ao exteriorizar, a partir de suas ações, o entendimento de que são as atitudes que importam em relação aos acontecimentos, o sujeito manifesta racionalidade e encara com responsabilidade o privilégio de agir de forma virtuosa. De forma oportuna, citemos o consolo de Cícero a Marco Júnio Brutos no contexto da morte de sua esposa Pórcia, no ano de 43 a.C. Cícero escreve para o amigo dois anos depois da morte de sua filha Túlia. Interpretamos o excerto a seguir como um convite que exorta Bruto a mostrar moderação no luto. Veremos que devido à sua posição social como aristocrata, o luto não deve ser abandonado, no entanto, há de se expressar de forma controlada as emoções.

*tibi nunc populo et scaenae, ut dicitur, seruiendum est. nam cum in te non solum exercitus tui sed omnium ciuium ac paene gentium coniecti oculi sint, minime decet propter quem fortiores ceteri sumus eum ipsum animo debilitatum uideri. quam ob rem accepisti tu quidem dolorem (id enim amisisti cui simile in terris nihil fuit), et est dolendum in tam graui uulnere, ne id ipsum, carere omni sensu doloris, sit miserius quam dolere; sed ut modice, ceteris utile est, tibi necesse est. (CÍCERO, Cartas para Brutos, 17.2.5)<sup>45</sup>*

[...] você tem suas obrigações públicas que são vistas, como eles dizem. Não apenas o seu exército, mas todos os romanos, todos os povos estão de olho em você. Não seria apropriado que o homem que os torna mais corajosos fosse visto com o espírito quebrantado. Você realmente sofreu um golpe (o que você perdeu não existirá em parte alguma da terra) e sofreu com uma dura

---

<sup>45</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 2002.

calamidade. A falta de todo sentimento de dor pode ser mais lamentável do que a própria dor. Mas moderação no luto, que é conveniente para outros homens, é para você uma necessidade.

Como vimos, a variedade de textos que abordam a temática do consolo não nos permite limitá-lo a uma escola filosófica ou a algum gênero específico, uma vez que o consolo é apresentado em diversos formatos e meios literários (REDONET, 2003, p. 379). Logo, optamos por manusear o texto consolatório enquanto mediador de uma função social, atividade esta que é fruto de uma prática social. Consideramos que a interação dos vários estilos de fornecer palavras de consolo, bem como a existência de muitos *topoi* consoladores, nos impede de reivindicar ou definir uma prioridade ou simetria na forma de elaboração desses escritos. É a prática, ou a indicação desse conjunto de práticas que oferece o caminho mais construtivo para compreensão dessas narrativas, à medida que nos permite compreender esses documentos – sejam eles cartas, poemas, discursos, inscrições – que compartilham um motivo comum (SCOURFIELD, 2013, p. 19).

Até o momento vimos que para a elaboração desses textos, é necessária a compreensão das situações específicas e das individualidades de cada sujeito para que as palavras de conforto ou reorientação emocional e social sejam proferidas de forma mais viável. Considerando a *Consolatória a Lúvia*, embora a composição poética seja diferente da prosa, o ato de consolar permanece como um ato social, uma vez que optamos por não problematizar a estrutura da obra, muito menos julgar se os textos poéticos são, de alguma forma, mais “elevados” em seu propósito (SCOURFIELD, 2013, p. 13).

#### **1.4 – Entre formas e formatos: a configuração da *Consolatória a Lúvia*.**

Como já mencionado em nossa Dissertação, propomos enfatizar a função social das consolatórias. Consideramos como argumento central para a elaboração desse *topos* textual a entrega de palavras de consolo aos destinatários que passam por situações de adversidades. Nesse sentido, no seguinte tópico, temos como objetivo apresentar a estrutura argumentativa de textos consolatórios de acordo com algumas divisões realizadas pela historiografia. Para René Waltz (1923, p. VI), a estrutura argumentativa das consolatórias pode ser dividida em duas partes, que são diferentes, mas desenvolvidas em conjunto. A primeira diz respeito às circunstâncias particulares que originaram o motivo da composição. A segunda compreende a temática a respeito da finitude humana em seu caráter universal e apresenta exemplos obtidos por situações parecidas. Esta última é considerada como parte teórica e tradicional, pois

estabelece relação com antecedentes comuns sobre casos de morte e de dor e sublinha quais são os deveres do homem para consigo mesmo e para com os outros considerando os momentos de infortúnios (WALTZ, 1923, p. VI).

Ao analisar a organização do conteúdo das consolações de Sêneca, Celestino (1998, p. 77 – 78) aponta quatro principais características para a estrutura argumentativa das *consolationes*, a saber: 1) desenvolvimento de um conjunto de tópicos filosóficos de natureza consolatória; 2) organização de uma estrutura retórica que combine esses tópicos; 3) apresentação de argumentos teóricos (*praecepta*) sustentados por exemplos (*exempla*) a serem imitados, ou não; 4) direcionamento adequado de todos esses elementos à pessoa afetada por alguma calamidade, geralmente morte ou exílio de uma pessoa querida. Para Redonet (2003, p. 373) as consolatórias que desenvolvem a temática da morte – *consolatio mortis* – devem abordar os seguintes temas: recepção da notícia do infortúnio, efeito da notícia no consolador e na comunidade e, por último, vontade ou desejo de consolar. A exortação ao aflito era importante, já que o convidava a suportar a dor de forma adequada.

Paolo Asso, em *Queer consolation: Melior's dead boy in Statius' Silvae 2.1*, sinaliza que as consolações que tangem a temática da morte, em sua maioria, apresentam os seguintes componentes: 1) uma introdução com o reconhecimento da justificativa da dor e exortação ao lamento do enlutado; 2) o louvor ao morto (*laudatio*); 3) as expressões de lamento (*lamentatio*); 4) as descrições da causa das circunstâncias da morte – ou infortúnio; 5) o consolo (*consolatio*) (ASSO, 2010, p. 667). Asso ainda apresenta que, em algumas ocasiões, os cinco elementos mencionados não são articulados separadamente: por exemplo, na *Consolatória a Lúvia*, a *laudatio* e *lamentatio* são fundidas em uma só seção (VAM DAM, 1984, p. 68 *apud* ASSO, 2010, p. 667). Ao considerar um produto textual que tem por principal objetivo o consolo e que desenvolve temáticas que estabelecem relações com o tópico das emoções, da dor, da própria morte, acrescentadas de características como *exempla*, lamento e elogio, há de se considerar que uma das principais características desses textos é o forte componente laudatório (BERMUDEZ, 2010, p. 120). Redonet (1997, p. 370) chama a atenção a respeito do caráter oral das consolatórias e, por assumir essa condição de *declamatio*, adquirimos desses escritos algumas informações desconexas ou reelaborações efetuadas por outro autor que eram incluídas em seus escritos.

A respeito da *Consolatória a Lúvia* destacamos que há uma variedade de classificações para a divisão do texto. De acordo com Adler (1851, p. 4), a narrativa pode ser dividida em três

partes sendo, *lugubris* (vv. 1 – 328), *consolatio* (vv. 328 – 416) e *exhortatiua* (vv. 416 – 474). Na primeira parte, que compreende a *lugubris* (vv. 1 – 328), o autor desenvolve temáticas relacionadas à morte e aos amores materno e filial. Se destacam: a pena por Lívía pela forma austera a qual recebe o anúncio da morte do filho; os elogios de Druso e Tibério; a *pietas*<sup>46</sup> de Lívía e sua conduta impecável; a inevitável morte e a dor coletiva com o anúncio da notícia; elogios a Augusto; as exéquias de Druso; a comoção dos deuses; alusões à juventude de Druso e ao seu empenho por Roma durante as campanhas na Germânia; a causa de sua morte e elogios à Antônia, esposa do falecido.

Ainda, de acordo com Adler (1851), na segunda parte, que compreende a *consolatio* (vv. 328 – 416), o autor sinaliza a imortalidade alcançada por Druso a partir de sua atuação; elogia os antepassados do falecido pelos seus títulos e feitos; convida Lívía para que possa suportar sua dor de acordo com sua posição social; comenta a respeito da universalidade da morte e a condição mortal de Druso; por fim, apresenta a arbitrariedade e inevitabilidade da ação da Fortuna. Para a terceira parte, *exhortatiua* (vv. 416 – 474), acentua as palavras de conforto que Druso profere, em discurso direto, para Lívía; constam também o elogio de Druso, Augusto, Tibério e Lívía; convida Lívía a se fortalecer e a se recordar de sua obrigação para com seu esposo e seu filho que continuam com vida.

Uma outra divisão que apresentamos aqui é a elaborada por Otto Schantz (1889, p. 3 *apud* ROLÁN, SAQUERO, 1993, p. 18-19) para o texto que consola Lívía. Schantz (1889), que também defende a divisão com três partes para o texto consolatório, reinsere os versos em uma ordem e divisão temática que difere da versão apresentada por Adler (1851). Citamos, a seguir, alguns pontos de destaque do texto em diálogo com a divisão de Schantz (1889). Sinalizamos que nosso objetivo nesse tópico não é a análise das citações, uma vez que faremos isso nos próximos capítulos. Propomos apenas demonstrar, a partir da divisão de Schantz (1889), a funcionalidade da divisão realizada pelo autor. A primeira parte compreende a *expositiuo* (vv. 1 – 166): momento em que o autor expõe a dor de Lívía. De acordo com Peirano (2012, p. 239), na *Consolatória a Lívía*, parte do conteúdo dos versos 7 a 12 pertencem às

---

<sup>46</sup> O *Oxford Latin Dictionary* (1968, p. 1378) define *pietas* como: 1. a atitude de respeito e zelo para com aqueles a quem alguém está ligado por laços de religião (deuses), ou consanguinidade (a família e outros parentes); 2. a atitude de devoção dos homens para com os deuses e o próprio sentimento recíproco dos deuses para com os seres humanos. De acordo com Richard Saller (1997, p. 104 e 105), essa virtude diz respeito ao dever e é exibida principalmente em relação a um poder superior, sejam os deuses ou a *Res Publica*.

convenções da escrita consoladora, pois um dos aspectos importantes da prática social da escrita de uma *consolatio* era a identificação de simpatia oferecida aos enlutados. Nos versos citados, o autor questiona quem seria capaz de impor condições ao luto de Lívia, ou quem poderia controlar as lágrimas do rosto dela; indica também que a tarefa de falar palavras corajosas para dor de outra pessoa é fácil, embora essa tristeza pela morte de Druso tenha afetado a todos.

O autor anônimo inicia a narrativa com um breve discurso para Lívia, reconhecendo-a como *mãe dos Neros* e que há muito tempo tem sido abençoada (vv. 1 – 2). A seguir, entre os versos 13 e 20, reconhece os feitos de Druso, bem como a sua retidão, exemplo de bons costumes e as vitórias que obteve em algumas campanhas:

*occidit exemplum iuuenis uenerabile morum:  
maximus ille armis, maximus ille toga.  
ille modo eripuit latebrosas hostibus Alpes  
et timulum belli dux duce fratre tulit.  
ille genus Sueuos acre indomitosque Sicambros  
contudit inque fugam barbara terga dedit  
ignotumque tibi meruit, Romane, triumphum,  
protulit in terras imperiumque nouas. (Consolatória a Lívia, vv. 13-20).*

Sucumbe morto um exemplo de jovem respeitado: ilustre com as armas, ilustre com a toga. Aquele que arrebatou nossos furtivos inimigos dos Alpes e quando foi general obteve a honra de guerra e a dividiu com seu irmão. Aquele que abateu o bastante violento povo suevo e os indomáveis sicambros; retornou dos povos bárbaros e, como romano, mereceu o triunfo desconhecido por ti e mostrou o poder por terras novas.

Depois de expor a dor de Lívia pela morte de Druso o anônimo apresenta um monólogo interno bastante otimista em que a mãe aguarda o retorno do seu filho das campanhas (vv. 31 – 36):

*fingebas reducem praeceptaque mente fouebas  
gaudia et ante oculos iam tibi uictor erat:  
“iam ueniet, iam me gratantem turba uidebit,  
iam mihi pro Druso dona ferenda meo.  
obuia progrediar felixque per oppida dicar  
collaque et os oculos illius ore premam.  
talis erit, sic occurret, sic oscula iunget,  
hoc mihi narrabit, sic prior ipsa loquar” (Consolatória a Lívia, vv. 29 – 36).*

O imaginavas de volta e em teu interior abrigava alegrias antecipadas e já ante teus olhos se apresentava vitorioso: “Está a ponto de chegar, logo a multidão me verá em ação de graças, já presenteari oferendas por meu Druso. Sairei ao seu encontro, e por todas as cidades me chamarão afortunada e cobrirei

com beijos seu pescoço, sua boca e seus olhos. Assim ele se apresentará a mim, assim sairá a me receber, assim unirá seus beijos aos meus, isto me contará, assim eu mesma lhe falarei primeiro”.

O anônimo segue registrando as calamidades que aconteceram à casa imperial, que incluem as mortes de Marcelo (23 a.C.), Agripa (12 a.C.) e Otávia Menor (11 a.C.), além disso menciona que Druso é o último a chegar no mausoléu acompanhado pelas lágrimas de Augusto e sinaliza a atuação do jovem no exército (vv. 65 – 72). Em seguida inclui as lamentações de Tibério e Lúvia sobre o cadáver (vv. 85 – 166) e acrescenta um discurso direto de Lúvia com uma extensa lamentação (vv. 121 – 164). Na segunda parte, temos a *lamentatio* (vv. 167 – 328) que se trata da ênfase às virtudes e aos comportamentos de Druso e à comoção da comunidade cívica perante sua morte. Entre os versos 167 e 220 temos descritas as exéquias de Druso em Roma, com atenção para a reação da população (v. 191) e dos equestres (v. 202) e a turbulência que enfrenta a *domus* de Augusto.

Identificamos que o autor do texto considera quatro movimentos para o cortejo fúnebre de Druso: a procissão passando pelas ruas da cidade e a comoção dos cidadãos (vv. 173 – 208); a atuação de Augusto no funeral de Druso (vv. 209 – 216); a presença das cortes armadas ao redor da pira funerária (vv. 217 – 220); e por fim, o papel da pira funerária nos rituais fúnebres (vv. 253 – 264).<sup>47</sup> Em nossas análises, é considerável que ao representar os movimentos do funeral e o enterro de Druso no mausoléu o autor anônimo sinaliza a preocupação de Augusto com a morte e os seus rituais, bem como aproxima a autoridade política cada vez mais das mulheres da *domus* do imperador. O mausoléu, portanto, torna-se um símbolo de distinção de toda família ou grupo enterrado nele.

No meio do poema, entre os versos 221 e 252, o rio Tibre, dominado pela tristeza, ameaça a inundar o funeral com suas lágrimas e extinguir as chamas da pira funerária (v. 225). Somente as palavras de Marte para que Tibre não se oponha ao destino, evitam o feito (vv. 233 – 250). A queima do corpo de Druso na pira funerária, como parte dos rituais fúnebres, é apresentada entre os versos 253 e 270. É destacado também o reconhecimento aos feitos de Druso nas campanhas da Germânia (vv. 265 – 270), bem como a vingança que os povos vencidos enfrentaram pela morte do jovem (vv. 271 – 280). Em sequência, a narrativa se volta para a esposa de Druso, Antônia, que tem sua retidão comparada à de Lúvia (vv. 303 – 304) e

---

<sup>47</sup> Reservamos para o Capítulo 3 de nossa dissertação o debate e a identificação dos rituais fúnebres que compreendem o contexto da morte de Druso.

recebe a sugestão para que se comportasse de forma adequada na morte de seu esposo (vv. 317 – 318).

Por fim, como terceira e última parte, o autor enfatiza os elementos consolatórios na *consolatio* (vv. 329 – 474): o filho morto se encontra na moradia dos Bem-Aventurados (vv. 329 – 342) e Lúvia recebe elogios e reconhecimentos pela sua posição em Roma como esposa e mães de Césares. Lúvia deve apresentar controle em suas expressões de dor, com firmeza e dignidade, uma vez que sua conduta precisa refletir a *uirtus*, mesmo estando num contexto de morte (v. 355 – 357). O anônimo também faz referência à finitude humana, uma vez que nada e ninguém são inertes a esta ameaça e, em última instância, Druso não morreu sem glória (vv. 357 – 392). Por último, solicita novamente, que contenha o seu luto (vv. 417 – 444) e recorda a mãe enlutada da sua boa sorte em contar ainda com um filho e marido vivos. Dessa forma, deve honrá-los e não se recomenda a permanência do luto (vv. 471 – 474):

*est tibi, sitque precor, multorum filius instar  
parsque tui partus sit tibi salua prior;  
est coniux, tutela hominum, quo sospite uestram,  
Lúvia, funestam dedecet esse domum. (Consolatória a Lúvia, vv. 471 – 474).*

A ti te resta, e peço que assim seja, um filho que vale por muitos e oxalá te conserve são e salvo o primeiro fruto de teu parto. Vive teu esposo, proteção dos homens, e estando ele ileso, não convém, oh Lúvia, que vossa casa esteja de luto.

Sendo assim, ao mapear a *Consolatória a Lúvia*, observamos que a personagem principal, Lúvia, é rodeada de personagens secundários como Tibério, Druso, Antônia e Augusto. As representações das ações de tais personagens se relacionam às atitudes de Lúvia. Este primeiro capítulo apresentou o nosso documento e as discutíveis definições a respeito de sua data, autoria e formatações. Caminharemos com a intenção de concentrar nossos esforços na análise dos argumentos que o texto nos fornece: um conteúdo persuasivo destinado a apresentar que a dor e o desespero não devem imperar em momentos de fatalidade humana. O texto nos ajuda a refletir a respeito dos comportamentos e das inquietações dos romanos à época de Augusto ante a morte e as práticas mortuárias. O anônimo desenvolve na poesia a temática da sucessão imperial e combina estilos de escritas para alcançar seu objetivo (JENKINS, 2009, p. 3).

Interessa-nos, portanto, no próximo capítulo, identificar e analisar de quais formas as escolhas das temáticas, os personagens apresentados e os enredos elaborados para a

consolatória incorporam o repertório exemplar que demonstra as expectativas dos romanos para o luto da aristocracia. Faremos isso manuseando o documento com o propósito de capturar as atitudes desses personagens que a consolatória descreve como socialmente apropriadas para os integrantes da *domus* imperial. Analisaremos também, a forma pela qual o texto da *Consolatória a Lúvia* articula a função da mãe enlutada: a reconhece como *matrona* imperial e indica de quais formas sua atuação era esperada, uma vez que seus comportamentos eram tidos como modelos.

Estas questões tem como eixo principal a importância que os romanos conferiam à preservação da memória a partir dos textos e imagens criadas no contexto da morte. Compreendemos que essas estratégias ajudavam a definir a identidade de uma pessoa e de sua família, incorporando-as num contexto social e cultural distinto, garantindo, em algumas ocasiões, a lembrança do morto, após atingir a condição de finitude. Ao morto, as homenagens e os reconhecimentos para perpetuar sua memória e de sua família. Aos enlutados, a reelaboração das emoções e reinserção social.

## CAPÍTULO 2 – MORTE, MEMÓRIA E SUCESSÃO IMPERIAL

Em diálogo com os argumentos apresentados no Capítulo 1, objetivamos, neste capítulo, analisar como o contexto social da morte no ambiente imperial se utiliza dos símbolos de poder, produz e promove a memória familiar. Com efeito, buscamos compreender como o autor da consolatória constrói e reforça modelos e contra modelos de comportamentos. Entendemos que as narrativas elaboradas no contexto da morte transformam-se em elementos persuasivos para a reconfiguração do luto, uma vez que objetivam reintegrar ou redirecionar o destinatário na sociedade (KER, 2009, p. 91).

Vimos que a consolatória endereçada à Lívía como manifestação da dor pela perda de uma pessoa querida, compõe o repertório documental atribuído ao contexto de Augusto, pois, além de acentuar e indicar os comportamentos sociais aceitáveis frente à morte, apresenta o funeral de Druso, caracterizado como *luctus publicus*. Sendo assim, o texto integra os meios utilizados pelos vivos para veicular a memória familiar no momento da morte, uma vez que esse grupo transmitia sua reputação na execução do cortejo fúnebre, no conteúdo proferido na *laudatio funebris*, no cumprimento dos rituais e no patrocínio dos monumentos funerários erigidos (HOPE, 2003, p. 115).

No decorrer das nossas problematizações veremos que, para os membros da aristocracia imperial, o contexto da morte fornecia uma valiosa oportunidade para construir, exibir e aumentar a importância dos seus ancestrais e de sua *domus*, seja a partir da execução das procissões fúnebres, seja da rota, ou seja das atividades que compunham o funeral romano (FRAVRO, JOHANSON, 2010, p. 12 e 16). Integrados à *Res Publica*, os monumentos e as rotas do cortejo fúnebre, ao movimentar as ruas da cidade, legitimavam a perpetuação do grupo nos espaços de poder, além de serem portadores de memória (BRAÄNNSTEDT, 2015, p. 4). Sabemos, pois, que a divulgação dessas narrativas que nos informam sobre as atividades realizadas no contexto fúnebre apresentava as imagens do morto e de sua família vinculadas à *virtus* romana (Cf. OMENA, 2013; HOPE, 2011; NOY, 2011; HUSKINSON, 2007).

A *Consolatória a Lívía* torna-se relevante para os nossos estudos de memória, morte e sucessão imperial, pois, assim como supomos, desenvolve o tema da *pietas* a partir da execução dos rituais funerários e do comportamento de Lívía em face à morte de seu filho; elogia a vida doméstica e pública de sua *domus* e apresenta, ainda, os detalhes do cortejo fúnebre de um membro da casa de Augusto. Logo, acreditamos que ao escrever o texto dedicado à Lívía, o

autor anônimo procurava evidenciar as atitudes perante a morte dos membros da *domus* imperial, bem como as práticas religiosas, o culto aos mortos e a apresentação das imagens da morte, do luto e do consolo à época do Principado de Augusto. Além disso, e não menos importante, elabora um momento de conflito público vinculado às questões sucessórias.

## **2.1 – As imagens da morte e a construção da memória no texto da *Consolação a Lúvia*.**

Segundo nossa interpretação, o texto da *Consolatória a Lúvia* é uma obra equivalente aos trabalhos divulgados em seu próprio tempo com o propósito de comunicação entre a *domus* imperial e os habitantes da cidade. A partir da morte de Druso e da execução do seu funeral, convertidos em poesia, a consolatória se apresenta como veículo de divulgação de memória, pois realiza a promoção da família imperial com destaque às ações de Lúvia no contexto da morte e promove a *gens Claudia*. Da mesma forma, nos indica as diferentes expressões de luto pelos habitantes da cidade. Entendemos que as narrativas e práticas ritualísticas formuladas nesse contexto valem-se dos artifícios persuasivos ou dos dispositivos retóricos para construção dos significados e da criação de memória (LAIRD, 2009, p. 197).

É oportuno sinalizar que nossa proposta não é a realização de uma análise do dispositivo retórico apresentado no texto, pois concordamos com Manuel Alexandre Júnior, em *Eficácia retórica: a palavra e a imagem* (2008), que nos informa que a tarefa de estabelecer uma definição exata para retórica é difícil:

Nunca existiu, de facto, um sistema uniforme de retórica clássica, embora continuem a multiplicar-se os esforços para a apresentar como um sistema. A retórica foi sempre uma disciplina flexível, preocupada com a persuasão dos ouvintes, mas também com a produção de formas de discurso, com a configuração e a iluminação do próprio texto (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008, p. 3).

Em nossa compreensão, as imagens, as atitudes e os discursos elaborados no contexto da morte se configuram em veículos de produção de memória. Valendo-se dos dispositivos retóricos, os autores utilizavam as imagens das narrativas míticas, exemplos de virtudes de outros personagens, construções metafóricas e a interferência das divindades para compor os seus discursos e proporcionar a produção dos *espaços de recordação* (ASSMANN, 2011). Ainda de acordo com Aleida Assmann (2011, p. 32 e 33):

[...] a antiga tradição da memória retórica ganhou uma surpreendente atualidade [...]. Isso tem a ver particularmente com o nexa entre recordação e

identidade [...] com atos culturais da recordação, da rememoração, da eternização, da remissão, da projeção e, por último, mas não menos importante, do esquecer, sempre embutido em todos esses atos.

Conforme Pedro Paulo Funari (2010, p. 10) nos recorda, a conservação da memória pública para os antigos pode ser alcançada por meio das práticas comemorativas, cortejos fúnebres, realização de festivais, fabricação de túmulos, inscrições e monumentos. Sendo assim, a partir da morte de Druso, propomos analisar como as representações formuladas e apresentadas no texto consolatório se apresentam como um veículo de promoção social dos grupos envolvidos, uma vez que evoca práticas sociais e um ideal de comportamento cívico. Além disso, pode ser transmitido como um dos meios de comunicação entre o *Princeps* e a *urbs* romana. Essa comunicação, realizada de maneiras verbais e não-verbais, se baseia na articulação e transmissão dos ideais almejados para que possam ser efetivados (MILES, 2005, p. 2009).

Concordamos com Treggiari (2005, p. 10) quando nos indica que os romanos do Principado de Augusto apreendiam que o que acontecia no ambiente doméstico, mesmo longe dos olhos da população, refletia na vida pública, política, econômica e religiosa. Logo, o ambiente em que a aristocracia imperial frequentava não representava apenas a casa do governante, mas traduzia-se como “[...] a casa a operar como uma interface com a sociedade sobre a qual ele governava” (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 289). Igualmente, no contexto da morte, o texto que consola Lúvia associa os símbolos e as cerimônias públicas com a comunidade cívica, pois representa o envolvimento da *domus* imperial e evidencia que a *matrona* deveria manter a *uirtus* no evento. Em nossas hipóteses, o *funus publicum* de Druso projeta a *domus* Augusta, reafirma a importância da descendência da *domus* na política e projeta Lúvia como matrona piedosa e responsável pela problemática da sucessão com o foco na *gens Claudia* (*Consolatória a Lúvia*, vv. 75 – 86).

A narrativa elaborada a partir da morte de Druso, divulgava e enaltecia não somente a imagem de Augusto, mas de toda sua família e dos integrantes de sua *domus*. Assim como nos informa Matthew Fox, em *Rhetoric and Roman Literature* (2007), a retórica imperial divulgada a partir dos textos teria como principal função o exercício do poder político (FOX, 2007, p. 374). Em uma cidade movida pela *imago*, compreendemos que a partir da morte, a promoção da memória se manifestava pelas formas materiais, textuais e habituais. Os monumentos funerários, as necrópoles, os epitáfios, a literatura de consolação, os retratos, joias, testamentos,

a oratória veiculada a partir da *declamatio* e os rituais privados ou públicos destacavam os ritos mortuários, as representações do luto e indicavam os *status* dos indivíduos e da família ao qual estavam veiculados. Hope (2003, p. 113) aponta que no contexto romano a execução dos rituais, a manipulação de imagens e a divulgação de textos são os principais dispositivos de construção e comunicação de memória. É oportuno ressaltar que havia a preocupação para a sobrevivência e perpetuação da memória dos mortos. Embora no Capítulo 3 de nossa Dissertação abordemos com mais ênfase, essa condição resultava na construção das lápides e dos monumentos funerários que enfatizavam o *status* e as identidades comuns àqueles que eram homenageados.

De acordo com Maureen Carroll (2006, p. 04), os monumentos funerários e os textos inscritos manifestavam identidades étnicas e cívicas, ocupações profissionais, registro dos complexos laços familiares e atuação pública e privada dos indivíduos. Intensificavam os valores sociais e culturais dos romanos (CARROLL, 2004, p. 04). Embora os enterramentos se localizassem fora da cidade, nas estradas, eram locais de circulação. Como nos informa Omena e Funari (2021, p. 81), “[...] edifícios funerários e todo o seu complexo, decorado com mosaicos, afrescos, mármore, estuques, estatuárias, sarcófagos, urnas, ânforas e colunas [...] indicam, de fato, a reverência aos antepassados.” (OMENA, FUNARI, 2021, p. 81). Uma vez que eram elaborados, desafiavam o esquecimento ao serem destinados à visibilidade não somente dos familiares, mas também dos passantes. Se tornava uma forma privilegiada de permanecer memorizado, na medida em que os transeuntes eram convidados a ler e refletir sobre o destino da pessoa, cuja vida e morte foram registradas (CARROLL, 2006, p. 18).

Rosa (2016, p. 65) apresenta que o manuseio das memórias não é feito de forma cristalizada ou estática, tendo em conta que é um “contínuo processo de criação e recriação, [que] vive além da morte dos indivíduos quando compartilhada por grupos humanos”. Com efeito, a pompa fúnebre do funeral de Druso torna-se veículo de exibição aristocrática das duas *gentes*, *Iulia* e *Claudia* e, ao mesmo tempo, auxilia no processo cognitivo da memória, pois mobiliza as experiências sensoriais, como a visão (na exibição do cortejo), a audição (no choro e lamentações proferidas), o olfato (os perfumes que exalavam do corpo) e ações habituais do contexto fúnebre que criam e evocam imagens da morte a partir da memória (HOPE; HUSKINKSON, 2011, p. XV).

Por isso, é possível dizer que a partir da morte criam-se imagens (discursivas ou materiais) que poderiam assumir várias formas e eram veiculadas no contexto romano imperial. Estas imagens são formuladas por representações que nos conduzem à produção ou análise das

narrativas que expressam esses “lugares de memória” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 94). Uma vez que o ofício do historiador é o de conectar as imagens do passado que atendem às devidas necessidades do presente, esse deve compreender que “cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico” (LE GOFF, 1990, p. 26). Assim como nos indica Norberto Luiz Guarinello (2014, p. 14):

Nem é o historiador livre para criar passados, como se traçasse sua trama por caminhos desimpedidos, mas deve falar do passado através de documentos que são, também eles, bastante reais. Podemos coletá-los, consultá-los, criticá-los, analisá-los. É através de sua mediação, e só dela, que temos acesso às realidades passadas.

Por certo, consideramos as imagens da morte como representações que se relacionam aos acontecimentos vivenciados pelos agentes sociais da época. Se materializavam desde os que planejavam os túmulos antes da morte e combinavam elementos visuais e verbais para afirmar a imagem da sua família, até aos enlutados que encomendavam ou recebiam poemas ou monumentos funerários para consolar sua dor. Igualmente, a narrativa em verso da *Consolatória a Lúvia* apresenta personagens públicos, evidencia e reconhece as atitudes realizadas a partir da morte de Druso. Ao mesmo tempo, educava o social a partir da construção das *imagens discursivas* (JOSÉ, 2016). Natália Frazão José (2016) investiga as imagens discursivas formuladas para construir representações em torno de Augusto entre os séculos I a.C. a III d.C. De acordo com a autora, a produção de imagens é realizada com base na manipulação de símbolos.

[...] para isto, utiliza-se de um sistema de signos e emblemas, imagens e representações ideológicas que são transformados em fatores determinantes da concepção social [...]. Para entendermos o que são imagens discursivas, partimos do pressuposto de que um documento sempre carrega em si um discurso, que não está isento das impressões de seu contexto e produção [...]. É nesta produção discursiva que podemos encontrar a criação de imagens discursivas, a elaboração de determinadas representações acerca dos indivíduos, suas vidas, seus feitos, suas virtudes e seus vícios (JOSÉ, 2016, p. 22 e 25).

No ambiente mortuário, os próprios túmulos, os monumentos às famílias e aos indivíduos, a execução dos rituais fúnebres e os cuidados com o corpo do falecido destinavam-se à construção ou reafirmação identitária e transformavam-se em narrativas que produziam uma memória cultural, individual ou coletiva e, ao mesmo tempo, histórica (Cf. GOWING, 2005; HUSKINSON, 2007; NOY, 2011; JONHANSON, 2011; ERKER, 2012; HOPE, 2011, entre outros). O próprio registro do cortejo fúnebre de Druso sinaliza que é uma prática que não

pode ser esquecida ou corrompida com o tempo, mas é uma escrita com o propósito de divulgar modelos entre a aristocracia, garantir a fixação e também apresentar conflitos. Ao considerar a prática do cortejo fúnebre, a imagem do corpo na pira funerária, os cheiros que a queima evoca, o som das músicas cantadas ou dos lamentos e o próprio registro da participação do público se transformam em produção e reprodução social de memória. À medida que esses elementos mobilizados forjam uma sensação de passado comum e atuam na construção de identidades, a execução dos rituais produzem a sensação de pertencimento (GRAHAM, 2011, p. 27).

É apropriado sinalizar que o próprio corpo e os cuidados com a materialidade do cadáver, como a forma em que era tratado e exibido, expressava um lugar social e contribuía para criar o significado individual e do grupo em termos identitários (GRAHAM, 2011, p. 23-26). Criava-se uma memória social e afetiva tanto de quem organizava os detalhes do corpo para sua exibição, bem como do próprio cadáver, na medida em que poderia ser lembrado, comemorado ou condenado ao esquecimento (GRAHAM, 2011, p. 27). As mortes repentinas ou inevitáveis, fora do espaço doméstico ou da cidade em que se vivia indicava certa preocupação com o destino do corpo (HOPE, 2000, p. 115). Morrer em casa, ou próximo da cidade em que se vive, poderia indicar que os parentes do falecido realizariam os devidos rituais de acordo com a tradição ancestral, se constituindo um escândalo caso não o fizessem (NOY, 2011, p. 14).

Embora seja ocasionada por diversos fatores, assim que o fenômeno natural da morte acontece para com um indivíduo, seu corpo inicia o processo de putrefação e destruição. Os efeitos desse processo podem não ser percebidos de maneira imediata, mas ao longo dos dias o corpo começa a sofrer alterações detectáveis que o levam à desconfiguração e questões que envolvem a saúde do espaço físico (GRAHAM, 2011, p. 25). O cadáver mutilado, ou a negação do seu enterro faziam parte da destruição social do falecido, além de representar a ausência de *pietas* dos vivos para com os mortos. O destino do corpo se relacionava ao sentido prático, emocional, de construção de memória e também espiritual. Não era comum que as pessoas quisessem que seu corpo, ou o corpo de conhecidos estivessem expostos à decomposição pública. Tornava-se uma ofensa à vida. O erro em dispor os mortos trouxe repercussões tanto para os vivos, quanto para mortos (LINDSAY, 2015, p. 15; HOPE, 2000, p. 114 e 115).<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Veremos no terceiro tópico do seguinte capítulo que histórias de espíritos e fantasmas errantes eram muito frequentes, associados à observância incompleta ou inadequada dos rituais de enterro (HOPE, 2000, p. 106; FELTON, 1999, p. 9 – 12). “Os espíritos daqueles que morreram de mortes violentas ou prematuras, também podiam afetá-los, especialmente, se isso fosse agravado pela falta de enterro. [...] O enterro adequado estava

Mesmo com a presença dos especialistas e dos *colégios funerários* (*polinctores*, responsáveis por esconder a descoloração da morte; *uespillones*, que carregavam os caixões e cadáveres; *fossores*, coveiros; *ustores*; responsáveis por queimar os cadáveres; *dissignador*; o responsável por organizar e dirigir o cortejo fúnebre (HOPE, 2007, p. 90)), a população que compunha as camadas inferiores não tinha acesso aos devidos tratamentos no momento da morte. Seus corpos eram jogados em fendas ou valas comuns e não eram depositados em túmulos; tornavam-se uma fonte de ansiedade em relação à manutenção e higiene urbana (BODEL, 2000, p. 129). E, além disso, provocava sua morte social.

Nesse sentido, mesmo que os túmulos fossem construídos antes da morte do falecido, dependia de outras pessoas a realização dos rituais fúnebres, bem como colocar o cadáver – inumado ou cremado – no local escolhido. Os cuidados com o corpo no momento da morte, além de representarem aspectos fisiológicos e de higiene, fazem parte também de preocupações que se vinculam ao caráter religioso e emocional. A materialidade do cadáver se transforma em símbolo de poder, uma vez que o seu destino depende das atitudes dos vivos (GRAHAM, 2011, p. 21-22).<sup>49</sup> A noção de poluição que a morte provoca era variada e se relacionava com o *status* social de cada indivíduo. As práticas e convenções contemporâneas de higiene se diferenciam do que era vivenciado pelos romanos à época imperial, pois a forma como se relacionavam com os mortos da época dizem respeito às suas percepções religiosas, emocionais e sociais. O que nos indica, também, que os princípios de pureza e sujeira refletem sistemas culturais e sociais distintos (ERKER, 2011, p. 42).

Entre o momento da morte e o início do funeral era necessário que o corpo do morto fosse tratado com respeito pelos enlutados: os olhos deveriam ser fechados, o corpo lavado e unguento, os rituais do luto tais como a *conclamatio* (ritual de chamar o nome do falecido) realizada em torno dele e, logo após, seria colocado no *atrium* da residência se a família pertencesse aos grupos aristocratas (NOY, 2011, p. 07). Questões que envolviam a sua preservação eram limitadas e, na maioria dos casos, cadáveres de anônimos eram coletados em

---

associado à crença religiosa, especialmente porque os espíritos daqueles que não haviam recebido ritos suficientes podiam vagar e ameaçar os vivos [...]. Enterrar os mortos com o devido cuidado e atenção era também remover uma fonte potencial de poluição e agir com compaixão e humanidade” (HOPE, 2000, p. 106, 109 – 110).

<sup>49</sup> Questões inerentes à materialidade dos indivíduos, como as preocupações práticas a respeito da desintegração do corpo do falecido e a saúde do ambiente físico em que está inserido, revelam que o cadáver representa um símbolo de mortalidade para os vivos e, ao mesmo tempo, pode ser tratado com ambivalência pelos mesmos: sentimentos e sensações como o medo e estranheza devem fornecer espaço para ações de presteza e dedicação com as quais o corpo necessita ser tratado a partir dos rituais apropriados (ERKER, 2011, p. 42; LINDSAY, 2000, p. 15).

Roma e colocados em piras ou valas comuns (NOY, 2011, p. 14). O processo de decadência do corpo, como a putrefação, era retardado a partir da aplicação de perfumes, mel e utilização de incensos. A combinação dos cheiros e da visualidade do corpo possibilitaria a recuperação da memória corporal, pois o poder do olfato e da visualidade do corpo atuaria na formulação e recuperação de uma memória afetiva e social, bem como evitaria a decadência do cadáver (ERKER, 2011, p. 30).

Isso nos indica que não somente sua atuação em vida poderia definir identidades, mas a apresentação do corpo no momento da morte evocaria respeito, simpatia ou repulsa. Ademais, a negação ao sepultamento e às devidas honras fúnebres era considerado um insulto (HOPE, 2000, p. 104 e 115). Segundo José Carlos Rodrigues, em *Tabu da morte* (2006, p. 20 e 21):

[...] a morte sob o ângulo humano não é apenas a destruição de um estado físico e biológico. Ela é também a de um ser em relação, de um ser que interage. O vazio da morte é sentido primeiro como um vazio interacional. [...] Nada há de surpreendente, pois, em que os membros em que a sociedade se encarna e que ela perde venham a ser objeto de uma atenção especial, de cuidados e preocupações mortuárias, em uma palavra, de rituais. Os ritos da morte comunicam, assimilam e expulsam o impacto que provoca o fantasma do aniquilamento

Nesse sentido, apreendemos por imagens da morte as representações elaboradas no contexto mortuário que auxiliam no processo de definição de um lugar de memorização e de criação de identidades sociais. Assim como indica Guarinello (2013, p. 9): “A memória é a grande fundadora e legitimadora das identidades, porque é ela que define quais são as mais importantes, quais não são fluidas e passageiras, quais são aquelas que são adquiridas de nascença, como herança de nossos ancestrais”. A partir desse debate podemos inferir que o espaço fúnebre para os grupos aristocráticos era comprometido em agregar e aproximar a casa imperial ao ideal cívico. Ademais, a prática mortuária indicava não apenas uma distinção social vinculada aos grupos da aristocracia, mas, segundo supomos, o culto aos mortos incorporava toda a comunidade. Se nos distanciarmos da consolatória, os testemunhos materiais presentes nas necrópoles romanas indicam a presença de escravos e libertos. Ambos se preocupavam com a memória de seus mortos.

Nesse sentido, as inscrições funerárias revelam como indivíduos ou grupos utilizaram da escrita monumental para auxiliar na definição de um lugar identitário na sociedade, considerando que os detalhes são selecionados para compor uma imagem corrigida do falecido em questão (CARROLL, 2006, p. 19). A própria localização dos túmulos, geralmente de frente

aos rios,<sup>50</sup> mares ou nas estradas, eram estrategicamente escolhidas levando em consideração seu campo de visibilidade.

As tumbas são outra forma de monumento com inscrições que identificam aqueles que as ergueram e aqueles que são comemorados por elas. Com uma localização proeminente nas estradas de acesso fora dos portões da cidade, os túmulos eram monumentos públicos que atestavam os laços privados de parentesco, obrigação e emoção dentro das famílias e seus lares estendidos. Os sepulcros eram a principal atração à beira das estradas quando se entrava nas cidades romanas, e os monumentos proeminentes que contornavam as estradas forneciam aos transeuntes uma lista de grandes famílias e cidadãos influentes junto com seus descendentes. Os viajantes não precisavam esticar o pescoço para ler as fachadas dos túmulos com inscrições, porque estavam bem amontoados lado a lado (D'AMBRA, 2015, p. 409).

Essas atitudes tinham, portanto, objetivo duplo: atuavam na reorientação das emoções e cristalização das memórias a partir do louvor, lamento e consolação. Afirmavam as virtudes do falecido e de sua família para a comunidade cívica (NEWBY, 2016, p. 277). Ao mesmo tempo, acreditamos que ao encomendar um monumento, o enlutado poderia ressignificar o seu lamento em forma de memorização. Os próprios epitáfios, que preservam aspectos da vida de um indivíduo, são portadores de mensagens que informam para a sociedade como as pessoas queriam ser lembradas (CARROLL, 2006, p. 19).

Somados a essas considerações, estudos recentes com foco na Antiguidade examinam como os governantes de Roma estabeleciam diálogo entre o controle do passado para definir o presente e projetar o futuro. Estes valiam-se de vários suportes comunicativos, como a literatura, edifícios, esculturas e os próprios rituais pelas ruas da cidade (Cf. ZANKER, 1988, EDWARDS, 1996, FAVRO, 1996; COOLEY, 2000; GOWING, 2005). Estes discursos, quando evidenciados à comunidade cívica, produziam imagens que apoiavam e sustentavam os grupos aristocráticos. Se valiam da veiculação e organização dos símbolos.

Logo, o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente (BALANDIER, 1982, p. 7).

Para Angélica Chiappetta (2001), uma das alternativas para o estudo dos discursos antigos é manuseá-los considerando as práticas *retórico-ético-poética* (CHIAPPETTA, 2001,

---

<sup>50</sup> O próprio Mausoléu de Augusto, à margem do rio Tibre, e o Mausoléu de Adriano na outra margem, eram altamente visíveis e marcavam sua justaposição com outros monumentos públicos e dinásticos (CARROLL, 2006, p. 50).

p. 55). Sendo assim, as produções à época do Principado de Augusto conferiam organicidade e realçavam os papéis sociais ambicionados como forma de educar o social. Nesse sentido, o papel dessa retórica na Antiguidade tinha como principal função divulgar valores e crenças ao público e convertia-se em um importante instrumento na vida social e política de Roma (KENNEDY, 1994, p. 4).

Por conseguinte, o texto consolatório é uma escrita que mobiliza os elementos discursivos e retóricos e que envolve figuras exemplares e tradicionais vinculadas a Augusto; é composto por um elenco restrito de personagens que apresentam características que proporcionariam visibilidade e exemplaridade duradoura (PEIRANO, 2012, p. 236). Em outras palavras, corroborou com a construção de um discurso social e político capaz de aplicar elementos necessários da retórica para transmitir mensagens, informações e modelos comportamentais, pois, segundo propomos, legitimariam as ações do *Princeps* e dos membros da *domus* imperial.

Compreendemos que, embora a motivação da escrita da narrativa seja consolar Lívía, a divulgação do texto consolatório cumpre também uma função dupla: pedagógica e de transmissão. Se constitui em um artifício que evidencia as práticas funerárias a partir do registro dos rituais fúnebres e apresenta a importância de Lívía na *domus* imperial e na questão sucessorial. Por conseguinte, em nossas hipóteses, esse texto tinha como destinatários, além de Lívía, a aristocracia e toda a comunidade cívica. Fora escrito para apresentar as regras de comportamentos e emoções diante do luto e veiculava a proeminência da *gens Claudia* frente aos assuntos que tangem à sucessão imperial. Nessa perspectiva, a consolatória assume também uma função didática, uma vez que é construída por uma retórica que evidencia os *exempla* acerca dos comportamentos perante a morte, sociabilizando, educando o social e projetando personagens exemplares.

No próximo tópico veremos que o elenco selecionado para figurar a escrita da consolatória é constituído por personagens exemplares para o início do Império. Lívía, Antônia e Tibério se apresentam como *exempla* na *Memorabilia* de Valerius Maximus, uma coleção de *exemplum* históricos dedicada a Tibério e organizada sob diferentes títulos para uso dos oradores e dos estudantes de retórica (PEIRANO, 2012, p. 233). Ressaltamos que à época de Augusto os poetas, ao escrever e disseminar seus textos, utilizavam da sua criatividade retórica para construir a imagem pública de Augusto e de seu grupo. Os discursos contidos nos textos

foram empreendidos para validar a *domus* imperial na medida que se movimentam no conjunto da vida social (PRADO, 2011, p. 24).

Embora a narrativa supostamente se concentre no luto privado de Lívía, ela enfatiza as suas ações e atuações públicas consideradas relevantes à época. A partir da morte, temos a oportunidade de evidenciar a força ética do *exemplum*, que se constitui por elemento vital no discurso. Demonstra que cada exemplo pode ser renovado ou implantado de maneira nova para atender aos requisitos de determinado contexto. Considerando o evento do funeral de Druso, o autor anônimo apresenta a influência política cada vez maior das mulheres da *domus Augusta* refletida na atuação de Lívía. O próprio endosso final do poema à Livia, portanto, torna-se uma tentativa de equilibrar sua posição social com seus (talvez perturbadores) poderes de *auctoritas* (JENKINS, 2009, p. 1).

*est tibi, sitque precor, multorum filius instar  
parsque tui partus sit tibi salua prior  
est coniux, tutela hominum, quo sospite uestram,  
Liuvia, funestam dedecet esse domum. (Consolatória a Lívía, vv. 471 – 474).*

A ti te resta, e peço que assim seja, um filho que vale por muitos e oxalá te conserve são e salvo o primeiro fruto de teu parto. Vive teu esposo, proteção dos homens, e estando ele ileso, não convém, oh Lívía, que vossa casa esteja de luto.

Essa condição nos leva a supor que o autor anônimo da consolatória integrava o grupo de poetas que presenciaram as transformações empregadas pelo *Princeps*, participou dos feitos e movimentações da casa imperial e nos revela que, embora Augusto tenha forjado o *consensus*, isso não significa a falta de rivalidade ou disputas dentro de sua própria *domus*. De acordo com Joël Candau (2014, p. 9):

O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objeto sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece ‘insustentável’.

Levando em consideração a fluidez da vida e a inevitabilidade da morte, os escritos que dialogam com o *topos* das consolatórias devem se adaptar ao contexto e forma específicas em que sofre seu destinatário. Essa condição autoriza o autor a usar ferramentas retóricas de persuasão e a explorar a arte da palavra para atingir o seu objetivo principal: a contenção das

dores (GARBARINO, 1982, p. 10). Com efeito, de acordo com Angélica Chiappetta (2001), o exercício do discurso persuasivo pode “mudar opiniões e convicções [...] quando se tem o domínio da linguagem” (CHIAPPETTA, 2001, p. 40). Sendo assim, a produção de discursos e das representações a partir de determinados contextos, para os antigos, constituiu na instituição da retórica:

[...] que, no período helenístico-romano, determina o contrato social regulador da circulação dos discursos ordenados em geral e os consequentes efeitos persuasivos da comoção, da credibilidade e da ficção. [...] Se conveniente, tal movimento pode estabelecer a credibilidade do discurso (CHIAPPETTA, 2009, p. 47).

Ao investigar as evidências literárias da sociedade romana, deparamo-nos com distintas formas em que a linguagem é utilizada para que as experiências sociais sejam canalizadas e divulgadas de forma escrita (FOX, 2007, p. 369). Em nosso contexto, a narrativa que consola Lúvia também educa o social, pois mobiliza as ferramentas da persuasão, a partir da linguagem, e possibilita o processo de comunicação com a sociedade. Redonet (2001, p. 81) nos informa que a *consolatio* se constitui por um ato persuasivo que tem como principal função organizar um discurso capaz de modificar a forma de pensar e agir do receptor que lamenta por alguma aflição. Além disso, é uma narrativa que evidencia modelos didáticos comportamentais a partir da execução das práticas religiosas e indica como os indivíduos deveriam se portar em determinadas situações.

Consideramos que a *Consolatória a Lúvia* incorpora, portanto, os *exempla*. Lúvia havia perdido seu filho Druso, que já era um grande líder e pretendente à sucessão. Somada às circunstâncias dessa morte, que aconteceu em nome da *Res Publica*, o texto evidencia a tristeza dos cidadãos, das províncias e dos próprios deuses – Tibre e Marte. Além disso, nos apresenta a condução de um funeral que tem características e a pompa de um grande triunfo pelas ruas da cidade. De acordo com Thomas Jenkins (2009, p. 1), outras narrativas imperiais narram a respeito da morte de Druso, como Sêneca e Tácito. Ambos reconhecem a importância do funeral como um símbolo das ambições dinásticas de Augusto: uma combinação de luto privado e performance pública representada para os habitantes da cidade.

Veremos que a divulgação do funeral de Druso no texto consolatório oferece a oportunidade do leitor verificar como gênero e poder cercam Lúvia na *domus* de Augusto, já que a natureza altamente politizada do funeral do seu filho exigiu sua participação pública e a obrigou a externar suas virtudes privadas, como a *pietas* e a *pudicitia*. Ao evidenciar a comoção

pública pela morte de Druso, temos a construção e a validação de uma memória afetiva, pois, como veremos, a execução do cortejo fúnebre e o ritual de cremação na pira funerária evocavam as imagens emocionais da maneira em que seus componentes lembravam do morto e de sua família. Ao analisar o conteúdo discursivo do texto compreendemos que as imagens formuladas no contexto da morte se comunicam com o poder político e social.

Não sabemos ao certo por qual motivo o autor anônimo escolhe a linguagem poética para divulgar seu texto. No entanto, como nos informa Mary-Kay Gamel (2012, p. 343), à época de Augusto, a escrita era essencial para o bom andamento das funções políticas, administrativas, jurídicas e econômicas. De acordo com Jan Assmann (2008, p. 117), “a escrita tem duas funções fundamentais: o armazenamento e a comunicação”. Portanto, representava a organização dos fundamentos da ordem cívica, elaborada a partir de um senso de utilidade social, a prática e manutenção da política romana. Poderia celebrar as conquistas culturais e propor a estabilidade e integridade social, que, juntas, conferem forma à vida social e política (FOX, 2007, p. 372).

Em outros textos consolatórios percebe-se a utilização da *retórica da ocasião*, que se tornava significativa no estabelecimento de um objetivo terapêutico básico de finalização do luto a partir do manuseio dos discursos, ao mesmo tempo, manifestava outras finalidades (KER, 2009, p. 252). A narrativa senequiana é um exemplo de dispositivo retórico que mobiliza o conjunto de princípios estoicos, numa escrita que se transformava numa expressão de poder e em um meio de comunicação (OMENA, 2018, p. 151). Na *Consolatória a Políbio*, texto dirigido a um liberto de Cláudio, para consolá-lo pela morte de seu irmão, temos o objetivo não declarado de garantir o retorno de Sêneca do exílio por meio da homenagem de um homem próximo ao imperador (PEIRANO, 2012, p. 236; KER, 2009, p. 100).

Em outra consolação, Sêneca direciona o texto a Márcia por intermédio de um apelo às memórias da família Júlio-Claudiana. De acordo com Ker (2009, p. 92), na *Consolatória a Márcia*, o autor apresenta dois modelos opostos de como lidar com a morte de um ente querido. De um lado, Otávia: irmã de Augusto, que nunca superou sua dor pela morte de seu filho Marcelo (23 a.C.) e não permitiu que o nome do filho fosse lembrado, afastando-se, inclusive, da vida pública. Em contrapartida, Lívia: esposa de Augusto e apresentada como exemplo positivo, pois recuperou-se da morte do filho e se entregou aos cuidados do filósofo Areus.

*Nullum finem per omne uitae suae tempus flendi gemendique fecit nec ullas admisit uoces salutare aliquid adferentis; ne auocari quidem se passa est, intenta in unam rem et toto animo adfixa. Talis per omnem uitam fuit, qualis in funere, non dico non ausa consurgere, sed adleuari recusans, secundam*

*orbitatem iudicans lacrimas amittere. Nullam habere imaginem filii carissimi uoluit, nullam sibi de illo fieri mentionem. Oderat omnes matres et in Liuiam maxime furebat, quia uidebatur ad illius filium transisse sibi promissa felicitas. Tenebris et solitudini familiarissima, ne ad fratrem quidem respiciens, carmina celebrandae Marcelli memoriae composita aliosque studiorum honores reiecit et aures suas aduersus omne solacium clusit.* (SÊNECA, *Consolatória a Márcia*, 6.4).

Por todo o resto de sua vida, Otávia não limitou suas lágrimas e gemidos e fechou os ouvidos às palavras que ofereciam conselhos benéficos. Com sua mente fixada e centrada, ela não se permitia nem mesmo aos alívios. Assim ela permaneceu durante toda a vida como no funeral - não digo por falta de coragem para se levantar, mas recusando-se a ser erguida, considerando qualquer perda de lágrimas como um segundo luto. Ela não teria um único retrato de seu querido filho, nenhuma menção de seu nome em seus ouvidos. Ela odiava todas as mães, e se incomodava, acima de tudo, com Lívia, porque parecia que a felicidade que um dia fora reservada a ela passara para o filho da outra mulher. Ela rejeitou os poemas que foram escritos para glorificar a memória de Marcelo e todas as outras honras literárias, e fechou os ouvidos a qualquer forma de consolo. Afastando-se de todos os seus deveres habituais.

O incômodo de Otávia em relação à Lívia é justificado, de acordo com Sêneca, pois a mãe enlutada encontrou conforto em seus conselhos e não cessou de celebrar o nome de Druso, representando-o para si mesma em todos os lugares, tanto no privado, como em público:

*Drusi sui celebrare nomen, ubique illum sibi priuatim publiceque repraesentare, libentissime de illo loqui, de illo audire: cum memoria illius uixit;* (SÊNECA, *Consolatória a Márcia*, 6.3.2,7).

Ela o tinha retratado em todos os lugares, em lugares privados e públicos, e era seu maior prazer falar sobre ele e ouvir a conversa dos outros - ela vivia com sua memória.

Ao comparar a *Consolatória a Lívia* com a *Consolatória a Políbio* e a *Consolatória a Márcia*, Peirano (2012, p. 236) identifica o uso das *prosopopeias* como uma das semelhanças formais mais básicas entre as consolações de Sêneca e o texto da *Consolatória a Lívia*. Além disso, aponta dois *topoi* consoladores compartilhados entre essas três obras. O primeiro é o lembrete ao enlutado de seu *status* social como impedimento para entregar-se ao luto (*Consolatória a Lívia*, vv. 356 – 360; *Consolatória a Políbio*, 6. 1 – 5; *Consolatória a Márcia*, 4.4); o segundo é o argumento de que, como a morte afeta tudo, incluindo o próprio universo, o desejo do enlutado de que seu ente querido tivesse sido poupado é considerado como presunçoso e irracional (*Consolatória a Lívia*, vv. 361 – 364; *Consolatória a Políbio*, 1.1). A pesquisadora acredita que essas semelhanças se constituem no resultado do recurso

compartilhado de um *locus* comum da literatura consoladora (PEIRANO, 2012, p. 236). Tal fato nos leva a apreender que a retórica mobilizada pelo *topos* consolador é constituída, de fato, por formas discursivas em que a intenção (*uoluntas*) do sujeito que enuncia exerce efeito sobre o receptor – ouvinte.

As formas em que os eixos narrativos das consolatórias são organizados se transformam em recipientes de um conteúdo que é relevante conforme determinada situação específica (LAUSBERG, 2004, p. 76). Em outras palavras, a partir da experiência social da finitude humana, a morte e as atitudes dos homens perante o evento se convertem em discursos que, pelo advento da linguagem, tornam-se instrumentos de promoção da família, do grupo de Augusto e de suas *gentes*. Podemos, então, supor que o uso da retórica na *Consolatória a Lúvia* é um mecanismo que organiza as ideias, o modo de pensamento e a atuação desses personagens. Além disso, a narrativa é elaborada a partir da representação dos papéis sociais e das condutas ideais no contexto da morte pela prática retórica (PEIRANO, 2012, p. 208). Como nos indica Heninrich Lausberg (2004, p. 75), entende-se por retórica como:

[...] ‘a arte do discurso em geral’ que é exercida por qualquer indivíduo ativamente participante na cidade de uma sociedade. [...] é um sistema mais ou menos elaborado de formas de pensamento e de linguagem, as quais podem servir à finalidade de quem discursa para obter, em determinada situação, o efeito que pretende (LAUSBERG, 2004, p. 75).

Segundo Paulo Martins (2011), qualquer sistema retórico é composto por cinco partes, sendo elas “[...] *inuentio, dispositivo, elocutio, actio e memoria*” (MARTINS, 2011, p. 153). Alain Gowing (2005, p. 18) identifica que, para os romanos, o coletivo dá-se em função do compartilhamento. Por conseguinte, compreende-se que o conceito de memória compartilhada (*publica memoria*) demonstra que a memória não é apenas prerrogativa dos indivíduos, mas da sociedade em geral, pois a *ciuitas* e a *Res Publica* possuem e divulgam suas memórias para preservar sua história (GOWING, 2005, p. 18). Portanto, as atitudes perante a morte dos integrantes da *domus* de Augusto, apresentariam os laços de conexão com a comunidade cívica e evidenciariam para a sociedade romana nos finais do século I a.C. e início do I d.C. o equilíbrio e as disputas dos integrantes da *domus* imperial ao considerar que a perda era sentida e expressada por todos.

Essas atitudes estariam de acordo não somente com os aspectos pessoais das relações, mas veiculavam o cumprimento das práticas religiosas e da exibição da *uirtus*. Considerando que a religião romana tinha sua essência na prática pública e era ligada efetivamente à vida

política romana, a prática desses rituais “[...] sacralizava o ordenamento político e social da *urbs*, estabelecendo o lugar de cada coisa e de cada ser na cidade” (ROSA, 2015, p. 195). Assim sendo, os rituais dialogavam com as atividades sociais e estavam voltados para o bom andamento e estabilidade da *urbs* romana (Cf. SCHEID, 2008). Ao considerar a análise dos rituais na sociedade romana, a pesquisadora afirma que a execução dos mesmos “[...] reforçam os laços entre indivíduo e comunidade, legitimando o grupo e a autoridade, [...] comunicando, reforçando e consolidando laços sociais, hierarquias políticas, ideias, ideais, aspirações e valores compartilhados” (ROSA, 2015, p. 195).

De acordo com Assmann:

Considerando a regularidade de sua ocorrência, as festividades e os ritos proporcionam a mediação e a transmissão dos saberes que consolidam a identidade, promovendo, assim, a reprodução da identidade cultural. A repetição do ritual assegura a coerência do grupo no espaço e no tempo. [...] Sua cuidadosa observação, preservação e transmissão mantem o mundo em funcionamento, além de manter a identidade do grupo (ASSMANN, 2008, p. 61 e 62).<sup>51</sup>

À vista disso, encaramos os discursos reproduzidos na *Consolatória a Lívía*, bem como os diversos divulgados, tanto imagéticos como textuais, e as atitudes retratadas dos personagens imperiais, como construções que mobilizavam a linguagem para definir identidades e divulgar os ideais da Roma imperial. Capazes de valorizar e implementar os costumes dos ancestrais, eram construídos e manipulados em favor de indivíduos e grupos sociais para enfatizar, legitimar, justificar e transmitir as *uirtus* do Principado de Augusto (Cf. GUARINELLO, 2001; OMENA; SILVA, 2013). Esses discursos, ao serem transmitidos e elaborados a partir da retórica, divulgavam a memória de Roma, da comunidade cívica e o conjunto das suas virtudes, traduzindo-se como portadora da *uirtus* e do sagrado (GOWING, 2005, p. 13).<sup>52</sup>

Recordar é uma escolha, uma vez que as intencionalidades do coletivo e individual apelam para o arquivo dos *mores maiorum* (costumes ou tradições dos ancestrais). Em se tratando da sociedade romana, delimitam espaços de poder e formas simbólicas no imaginário

---

<sup>51</sup> “*En la regularidad de su recurrencia, las festividades y los ritos proporcionan la mediación y la transmisión de los saberes que consolidan la identidad, proveyendo así a la reproducción de la identidad cultural. La repetición ritual asegura la coherencia del grupo en el espacio y tiempo. [...] Su cuidadosa observancia, preservación y transmisión mantienen al mundo en funcionamiento, además de mantener la identidad del grupo*”.

<sup>52</sup> De acordo com Chiappetta (2001) “O discurso pode ser o de um orador falando em praça pública, um advogado defendendo seu cliente no Fórum, um historiador escrevendo seus comentários sobre a última guerra, um poeta recitando um elogio a seu protetor, um cidadão proferindo um discurso de boas-vindas a um amigo que volta de viagem, um arquiteto descrevendo o plano de criação de uma casa” (CHIAPPETTA, 2001, p. 47).

social pela efetivação dos festejos, ritos, comemorações, inscrições e monumentos, ditando o que deve ser lembrado (e sempre reativado na memória social) ou condenado ao apagamento (ASSMANN, 2008, p. 28). O Principado de Augusto seria o momento em que os valores e identidades romanas eram reafirmadas e redefinidas, convertendo-se no reavivamento de tradições mais antigas e na tentativa de elaboração de um consenso sobre como eram os romanos, como se comportavam e quais costumes e rituais eles seguiam (Wallace-Hadrill, 2008, p. 454 – 455).

Uma vez que os imaginários têm a capacidade de mudar a realidade social, na medida em que as representações coletivas resultam em práticas sociais e definem os sujeitos históricos, trata-se de um aspecto da vida social em que a coletividade designa a sua identidade. Enfatiza representações de si, estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, ou constrói códigos de bom comportamento (BACZKO, 1985, p. 309). O imaginário torna-se uma das forças reguladoras da vida coletiva e das ações sociais. De acordo com Jeanne Gangnebin (2006, p. 11), os escritos da Antiguidade revelam o desejo de: “[...] perpetuar o vivo, mantendo sua lembrança para as gerações futuras, [...] quando o codifica e o fixa, transformando sua plasticidade em rigidez, afirmando e confirmando sua ausência” (GANGNEBIN, 2006, p. 11).

Dessa forma, ao investigar o texto que consola Lúvia, apreendemos que é um discurso que se constitui por um exercício didático e retórico. Ao ser apresentado em sessões públicas, o seu autor anônimo ou possíveis leitores exortavam Lúvia por proceder de maneira correta no momento da morte de seu filho. Como nos indica Omena (2018, p. 163):

A morte de um membro familiar englobava um complexo de práticas sociais que se expressavam de variadas formas de comunicação social, política e religiosa, logo, a morte manifestava conflitos, hierarquias e dimensões mais particulares e emocionais da lembrança dos mortos na sociedade romana imperial.

Por fim, os rituais realizados atendiam às necessidades específicas do contexto social e local distintos, proporcionando a interação do corpo físico aos atos simbólicos realizados. Com a prática social e corporal, vê-se a perpetuação da memória que, segundo Assmann (2008, p. 28), “[...] estabiliza uma identidade e uma orientação comum entre as diversas gerações”. No contexto augustano, a memória é organizada, construída e divulgada por diferentes grupos sociais e representada de variadas formas, como em textos literários, rituais ou monumentos. Esses ‘lugares de memória’ expressariam o desejo de retorno aos ritos que definem os grupos

e os comportamentos sociais evidenciados em símbolos e discursos que compõem a afirmação de uma retórica, a fim de construir uma identidade comum.

## **2.2 – Família imperial e suas relações entre memória, legitimação e sucessão.**

Vimos que a partir da morte de Druso, o autor anônimo explora a dinâmica dos valores culturais em uma época em que a residência doméstica do imperador se transforma em um importante local de construção de memória e definição de poder. Ao narrar o funeral de Druso, o texto consolatório se torna não apenas uma narrativa que nos apresenta o luto familiar, mas faz parte das estratégias de comunicação da *domus* imperial, além de evidenciar o problema da sucessão imperial. Nesse contexto, a esfera doméstica convertia-se no espaço de autorrepresentação e construção de valores sociais e das identidades públicas (Wallace-Hadrill, 1994, 1998; HALES, 2003), pois a maneira em que as pessoas choravam ou lembravam dos mortos se referenciavam aos papéis sociais e funções públicas.

Beth Severy, em *Augustus and the Family at the birth of the Roman Empire* (2003, p. 162), argumenta que a exibição pública da morte de Druso sinalizou mudanças importantes na relação da família de Augusto com a comunidade cívica. Portanto, compreendemos que a *Consolatória a Lúvia* se apresenta como um exercício retórico que destaca a tríade Lúvia – Druso – Tibério a partir da execução dos rituais coletivos na ocasião da morte do filho mais jovem da esposa de Augusto. Ao destacar as atitudes dos membros da família imperial no contexto da morte, entendemos que as imagens formuladas a partir dos textos, nas práticas ritualísticas, ou nos monumentos públicos são utilizadas como dispositivos retóricos e de criação de memória, pois evocavam um ideal de comportamento cívico. Logo, a forma a qual se lamenta os mortos atende às expectativas sociais, culturais, emocionais, religiosas (HOPE; HUSKINSON, 2011, p. XIX) e, em nossas análises, se apresenta também como prática política.

Por isso, decidimos mapear como o autor anônimo desenvolve no texto a relação entre a morte, a atuação dos personagens da família imperial e o problema público das disputas em torno da sucessão. Pois, ao consolar Lúvia, percebemos que o autor manuseia os elementos que envolvem o poder político, o tópico das emoções e a relação com a instituição familiar. Druso morre, entretanto, veremos que Lúvia precisa articular a posição do seu filho Tibério, que não estava garantido no cargo. Segundo Suzanne Dixon, em seu artigo intitulado *Conflict in the Roman Family*, embora a instituição familiar seja considerada fundamental para a construção vital de qualquer sociedade, diferente do que foi construído e propagado em representações do

século XIX, o significado simbólico e emocional dessa instituição tem sido reconsiderado como local de violência, conflitos e disputas (DIXON, 1997, p. 149).

Embora a palavra *familia* possa parecer autoexplicativa, diferentes culturas definiram e reinterpretaram a instituição familiar e seus limites de várias maneiras. Ao considerar os estudos da Antiguidade, Dixon (1997, p. 151) assinala que a partir da metade do século XX ocorre uma reação acadêmica contra o discurso de unidade sólida e harmoniosa da família com interesses comuns. A unidade das dinâmicas entre esse grupo tem sido reinterpretada como um local de negociação dos papéis familiares, seja por confronto ou pela reorganização dos papéis sociais para que a família continue sendo local de procriação de cidadãos (DIXON, 1997, p. 151). Os romanos consideravam que os laços familiares e de parentesco não eram determinados biologicamente, assim flexibilizavam as ligações entre os laços sanguíneos para atender determinados interesses sócio-políticos. Nesse sentido, as práticas de adoção forneciam consideráveis possibilidades de reestruturação dos laços de parentescos realizados também a partir dos divórcios, de novos casamentos e da adoção (SALLER, 1997, 43).

Os conflitos familiares aparecem em momentos específicos e diversos. Compreendem situações do ciclo da vida e são, na maioria dos casos, evidenciados em cerimônias, como: nascimentos, noivados, casamentos, mortes e funerais. Esses eventos envolvem a redistribuição de papéis familiares, sociais e reordenamento das disposições materiais (DIXON, 1997, p. 153). Para os grupos aristocráticos, à época do Principado de Augusto, os casamentos eram na maioria dos casos, motivados pelas circunstâncias financeiras, sociais e políticas. Envolviam negociações das posições sociais específicas e revelavam o predomínio da história familiar do ponto de vista público-político, uma vez que, a partir dele, as alianças familiares para benefício social eram realizadas pelo matrimônio (RAWSON, 1987, p. 6).

Embora nascimento e morte se constituam por eventos biológicos, a forma como se interpreta esses eventos se fundamentam também como uma prática cultural. Além disso, é interessante considerar que a morte e, como veremos, o divórcio, deram origem a uma mudança e reorganização dos arranjos da vida familiar (SALLER, 1997, p. 96). De acordo com Richard Saller (1997, p. 74), analisar a concepção de família para os romanos é uma tarefa delicada, já que não existia um padrão de comportamento social para definir ou caracterizar a família romana. Sendo assim, interessa-nos a partir de agora, apresentar que uma das mudanças que marcou o final da República e o início do Principado de Augusto foi o movimento dos assuntos políticos para a esfera doméstica (MILNOR, 2009, p. 276).

A partir de 27 a.C., historiadores contemporâneos consideram o início do Principado de Augusto, momento caracterizado como uma tentativa de estabelecer a *pax romana* em diálogo com a restauração da *Res Publica* e dos costumes (e.g. GRIMAL, 1992; GOODMAN, 1997; EDER, 2005, entre outros).<sup>53</sup> Durante o período Júlio-Claudiano,<sup>54</sup> os imperadores estavam preocupados com a continuidade dinástica e, em geral, com a comunicação dos valores oficiais associados a Augusto (RAWSON, 1997, p. 217). Ao propor uma análise da ascensão de Otávio à construção do Principado Romano, Medeiros (2015, p. 93) nos informa que:

Este período que se estende desde a chegada de Otaviano a Roma, após a Batalha do Áccio, até o ano 27 a.C., momento em que ele passou a *Res publica* de seu poder para o comando do Senado e do povo, como afirma nas *Res Gestae* (*Res Gestae Divi Augusti*, XXXIII), é denominado pelo autor Walter Eder como “Período Otaviânico”. Momento este em que o *Princeps* “[...] tentou comprar seu reconhecimento como Primeiro Cidadão e o maior benfeitor” (EDER, 2007, p. 23), ou seja, foi uma fase de seu governo em que Otaviano demonstrou uma clara preocupação em justificar, legitimar e consolidar não somente a forma pela qual chegou ao poder, mas a paz que teria se instaurado devido aos seus esforços e, sobretudo, o que ele viria a fazer daí por diante.

Um dos objetivos de Augusto, a partir de 27 a.C., era estabelecer um diálogo entre o público e o privado, incorporando, deste modo, a família imperial como modelo de conduta familiar para o Império.<sup>55</sup> A partir do século I a.C., alguns historiadores romanos (e.g. Tito

---

<sup>53</sup> Segundo nos informa Medeiros (2015, p. 80): “Por intermédio da documentação construída ao longo do Império Romano, bem como através da própria historiografia contemporânea, foi amplamente difundida a ideia de que a República havia sido permeada por extensas e desgastantes guerras civis na finalidade de evidenciar o contraste com o período Augustano: momento conhecido como aquele em que vigorou a paz e a estabilidade. Longe de desconsiderarmos os dois séculos republicanos marcados por extensos confrontos entre os grupos aristocráticos, patrícios, cidadãos comuns e plebeus (EVERITT, 2008, p. 10), apenas intentamos enfatizar que tais confrontos já existiam até mesmo durante o período monárquico e se estenderam ao Principado de Augusto, por mais que tais conflitos tenham sido mascarados de guerras contra os inimigos e contra as ameaças externas.” É oportuno também sinalizar a análise que a autora faz a respeito da *pax romana* veiculada por Augusto. Medeiros (2015, p. 92) informa que “[...] esta *pax romana* está vinculada, nos discursos, às propostas do *Princeps* Augusto em findar as guerras civis e estabelecer a paz em Roma. Porém, como pontua Joseph Farrel, vale salientar que mesmo encerrando as guerras civis, Augusto investiu em guerras contra os inimigos externos com a finalidade da anexação de territórios (FARREL, 2005, p. 44). Muitos historiadores e poetas que escreveram durante o Principado de Augusto e, até mesmo, em períodos posteriores, caracterizam o governo do mesmo a partir da retomada do clima de paz e estabilidade”.

<sup>54</sup> A respeito do período Júlio-Claudiano, podemos mencionar os seguintes nomes: Otávio César Augusto (27 a.C.-14 d.C.), Tibério Nero César (14-37 d.C.), Caio César Calígula (37-41 d.C.), Tibério Cláudio Druso (41-54 d.C.), Nero Cláudio César (54-68 d. C). Conferir Anexo 3.

<sup>55</sup> “A palavra moderna 'Império' deriva da palavra em latim '*imperium*'. O significado primário do termo *imperium* é poder. Ela é usada para descrever o poder exercido pelos magistrados romanos. A partir deste significado, desenvolveu-se um uso secundário, mais próximo do nosso conceito de Império. O *imperium* passou a ter implicações de territorialidade, de modo que um magistrado podia obter um *imperium* sobre uma determinada área, normalmente referida como a província. Os romanos podiam compreender as limitações territoriais da concessão particular do *imperium* e que havia uma fronteira a qual o *imperium* não tinha força legal. [...] O *imperium Romanum* não constituía apenas as áreas sob o controle direto do magistrado romano ou de seus

Lívio), quando escreveram a história desse período, evidenciaram que havia muitos eventos que aconteciam no modo privado e não público (BEARD, 2017, p. 363). Os primeiros anos do governo de Augusto são marcados pela necessidade de autojustificação e por ser visto como um líder político, religioso e militar.<sup>56</sup> Como nos informa Bryan Campbell (1984, p. 409): “As bases da associação do imperador com o exército foram firmemente estabelecidas por Augusto, e os imperadores subsequentes preservaram e reelaboraram estas ideias”. Ainda, de acordo com Norma Musco Mendes, em *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural* (2006, p. 33):

[...] é importante frisar que o exército (legiões e tropas auxiliares) era composto pela população do Império inteiro, integrando todos os cidadãos da Itália e das províncias e não cidadãos. A submissão do exército significava, desta forma, a submissão de todos os habitantes do Império ao imperador.

De acordo com Walter Eder (2005), a preocupação de Augusto ao assumir o poder era a de criar um discurso que o traduzia como restaurador das instituições republicanas, organizando a continuidade aos poderes acumulados em torno de sua pessoa e legitimando sua posição ao evidenciar a manutenção da almejada *pax romana* (EDER, 2005, p. 17). O passado republicano era exaltado como repositório de *exempla* moral e preservação da memória de Roma: mobilizado e divulgado a partir da literatura, arte, projetos de construção – como o Fórum de Augusto – e provocava nos habitantes da cidade a ligação entre o passado e presente (GOWING, 2005, p. 18). Para Renan Frighetto (2008):

[...] o conceito de *Imperium* ganhou, a partir do século I d.C., uma dimensão mais ampla que a de ‘mando militar’, sendo daí em diante entendido como poder delegado pela comunidade política ao *Princeps* para que este realizasse sua defesa *in toto*, tanto em relação aos assuntos internos como também com respeito as ameaças externas. Nesse sentido todas as campanhas militares levadas a cabo dentro e fora dos limites do universo greco-latino, passavam a ter uma importância vital para a credibilidade do *Princeps* e para a

---

representantes. O poder romano teve uma extensão para além desta região” (ALSTON, 1998, p. 206 – Tradução nossa). Segundo nos informa Martins (2011, p. 49 – 50), *imperium* designa o poder soberano: “o *imperium* nasce e confunde-se com as próprias magistraturas e é, dessa maneira, que as encontramos *cum imperio* e *sine imperio*, ou seja, aquelas que possuíam uma gama de poderes”

<sup>56</sup> Como mencionado, o fim dos conflitos civis não significava um período de plena paz, conhecido como *pax romana*. Uma vez que em 28 a.C., Otávio recebe o título de *Princeps Senatus*, e em 27 a.C. o título de *Imperator*, era agora o encarregado por ser o primeiro homem à frente do exército (MEDEIROS, 2015, p. 88; SILVA, 2014, p. 27 e 108). De acordo com Silva (2014, p. 107 e 108), “A ideia do vingador de César foi a primeira “arma” simbólica que Otávio manejou para justificar sua posição diante da sociedade romana nos anos iniciais de sua carreira [...] já a ideia de “pai” antecipa o título que Otávio receberá somente em 2 a.C., o de *pater patriae*; e a de príncipe justifica sua autoridade senatorial na década de 20 a.C.: “Fui príncipe do Senado durante quarenta anos, até o dia em que escrevi estas memórias”, escreveu o próprio Otávio. [...] *Princeps senatus fui usque ad eum diem quo scripseram haec, per anos quadraginta*”, R.G.7, tradução de Leoni (1957)”.

manutenção de sua autoridade. Por outro lado, a *auctoritas* do *Princeps* deveria, igualmente, defender os interesses da aristocracia senatorial em matéria administrativa, além de ter uma postura acorde com a imagem do bom governante detentor da *clementia* e da *iustitia* [...]. (FRIGHETTO, 2008, p. 150 - 151)

Em consonância, Paul Zanker, em seu livro *The power of images in the age of Augustus* (1988), comenta a respeito da criação de uma nova linguagem visual que reflete em práticas alteradas e dialogam com as leis e o novo sistema político. A proposta era evidenciar representações das virtudes familiares, especialmente a *pietas*, e a ligação com os *status* e conexões familiares (ZANKER, 1988, p. V). Nesse sentido, a transição da República para o período imperial foi um momento crucial de desenvolvimento político, histórico e anunciou mudanças culturais e sociais importantes. As imagens de vitória em contextos de batalhas deram lugar às de prosperidade, paz, otimismo e, apoiadas na legislação, buscavam fortalecer a base familiar e forneciam recompensas para criação de filhos (ASH, 2015, p. 451).

Como sinaliza Beryl Rawson (1997, p. 2008), enquanto os temas, o estilo da arte e da literatura republicana refletiam na vida pública com foco nos cidadãos romanos adultos do sexo masculino, como generais, magistrados e sacerdotes, a partir da ascensão de Augusto, na figura de *Princeps*, em 27 a.C., fornecem lugar à representação das virtudes familiares, especialmente a *pietas*, que encontrava na maternidade e nas crianças um local profícuo de divulgação. Uma das estratégias do *Princeps* era a de transformar a família imperial num modelo para todos os romanos, um *exemplum* de atitudes com base no diálogo entre o público e privado, já que a família viveria de acordo com os valores tradicionais romanos (GLOYN, 2017, p. 09). Augusto encontra um ambiente favorável para restauração de políticas e instituições tradicionais, promovendo ações que englobavam a visibilidade de sua própria família e dinastia.

De acordo com Michele George, em *Family Imagery and Family values in Roman Italy* (2005, p. 41), além da afirmação pública e da legitimidade legal e social, a instituição familiar projetava um conjunto de valores e comportamentos que incluía os ideais centrais do sistema sócio-político romano. Considerando os grupos aristocráticos, podemos citar *uirtus* – virtude, caráter, coragem –, *dignitas* – prestígio, merecimento –, *auctoritas* – autoridade –, *gloria* – reputação, fama –, *pietas* – obediência aos deuses, a família, a sociedade – e *grauitas* – seriedade, dignidade (RAWSON, 1987, p. 4).

Um homem que não tivesse nenhum ascendente direto vivo era considerado o chefe de família (*pater familia*). Ele tinha sobre seu comando (*potestas*), sua esposa (*matrona*), seus

filhos e descendentes mais remotos na linhagem familiar. Na ocasião da sua morte todos aqueles que estavam sobre sua *potestas* eram libertos. Sendo assim, cada filho do sexo masculino se transformaria em um *pater familia* e as filhas do sexo feminino poderiam ser transferidas para a *potestas* de um marido (TREGGIARI, 2005, p. 134). No contexto da família imperial, Augusto era, além de *pater familia*, *pater patriae*, o pai de toda nação (RAWSON, 1997, p. 215).<sup>57</sup>

A residência doméstica do imperador transforma-se em um importante local de construção de memória e auxilia nos dispositivos retóricos para definição de poder, à medida que não havia segregação entre as atividades realizadas na vida pública e privada. A família imperial era considerada como um modelo de conduta familiar e, de acordo com Dixon (1992, p. 235), a estabilidade do governo era representada pela tentativa da construção e divulgação da harmonia pelos membros desse grupo. Esse movimento se apresentava por meio das relações sociais e afetivas entre os irmãos imperiais, esposos e esposas, parentes e crianças.

Em diálogo com as transformações das estruturas e práticas de governo, Augusto confere maior destaque às circunstâncias jurídicas, políticas e sociais que evidenciavam as famílias (RAWSON, 1997, p. 206 e 208; HALLET, 2015, p. 373). As relações adequadas entre marido e mulher, mãe e filho, pai e filha, com todos os deveres mútuos que eles acarretavam, traduzidos pela efetivação da *pietas*, eram consideradas o núcleo central da coesão social e política de Roma (RIESS, 2015, p. 493). Augusto, seguido por Tibério, se respalda na narrativa enraizada dos conceitos romanos tradicionais, como a importância da família e do parentesco, como forma de expressar sua autoridade.

Entre as estratégias para fortalecer a vida familiar, Augusto introduziu novas legislações que constavam com recompensas para o casamento e criação de filhos, penalidades para o celibato e adultério e incentivo às instituições do matrimônio e da família (RAWSON, 1997, p. 213). Em 18 a.C., o *Princeps* aprovou *Lex Iulia de Maritandis Ordinibus* e a *Lex Iulia de Adulteriis*, que consideravam crime, a ser julgado publicamente por um tribunal especial, o adultério. Além disso, permitia que pais e maridos matassem mulheres adúlteras e seus amantes sob certas circunstâncias. Já a *Lex Papia Poppaea*, em 9 a.C., fornecia preferência política aos pais de três ou mais filhos (RAWSON, 1987, p. 9). Segundo nos informa Judith P. Hallet

---

<sup>57</sup> Anderson de Araújo Martins Esteves, em *Nero nos Annales de Tácito*, informa que “O título de *pater patriae*, com que foi aclamado em 5 a.C., representa o apogeu deste movimento simbólico que elevou Augusto à posição de responsável pelos destinos da nação romana. Com isso, atinge a posição de segundo fundador de Roma, um sucessor de Rômulo” (ESTEVES, 2010, p. 29).

(2015), essas leis enviariam uma mensagem às mulheres e aos homens do Principado de Augusto a respeito das expectativas culturais em relação à conduta sexual, conjugal e reprodutiva das suas relações (HALLETT, 2015, p. 373). A família representaria a ligação com *status* e conexões importantes, logo, a maternidade e as crianças divulgariam as virtudes familiares, especialmente a *pietas* (RAWSON, 1997, p. 207).

De acordo com Saller, em seu livro *Patriarchy, property and death in the Roman Family* (1997), nos séculos XVI e XVII, o termo família era utilizado para significar pessoas que se relacionavam por ligações de sangue, ou casamento, linhagens e descendentes sanguíneos e todos aqueles que vivem sob o mesmo teto, incluindo empregados e outros parentes (SALLER, 1997, p. 75). Ao considerar a configuração da família romana, o termo pode incluir, em sentido mais amplo, todas as pessoas e propriedades que estão sob o controle (*patria potestas*) do chefe de família (*pater familia*). Embora a família nuclear seja consideravelmente pequena, o que os romanos entendiam por família poderia ser representado pela *domus*. O termo foi utilizado para representar a casa física, o agregado familiar, incluindo a família (um homem, sua esposa, seus filhos), os seus escravizados, libertos, filhos adotivos, clientes, o amplo grupo de parentesco e o seu patrimônio que viviam na mesma casa (RAWSON, 1987, p. 7; SALLER, 1997, p. 80, 84 e 87).

A *domus* se relacionava ao círculo de parentes vivos de um homem ou ao seu grupo de descendência, incluindo ancestrais e descendentes. Representa, também, o símbolo para a construção de *status* na sociedade romana, sendo que fatores religiosos, políticos e sociais contribuíram, no caso da *domus* de Augusto, para representar o *locus* da memória do imperador e de toda sua família (HALES, 2009, p. 53). A família fazia parte da *domus* e era um elemento definidor de sua unidade nuclear: pai, mãe e filhos, ou seja, uma relação de linhagem e parentesco (PARKIN; POMEROY, 2007, p. 72). Nesse sentido, Augusto projeta nas relações estabelecidas no espaço doméstico, seu significado na política romana, pois a família imperial se tornava o centro da vida cívica. Seus membros, incluindo esposas, filhos e filhas, irmãos atuavam nas esferas do político a partir das suas atitudes na vida privada (MILNOR, 2009, p. 284).<sup>58</sup> Esse grupo, que fornecia proteção, apoio econômico e emocional, era compreendido

---

<sup>58</sup> J. C. Smith em seu livro *The Roman Clan. The gens from Ancient ideology to Modern Anthropology* (2006, p. 3), nos indica que já na época da República, a família era um grupo importante na comunidade dos cidadãos e suas ligações constituíam uma ação política. Como já indicamos, as *gentes* vinculavam-se às famílias como forma de organização e renegociação entre os grupos aristocráticos e a comunidade. Ainda de acordo com Smith (2006, p. 35), as ligações estabelecidas entre as *gentes* não eram confinadas apenas aos grupos aristocráticos, mas também se conectavam à toda comunidade.

como a instituição em que a riqueza e as propriedades eram protegidas, negociadas e transmitidas por seus descendentes (GEORGE, 2005, p. 39).

Considerando a família de Augusto, as relações estabelecidas por esse grupo eram muito mais do que uma unidade biológica: representava, portanto, a unidade – ou a tentativa de unidade – social e política (RAWSON, 1987, p. 36). A *domus Augusta* deveria simbolizar a efetivação da virtude da *pietas*, expressada na execução das práticas religiosas, nas condutas familiares e para com a *Res Publica* (SEVERY, 2000, p. 326). A seguir, destacamos alguns excertos em que a expressão *domus* aparece no texto da *Consolatória a Lúvia*. Percebe-se que logo no começo da narrativa, o autor anônimo destaca a importância dos integrantes da *domus* imperial e a concebe em um local de privilégio, como se fosse isenta de morte.

*Caesaris adde domum, quae certe, funeris expers,  
debuti humans altior esse malis.  
ille uigil, summa sacer ipse locatus in arce,  
res hominum ex tuto cernere dignus erat,  
nec fleri ipse suis nec quenquam flere suorum  
nec, quae nos patimur uulgi, et ipse pati (Consolatória a Lúvia, vv. 59-64).*

Adicione a casa de César que, certamente livre de morte, deveria estar por cima dos infortúnios humanos. Aquele, sentinela sagrada fixado no alto da cidadela, merecia contemplar as vicissitudes humanas desde um lugar seguro e não ser chorado pelos seus nem chorar a nenhum dos seus, nem suportar ele mesmo os reveses que suportamos nós, o povo.

Aqui, a expressão *Caesaris [...] domum* representa o local que deveria ser imune da pira funerária e não sofrer com os infortúnios humanos. Além disso, se refere ao local de nascimento de Druso. Nero Cláudio Druso e seu irmão Tibério Cláudio Nero, nascidos respectivamente em 38 a.C. e 42 a.C., eram filhos de Tibério Cláudio Nero e Lúvia Drusila. Lúvia se separou de seu marido em 38 a.C., casando-se, em seguida, com Otávio, futuro imperador Augusto. As relações estabelecidas entre as *domus Iulia* e *Claudia* permitiram que os jovens obtivessem cargos no exército romano e, como veremos no Capítulo 3 de nossa Dissertação, desempenharam exitosas campanhas militares na região dos Alpes. É interessante destacar que no texto consolatório, a palavra *domus* pode ter dois significados: ser entendida como local em que Druso nasceu, a *domus Claudia*, a qual pertencia por nascimento, ou a *domus* a qual participava quando morreu, a *domus Iulia*.

*maximus ille quidem iuuenum spes publica uixit  
et, qua natus erat, gloria summa domus.*

*sed mortalis erat, nec tu secura fuisti  
fortia progenie bella gerente tua. (Consolatória a Lívía, vv. 365–368).*

Ele, sem dúvida, o mais ilustre dos jovens, viveu como esperança de todo um povo e a honra suprema da casa a qual havia nascido. Mas era mortal, e tu não estiveste sem inquietudes enquanto teu filho enfrentava violentas guerras.

Em outra passagem do texto consolatório, no momento em que Druso aparece em um discurso direto direcionado à Lívía, sinaliza que a *domus* de Augusto é sua por direito por conta do casamento de sua mãe com o *Princeps*.

*ipse tibi emissus nebulosi litore Auerni  
- sic liceat - forti uerba tot ore sonet:  
“quid numeras annos? uixi maturior annis:  
acta senem faciunt: haec numeranda tibi,  
his aeuum fuit implendum, non segnibus annis:  
hostibus eueniat longa senecta metu.  
hoc atai monuere mei proaique Neronas:  
fregerunt ambo Punica bella duces;  
hoc domus ista docet, per te mea, Caesaris alti:  
exitus hic, mater, debuit esse meus. [...]” (Consolatória a Lívía, vv. 445 454).*

Ele em pessoa, se te fosse devolvido desde a costa do nebuloso Averno – que assim seja –, te diria estas palavras com voz firme: ‘Por que conta os anos? Comparada com eles, minha vida foi mais frutífera: me fazem velho minhas façanhas. Estas são as que tu deves contar, com estas há de ser completada uma vida, não com o passar ocioso dos anos: Oxalá a meus inimigos lhes chegue uma velhice interminável pelo medo. Estes conselhos me deram meus antepassados e meus bisavôs, os Neronas: dois deles, como generais, venceram as Guerras Púnicas. Este é o ensinamento que oferece a casa do grande César, que por ti é também a minha: este, mãe, deve ser o meu final. [...]’

A análise do excerto nos permite compreender que a *Consolatória a Lívía* utiliza-se de estratégias discursivas para consolar Lívía pela morte de seu filho Druso e, ao mesmo tempo, alcança um objetivo político: indica à população que as esperanças depositadas em Druso não se perderiam definitivamente, mas sim, poderiam ser transmitidas à Tibéria. Revela o campo de competições e disputas em torno da sucessão imperial entre as *gentes Iulia* e *Claudia*. Nos versos que finalizam o poema, mais uma vez a palavra *domus* aparece, mas agora acompanhada de um pedido para que Lívía se recomponha e viva as esperanças que ainda permanecem em vida, seu filho e marido. Por isso, indica que *não convém, oh Lívía, que vossa casa esteja de luto – Liuia, funestam dedecet esse domum (Consolatória a Lívía, v. 474).*

Segundo nos informa Maria José Hidalgo de la Vega, em *Las emperatrices romanas: sueños de púrpura e poder oculto* (2012), a restauração moral empreendida por Augusto, fortalecida pelas leis promulgadas, propagava sua imagem vinculada com a sua *domus*, pois:

Augusto oferece a sua própria família como garantia da paz que ele tinha conseguido alcançar por medidas militares e diplomáticas, e como prova de que a guerra civil deve ser definitivamente esquecida. [...] evidentemente Augusto não inventou o termo *domus* para designar a sua extensa família, mas a configuração da *domus Augusti* se foi desenrolando e estruturando segundo as necessidades de organizar a sucessão dinástica legítima (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 22 e 23)<sup>59</sup>

Nesse sentido, consideramos que a morte de Druso, em 9 a.C., membro da *domus* imperial, se apresenta como um conflito público, já que à época Augusto não estava completamente seguro no poder. Portanto, podemos considerar que o conteúdo da narrativa apresenta um momento de transição, em que o *Princeps* precisa de apoio para legitimar sua nova estrutura familiar e, principalmente, identificar, treinar e garantir um herdeiro político do sexo masculino. Como nos indica Dixon (1997, p. 166), os conflitos fazem parte das dinâmicas familiares e, embora os mecanismos da *patria potestas* forneçam um quadro jurídico e social para contê-los, outras situações da vida cotidiana fazem com que situações de desordem possam emergir.

Na análise de Saller (1997, p. 86), a prática de Augusto de garantir laços matrimoniais com famílias aristocráticas importantes fez com que a *domus Caesarum* tornasse extensa. Embora os movimentos da dinastia imperial se concentrassem em duas *familiae*, conhecidas como *domus Iuliorum Claudiorumque* ou *Claudia et Iulia domus*, o círculo de parentes era bastante extenso (SALLER, 1997, p. 86). Destacamos, a partir desse ponto, dois movimentos estratégicos realizados por Augusto em que a família protagonizava e impulsionava questões voltadas à política dentro da *domus* imperial: o casamento e as adoções.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> “Augusto ofrece a su propia familia como garantía de esa paz que él ha conseguido por medios militares y diplomáticos, y como una prueba de que la guerra civil debe ser definitivamente olvidada. [...] Augusto no inventó el término *domus* para designar a su extensa familia, pero la configuración de la *domus Augusti* se fue desarrollando y estructurando según las necesidades de organizar la sucesión dinástica legítima” (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 22 e 23).

<sup>60</sup> A seguir, veremos que as imagens das mulheres na literatura imperial romana são diversas, pois as legislações de casamento, fecundidade e as reformas morais empreendidas pelo *Princeps*, colocaram destaque maior às suas atitudes, principalmente àquelas que viviam na *domus* imperial (ASH, 2015, p. 442). De acordo com Molly M. Pryzwansky (2008, p. 46), a maioria dos trabalhos que se propõe à investigação da atuação das mulheres na corte imperial no período do final da República e início do Império privilegiam as obras de Tácito (*Anais*), Dion Cássio (*História Romana*). Lúvia, por exemplo, é a esposa modelo em Suetônio (*Vida de Augusto*) e apresenta um

Segundo Pierre Grimal (1991, p. 6), um dos principais alcances intencionados pelos casamentos em Roma era a fecundidade e a perpetuação das linhagens a partir do nascimento de filhos – considerados herdeiros –, bem como a manutenção da união matrimonial com o alcance do sagrado. Antes de se casar com Lúvia, Otávio havia se casado com a Escríbônia (40 a.C. – 39 a.C.), tia da esposa de Sexto Pompeu. Escríbônia era muito mais velha que ele, já divorciada duas vezes. A união entre ambos foi efetivada com o objetivo de manter a frota de Sexto Pompeu na baía, que da Sicília ameaçava assolar Roma com a fome. Pompeu, que obtinha o controle das frotas nos mares e ilhas ocidentais, ameaçava o carregamento e abastecimento de grãos para Roma (SILVA, 2014, p. 37; SYME, 2011, p. 240 – 241; SIRAGO, 1979, p. 3).<sup>61</sup>

Do seu primeiro casamento, Augusto teve sua única filha, Júlia. Segundo nos informa Moses Finley (1991, p. 148), uma das possibilidades para o divórcio com Escríbônia é o fato do marido não ter agradado que sua esposa não o tenha permitido se envolver com outras mulheres. Os motivos para o divórcio poderiam ser vários, como a ausência de filhos, adultérios ou o rearranjo motivado por novas alianças políticas (RAWSON, 1987, p. 32). Enquanto as alianças matrimoniais representavam uma aliança entre grupos diversos, o divórcio representaria o equilíbrio das relações e alianças estabelecidas (CENERINI, 2009, p. 41).

O último casamento de Otávio, realizado com Lúvia, durou de 38 a.C. até o momento de sua morte. Lúvia Drusilla, que nasceu em 30 de janeiro de 58 a.C., era casada desde os seus quinze anos (43 a.C.) com Tibério Cláudio Nero (85 a.C. – 33 a.C.), homem bem mais velho que ela e filho do irmão de seu pai, M. Lúvio Druso Cláudio. O pai de Lúvia, da *gens Claudia*, havia sido um feroz oponente de César, portanto, defensor dos seus assassinos – Bruto e Cássio –, com quem entrou em combate em Filipos (42 a.C.). Derrotado, se matou por ódio político aos triúnviros (VELEIO PATERCULO, *História Romana*, II, 71; DION CÁSSIO, *História Romana*, XLVIII, 44, 1). Tibério Cláudio Nero, marido de Lúvia, da mesma forma, era um dos aliados dos assassinos de César. Em 41 a.C., teve que fugir para Sicília na tentativa de se aproximar de Sexto Pompeu, triúnviro, e conseguir seu apoio (VELEIO PATERCULO, *História Romana*, II, 75, 1 – 2; TÁCITO, *Anais*, V, 1; VI, 51; SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, IV; DION CÁSSIO, *História Romana*, XLVIII, 15).

---

contraste entre sua descrição como a envenenadora do marido em Tácito (*Anais*) e em Dion Cássio (*História Romana*).

<sup>61</sup> Para mais informações a respeito dos conflitos entre Sexto Pompeu, filho de Pompeu Magno, e Otávio, consultar Silva (2014, p. 37).

De acordo com Veleio Patérculo:<sup>62</sup>

*Liua, Primum ei matrimonium et liberi Drusi Claudiani filia, genere, probitate, forma Romanarum eminentissima, quam postea coniugem Augusti uidimus, quam transgressi ad deos sacerdotem ac filiam, tum fugiens mox futuri sui Caesaris arma ac manus bimum hunc Tiberium Caesarem, uindicem Romani imperii futurumque eiusdem Caesaris filium, gestans sinu, per auia itinerum uitatis militum gladiis uno comitante, quo facilius occultaretur fuga, peruenit ad mare et cum uiuo Nerone peruecta in Siciliam est. (VELEIO PATERCULO, História Romana, II, 75, 3. 1 – 10)<sup>63</sup>*

Tomemos, por exemplo, Lúvia: ela, filha do bravo e nobre Tibério Cláudio Nero, a mais eminente das mulheres romanas no nascimento, na sinceridade e na beleza. Ela que mais tarde vimos como a esposa de Augusto, como sua sacerdotisa e filha, após sua deificação. Era fugitiva diante das armas e das forças do próprio Augusto que logo depois seria seu marido. Carregava em seu seio seu filho de dois anos, o atual imperador Tibério, destinado a ser o defensor do Império Romano. Seguindo por caminhos para evitar as espadas dos soldados e acompanhada por apenas um atendente, de modo a escapar mais facilmente em sua fuga, ela finalmente alcançou o mar, e com seu marido Nero escapou de navio para Sicília.

No entanto, assim que chegaram não foram bem recebidos na Sicília, pois, mediante o casamento de Otávio com Escribônia, Tibério Cláudio Nero percebeu que não era uma alternativa viável permanecer no local. Suetônio (*Vida de Tibério*) nos informa alguns detalhes do movimento da fuga em que Lúvia e Tibério, ainda criança, protagonizaram:

*Infantiam pueritiamque habuit laboriosam et exercitatum, comes usque quaque parentum fugae; quos quidem apud Neapolim sub inruptionem hostis nauigium clam petentis uagitu suo paene bis prodidit, semel cum a nutricis ubere, iterum cum a sinu matris raptim auferretur ab iis, qui pro necessitate temporis mulierculas leuare onere temptabant. Per Siciliam quoque et per Achaiam circumductus ac Lacedaemoniis publice, quod in tutela Claudiorum erant, demandatus, digrediens inde itinere nocturno discrimen uitae adiit flamma repente e siluis undique exorta adeoque omnem comitatum circumplexa, ut*

---

<sup>62</sup> De acordo com Natália Frazão José (2011, 2016), Veleio Patérculo (20 – 19 a.C. – 31 d.C.) escreveu sua *História Romana* no início do século I d.C., durante o governo de Tibério. Na obra, “o futuro imperador é tratado como um homem valoroso, predestinado ao governo de Roma. [...] Os elogios a Tibério podem ser vistos no decorrer de grande parte de *História Romana II*. [...] Nota-se que, em meio aos elogios a Tibério, também podemos entrever as opiniões do escritor a respeito de Augusto, o predecessor e pai adotivo do novo *Princeps*. As figuras de Augusto e de Tibério são exaltadas, assinalando um estilo semelhante aos dos escritores que propagandearam a imagem de Augusto em períodos posteriores” (JOSÉ, 2016, p. 41 e 42). Segundo Alain Gowing (2007, p. 411), o valor de Veleio Patérculo, embora seja pouco estudado por estudiosos brasileiros (JOSÉ, 2011, p. 69), encontra-se em ser um dos principais autores que escrevem imediatamente após o Principado de Augusto. Ainda de acordo com Natália Frazão José (2011), “é a partir da leitura da obra velleiana que conseguimos perceber as reminiscências do período no qual ela foi escrita” (JOSÉ, 2011, p. 75).

<sup>63</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1924.

*Liivae pars uestis et capilli amburerentur.* (SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, III, 6.1.1,2)

Ele passou sua infância e sua juventude em meio às adversidades e às tribulações, já que foi o companheiro de seus pais em sua fuga. Em Nápoles, de fato, ele quase os traiu duas vezes com seu choro enquanto estavam secretamente a caminho de uma embarcação no momento em que o inimigo invadiu a cidade. Foi repentinamente arrancado do peito de sua ama e novamente dos braços de sua mãe por aqueles que tentaram aliviar as pobres mulheres de seu fardo por causa do perigo iminente. Depois de ser levado também por toda a Sicília e Acaia, e entregue aos cuidados públicos dos lacedemônios, por serem apoiadores dos *Claudii*, ele quase perdeu a vida quando o bosque pegou fogo à sua volta e as chamas o envolveram parte do manto de Lívia e seu cabelo ficaram chamuscados.

Sem esperar outros desdobramentos, Tibério Cláudio Nero decidiu retornar à Itália com o propósito de reconciliar-se com Otávio em 38 a.C. Para efetivar o acordo de pacificação política, resolveu oferecer-lhe em casamento sua esposa Lívia. À época Lívia, com vinte anos, além de ser mãe de Tibério, já estava grávida de Druso e, nesse contexto, é apontada como símbolo de pacificação necessária. Em 23 de setembro de 39 a.C., apresentaram-na à Otávio que, segundo Tácito (*Anais*, V.1), apaixonou-se perdidamente pela esposa de Tibério Cláudio Nero, com quem acabou se unindo em matrimônio, mesmo que estivesse esperando seu segundo filho.

*Primum ei matrimonium et liberi fuere cum Tiberio Nerone, qui bello [...] profugus, pace inter Sex. Pompeium ac triumuiros pacta in urbem rediit. Exim Caesar cupidine formae aufert marito, incertum an inuitam, adeo properus, ut ne spatio quidem ad enitendum dato penatibus suis grauidam induxerit.* (TÁCITO, *Anais*, V.1.1 – 10)<sup>64</sup>

Seu primeiro casamento e únicos filhos foram com Tibério Nero, que depois de sua fuga, [...] voltou à Roma para concluir a paz celada entre Sexto Pompeu e o Triunvirato.<sup>65</sup> Na sequência, Augusto, apaixonado por sua beleza, tirou-a do marido. Seus arrependimentos são duvidosos, e sua pressa foi tanta que, sem sequer dar um intervalo do seu confinamento, ele a apresentou mesmo estando grávida.

Suetônio (*Vida de Augusto*, LXII) relata a respeito da movimentação de Augusto em relação aos seus casamentos:

---

<sup>64</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1937.

<sup>65</sup> De acordo com Semíramis Corsi Silva, em *O Principado Romano sob o Governo de Otávio Augusto e a política de conservação dos costumes*, (2010, p. 2), entende-se por Triunvirato uma “instituição romana criada, formalmente, no período das guerras civis pelo Estado. Mantinham-se as instituições da República, mas o poder estava com os triúmviros, que eram grandes líderes militares”.

*Mox Scriboniam in matrimonium accepit nuptam ante duobus consularibus, ex altero etiam matrem. Cum hac quoque diuortium fecit, “pertaesus,” ut scribit, “morum peruersitatem eius,” ac statim Liuiam Drusillam matrimonio Tiberi Neronis et quidem praegnantem abduxit dilexitque et probauit unice ac perseueranter. (Suetônio, Vida de Augusto, LXII, 2.1 – 7).*

Casou-se com Escribônia, que antes havia sido casada com dois ex-cônsules e era mãe de um deles. Ele se divorciou dela pois, como ele mesmo escreve, era “incapaz de suportar seu temperamento astuto”. Imediatamente após o divórcio tomou Lívia Drusila de seu marido Tibério Nero, embora ela estivesse grávida na época, e a amou e a estimou até o fim sem grandes problemas.

O autor também comenta sobre o casamento de Lívia com Augusto na abertura da *Vida de Cláudio*, em uma espécie de minibiografia do pai de Druso. Nesse contexto, o destaque vai para o rápido matrimônio que deixou rumores espalhados pela cidade. Alguns consideraram a paternidade do segundo filho de Lívia como sendo de Otávio. Na ocasião, o texto começa com a descrição do nascimento de Cláudio e nos apresenta as núpcias do segundo casamento de Lívia, pois, à época, Druso era a criança de quem Lívia estava grávida:

*Patrem Claudi Caesaris Drusum, olim Decimum mox Neronem praenomine, Liuia, cum Augusto grauida nupsisset, intra mensem tertium peperit, fuitque suspicio ex uitrigo per adulterii consuetudinem procreatum. Statim certe uulgatus est uersus. (Suetônio, Vida de Cláudio, V.1,1 – 5)*

O pai de Cláudio César, Druso, que a princípio teve o nome de Décimo e depois o de Nero, nasceu de Lívia três meses após seu casamento com Augusto, pois estava grávida na época e havia a suspeita de que ele foi gerado por seu padrasto em relações adúlteras.

Após o nascimento de Druso, o menino foi enviado para a casa de seu pai (DION CÁSSIO, *História Romana*, 48.44.4), como era o costume nos divórcios romanos. Depois da morte de Tibério Cláudio Nero, em 38 a.C., Augusto se tornou o guardião de Druso, que tinha cinco anos. Na mesma época, Tibério tinha nove anos de idade (TREGGIARI, 1991, p. 467). Em poucos meses, Lívia mudou completamente a sua situação: viu-se instalada na casa de Otávio (*gens Iulia*), fortalecida pelos dois filhos de Tibério Cláudio Nero (*gens Claudia*) e com todos os bens, tanto os pessoais como os do marido. Esses últimos foram passados em herança para os dois filhos. A respeito do acúmulo de bens de Lívia, é interessante observar que ter uma grande fortuna colocava um indivíduo, seja homem ou mulher, em posição de negociar seu espaço público (BIELMAN, 2015, p. 242).

Embora as mulheres casadas nascidas livres (*matronas*) não tivessem o direito de votar nas assembleias e não ocupassem cargos políticos ou militares, deveriam atuar na concepção de cidadãos a partir de casamentos legítimos e mantinham poder social, econômico e religioso (HOLLAND, 2015, p. 207). No entanto, as mulheres aristocráticas utilizavam da sua riqueza para promover e negociar sua permanência e visibilidade no espaço público, além de criar capital político para os filhos e maridos que ocupavam ou buscavam cargos públicos.<sup>66</sup> Em seus papéis como patrocinadoras da arquitetura, ou de eventos específicos, as mulheres da aristocracia participavam da vida pública e atuavam nas instituições (D'AMBRA, 2015, p. 401). Lúvia, por exemplo, além de inscrever suas ações a partir da descendência na tradição familiar do *pater patriae*, obteve um importante papel de pioneira no patrocínio público feminino (BIELMAN, 2015, p. 248).

Valendo-se da fortuna garantida a partir dos seus dois casamentos, foi a primeira mulher conhecida dos tempos antigos a assumir o patrocínio de jogos ao lado do marido, na ocasião em que seu filho Tibério recebe a toga da masculinidade, em 27 a.C. (BRAÄNNSTEDT, 2015, p. 39 e 40). Embora pudessem financiar os jogos, o que estava autorizado desde o final dos períodos helenístico e republicano, as mulheres não poderiam presidir os eventos, que continuou a ser uma prerrogativa masculina durante todo o período imperial (BIELMAN, 2015, p. 241). No entanto, a organização dos jogos exigia que passassem bastante tempo à vista do público, pois sentavam-se em lugares de honra, faziam os discursos de abertura e presidiam os banquetes (BIELMAN, 2015, p. 244).

Lúvia também reconstruiu o templo dedicado à Fortuna, que estava caindo em ruínas, assim como o de *Bona Dea*. Ela também já tinha consagrado, no *Porticus Liviae*, um santuário em homenagem à deusa *Concordia*, que simbolizava a unidade da casa imperial (BIELMAN, 2015, p. 240). As representações dos membros da família imperial alcançaram também o Oriente helenístico, local em que as estátuas femininas ganhavam bastante destaque e incluíam representações de esposas de magistrados romanos e eram também deificadas, como no caso de Drusila, irmã de Calígula, seguida de Lúvia (HOLLAND, 2015, p. 212). Em Roma, Lúvia e Otávia foram as primeiras mulheres a serem homenageadas por estátuas honoríficas em público, 35 a.C. e 9 a.C. (RIESS, 2015, p. 491 – 502).

---

<sup>66</sup> Conferir ao final da Dissertação o Anexo 2 que apresenta um esquema com as principais personagens femininas da Dinastia Julio-Claudiana.

Em 9 a.C., Lúvia e Júlia, mãe e esposa de Tibério, organizaram um banquete para as mulheres de Roma na circunstância da vitória militar de Tibério. Lúvia e Antônia, esposa de Druso, também tinham planejado outro banquete para o pretendido triunfo do jovem ao retornar das campanhas da Germânia (DION CÁSSIO, *História Romana*, LV, 2.4). Novamente em 7 a.C., banquetes foram organizados por Lúvia para comemorar a atuação militar de Tibério: enquanto o filho recebia os senadores, Lúvia recepcionava as esposas dos senadores em outro espaço (DION CÁSSIO, *História Romana*, LV, 2.4; LV, 8.1). Além de possuir uma posição especial como esposa do *Princeps*, Lúvia se tornou uma das poucas mulheres a receber uma estátua pública, concedida pelo Senado, em consolação pela morte de Druso, o que a fez participar de uma tradição visual seleta (THAKUR, 2014, p. 177; BIELMAN, 2015, p. 247).

Por isso, é válido ressaltar que a construção do Mausoléu de Augusto, realizada entre 29 a.C. a 23 a.C., a celebração dos Jogos Seculares, em 17 a.C., em que eram homenageadas mães e filhos pelo papel que exerciam em relação à continuidade das *gentes* e à fertilidade, a construção da *Ara Pacis*, entre 12 a.C. e 9 a.C., ou o novo Fórum, entregue em 2 a.C., celebram as virtudes da família como uma célula importante (RAWSON, 1999, p. 215).<sup>67</sup> Evidenciam, também, a preocupação de Otávio – Augusto em garantir a perpetuação da memória das duas *gentes* no poder (HOPE, 2000, p. 107; OMENA, FUNARI, 2016, p. 85; RAWSON, 1999 p. 210). E, principalmente, nos indica que o *Princeps* não era um agente independente, pois os membros de sua família estavam em constante exibição em ocasiões específicas, em jogos e em

---

<sup>67</sup> A *Ara Pacis* é o primeiro relevo de Roma em que retrata mulheres mortais juntamente com crianças. É também uma das primeiras ocasiões em que as parentes de Augusto são trazidas à luz pública desde a Guerra Civil. (BRÄNNSTEDT, 2015, pág. 40 e 41). De acordo com Lawrence Richardson, em *A New Topographical Dictionary of Ancient Rome* (1992, p. 287), a *Ara Pacis* é também conhecida como *Ara Pax Augusta* e consiste em um “altar decretado pelo senado no *ad Campum Martium* no retorno de Augusto da Espanha e da Gália, 4 de julho de 13 a.C. (Degrassi 176), em que os magistrados, sacerdotes e virgens vestais deveriam oferecer sacrifício anual (Augustus, *RG* 12). O altar foi dedicado em 30 de janeiro de 9 a.C. (Ovídio, *Fast.* 1.709-22)”. Segundo Diane Favro, em *The urban image of Augustan Rome* (2008, p. 129), “[...] a *Ara Pacis* foi notável por seu mármore, entalhes elaborados e iconografia. Um altar elevado formava o núcleo, cercado por muros recônditos. As superfícies externas estavam cobertas de relevos detalhados. Os que estavam do lado da estrada representavam Roma e *Tellus*, personificando o povo romano e as graças da paz. Os painéis de relevo no lado oeste mostravam cenas relacionadas às origens de Roma e da linhagem Júlia. Os painéis mais longos ao norte e ao sul mostravam a procissão de romanos que presumivelmente participavam de cerimônias associadas ao altar. O monumento visualmente rico, portanto, ligava o passado, o presente e o futuro de Roma à sorte de Augusto e sua família”. A importância do monumento reside no fato de que toda família está publicamente retratada e destaca Lúvia à frente de membros do sexo masculino de sua *domus*, como Tibério e Druso. Demonstra seu *status* e relativa importância nessa instituição e como Augusto apresentou a sua posição ao público romano. O altar foi encomendado para celebrar o retorno de Augusto das províncias da Hispânia e da Gália e foi consagrado em 30 de janeiro de 9 a.C. para honrar a paz estabelecida (THAKUR, 2014, p. 179).

projetos públicos entregues em nome de mulheres próximas, como o pórtico de Otávia e de Lúvia, o santuário de Lúvia e a *Ara Pacis* (TEGGIARI, 2005, p. 141 – 142).<sup>68</sup>

Embora sua imagem tenha sido negatizada por muitos, como Tácito, Lúvia protagonizava na presença de Augusto o papel de uma mulher solícita, discreta e compreensiva (*comis ultra quam antiquis feminis probatum, [...] uxor facilis*. Tácito, *Anais*, V. 3) e permanecia como esposa fiel capaz de compreendê-lo (*cum artibus maritii [...] bene compósita*. Tácito, *Anais*, V.1).<sup>69</sup> Portanto, atingiu um importante espaço e, com sua notável longevidade, atuou de forma considerável dentro de sua *domus* (D'AMBRA, 2015, p. 415).<sup>70</sup> De acordo com Suetônio (*Vida de Augusto*), Lúvia procurava meninas para satisfazer os prazeres de Augusto:

*Circa libidines haesit, postea quoque, ut ferunt, ad uitandas uirgines promptior, quae sibi undique etiam ab uxore conquirentur.* (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, I, 71.1.6 – 9)

Ele não podia se livrar da acusação de luxúria e dizem que mesmo em seus últimos anos gostava de deflorar donzelas, que eram reunidas para ele de todos os quadrantes, até mesmo por sua própria esposa.

Com o passar do tempo também acompanhou Augusto em suas viagens, incluindo a participação em banquetes públicos em toda parte oriental do Império (*Quoties diuum Augustum in Occidentem atque Orientem meuisse comite Livia*. Tácito, *Anais*, III, 34; DION CÁSSIO, *História Romana*, 54.7.2) e a apresentação em embaixadas estrangeiras juntamente com o seu esposo (THAKUR, 2014, p. 177; BRÄNNSTEDT, 2015, p. 37). Por isso, considera-se que Lúvia entrou na *domus* de Augusto determinada a não sair dela: obedecia aos desejos do marido,

---

<sup>68</sup> Ressaltamos que a *Ara Pacis* foi consagrada em 9 a.C., mesmo ano da morte e funeral de Druso, momento em que o destaque da centralidade da família imperial tornou-se publicamente manifestado em grande escala (BRÄNNSTEDT, 2015, pág. 42).

<sup>69</sup> Segundo nos informa Silva (2018, p. 35 e 36), “As imperatrizes e demais mulheres aristocratas das casas imperiais romanas estão por todos os textos que tratam das histórias do Principado Romano. Tácito, Suetônio, Dião Cássio e Herodiano são exemplos de escritores do período que nos deixaram seus relatos masculinos sobre elas. Lúvia, as Agripinas, Messalina, Domicia Longina, Pompeia Plotina, Faustina, Júlia Domna, Júlia Mesa são algumas dessas mulheres. Tais personagens ora eram tidas como modelo de mulheres virtuosas por cumprirem o papel que era esperado delas enquanto aristocratas da casa imperial, a importante questão da maternidade, fator fundamental para a sucessão e legitimação do poder. Ora, por outro lado, eram tidas como infames por fugirem do modelo patriarcal e aristocrático ao assumirem poderes excessivos ou ao se envolverem em relações que ameaçavam elementos da ordem imperial, marcada pelo cumprimento do *mos maiorum*. [...] em uma análise das mulheres das casas imperiais romanas é preciso cruzar, além das análises de construções sobre papéis atribuídos aos gêneros, a análise da ordem social que estas mulheres pertenciam” (SILVA, 2018, p. 35 e 36).

<sup>70</sup> Para mais informações conferir o trabalho *As Romanas e o poder nos Anais de Tácito*, de Taís Pagoto Bélo e Funari (2017). De acordo com os autores, Tácito, quando narrava a respeito das mulheres imperiais “[...] as descrevia de forma pejorativa, acusando-as de todos os transtornos imperiais e culpando-as da má governança imperial.” (BÉLO; FUNARI, 2017, p. 75).

cuidava dele em todas as necessidades e o apoiava em todos os momentos (SIRAGO, 1979, p. 16).

Portanto, no contexto de casamentos políticos, devemos inserir o casamento de Lívía Drusila com Otávio, o que reforça o argumento de que os matrimônios realizados nesse contexto tinham forte apelo político (SIRAGO, 1979, p. 4). Do mesmo modo, Otávio, posteriormente Augusto, recebeu vantagens com a união. Além do controle vasto de toda propriedade que acompanhava o nome de Lívía, passou a contar com o apoio político das duas *gentes*: *Iulia e Claudia*. Se até o momento se firmava apenas na herança de César, agora conquistava o apoio e as posses das duas *gentes*. O casamento com Lívía representou o ponto culminante de uma nova virada do *Princeps* (SIRAGO, 1979, p. 8). Em diálogo com a configuração de sua nova imagem como defensor da *Res Publica*, é auxiliado por Lívía, que se encarregou de moderar suas atitudes e atuar com clemência.

Percebe-se que a concentração do controle político nas mãos de Augusto e a exibição pública de sua família conferiu também às mulheres maior visibilidade e atuação (HALLET, 2015, p. 374). Quanto maior ênfase o *Princeps* conferia na domesticidade, maior a proeminência e o envolvimento nos assuntos cívicos das mulheres imperialmente conectadas aos seus feitos (JENKINS, 2009, p. 1). Como vimos, os arranjos e rearranjos políticos entre as ligações estabelecidas pelas famílias eram efetivados pelos casamentos, nascimentos e adoções, movimentos em que as mulheres eram protagonistas e determinavam a sucessão e as posições de poder no contexto aristocrático (HALLETT, 2015, p. 374). Os filhos se transformaram na razão da instituição do casamento (TREGGIARI, 2005, p. 131 e 132).

Se considerarmos que Lívía Drusilla viveu entre os anos de 59 a.C. a 29 d.C., conseguimos apreender a importância de sua atuação nos assuntos políticos, pois ocupou um importante papel dinástico: esposa do primeiro imperador de Roma, Augusto (27 a.C. – 14 d.C.), mãe de seu sucessor, Tibério (14 d.C. – 37 d.C.), bisavó de Calígula (37 d.C. – 41 d.C.), avó de Cláudio (41 d.C. – 54 d.C.) e tataravó de Nero (54 d.C. – 68 d.C.). Lívía, integrante da *gens Claudia* por casamento com o pai de Tibério e Druso, seu primeiro marido, alcança um notável espaço dentro da *gens Iulia* quando se casa com Otávio. Assim, negocia o seu espaço público e promove o nome de sua *gens*. Molly Pryzwansky, em *Feminine imperial ideals in the Caesars of Suetonius* (2008, p. 48), ao analisar a obra de Suetônio (*Vida dos Doze Césares*), assinala que o fato das mulheres aparecerem regularmente em todas as doze vidas dos Césares

nos indica que tiveram um papel importante nos movimentos da estrutura organizacional dinástica a partir dos casamentos e nascimentos.

A família imperial representava uma “instância reguladora das atividades públicas; por isso, a atuação de seus membros, seja do sexo feminino, seja do sexo masculino, incorporava-se à política da *Res Publica*” (OMENA; FUNARI, 2016, p. 95). Além disso, as últimas considerações revelam que, embora não atuassem diretamente na política, as suas posições eram constantemente negociadas e tornavam-se uma prática institucionalizada, já que tiveram a oportunidade de desfrutar e expandir sua influência nos ambientes doméstico e público, por meio da construção da sua cidade e moldando suas instituições (TREGGIARI, 1971, p. 139; D’AMBRA, 2012, p. 401).

No entanto, é pertinente destacar que o que escapava na relação entre Lívía e Augusto era a maternidade: não conseguiram ter nenhum filho sequer juntos. Encontramos, na literatura, em epitáfios e em monumentos, destaques às virtudes atribuídas às esposas. Uma de suas atribuições eram atuar como peças importantes na geração de filhos, proporcionando a continuidade e fidelidade marital representadas pela *castitas* e *pudicitia* (RAWSON, 1987, p. 25). Veremos, a partir de agora, que na falta de um filho do sexo masculino, Augusto movimentou, selecionou e preparou uma série de sucessores, todos relacionados a ele por meio de membros femininos da família (HALLETT, 2015, p. 374).

Suetônio (*Vida de Augusto*) comenta que Augusto teve apenas uma filha com Escribônia, nenhum descendente com Lívía e, nesse cenário, não menciona que à época do casamento de ambos, Lívía estava grávida de Druso.

*Ex Scribonia Iuliam, ex Liuia nihil liberorum tulit, cum maxime cuperet. Infans, qui conceptus erat, immaturus est editus.* (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, I, 63.1.1 – 3)

Com Escribônia ele teve uma filha Júlia, com Lívía nenhum filho, embora desejassem ardentemente ter filhos. Um bebê foi concebido, mas morreu prematuramente.

Nesse contexto, o recurso possível para a continuidade dinástica seria a adoção. A maioria das adoções que aconteciam por parte das famílias aristocráticas constam com filhos já adultos, pois as chances de sobrevivência do adotado eram maiores e o pai adotivo poderia analisar quais os benefícios obteria com o feito. Esse recurso era utilizado para preservar a visibilidade e proeminência da *domus*, conferir continuidade da linhagem e da herança

vinculadas ao indivíduo. Se tratando de movimentações políticas da própria família, era uma das características principais dos imperadores do primeiro século, pois confiaram na adoção para assegurar um herdeiro (RAWSON, 1987, p. 12).

O movimento das adoções se revela como aliado de Augusto, uma vez que teve seu início na carreira política devido ao fato de ser neto do irmão de César e foi nomeado herdeiro de César, sob a condição de ter sido adotado com esse nome. Sem sua linhagem materna, ele não teria se tornado líder no final da adolescência ou supremo na casa dos trinta, o que revela extrema importância na atuação das mulheres e suas conexões possíveis (TREGGIARI, 2005, p. 140). Filhos legítimos pertenciam à família do *pater família* e levavam seu nome de família; filhos adotivos pertenciam à família de sua mãe e portavam seu nome. As movimentações que ocorriam no âmbito das adoções visavam à continuação do nome (*nomen*) dessa instituição (RAWSON, 1987, p. 8). Dessa forma, consideramos que as esposas, mães e filhas no contexto da *domus* de Augusto, a partir da sua atuação doméstica, são consideradas como forças políticas e alternativas de movimentação, influência e poder na questão sucessorial (MILNOR, 2005, p. 287).

Atentamos, brevemente, às mobilizações na *domus* de Augusto considerando a questão da sucessão imperial. No triênio de 25 a.C. – 23 a.C., o *Princeps* parecia totalmente inclinado para sua irmã Otávia, confiando suas esperanças em Marcelo, sobrinho e genro, considerado seu herdeiro político. No ano de 26 a.C., acordou o matrimônio de seu sobrinho com sua filha Júlia, preparando, assim, a sucessão dentro de sua própria *gens*. Essa estratégia não foi concretizada, uma vez que Marcelo morreu adoentado, em 23 a.C., sem deixar herdeiros. Sêneca, na *Consolatória a Márcia*,<sup>71</sup> apresenta as qualidades do jovem:

*Octavia Marcellum, cui et auunculus et socer incumbere coeperat, in quem onus imperii reclinare, adulescentem animo alacrem, ingenio potentem, sed frugalitatis continentiaequae in illis aut annis aut opibus non mediocriter admirandae, patientem laborum, uoluptatibus alienum, quantumcumque imponere illi auunculus et, ut ita dicam, inaedificare uoluisset, laturum; bene legerat nulli cessura ponderi fundamenta.* (SÊNECA, *Consolatória a Márcia*, VI, 4)

Otávia perdeu Marcelo, quem Augusto, ao mesmo tempo, seu tio e sogro, começara a apoiar o fardo do Império. Era um jovem de espírito aguçado, de

---

<sup>71</sup> Na ocasião da morte de Marcelo, Otávia, sua mãe, presa em sua dor, não voltou mais a aparecer em público e alimentou rancor contra todas as mães, sobretudo contra Lívia. No Capítulo 1, citamos mais detalhes a respeito da obra. Para uma leitura mais eficaz indicamos o trabalho de Alexandra Flôr Pausinho Carço (2011), *‘Omnia humana caduca sunt’: A Consolatória a Márcia de Sêneca*.

capacidade de comando, mas também marcado por uma frugalidade e autocontenção que obteve a mais alta admiração. Paciente sob as adversidades, avesso aos prazeres e pronto para suportar tudo o que seu tio desejasse colocar ou, por assim dizer, construir sobre ele: ele escolheu bem uma fundação que não afundaria sob qualquer peso.

Em 23 a.C., a partir desse cenário, a importância de Lívía aumentou consideravelmente nos assuntos que envolviam a sucessão. Tibério e Druso assumiam, a partir dessa data, um lugar muito parecido aquele aparentemente designado para Marcelo (TREGGIARI, 2005, p. 140). Os filhos de Lívía atuavam como magistrados e generais, assim como o jovem. No entanto, Augusto volta-se para Caio e Lúcio, os dois filhos mais velhos de sua filha Júlia, que se casou, a pedido de seu pai, com Agripa. Esse último era bem mais velho que Júlia, com mais de quarenta anos e a fez participar de compromissos políticos, viagens e encontros públicos. Desse matrimônio nasceram duas filhas, Júlia Menor (19 a.C.), Agripina Maior (14 a.C.) e três filhos, Caio (20 a.C.), Lúcio (17 a.C.) e Agripa Póstumo (12 a.C.). Os meninos foram adotados por Augusto em distintos momentos: os dois primeiros em 17 a.C. e o terceiro em 4 d.C., o que demonstra seu desejo em garantir a sucessão no ciclo da *gens Iulia* (SIRAGO, 1979, p. 12).

É considerável que o nascimento e adoção de Caio e Lúcio indicava uma estabilidade promissora para a continuidade dinástica do governo de Augusto, pois eram dois netos de sangue do *Princeps* e, ao serem adotados, integravam a *gens Iulia* como seus filhos (RAWSON, 1997, p. 212).<sup>72</sup> Desta maneira, até o momento, parecia que não havia mais chances para mobilizações de Lívía em relação à sucessão entre seus filhos e, também, dentro da *gens Claudia*. Em 12 a.C., quando Agripa morreu de uma doença repentina (DION CÁSSIO, *História Romana*, LIV. 31, 2), Júlia viu-se viúva pela segunda vez e perdeu todos os privilégios da vida pública. Para recuperá-los concordou com um novo casamento organizado por seu pai. Tibério, filho mais velho de Lívía, foi o escolhido. Foi obrigado a se separar de Vispasina e casar-se com Júlia (SIRAGO, 1979, p. 11).

*Iuliam primum Marcello Octaviae sororis suae filio tantum quod pueritiam egresso, deinde, ut is obiit, M. Agrippae nuptum dedit exorata sorore, ut sibi genero cederet; nam tunc Agrippa alteram Marcellarum habebat et ex ea liberos. Hoc quoque defuncto, multis ac diu, etiam ex equestri ordine, circumspectis condicionibus, Tiberium priuignum suum elegit coegitque praegnantem uxorem et ex qua iam pater erat dimittere.* (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, I, 63.1.2)

---

<sup>72</sup> Suetônio (*Vida de Augusto*) nos informa que Augusto tratava os dois meninos como seus próprios filhos e deu-lhes o seu nome (*Gaium et Lucium adoptauit domi per assem et libram emptos a patre Agrippa*, SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, I. 64.1.4 – 5).

Ele deu Júlia em casamento primeiro a Marcelo, filho de sua irmã Otávia e então, após sua morte, a Marcus Agripa, persuadindo sua irmã a entregar seu genro a ele; pois naquela época Agripa era casado com uma das Marcelas e tinha filhos com ela. Quando também faleceu Agripa, Augusto, depois de longamente considerar várias alianças, inclusive na ordem equestre, finalmente escolheu seu enteado Tibério, obrigando-o a se divorciar de sua esposa, que estava grávida e de quem ele já era pai.

A essa altura, os filhos de Lívía já estavam com idade avançada e haviam crescido dentro da *domus* de Augusto. Como o próprio texto da *Consolatória a Lívía* nos indica, eram fiéis ao *Princeps* e indispensáveis a ele, especialmente como homens de armas (*Consolatória a Lívía*, v. 13; v. 15; vv. 99 – 100; vv. 265 – 280; vv. 291 – 298; vv. 383 - 392). Druso se casou com Antônia Menor (filha de Otávia e Marco Antônio), em 16 a.C.: um casal muito unido (*par bene compositum*, v. 301), do qual nasceria Germânico Júlio César (15 a.C. – 19 d.C.), pai de Calígula, Cláudia Lívía Júlia (13 a.C. – 31 d.C.) e Tibério Cláudio César Augusto Germânico (10 a.C. – 54 d.C.), futuro imperador. Sendo assim, os filhos de Lívía agora estavam ligados à *gens Iulia* pelos casamentos que efetivaram. Tibério relutou em casar-se com Júlia, mesmo tendo prevalecido a vontade de Augusto e de Lívía. O casal teve uma criança que logo faleceu e, de acordo com Suetônio (*Vida de Tibério*), o filho mais velho de Lívía incomodado com toda situação, decidiu, em 6 a.C., se exilar em Rodas, onde viveu de forma reclusa.

*Tot prosperis confluentibus integra aetate ac ualitudine statuit repente secedere seque e médio quam longissime amouere;[...] Tunc autem honorum satietatem ac requiem laborum praetendens commeatum petit; neque aut matri suppliciter precanti aut uitriceo deseri se etiam in senatu conquerenti ueniam dedit. Quin et pertinacius retinentibus, cibo per quadriduum abstinuit. Facta tandem abeundi potestate, relictis Romae uxore et filio confestim Ostiam descendit, ne uerbo quidem cuiquam prosequentium reddito paucosque admodum in digressu exosculatus.* (SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, III, 10).

Na maré do sucesso, embora no auge da vida e da saúde, ele repentinamente decidiu se retirar o máximo possível da vida pública; talvez de desgosto pela esposa, a quem ele não ousou acusar nem repudiar, embora não pudesse mais suportá-la [...]. Na época, ele pediu licença com base no cansaço do cargo e no desejo de descansar; ele não cedeu às súplicas urgentes de sua mãe ou à reclamação que seu padrasto fez abertamente no senado de que ele estava partindo. Pelo contrário, quando eles fizeram esforços para detê-lo, se recusou a comer por quatro dias. Tendo finalmente recebido permissão para partir, ele deixou a esposa e o filho em Roma e desceu apressadamente para Ostia, sem dizer uma única palavra para quem se despedia dele, e beijando apenas alguns poucos quando partiu.

Com a morte de Druso, em 9 a.C. e a saída de Tibério, a *gens Claudia* parecia estar enfraquecida em relação à questão sucessorial, já que, dividida pela metade, diminuiu as chances de Lívia em conseguir a sucessão para um de seus filhos. Restava para Augusto apenas Caio, Lúcio e as possíveis movimentações a se realizar com Júlia. Contudo, a filha do *Princeps* foi exilada em 2 a.C., acusada de costumes indignos por cometer adultério com um de seus amantes, Semprônio Graco (SIRAGO, 1979, p. 11). Nesse caso, por se tratar de uma infidelidade com um dos membros da *domus Caesarum*, o feito é considerado também uma traição política (AZEVEDO, 2014, p. 54). Tácito (*Anais*, I, 53) nos informa a respeito do acontecimento:

*Fuerat in matrimonio Tiberii florentibus Gaius et Lucius Caesaribus spreueratque ut inparem; nec alia tam intima Tiberio causa cur Rhodum abscederet. [...] Par causa saeuitiae in Sempronium Gracchum, qui, familia nobili, sollers ingenio et praue facundus, eandem Iuliam in matrimonio Marci Agrippae temerauerat. Nec is libidini finis: traditam Tiberio peruicax adulter contumacia et odiis in maritum accendebat.* (TÁCITO, *Anais*, I, 53)

Casada com Tibério enquanto Caio e Lúcio César ainda estavam no apogeu, ela o desprezou com inferioridade. Esta, na realidade, foi a razão de seu exílio em Rodes. [...] Um motivo semelhante ditou o tratamento bárbaro de Semprônio Graco, um homem de nascimento nobre, sagacidade astuta e eloquência pervertida; que seduziu a mesma Júlia enquanto ela ainda era esposa de Marcos Agripa. Tampouco foi esse o fim da intriga: pois, quando ela foi transferida para Tibério, seu perseverante comportamento adúltero transformou-a em uma febre de desafio e ódio em relação ao marido.

A lei romana atribuía ao marido a decisão quanto ao adultério da esposa e, em caso de sua ausência, era responsabilidade do pai da mulher o que deveria ser estabelecido como punição aos envolvidos. Augusto, como pai de Júlia e na ausência de Tibério, classificou toda trama como adultério – ou uma soma de adultérios – e decidiu exilar a filha na ilha de Pandataria. Privou-a do acesso aos bens e qualquer comunicação exterior. A pedido de Escribônia, permitiu que apenas a mãe pudesse acompanhar a filha até a ilha (SIRAGO, 1979, p. 14).

*Aliquanto autem patientius mortem quam dedecora suorum tulit. Nam C. Lucique casu non adeo fractus, de filia absens ac libello per quaestorem recitato notum senatui fecit abstinuitque congressu hominum diu prae pudore, etiam de necanda deliberauit. Certe cum sub idem tempus una ex consociis liberta Phoebe suspendio uitam finisset, maluisse se ait Phoebes patrem fuisse. Relegatae usum uini omnemque delictiorem cultum ademit neque adiri a quoquam libero seruoque nisi se consulto permisit, [...] Post quinquennium demum ex insula in continentem lenioribusque paulo condicionibus transtulit eam. Nam ut omnino reuocaret, exorari nullo modo potuit, deprecanti saepe p.*

*R. et pertinacius instanti tales filias talesque coniuges pro contione inprecatus.*  
(SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, I.65)

Ele suportou a morte de seus parentes com muito mais resignação do que sua má conduta. Pois ele não ficou muito abalado com o destino de Caio e Lúcio, mas informou ao senado da decadência de sua filha por uma carta lida em sua ausência por um questor, e, com muita vergonha, não encontrou ninguém por um longo tempo, e até pensou de colocá-la à morte. Em todo caso, quando uma de suas confidentes, uma liberta chamada Phoebe, se enforcou mais ou menos na mesma época, ele disse: "Eu preferia ter sido o pai de Phoebe." Depois que Júlia foi banida, ele negou a ela o uso de vinho e todas as formas de luxo, e não permitiu que nenhum homem, servo ou livre, se aproximasse dela sem sua permissão [...]. Só cinco anos depois ele a transferiu da ilha e a tratou com um pouco menos de rigor. Mas ele não poderia de forma alguma ser convencido a chamá-la de volta por completo, e quando o povo romano várias vezes intercedeu por ela e o pressionou com urgência, ele, em assembleia pública, convocou os deuses para amaldiçoá-los juntamente com suas filhas e esposas.

Augusto foi inflexível e em seu testamento expulsou sua filha da *gens Iulia*, proibindo-a de ser enterrada em seu Mausoléu (*Iulias filiam neptemque, si quid iis accidisset, vetuit sepulcro suo inferri*. SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, I.101.3.9). Júlia não sobreviveu por muito tempo depois da morte do pai e, também no ano 14 d.C., faleceu devido aos maus-tratos sofridos no exílio por ordens do próprio Tibério. Esse último conseguiu o título de sucessor de Augusto e tinha seus motivos para eliminar qualquer rival possível ao seu posto.

Augusto adotou Tibério em 4 d.C., aos quarenta anos, quando Lúcio e Caio, seus netos, morreram em 2 d.C. e em 4 d.C., respectivamente. Recebe, portanto, o nome de Tibério Cláudio Nero César. A morte dos dois netos impossibilitou que a sucessão ocorresse dentro da linhagem sanguínea direta de Augusto e do círculo vivo de parentes do *Princeps* (SALLER, 1997, p. 86). A respeito dessas últimas movimentações, Tácito acredita que as mortes de Agripa, Caio e Lúcio tiveram participação de Lívia. Considerando que “[...] as mulheres imperiais do período Júlio-Claudiano foram, em sua maioria, caracterizadas por Tácito como transgressivas e violadoras dos seus papéis na sociedade” (BÉLO, FUNARI, 2017, p. 80).<sup>73</sup>

*Ut Agrippa uita concessit, Lucium Caesarem euntem ad Hispaniensem exercitum,  
Gaium remeantem Armeniae et. uulnere inualidum mors fato Liuias dolus*

---

<sup>73</sup> De acordo com a leitura de Milnor (2009, p. 286), Tácito, ao considerar a questão sucessorial, incluiu a atuação das mulheres, sua longevidade em relação aos homens, suas influências e conhecimentos adquiridos a partir das conexões que realizavam. Todos os elementos, aqui mencionados, teriam fortalecido as ações das mulheres nos assuntos vinculados ao poder (MILNOR, 2009, p. 286).

*abstulit, Drusoque pridem exstincto, Nero solus e priuignis erat, illuc cuncta uergere: filius, collega imperii, consors propera uel nouercae tribuniciae potestatis adsumitur omnisque per exercitus ostentatur, non obscuris, ut antea, matris artibus, sed palam hortatu. Nam senem Augustum deuinxerat adeo, uti nepotem unicum, Agrippam Postumum, in insulam Planasiam proiecerit, rudem sane bonarum artium et robore corporis stolide ferocem, nullius tamen flagitii conpertum. At hercule Germanicum, Druso ortum, octo apud Rhenum legionibus inposuit adscirique per adoptionem a Tiberio iussit, quamquam esset in domo Tiberii filius iuuenis, sed quo pluribus munimentis insisteret. Bellum ea tempestate nullum nisi aduersus Germanos supererat, [...]* (TÁCITO, *Anais*, I, 3)

Quando Agripa morreu, o destino prematuro ou a traição de sua madrasta Lívia, isolou Lúcio e Caio César. Lúcio ia para os exércitos da Espanha e Caio - ferido e doente - em seu retorno da Armênia. Druso estava morto há muito tempo, e, dos enteados, Nero sobreviveu. Nele, tudo estava centrado. Adotado como filho, associou-o ao Império e como consorte do poder tribunício, foi apresentado aos exércitos, não como antes, pela diplomacia secreta de sua mãe, mas abertamente por solicitações dela. Com tanta firmeza ela agia sobre Augusto que, já idoso, o fez banir para a ilha de Planásia seu único neto remanescente, Agripa Póstumo, que, embora inocente, mas sem virtudes e confiante em sua bruta força, fora condenado por nenhum escândalo. No entanto, curiosamente, ele colocou o filho de Druso, Germânico, à frente de oito legiões no Reno, e ordenou que Tibério o adotasse: era uma garantia a mais, embora Tibério já tivesse um filho adulto sob seu teto. Na época não havia guerra nenhuma, exceto uma campanha notável contra os germânicos [...].

Tibério, que já era pai de um filho adulto, tornou-se membro da família de Augusto e se pertencia à *gens Claudia* por nascimento, era integrante agora da *gens Iulia* por adoção. Na ocasião, transfere toda a sua autoridade – *patria potestas* – para as mãos de Augusto (RAWSON, 1987, p. 16). A condição estabelecida era que o mesmo adotasse Germânico, filho de Druso, no mesmo ano (SEAGER, 2005, p. 33). Nesse sentido, a adoção de Tibério exemplifica que o *pater familia* detinha plenos poderes sobre a propriedade da família e poderia adotar um indivíduo independente de sua idade. Atesta, portanto, que estaria sujeito aos amplos poderes financeiros, religiosos, disciplinares e políticos na condição de descendente até o dia de sua morte (RAWSON, 1987, p. 17).

*Caio et Lucio [...] defunctis adoptatur ab Augusto simul cum fratre eorum M. Agrippa, coactus prius ipse Germanicum fratris sui filium adoptare. Nec quicquam postea pro patre familias egit aut ius, quod amiserat, ex ulla parte retinuit. [...] Nihil ex eo tempore praetermissum est ad maiestatem eius augendam ac multo magis, postquam Agrippa abdicato atque seposito certum erat, uni spem successionis incumbere.* (SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, II.15.2)

Quando Caio e Lúcio morreram [...] ele [Tibério] foi adotado por Augusto junto com seu agora irmão Marcos Agripa, sendo obrigado a adotar seu sobrinho Germânico. Daquele momento em diante, ele deixou de atuar como chefe de família, ou de reter qualquer privilégio particular [...] A partir dessa época, não deixou de fazer nada que pudesse aumentar seu prestígio, especialmente depois do repúdio e banimento de Agripa, ficou claro que a esperança da sucessão estava apenas nele. (Grifo nosso)

Suetônio ainda nos informa que, embora Augusto desaprovasse a austeridade de Tibério, Lívia persuadiu o esposo a adotar seu filho. Em outro momento, Suetônio relata que Augusto escolheu seu enteado como herdeiro com a finalidade de impulsionar sua própria imagem, pois a relevância de Augusto aumentaria quando ele fosse comparado ao severo Tibério (PRYZWANSKY, 2008, p. 79). A respeito de Tibério, Suetônio comenta que:

*Ne illud quidem ignoro aliquos tradidisse, Augustum palam nec dissimulanter morum eius diritatem adeo improbasse, ut nonnumquam remissiores hilarioresque sermones superueniente eo abrumperet; sed expugnatum precibus uxoris adoptionem non abnuisse, uel etiam ambitione tractum, ut tali successore desiderabilior ipse quandoque fieret. Adduci tamen nequeo quin existimem, circumspectissimum et prudentissimum principem in tanto praesertim negotio nihil temere fecisse; sed uitiis Tiberi uirtutibusque perpensis potiores duxisse uirtutes, praesertim cum et rei p. causa adoptare (SUETÔNIO, Vida de Tibério, II.21.5).*

Também estou ciente de que alguns escreveram que Augusto desaprovava abertamente seus modos austeros que às vezes interrompia suas conversas leves e agradáveis quando Tibério aparecia; mas que, vencido pelas súplicas de sua esposa, ele não rejeitou sua adoção, ou talvez até mesmo foi levado por considerações egoístas, que com tal sucessor ele mesmo poderia um dia ser mais lamentado. Mas, afinal, não posso ser levado a acreditar que um imperador da maior prudência e previdência agiu sem consideração, em especial em um assunto tão importante. É minha opinião que depois de pesar as faltas e os méritos de Tibério, ele decidiu que este último preponderava, especialmente porque jurou perante o povo que estava adotando Tibério por bem.

Em 14 d.C., Tibério recebe poderes que se igualam aos do *Princeps* garantindo a sucessão. Dessa forma, Augusto, cada vez mais idoso, deposita na figura de Tibério, fruto de Lívia e representante da *gens Claudia*, a responsabilidade da continuidade dinástica. Portanto, a adoção do filho de Lívia estabelece uma nova fonte de prestígio materno vinculado aos plenos poderes dinásticos. Esse feito se apresenta como um mecanismo mais eficaz em garantir a continuidade do nome das duas *gentes*, das heranças e das respectivas memórias (CROOK, 1967, p. 111). Considerável é que, com a morte de Augusto, o *Princeps* consagra os poderes

efetivos – político, financeiro e religioso – de Lívía. A última frase de Augusto, segundo informa Suetônio, é dirigida à sua esposa:

*repente in oculis Liuiæ et in hac uoce defecit: “Liuiæ, nostri coniugii memor uiue, ac uale!” sortitus exitum facilem et qualem semper optauerat.* (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 99.1.9)

repentinamente ele faleceu enquanto beijava Lívía, proferindo estas últimas palavras: “Viva atenta ao nosso casamento, Lívía, adeus!”, assim abençoado com uma morte fácil e como ele sempre desejou.

De acordo com Suetônio (*Vida de Augusto*, 99), no momento de sua morte, Augusto estava consciente e no comando de todo o processo. Foi capaz, inclusive, de se preocupar com sua aparência e proferir suas últimas palavras à Lívía. O *Princeps* demonstrou educação, lucidez e morre beijando Lívía, como se ela pegasse os seus últimos suspiros. Veremos no capítulo 3 de nossa Dissertação que os últimos movimentos de Augusto em vida se caracterizam por uma ‘boa morte’. Morrer de forma pacífica, indolor, ao lado dos seus familiares, amigos, clientes, escravizados e de sua esposa Lívía era o ideal (NOY, 2011, p. 18; HOPE, 2009, p. 55). Nos revela que o cenário físico da morte foi importante, tanto para a maneira como os mortos eram lembrados e celebrados, quanto para as ações posteriores dos enlutados, pois indicaria a possibilidade mais favorável às realizações dos devidos rituais fúnebres (NOY, 2011, p. 1).

Segundo nossas hipóteses, se a morte de Druso colocou Lívía no cenário público em 9 a.C., a morte de Augusto, em 14 d.C., institucionalizou sua posição, pois em seu testamento Augusto adotou Lívía formalmente, conferindo-lhe também o seu nome. Portanto, ela será chamada de *Julia Augusta*, ou simplesmente *Augusta*. O *Princeps* também transferiu a ela a *auctoritas* da família *Iulia* (SIRAGO, 1979, p. 18). Em seu testamento transmite sua imensa herança a Tibério, herdeiro direto, mas atribui um terço dos seus bens para sua esposa; esses eram adicionados a sua vasta fortuna, bem como uma grande quantidade de escravos e libertos (DION CÁSSIO, *História Romana*, LVI, 32; TÁCITO, *Anais*, 1.8). Na cerimônia de apoteose de Augusto, que seria consagrado à divindade, ela se tornou a primeira sacerdotisa do seu culto (DION CÁSSIO, *História Romana*, LVI, 42,4; 46, 1). Ela não se movia mais pela cidade como uma matrona particular, mas sim como uma vestal que realizava ações em benefício de Roma. Lívía deveria expressar gratidão à sua memória permanecendo em luto por ele durante quinze dias consecutivos durante os ritos fúnebres (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 42).

Molly Pryzwansky (2008, p. 32) nos informa que as mulheres da família imperial foram incorporadas ao culto imperial e muitas receberam honras divinas após a morte. Lúvia, por exemplo, atuava como sacerdotisa do culto de Augusto, foi reverenciada no Oriente e assimilada com outras deusas. Em 42 d.C., durante o Principado de seu neto Cláudio, foi divinizada e assume, a partir de então, um papel duplo: dirigente do culto do *Divus Augustus* e como uma própria divindade. Lúvia é, dessa forma, reconhecida como guardiã do culto da *Res Publica* e digna de homenagem a si mesma.

O fato de que algumas mulheres faziam parte do culto imperial nas províncias [...] mostra que os membros da família imperial foram figuras visíveis e importantes. O culto imperial corroborou para estabilizar o Império: estabeleceu a autoridade romana em lugares distantes da capital e fez o imperador e sua família, como parte do tecido local. [...] Assim, as mulheres imperiais foram comemoradas, acima de tudo, em seus papéis que desempenharam na construção e manutenção das dinastias. (PRYZWANSKY, 2008, p. 34 – 35).

A partir da contextualização apresentada e tendo em consideração o texto da *Consolatória a Lúvia*, objetivamos destacar como o autor da consolatória escolhe o tema da morte para desenvolver sobre a finitude humana em diálogo com os aspectos públicos e políticos. Como vimos, de acordo com Suetônio e Tácito, Tibério só consegue tornar-se sucessor de Augusto por intervenção de Lúvia. Além disso, procuramos destacar qual o papel social, político e religioso de Lúvia no contexto da morte do filho em um momento em que Augusto forjava um novo modelo de instituição familiar. Portanto, o texto que consola Lúvia oferece vantagens em elogiar a mãe enlutada e, ao mesmo tempo, enfatiza o seu esforço e atuação para que consiga se assegurar como importante peça nos mais altos ciclos de poder.

Ao consolar Lúvia, o autor anônimo manuseia também os elementos que envolvem o poder político e as relações com a instituição familiar. Lúvia recebe destaque a partir do seu posicionamento público-político, visto que é responsável pela mesma os cuidados com o cortejo do filho e a questão sucessorial, uma vez que deve promover o nome de Tibério como sucessor de Augusto. Como esposa de Augusto, tinha uma personalidade mais pública do que privada e seus atos eram encarados como um *exemplum* para a comunidade cívica (D'AMBRA, 2015, p. 415). O último verso do texto consolatório confirma nossa hipótese da exibição pública desses membros, pois finaliza precisamente com a palavra *domus* (*Lúvia, funestam dedecet esse domum*, v. 474). Apresenta, portanto, o caráter central da consolação: que Lúvia se recomponha

e se oriente a partir das imagens de boa mulher, esposa e mãe ligadas ao âmbito familiar e à continuidade dinástica.

Com base nesse episódio, Lívia consegue um duplo papel público: ela atua no cortejo fúnebre do filho que passa pelas ruas da cidade (*funera ducuntur Romana per oppida Drusi*, v. 173), ao mesmo tempo em que promovia o acesso à sucessão de Augusto para seu filho após a morte prematura dos outros possíveis indicados: Marcelo, Caio e Lúcio (JENKINS, 2009, p. 5). Ao considerar que em Roma, à época de Augusto, os valores coletivos foram expostos e fortalecidos a partir do movimento da aristocracia, veremos que o cortejo de Druso pode ser interpretado como um artifício que estabelece a comunicação aristocrática e proporciona o diálogo com o *populus Romanus* (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4). Sendo assim, a execução dos rituais mortuários aciona discursos escritos e imagéticos como portadores de mensagens por meio da comoção pública pela morte de Druso. Torna-se recurso para “[...] compor, propagar e sustentar a aura de potência, mérito e, logo, *fides* política do *Princeps*” (MARTINS, 2011, p. 14), bem como da sua família. Portanto, o funeral de Druso torna-se um divisor de águas na percepção pública dos objetivos dinásticos de Augusto e, também, da atuação de Lívia ao lado do *Princeps*.

### **2.3 – Entre o sagrado e o político: as práticas funerárias e a elaboração de memórias.**

Antes de estudar efetivamente o cortejo fúnebre de Druso a partir da narrativa da *Consolatória à Lívia*, consideramos apropriado nos ocupar de algumas considerações a respeito das práticas funerárias na sociedade romana imperial. A morte faz parte da vida e essa condição redefine o cotidiano dos indivíduos. Como as pessoas lidaram com a fragilidade da vida e sua própria condição de finitude, quais foram as atitudes esperadas ou recomendadas mediante à morte e como essas atitudes impactaram sociedades distintas fazem parte do repertório de inquietações, projeções e preocupações práticas a respeito da temática. Não podemos fugir da morte e essa condição faz com que o sujeito principal desse contexto específico e delicado, o morto, seja transformado em *persona social*. Dessa forma, como a morte ocorreu, como o seu cadáver seria eliminado, tratado, comemorado ou lembrado, constituem fatores sociais passíveis de análises e investigações (HOPE, 2007, p. 4).

A configuração de um saneamento precário, o constante fluxo de doenças epidêmicas, a fome, desnutrição e a guerra estão entre os principais fatores que fazem com que as taxas de mortalidade em Roma e em seu Império fossem altas (BODEL, 2000, p. 129; PARKIN, 1992,

p. 93).<sup>74</sup> Desde o seu nascimento, as chances de um indivíduo sobreviver até a idade adulta eram baixas e a própria expectativa de vida média da população como um todo estava em torno de 25 a 30 anos (HARLOW; LAURENCE, 2002; SCHEID, 2001; BODEL, 2000; SALLER, 1994). Para bebês e crianças, o risco de morte era particularmente mais acentuado, uma vez que muitos não teriam sobrevivido ao parto, e era comum que os pais vissem seus filhos morrerem antes deles (SHAW, 2001, p. 96 – 99; GARNSEY, 1991, p. 56 – 58). Na outra extremidade se encontrava a morte na velhice. Estima-se que, em raras ocasiões, as pessoas viviam regularmente até os sessenta, setenta anos (HOPE, 2007, p. 14). Segundo Tim G. Parkin em seu livro *Old Age in the Roman World* (2003, p. 25), definir ou estabelecer um limite numérico para a velhice romana era algo problemático, pois existiam variáveis específicas que influenciavam na duração da vida. Por isso, o uso de termos como *senex* (homem idoso) era frequentemente utilizados de forma subjetiva.

Na execução das práticas funerárias, a memória do morto e de sua família poderia ser exibida no preparo de seu corpo, na oração fúnebre ou no epitáfio, no cheiro do fogo da pira funerária ou nas flores comemorativas. Os movimentos, sons, cheiros, cores e a interação institucionalizada desses processos traduziam experiências sensoriais no espaço em que os rituais fúnebres eram realizados (HOPE, 2003, p. 118; FAVRO & JOHANSON, 2010, p. 16). Nesse sentido, o estudo dos costumes e práticas que cercam a morte nos ajudam a compreender melhor a sociedade romana. No entanto, para reconstruir os eventos em torno da morte e dos sepultamentos, como a preparação do corpo e a execução do funeral, é necessário o manuseio de uma espécie de ‘quadro de retalhos’ de diferentes tipos de fontes – fragmentárias, incompletas e parciais – que representam diferentes épocas e lugares. Esse é um dos fatores que impede a produção ou identificação de descrições definitivas.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> Indicamos aqui o artigo de John Bodel, *Dealing with the dead. Undertakers, executioners and potter's fields in ancient Rome* (2000), que se preocupa em traçar um panorama sobre o enterramento das camadas mais pobres em Roma, bem como realiza uma análise dos comportamentos praticados pelos profissionais responsáveis pela realização dos funerais e execuções públicas. No início de seu trabalho questiona quantas pessoas morreram em Roma a cada ano e, considerando a falta de disposição formal para o sepultamento, quantas dependiam dos serviços do Estado. “Se adotarmos uma estimativa conservadora da população urbana no tempo de Augusto temos, aproximadamente, 70 mil pessoas [...] e se considerarmos uma taxa de mortalidade anual que se compara com outras populações urbanas europeias pré-industriais, temos aproximadamente 40 a cada mil pessoas [...]. Em tempos de epidemias [...] os números teriam aumentado dramaticamente” (BODEL, 2000, p. 128 e 129). Embora as simulações e os números apresentados possam sempre permanecer especulativos, alguns trabalhos apresentam modelos de tabelas de vida que podem auxiliar a recriar o impacto da morte na vida diária (HOPE, 2007; HARLOW, LAURENCE, 2002; SALLER, 1994).

<sup>75</sup> Considerando o contexto da sociedade romana Imperial, não projetamos uma investigação sobre o além-túmulo, mas sim como os romanos refletiam sobre a vida do falecido e de sua família, se relacionavam com as divindades e quais eram as condutas morais e emocionais esperadas ou condenadas no contexto fúnebre. É importante

Esse esforço parte da coleta de um conjunto de fragmentos que apresentam as atitudes intencionais dos vivos em relação aos mortos. Os documentos que narram as experiências das procissões fúnebres romanas, em alguns casos, apresentam considerável escassez de detalhes a respeito desses eventos. Assim, uma abordagem integrada desses vestígios, nos permite acessar detalhes dessa prática social (HOPE, 2007, p. 4). Apesar da natureza irregular das evidências dos costumes funerários, certos aspectos dos rituais podem ser estudados a partir da compilação de fontes que tem por objetivo principal identificar alguns elementos “romanos”: como o corpo foi preparado, eliminado, homenageado ou condenado ao apagamento. No entanto, não nos fornece um panorama completo ou universal dos rituais fúnebres praticados no Império Romano (HOPE, 2007, p. 85).

Uma vez que a escrita e a divulgação das narrativas que apresentam os rituais da morte e as práticas funerárias são representações literárias, compreendemos e sinalizamos que essas descrições muitas vezes poderiam distorcer as vivências dos rituais funerários e do luto (HOUGHTON, 2011, p. 61 e 62). Ao depararmos com o discurso poético da *Consolatória a Lúvia*, embora aparentemente tenha sido projetada para confortar os enlutados no contexto da morte de Druso, consideramos a escrita e divulgação do texto importante, pois a partir de sua narrativa podemos explorar temas políticos e sociais. Ao serem representados nas narrativas que indicam as práticas mortuárias, os rituais fúnebres poderiam ser adotados, adaptados, elaborados ou negados e serviam tanto para reintegrar os enlutados à sociedade como para separar os mortos do mundo dos vivos. Sua execução reunia diferentes membros de uma sociedade, ao mesmo tempo que alocava e, portanto, reforçava papéis sociais de acordo com *status*, riqueza, idade e gênero, crenças e valores comuns (HOPE, 2000, p. 107-108).

Na execução e interação dos rituais mortuários, os indivíduos utilizam símbolos para explicitar e reforçar sua estrutura social (LOWRIE, 2009, p. 20; MORRIS, 1992, p. 2). Uma vez que os rituais fazem parte de culturas distintas, ao serem praticados, integram o conjunto dos significados sociais e políticos em que os indivíduos estruturam e dão forma às suas

---

mencionar, mesmo que não seja o foco de nossa pesquisa, que existiam diferentes interpretações do ponto de vista filosóficos sobre como a morte deveria ser enfrentada e como a mortalidade influenciaria na vida prática dos cidadãos. A maioria dos filósofos – incluindo os epicuristas – acreditavam que a inevitabilidade da morte implicava na responsabilidade de viver com seriedade, sensatez e virtuosidade, já que a morte viria para todos. O tempo era infinito, ao passo que a vida humana não. Dessa forma, ao considerar o esquema geral e natural das coisas, não importava quanto tempo uma vida tinha, mas quais eram as atitudes realizadas em vida (HOPE, 2007, p. 54). A partir do fato biológico, a morte, os vivos devem se dispor no empreendimento da execução, reprodução, seleção e emulação de práticas sociais que evidenciam o caráter emocional, político e filosófico da finitude humana (HOPE, 2007, p. 54).

experiências no tempo (GEERTZ, 1989, p. 207). Se tomarmos como exemplo o contexto fúnebre, a execução dessas práticas apresentava atividades memoráveis para os vivos que participavam dos cortejos, uma vez que enfatizava a continuidade da família do passado para o presente e afirmava os direitos dos seus herdeiros e sucessores (HOPE, 2000, p. 109). As narrativas que foram desenvolvidas a respeito dos rituais e cortejos mortuários evidenciam as atitudes de cidadãos romanos na comunidade cívica e se transformavam em modelos sociais que ressignificavam os valores sociais e se convertiam em veículos de comunicação (JONG, 2017).

O cerimonial funerário, acompanhado por familiares, amigos, escravos, clientela, magistrados, atores, músicos, bem como pela presença da toga e do esquife que levava o falecido, precedidos pelos fascas, machados e outras insígnias, iniciava-se no *atrium* da casa do falecido, passava em procissão pelos principais pontos públicos da *urbs* (basílica, templos e fórum) e, em seguida, o corpo era cremado na pira funerária e seus restos mortais depositados no túmulo (OMENA; GOMES, 2014, p. 69).

Contudo, as generalizações devem ser evitadas: a narrativa que consola Lívia, composta por uma voz da aristocracia masculina, destina-se a apresentar as atitudes esperadas da aristocracia de Roma, por um grupo que vivia no seio do Império. No entanto, é uma oportunidade para compreendermos como a morte de Druso se converte em um evento que promove e destaca as relações de poder, pois enfatiza, na medida em que sua morte é pública, o pertencimento e a permanência de sua família no espaço político, bem como as disputas que se relacionam à questão sucessorial. Gilvan Ventura da Silva (2016), em *Ritos funerários e relações de sociabilidade em Antioquia: a propósito do Mosaico do Banquete de Mnemosyne*, realiza um estudo de caso na cidade de Antioquia, capital da província da Síria, que, na metade do século IV d.C., foi alvo de campanhas cristianizantes lideradas pelas autoridades eclesiásticas. Segundo o autor, ao considerar o Império Romano:

[...] entidade marcada por uma profunda diversidade étnica, religiosa e social, o cuidado devido aos mortos acompanhou amiúde as crenças e costumes locais. É bastante difícil elaborar uma síntese sobre as práticas e crenças funerárias dos antigos, a qual, ofertada como modelo interpretativo para a compreensão do *sentido da morte em Roma* [...] tenha condições de esgotar o assunto em poucas linhas (SILVA, 2016, p. 02).

Nesse sentido, por mais que o culto aos mortos e as práticas mortuárias fizessem parte dos procedimentos funerários obrigatórios, à época do Principado de Augusto, “[...] mediante a determinações gerais e vinculatórias [...], obrigatórias para as populações subestimadas à *lex*

*romana*” (SILVA, 2016, p. 02), é necessário considerar as particularidades regionais de cada *locus*. Segundo Erker (2011), as camadas mais baixas da sociedade romana não recebiam rituais fúnebres e os cadáveres dos respectivos grupos eram, muitas vezes, jogados em valas. Essa condição se diferenciava de um cidadão nascido livre, magistrado, ou um membro das aristocracias, pois seus corpos eram exibidos por algum tempo no *atrium* da casa e, dependendo da sua posição social, os enterros também eram garantidos no interior das muralhas da cidade (ERKER, 2011, p. 42).<sup>76</sup>

Um outro aspecto digno de relevância no contexto da morte pode ser caracterizado a partir da execução dos eventos sociais e religiosos que compunham o calendário religioso da Roma republicana e imperial (FAVRO, JOHANSON, 2010, p. 12). Embora a execução dos rituais fosse direcionada aos grupos aristocráticos minoritários, toda comunidade deveria interagir com os mortos em determinadas épocas do ano. Citemos, como exemplo, os *Parentalia*: festival realizado em honra aos mortos celebrado entre os dias 13 e 21 de fevereiro (SILVA, 2016, p. 3):

[...] muito embora as necrópoles fossem amiúde construídas no exterior do perímetro urbano, elas nem sempre eram lugares funestos, sombrios e lúgubres, uma vez que, em diversas ocasiões, como durante os *Parentalia*, festival em honra aos mortos celebrado entre os dias 13 e 21 de fevereiro, banquetes costumavam acontecer junto às tumbas, quando então vivos e mortos compartilhavam alimentos e bebidas.

Essa prática nos indica que os romanos não abandonavam seus entes queridos após a morte, mas reservavam essa época específica do ano para visitar as tumbas, arrumar o local e compartilhar um momento de refeição com os antepassados. Era uma oportunidade de realizar a manutenção da tumba e partilhar continuidade do nome de sua *gens* a partir das ofertas de “[...] oferendas em túmulos (*e.g.* coroa de rosas, cereais, grãos de sal, vinho e violetas); além de criarem a oportunidade de rememoração do nascimento e da morte do falecido” (OMENA, GOMES, 2017, p. 341). Magistrados romanos punham de lado as roupas oficiais que marcavam sua posição social e usavam roupas civis; os templos eram fechados e nenhum negócio público poderia ser realizado. Na ocasião, homens e mulheres comemoravam e levavam presentes para os túmulos dos seus antepassados: enquanto as mulheres realizavam sacrifícios apenas em seu

---

<sup>76</sup> John Bodel (2000) informa que para os moradores mais pobres de Roma o destino de seus restos mortais era uma preocupação legítima. Diferente dos aristocratas romanos, que eram tratados como *corpora*, ou seja, cadáveres destinados ao enterro, quando morriam, os corpos desses primeiros eram sujeitos ao abandono e jogados com frequência no rio Tibre ou em esgotos públicos (BODEL, 2000, p. 129).

próprio nome, os homens podiam representar toda a família ou a comunidade política (ERKER, 2011, p. 55 e 56).

Outro evento que se ligava ao contexto fúnebre e que compunha o calendário religioso de Roma eram as *Lemuria*. No calendário romano as cerimônias aconteciam entre os dias 9, 11 e 13 de maio, dias considerados como *dias nefasti* (BUSTAMANTE, 2014, p. 117). Os indivíduos que não possuíam parentes para executarem os rituais fúnebres apropriados, ou aqueles os quais o sepultamento era negligenciado se transformavam em *lemures* ou *larvae*, “[...] espectros errantes e malfazejos para os vivos. Os *lemures* eram os insepultos (*insepulti*) que não tiveram rituais fúnebres (*iura manium*) e os mortos prematuros (*immaturus finis*), crianças, mulheres grávidas e parturientes” (BUSTAMANTE, 2014, p. 114).<sup>77</sup> O objetivo da realização das *Lemuria* se consistia em:

esconjuram os malefícios dos espectros que erravam supostamente ao redor das casas. Com isso, restabelecia-se a harmonia entre os vivos e os mortos. Não havia um ritual comum a todos os cultos domésticos. Competia unicamente ao *Pontifex Maximus* assegurar a boa observância dos ritos familiares, a fim de que a tranquilidade pública não fosse tumultuada pelos *lemures* e *larvae* [...]. Durante sua celebração os templos eram fechados (OVÍDIO, *Fastos*, V,

---

<sup>77</sup> Regina Maria da Cunha Bustamante em seu artigo *Lemuria: Apaziguando os mortos malfazejos na Roma Antiga* (2014), apresenta a descrição do ritual: “O *pater familias* era o oficiante nas *Lemuria*. À meia-noite, levantava-se descalço (Ovídio. *Fastos* V, 433), ou seja, literalmente “sem elos”, uma prescrição frequente nos ritos religiosos ou mágicos. O oficiante fazia *fica* (*far la fica*) para espantar “uma sombra ligeira” (Ovídio. *Fastos* V, 433-434). Este gesto consiste em inserir o polegar entre o indicador e o médio da mão direita: a *mano fica* representava a vulva sendo penetrada pelo pênis. No contexto das *Lemurias*, adquiria o sentido apotropaico em relação aos *lemures*, pois visava esconjuram o mau. O início do ritual demandava a limpeza corporal através da lavagem das mãos com água da fonte (Ovídio. *Fastos* V, 435). Os sacrificantes e assistentes deviam se lavar ou banhar previamente. A piedade – entendida como um sentimento de obrigação/devoção/lealdade para com aqueles a quem o homem está ligado por natureza (pais, filhos, parentes) – implicava pureza, que era essencialmente um estado do corpo, e não tinha relação direta com a intenção e a moral. [...] A seguir, o *pater familias* realizava uma volta pela casa (OVÍDIO. *Fastos* V, 436) e oferecia aos *lemures* favas pretas (OVÍDIO. *Fastos* V, 436). As oferendas eram escolhidas (*probare*) em função: do sexo da divindade (machos para divindades masculinas e fêmeas para as femininas); do tipo de divindade (alto: cor branca; baixo ou da noite: cor escura; Vulcano e Robigo: cor vermelha) e do tipo de culto (público: animal adulto; expiação e funeral: porco; cavalo: *October equus*; cão: Robigo). Os *fruges* (frutos da terra, como as favas) eram uma oferenda habitual às forças ctônicas (OVÍDIO. *Fastos* II, 576) e aos espíritos que frequentam o umbral [...]. As favas pretas eram jogadas pelas costas (OVÍDIO. *Fastos* V, 437). Para as divindades ctônicas, as oferendas eram deixadas na terra ou queimadas, na superfície ou em fossas. [...] Concomitantemente à oferenda das favas, o *pater familias* dizia nove vezes sem se virar a fórmula: “Eu jogo estes feijões, com elas me salvo e os meus” (OVÍDIO. *Fastos* V, 437-439). A sombra então, que se encontrava nas costas sem que fosse vista (OVÍDIO. *Fastos* V, 439-440), as recolhia. [...] A proximidade com a sombra, mesmo sem vê-la, exigia que o oficiante tocasse a água (OVÍDIO. *Fastos* V, 441). [...] O *pater familias* fazia soar os bronzes temeseus (OVÍDIO. *Fastos* V, 441). [...] O bronze era um tipo de metal mais antigo que o ferro, sendo utilizado em certos ritos religiosos e mágicos, pois intervinha nos encantamentos (OVÍDIO. *Fastos* II, 577; MACRÓBIO. *Saturnálias*. 5, 19, 7s). Fazer barulho espantava os espíritos, ou seja, constituía outro recurso apotropaico. Tal gesto era seguido da solicitação, por nove vezes, para que a sombra saísse da casa: “Saíam, *Manes* de meus pais” (OVÍDIO. *Fastos* V, 443-444) [...] O oficiante se virava e era considerada concluída a cerimônia (OVÍDIO. *Fastos* V, 444-445). Ele poderia se virar, pois os rituais terminaram” (BUSTAMANTE, 2012, p. 120 – 122).

485 – 487). [...] Nesse período, os casamentos eram proibidos, fossem de donzelas ou viúvas (OVÍDIO, *Fastos*, V, 483 – 484). [...] o ambiente de ação das *Lemuria* era a casa. [...] As *Lemuria* inseriam-se no campo do culto aos antepassados. Com as *Lemuria* noturnas (OVÍDIO, *Fastos*, V, 421) realizavam-se oferendas aos *lêmures*, espíritos errantes dos mortos, procurando torná-los *Manes*, silenciosos (OVÍDIO, *Fastos*, V, 422). (BUSTAMANTE, 2014, p. 113 – 114, 117 –119).

Dessa forma, os eventos e festivais para os mortos tais como os *Parentalia* (em fevereiro) e as *Lemuria* (em maio), embora prestigiassem os ancestrais da família e fossem basicamente focados na domesticidade, se direcionavam mais ao presente do que o passado. À medida que trouxeram a comunidade doméstica para um espaço de convivência para comemorar os laços entre os vivos, também criaram laços de rememoração e ligação entre os vivos e os mortos (BUSTAMANTE, 2012, p. 113; HOPE, 2003, p. 117). Ainda de acordo com Omena e Gomes (2017), rituais fúnebres como os *Parentalia* e as *Lemuria* serviam como um meio para memorar de forma sagrada os mortos:

É por meio dos ritos e cultos públicos e familiares que os indivíduos da sociedade romana construíam e transmitiam representações sobre suas divindades, seus mortos e ancestrais, enfim, sobre a ordem das coisas. Nesse sentido, inferimos que os cultos domésticos tinham na *pietas* um de seus pilares, isto é, pelo sentimento de devoção/obrigação/lealdade o homem ligava-se aos membros da comunidade familiar e unidos sob a égide do *patria potestas* eram projetados no passado pela manutenção dos cultos aos ancestrais (BUSTAMANTE, 2011; BEARD; NORTH e PRICE, 1998). [...] a integridade e manutenção da *religio romana* estava contida em cada *domus*, denotando a relação com as divindades e com os antepassados, pois que a *domus* tornava-se, diante da realização do culto doméstico, um santuário presidido pela autoridade do *pater familias*. (OMENA; GOMES, 2017, p. 350).<sup>78</sup>

A partir da realização dessas atitudes perante a morte, o espaço funerário, ao mesmo tempo em que promovia a sociabilização da família, apresentava as ambições e as competições entre os grupos aristocráticos (OMENA; GOMES, 2017, p. 346). Uma vez que essas relações eram negociadas a partir dos símbolos fúnebres apresentados e representados nos cortejos, esses últimos poderiam atender às necessidades individuais e promover a ostentação e ressignificação dos indivíduos e dos seus respectivos grupos. Nos indica um ambiente favorável à construção

---

<sup>78</sup> “O culto romano aos que partiram, seja público ou privado, tinha um propósito duplo: providenciar que os mortos sobrevivessem na memória de seus parentes, descendentes e amigos; e também procurar assegurar, através do meio da atenção devota às suas relíquias mortais nas tumbas, conforto, alimentação e renovação perene para a vida de seus espíritos imortais” (BUSTAMANTE, 2014, p. 113 e 114).

e reprodução de identidades e memórias no espaço social e político (CARROLL, 2006; HOPE, 2000, p. 110; RAWSON, 1999, p. 211). Uma vez que a sua execução produzia e atribuía significados sociais (TUAN, 1983, p. 6 – 7), os rituais fúnebres constituíam também o momento de remoção do falecido do mundo dos vivos e, ao mesmo tempo, conduzia o comportamento dos enlutados (HOPE, 2007, p. 93).

Segundo Hope (2003, p. 116), o termo lembrança ritual pode ser utilizado para apresentar os atos repetidos e religiosos que promovem a memória de um indivíduo e de seu grupo a partir dos funerais executados pela sua família. Ainda de acordo com Rosa (2011) os rituais podem ser compreendidos como “[...] complexos sistemas cognitivos que apresentavam a ordem romana aos olhos de todos” (ROSA, 2011, p. 150).

[...] Rituais reforçam os laços entre indivíduo e comunidade, legitimando o grupo e a autoridade, envolvendo o potencial mimético das *performances* – o *drama*, os atores, os espectadores, os gestos, os sons, as palavras, os objetos – comunicando, reforçando e consolidando laços sociais, hierarquias políticas, ideias, ideais, aspirações e valores compartilhados, assim como instituindo e legitimando mudanças e inovações (ROSA, 2015, p. 195).

Em Roma, assim como em outros lugares, o ideal era que os mortos fossem tratados com respeito, devidamente eliminados e separados dos vivos por uma série de rituais que dialogavam com as questões emocionais, espirituais e práticas. Como por exemplo, remover uma fonte potencial de infecção e reintegrar os enlutados pelo morto ao mundo dos vivos (HOPE, 2000, p. 105). A partir da execução dos rituais mortuários, que se inserem em contextos culturais específicos, como o tratamento do corpo – limpar e vestir – e a interação dos indivíduos com o cadáver, formulavam-se memórias que se vinculavam aos impactos sensoriais. Em nosso entender, o corpo inanimado se torna um objeto simbólico e poderoso, uma vez que pode ser honrado, valorizado ou desprezado e cumpre um papel ativo nas práticas funerárias e na formulação de suas identidades (GRAHAM, 2011, p. 23). Para esse processo o cadáver era vestido, provavelmente, com suas melhores roupas, e colocado no *atrium* da casa da família, junto com imagens dos ancestrais que simbolicamente estavam envolvidos no luto (HOPE, 2007, p. 90).

A família poderia assumir a responsabilidade por muitas partes dos rituais fúnebres, mas contavam também com agentes funerários profissionais disponíveis para ajudar, caso os enlutados pudessem pagar por seus serviços. Entre esses especialistas estavam os *polinctores*, encarregados de colocar pó no rosto do falecido para esconder a descoloração da morte;

*uespillones* que carregavam os esquifes com os cadáveres; *fossores* que atuavam como coveiros; e *ustores* que participavam da queima dos cadáveres. O responsável pela organização do cortejo fúnebre era nomeado como *dissignador* (HOPE, 2007, p. 90). No momento da procissão funeral atores seguiam com máscaras de cera dos ancestrais dos pais, das mães e esposas ou maridos de parentes masculinos que haviam exercidos ofícios públicos e receberam publicamente as honras da família. As mulheres contratadas para chorar e os músicos, seguiam as máscaras dos antepassados na procissão em frente aos esquifes com o morto (ERKER, 2011, p. 49).

A maneira a qual o corpo do morto foi tratado, celebrado e lamentado constituem-se por práticas funerárias que são interpretadas como um *mecanismo de reprodução social* (OMENA; GOMES, 2014, p. 67).

Em razão disso, as procissões fúnebres, mesmo em nome dos mortos, transformavam-se em veículos de comunicação, bem como em instrumentos de poder, pois, assim como compreendemos, as obrigações sociais do luto – lamentação, canto e dor (OMENA; CARVALHO, 2014; Apuleio, *Metamorphoseon*, VIII, 7; Ovídio, *Tristium*; Sêneca, *Epistulae Morales*; Suetônio, *Nero*), o cuidado com o corpo, a procissão de máscaras da família, o lamento feminino, o cumprimento dos pedidos finais (*mandata*), a realização de banquetes e combates gladiatoriais transformavam-se em práticas discursivas” (OMENA; GOMES, 2014, p. 67).

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que a morte romana não era monopolizada pelos médicos: era visível, falada e idealizada de maneiras que às vezes podem parecer estranhas à contemporaneidade (HOPE, 2007, p. 8). Em seu artigo *Gender and Roman Funeral Ritual*, Darja Sterbenc Erker (2011) examina as práticas funerárias e seus significados simbólicos a partir dos textos literários. Segundo seus argumentos, as representações poéticas dos funerais alteravam, por vezes, os valores sociais e culturais romanos e não forneciam uma descrição completa ou fiel dos rituais (ERKER, 2011, p. 41). Nesse sentido, acreditamos que uma das principais motivações dos autores antigos que se debruçaram em relatar os contextos funerários e seus rituais era a de relatar as experiências dos públicos nos funerais para que o esquecimento fosse evitado e a memória social fosse reproduzida. Logo, as memórias poderiam ser moldadas, transmitidas e os comportamentos adequados instruídos (ERKER, 2011, p. 41; SCHULTZE, 2011, p. 78 e 79).<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Em Políbio (*Histórias*, 6.52-54), encontramos uma das referências mais completas para o estudo das práticas funerárias da elite romana no período republicano. De acordo com Rosa, em (*Re)lendo Políbio: Teoria Política e Religião Romana* (2015), os *ludi funebris* apresentadas por Políbio consiste na “[...] mais detalhada descrição dos

Nessa perspectiva, segundo nossos pressupostos, as descrições dos contextos funerários são proveitosas e relevantes pois, mesmo que não sejam um reflexo direto dessas práticas, nos indicam as representações das práticas que podem ter sido observadas pelos contemporâneos que compuseram tais narrativas (HOUGHTON, 2011, p. 62). Como representação, esses textos permitem aos indivíduos a possibilidade de darem sentido ao seu mundo, pois ordenam as estruturas sociais e traduzem as posições e interesses dos atores envolvidos. Ao mesmo tempo, descrevem a realidade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fossem perpetuadas (CHARTIER, 1988, p. 19).

No contexto mortuário, as normas sociais poderiam ser construídas, reforçadas, desafiadas e até mesmo transgredidas (HOPE; HUSKINSON, 2011, p. XII). Se considerarmos que a *Consolatória a Lúvia* não nos apresenta questões práticas como o traslado do corpo de Druso, o tempo em que a viagem fora realizada e os cuidados necessários para a preservação do corpo, o texto pode ser interpretado como um discurso poético que se apresenta como um horizonte de expectativa. Uma vez que foi formulado a partir do espaço de experiência do cortejo fúnebre do jovem, a narrativa se vincula às práticas políticas da época.

[...] A experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois,

---

funerais das grandes *gentes* republicanas, em que o autor explicitamente cita o uso de máscaras dos ancestrais e as *laudationes* como uma evidência da superioridade romana em relação a outros povos” (ROSA, 2015, p. 13). Segue o excerto: “Quando um de seus homens ilustres morre, no curso de seu funeral, o corpo com toda a sua parafernália é levado no fórum até as Rostras, como uma plataforma elevada é chamada, e por vezes é nela sustentado em posição vertical para ser mais visível ou, mais raramente, é colocado em cima dele. Então, com todas as pessoas em pé circundando-o, seu filho – se ele deixou um filho adulto e se este está presente – ou, na falta deste, um de seus familiares, sobe às Rostras e discursa sobre as virtudes do falecido e as ações bem sucedidas por ele realizadas em vida. Por esses meios, o povo é lembrado do que foi feito, e tudo é feito para que possa vê-lo com seus próprios olhos – não apenas por aqueles que estavam envolvidos nessas ações, mas também por aqueles que não estavam –, e sentem-se tão profundamente comovidos que a perda parece não ser restrita àqueles realmente enlutados, mas uma perda pública que afeta todo o povo. Depois que o enterro e todas as cerimônias usuais foram realizados, eles colocam a efígie do falecido no lugar mais importante da casa, encimada por um dossel de madeira ou altar. Esta efígie consiste de uma máscara feita para representar o defunto com extraordinária fidelidade, tanto na forma quanto na cor. Exibem essas efígies em sacrifícios públicos, cuidadosamente adornadas. E quando algum membro ilustre da família morre, eles carregam essas máscaras para o funeral, colocando-as em homens que consideravam, o mais possível, semelhantes aos originais em altura e outras particularidades. E esses substitutos trajam vestes de acordo com o nível da pessoa representada: se ela fora um cônsul ou pretor, a toga com listras roxas; se fora censor, a toga roxa, e se tivesse também comemorado um triunfo ou obtido alguma vitória deste tipo, uma toga bordada a ouro. Esses atores também se apresentam em carros, enquanto os fasces e machados, e todas as demais insígnias habituais dos ofícios particulares lideram a procissão, de acordo com a dignidade do status público do defunto em vida e, ao chegar às Rostras, todos eles têm assento em cadeiras de marfim, segundo sua ordem. Não se pode encontrar com facilidade um espetáculo mais inspirador do que este para um jovem de nobres ambições e aspirações virtuosas. Pois, podemos conceber alguém que ficasse impassível à visão de todas as efígies reunidas dos homens que gozaram da glória, como se todos estivessem vivos e respirando? O que poderia ser um espetáculo mais grandioso que este?” (Políbio, *Histórias*, 6.52.55, Tradução de Rosa, 2015, p. 13 e 14).

enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2012, p. 308).

Segundo nossas hipóteses, o autor anônimo utiliza o cenário da morte de Druso para explorar questões vinculadas ao sagrado e à permanência da *gens Claudia* nos espaços de poder. Para nós, a narrativa que consola Lúvia se apresenta como um veículo político, uma vez que se vincula à legitimação da sucessão imperial a partir do destaque às ações da tríade Lúvia, Druso e Tibério. Se cada sociedade articula e reproduz representações da sua presença no espaço em que vivem e, ainda, no contexto mortuário algumas pessoas se tornam o que não foram em vida (HODDER, 1982, p. 146), a escrita e divulgação do texto que consola Lúvia, *matrona* imperial, apresenta os elementos e personagens envolvidos no cortejo fúnebre de Druso como prática política. Ao mesmo tempo, evidencia as disputas pelos espaços de poder na *aula* imperial.

A memoração dos mortos tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõem entre si como *pietas* e *fama*. Piedade é a obrigação dos descendentes de perpetuar a memoração honorífica dos mortos. Piedade é uma coisa que somente os outros, isto é, os vivos, podem ter pelos mortos. Já a *fama*, isto é, a memoração cheia de glórias, cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida (ASSMANN, 2011, p. 37).

Sendo assim, propomos identificar no próximo capítulo de quais formas a narrativa evoca a *matrona* imperial para os cuidados com o cortejo do filho e, também, para a questão sucessorial: Druso morre, entretanto, Lúvia ainda tem Tibério, que não estava garantido ao cargo. Compreendemos que, ao narrar o contexto da morte de Druso, a consolatória dialoga com as obras escritas no contexto do Principado de Augusto,<sup>80</sup> bem como com as ideias e imagens apresentadas em coletividade, pois corrobora com a construção de um discurso político e social que transmite as atitudes esperadas no contexto mortuário. Uma vez que, ao descrever os rituais fúnebres, destaca como as experiências individuais da morte, do luto e suas emoções, podem ter sido moldadas e entrelaçadas às convenções sociais da época (HOPE; HUSKINSON, 2011, p. XIX).

No capítulo seguinte propomos explorar as formas que a narrativa da *Consolatória a Lúvia* evidencia os rituais mortuários e a relevância social dos indivíduos na estrutura familiar. Acreditamos que a manuseio das imagens e a efetivação dos rituais aos mortos no Principado

---

<sup>80</sup> De acordo com Maureen Carroll (2011, p. 66), autores da Antiguidade como Tácito, Horácio, Petrônio, Propércio, Plínio, o Jovem, Suetônio, Plínio o Velho, Marcial e Ausônio e vestígios arqueológicos, destacam o contexto das inscrições funerárias e indicam a importância que os romanos conferiam à preservação da memória. Esses textos e imagens divulgados ajudavam a definir a identidade de uma pessoa e sua incorporação em um contexto social e cultural distinto.

de Augusto intensificam a tradição de obrigação em relação aos cuidados com os mortos e a execução das práticas mortuárias. Consiste num dispositivo de relações e práticas sociais e religiosas e de promoção de suas memórias políticas, sociais, religiosas e também afetivas. Nesse sentido, veremos que a morte de Druso provocava a realização das cerimônias públicas que apresentavam a *domus* imperial e sua relação com as duas gentes, bem como projetava a questão da sucessão imperial e a proeminente atuação de Lívia nesse contexto.

### CAPÍTULO 3 – LEGITIMAÇÃO E SUCESSÃO: A REPRESENTAÇÃO DO CORTEJO FÚNEBRE DE DRUSO NA *CONSOLATÓRIA A LÍVIA*.

*Minha morte nasceu quando eu nasci*  
Mário Quintana, 1994.

A vida é finita. O encerramento das funções vitais de qualquer ser vivo não consiste unicamente em um fato biológico. A investigação das ações intencionais realizadas pelos vivos no contexto da morte e do morrer, quando analisadas como fato social e cultural, viabilizam a melhor compreensão dos costumes, crenças e hábitos que compreendem a finitude humana em diferentes comunidades. Como tema de investigação para historiadores, arqueólogos, filósofos, sociólogos e antropólogos, o estudo das práticas mortuárias nos permite detectar e investigar expressões culturais e estruturas sociais distintas. Em nosso trabalho compreendemos e analisamos a finitude humana como resultado das ocasiões sociais, pois além da morte física, a morte social dos indivíduos produz um impacto pessoal e coletivo, emocional, político e institucional.

Como as pessoas morriam, como eram eliminadas, comemoradas e lembradas representam fatores sociais importantes (HOPE, 2007, p. 4). Hope e Huskinson, no livro *Memory and mourning. Studies on Roman death*, nos indicam que atualmente a morte é um assunto muitas vezes isolado da sociedade, como um privilégio dos médicos e dos especialistas em morte – como os agentes funerários – e desenvolvem o conceito de *morte medicalizada*, pois, de acordo com as autoras, esse processo acontece em hospitais, hospícios e lares para idosos, nos bastidores da sociedade (HOPE; HUSKINSON, 2011, p. XII). À época do Principado de Augusto, a forma como as pessoas reagiam à finitude humana e se expressavam no contexto do luto variava a partir do seu gênero, *status* social, educação e da sua cultura. As práticas mortuárias comunicavam, legitimavam e imortalizam as *gentes* nas estruturas de poder e corroboravam à sua permanência nas estruturas sociais (OMENA; CAPEL, 2021, p. 5). Da mesma maneira, a forma como as pessoas sofrem é cultural e socialmente construída. O luto, ou qualquer emoção, não é um dado universal (TARLOW, 2000; KONSTAN, 2006), mas é experimentado e expresso de formas distintas.

Nosso objetivo com o seguinte capítulo é analisar como o autor anônimo desenvolve os movimentos do cortejo fúnebre de Druso a partir do estabelecimento da *auctoritas* e da *dignitas* de Lívía, Tibério e Druso para consolidar a *gens Claudia*. Segundo supomos, a morte de Druso

torna-se estratégia discursiva de promoção e disputas no campo do poder, uma vez que o anônimo eleva Lúvia e Tibério a um *status* de glória a partir dos seus comportamentos para propor a sucessão. Segundo nossas hipóteses, o discurso poético da *Consolatória a Lúvia* posiciona a tríade Lúvia, Tibério e Druso, vinculados à *gens Claudia*, como membros proeminentes da *domus Augusta*. Nesse sentido, as imagens da morte apresentadas pelo autor anônimo, vinculam os personagens dinásticos às disputas que envolvem o poder. Nos indica também o cenário de conflitos entre as *gentes Iulia* e *Claudia*. Logo, a morte de Druso se apresenta como um veículo para se discutir a sucessão de Augusto.

### 3.1 – A construção do cortejo fúnebre de Druso na *Consolatória a Lúvia*.

Em vista das discussões apresentadas até o momento a respeito das práticas mortuárias no contexto da sociedade romana imperial, sinalizamos que não buscamos uma apreensão da verdadeira representação do comportamento de Lúvia ou de como os rituais fúnebres e o cortejo foram realizados, pois não sabemos com exatidão se o autor da consolatória estava no funeral de Druso. Nossa proposta é mapear e desenvolver de qual maneira se esperava que o filho da matrona imperial fosse lembrado, como o ritual deveria acontecer, de quais formas a morte evocaria processos biológicos, emotivos, culturais e políticos. O que faremos a seguir é uma tentativa de esboçar a visualidade do cortejo fúnebre de Druso a partir da narrativa da *Consolatória a Lúvia*, considerando que o texto nos permite o esforço de reconstrução desse fato histórico. Ao mesmo tempo que, aparentemente, possa ter sido projetada para confortar os enlutados pela morte de Druso, nos indica a execução dos rituais da morte, explora e promove debates em torno dos temas políticos e sociais.

As atitudes e os eventos anteriores e posteriores à morte de Druso, como a preparação do corpo e a própria organização do funeral se apresentam de forma irregular e dispersa no texto da *Consolatória a Lúvia*. O processo que se iniciava no momento da morte, penetrado por expectativas idealizadas, como a *boa morte*, não é mencionado no texto.<sup>81</sup> O que consta na narrativa é que o jovem atuava na condição de cidadão romano em combate, pois tinha como objetivo espalhar o Império por novas terras – *protulit in terras imperimque nouas* – (*Consolatória a Lúvia*, v. 20). O autor anônimo evidencia as expectativas de Lúvia para o retorno

---

<sup>81</sup> De acordo com Hope (2007), a expressão “o bom morre jovem” é de origem antiga. Essa ideia poderia ser um consolo para os parentes e amigos enlutados dos jovens. Morrer no ápice da juventude, no auge da glória individual, poderia ter sido uma aspiração da elite masculina. Contudo, se constituía uma tarefa complicada definir exatamente quando o esplendor era alcançado (HOPE, 2007, p. 93).

de Druso, à medida que se preparava para cumprir seus votos em homenagem a Júpiter e à Minerva em uma procissão de grande triunfo:

*soluere u loui fatorum ignara tuorum,  
mater, et armiferae soluere uota deae  
Gradiuumque patrem donis implere parabas  
et quoscumque coli est iusque piisque deos,  
maternaque sacros agitabas mente triumphos,  
forsitan et curae iam tibi currus erat* (Consolatória a Lívía, vv. 21 – 26).

Ignorante de teu destino te dispunhas, mãe, a cumprir os votos em honra a Júpiter e a deusa portadora de armas, e a encher com presentes o venerado Marte<sup>82</sup> e a todos os deuses que é justo e piedoso honrar; e em teu sentimento de mãe imaginava triunfos solenes e talvez já te cuidavas da carruagem triunfal. No lugar dos triunfos solenes, te vês obrigada a liderar o cortejo fúnebre, e a Druso, no lugar da cidadela de Júpiter, lhe aguardava o sepulcro.

De acordo com Thomas Jenkins (2009, p. 5), em certo sentido, o autor da consolatória maximiza as possibilidades de atuação de Lívía e formula dois cenários: um público e um imaginário. Mesmo antes do retorno do filho, a mãe já estava preocupada com os detalhes materiais para a realização da cerimônia do seu triunfo e aguardava com entusiasmo o seu retorno. Entre os versos 31 e 36, percebe-se um pequeno, e primeiro, discurso direto de Lívía na consolação. Na ocasião, Lívía descreve a alegria caso fosse receber o filho que retornaria com vida das campanhas:

*“iam ueniet, iam me gratantem turba uidebit,  
iam mihi pro Druso dona ferenda meo.  
obuia progrediar felixque per oppida dicar  
collaque et os oculos illius ore premam.  
talis erit, sic occurret, sic oscula iunget,  
hoc mihi narrabit, sic prior ipsa loqua”* (Consolatória a Lívía, vv. 31-36).

“Está a ponto de chegar, logo a multidão me verá em ação de graças, já presenteari oferendas por meu Druso. Sairei ao seu encontro, e por todas as

---

<sup>82</sup> Na versão original, Marte é nomeado como *Gradius*, sendo um dos deuses que um general ou soldados poderiam jurar no momento de batalhas (Cf. Ou de seus escudos sagrados, oh Marte Gradivus e Quirinus, nosso pai? Todas essas coisas sagradas você deixaria para trás em solo não consagrado – *Quid de ancilibus uestris, Mars Gradiue tuque, Quirine pater? Hec omnia in profano deseri* (TITO LÍVIO, *História de Roma*, V. 52. 7. 3); Ele também escolheu doze Sálíos para Marte Gradivus, e concedeu-lhes a distinção de usar a túnica bordada e sobre ela uma couraça de bronze e portar os escudos divinos que os homens chamam de ancílios – *Salios item duodecim Marti Gradio legit, tunicaeque pictae insigne dedit et super tunicam aeneum pectori tegumen caelestiaque arma, quae ancilia appellantur* (TITO LÍVIO, *História de Roma*, I. 20. 4. 1); “Voltarei vitorioso do campo, Marcos Fabios”, gritou ele e invocou a ira do Júpiter, Marte Gradivus e dos outros deuses, se ele deixasse de cumprir seus votos – *“M. Fabi, reuertar ex acie”; si fallat, Iouem patrem Gariduumque Martem aliosque iratos inuocat deos* (TITO LÍVIO, *História de Roma*, II. 45. 14. 2.).

idades me chamarão afortunada e cobrirei com beijos seu pescoço, sua boca e seus olhos. Assim ele se apresentará a mim, assim sairá a me receber, assim unirá seus beijos aos meus, isto me contará, assim eu mesma lhe falarei primeiro”.

Segundo Harriet L. Flower, no seu artigo *Spectacle and Political Culture in the Roman Republic* (2006), a realização das cerimônias dos triunfos simbolizava, a partir da época republicana, o maior sucesso que um general romano poderia alcançar. O desfile que celebrava sua vitória estaria associado ao fim de uma guerra que terminara com a derrota decisiva do inimigo. Simbolizava uma marca pública de honra para um comandante e envolvia a entrada em Roma de um general à frente de suas tropas. Segundo Beard (2007, p. 205), essa condição invalidou os pressupostos culturais que insistiam na divisão entre a esfera das atividades civis e militares. Uma vez que as cerimônias do triunfo eram complexos rituais organizados, veremos no segundo tópico deste capítulo da dissertação, que o triunfo mencionado pela *Consolatória a Lúvia* se relaciona a um recurso poético utilizado pelo autor anônimo para engrandecer o nome de Druso a partir de sua atuação em combate.

Independentemente de quais deuses o general possa ter feito votos em batalha, a ação de graças final era oferecida por ele a Júpiter em nome da comunidade como um todo. Esta foi a única ocasião em que um general foi autorizado a liderar seu exército na cidade. A procissão se formaria no Campo de Marte ao norte da cidade e entraria pelo portão triunfal especialmente designado (*porta triumphalis*). O desfile incluía os soldados, bem como os despojos e cativos da guerra e o próprio general, que andava em uma carruagem especial. O general estava vestido de Júpiter e até tinha o rosto pintado de vermelho para combinar com a cor da estátua, feita de terracota. Depois de percorrer a cidade e o Fórum, passando por muitos de seus principais monumentos e multidões de cidadãos jubilosos, a procissão subia o Monte Capitolino até o templo de Júpiter, onde acontecia o sacrifício de ação de graças em frente ao templo. Depois, haveria um discurso público (*contio*), seguido de banquetes públicos. Nessa ocasião, o general premiava seus soldados com condecorações militares e com presentes monetários, muitas vezes distribuídos antes do início da procissão. Um triunfo validava uma vitória, o massacre da guerra os saques, tanto para o general quanto para seu exército. A celebração de um triunfo era o ápice da carreira pública de qualquer político romano, proporcionando-lhe o reconhecimento final de sua comunidade por suas realizações. (FLOWER, 2006, p. 327).

No entanto, no lugar do triunfo solene, que consistia no desfile dos combatentes vitoriosos sobre uma carruagem levada por cavalos do Campo de Marte até o templo de Júpiter, no Capitólio (BEARD, 2007, p. 205), era responsabilidade de Lúvia também a organização do cortejo fúnebre do filho e de acompanhá-lo até o Mausoléu de Augusto (*Consolatória a Lúvia*,

v. 26). As famílias poderiam assumir a responsabilidade por muitas partes dos rituais fúnebres, no entanto, membros da aristocracia contavam com a presença dos agentes funerários e outros especialistas que eram contratados para executar diferentes tarefas da esfera funerária (NOY, 2011, p. 14). Por outro lado, como vimos, o texto consolatório deixa claro que é tarefa de Livia liderar a procissão do filho e, desse modo, se encarregar dos afazeres que envolviam o luto e as obrigações socialmente reconhecidas de preparo do cadáver (ERKER, 2011, p. 48).

Homens e mulheres de luto mudariam seus comportamentos e atitudes habituais. A maneira pela qual se lamentava, ou era esperado que se lamentasse, diferia não apenas de acordo com o sexo, mas também se relacionava ao *status* social, educação, período e local em que os diversos grupos viviam. A família tornava-se temporariamente *familia funesta*, o que resultava na obrigação em relação ao funeral. Durante a execução dos rituais fúnebres, os membros da família tinham que abandonar a participação em atividades sagradas, públicas, econômicas e cotidianas, não poderiam oferecer sacrifícios aos deuses ou participar de outras atividades públicas (ERKER, 2011, p. 41; LINDSAY, 2000, p. 154). Os parentes masculinos e femininos dos mortos eram considerados contaminados por uma espécie de “mancha simbólica”, e por isso, deveriam ser separados dos outros membros “puros” da comunidade. Essa condição os colocava em um *locus* especial em que eram obrigados a executar os rituais fúnebres (ERKER, 2011, p. 42).

Durante o tempo de luto, a família era considerada “suja” (*funestatus*), e seus membros tomavam exteriormente o aspecto de decadência, portando roupas escuras, não se penteando e não se barbeando – não podiam exercer então qualquer função pública. Uma vez os funerais celebrados, a família enlutada voltava progressivamente à vida normal. Para readquirir o estado de pureza, o indivíduo e o lugar sagrado deviam cumprir ritos de purificação, que iam de abluções ou aspersões de água a períodos de espera e de retorno progressivo ao estado “normal” (BUSTAMANTE, 2014, p. 120).

Os complexos ritos de purificação garantiam que a família enlutada voltasse a realizar as atividades cotidianas e reforçava a fronteira simbólica entre a vida e a morte (ERKER, 2011, p. 42). As atividades mortuárias, representadas nos cuidados com o corpo, nos preparativos e na execução do cortejo diziam respeito às esferas religiosas, políticas e sociais; refletiam negociações e a produção de identidades entre os participantes (HOPE, 2000, p. 107; OMENA, 2020, p. 9). O corpo deveria ser tratado antes de ser levado ao túmulo e, em seguida, eliminado por cremação ou inumação. Perfumes eram queimados juntamente com flores que representavam a fragilidade da vida e evitavam odores desagradáveis. Os cheiros provocados

criariam uma memória associada ao corpo e ao evento. Lamentos e lamentações poderiam ser falados ou cantados (ERKER, 2011, p. 30; NOY, 2011, p. 13; HOPE, 2007, p. 98 e 122).

Os funerais das aristocracias eram planejados para serem espetáculos memoráveis e envolviam mensagens políticas e demonstração de *status*. O cerimonial marcava a passagem do indivíduo e, paralelamente, enfatizava a continuidade da família do passado e do presente na comunidade cívica. Além disso, afirmava os direitos e a presença dos seus ancestrais, herdeiros e sucessores (HOPE, 2000, p. 109). A exibição das imagens – *imagos* – dos ancestrais eram apresentadas a partir de máscaras de cera cuidadosamente guardadas e expostas na casa da família quando não utilizadas em funerais. A elaboração das máscaras mortuárias de cera era realizada pelos *pollinctores* e eram feitas para comemorar as imagens dos indivíduos com cargos de magistraturas ou de atuação relevante na comunidade. Ao utilizá-las durante a execução dos funerais, os atores poderiam trazer os mortos de volta à vida (NOY, 2011, p. 8).<sup>83</sup>

A divulgação e rememoração dos ancestrais a partir da execução dos cortejos fúnebres permitiu que a família aristocrática criasse um ambiente que atendesse às suas necessidades religiosas, sociais e políticas, uma vez que sua configuração era a de espetáculos que sinalizavam a herança e permanência comum entre os espectadores e seus líderes (FLOWER, 1996, p. 126 e 127).

Os espetáculos, portanto, representavam a cultura romana dentro do espaço e do tempo (calendário) da cidade. Suas principais funções podem ser descritas das seguintes maneiras. Eles expressavam os papéis, valores e hierarquia da elite detentora de cargos, os nobres. Ao mesmo tempo, eles criaram um senso de identidade, solidariedade e tradição para a comunidade como um todo. Eles criaram e configuraram os espaços da cidade para honrar os líderes e estabelecer um diálogo entre os líderes individuais (e suas famílias) e os cidadãos em geral. Assim, o espetáculo representava a qualidade face a face da vida romana e do poder político. A memória romana foi definida de maneira particular, e a própria cidade tornou-se um espaço de memória para a rememoração do passado e para a afirmação de sua relevância contínua para a vida de toda a comunidade. Os espetáculos reproduziam a ordem social e

---

<sup>83</sup> É importante acentuar que nas máscaras mortuárias, os olhos do falecido deveriam aparecer fechados. Já para as máscaras que retratavam os ancestrais, os olhos encontravam-se abertos (NOY, 2011, p. 11). Durante a República, quando não eram usadas em um funeral, as máscaras de cera eram guardadas em armários próximos à sala de recepção mais acessível da casa. Os armários eram rotulados com inscrições (*tituli*) registrando o nome do indivíduo e geralmente um breve resumo de sua carreira. Era elaborada frequentemente com o interesse em criar semelhanças individualizadas e pelo foco no rosto como expressão do caráter da pessoa. Nos dias de comemorações familiares e públicas, as portas dos armários eram abertas e as máscaras decoradas de forma festiva. Em algumas ocasiões, apareciam em um cenário que apresentava uma árvore genealógica decorada juntamente com a exibição dos espólios de guerra dos ancestrais. (FLOWER, 2006, p. 336 e 337).

política de forma essencialmente didática para todos os cidadãos, mas especialmente para os jovens. (FLOWER, 2006, p. 339).

O cortejo fúnebre de Druso ocupa lugar central entre os versos 173 e 220 na consolatória. Entre os versos 177 e 178, quando entra na cidade de Roma, o autor anônimo sinaliza o consulado que Druso recebeu durante as campanhas na Germânia e, além disso, destaca que o jovem é cônsul vitorioso pelo seu notável desempenho.

*funera ducuntur Romana per oppida Drusi,  
- heu facinus - per quae uictor iturus erat,  
per quae deletis Raetorum uenerat armis:  
hei mihi, quam dispar huic fuit illud iter.  
consul in it fractis maerentem fascibus Urbem  
quid faceret uictus, sic ubi uictor in it? (Consolatória a Lúvia, vv. 173-178).*

O cortejo fúnebre de Druso percorre as cidades Romanas, que infortúnio, por onde ia a marchar vencedor, por aquelas que voltou depois de destruir as armas dos Retos. Ai de mim, quão diferente deste foi aquele acontecido! Ele, em qualidade de cônsul, entra na inconsolável cidade com os rostos tristes, que teria vencido, quando assim entra como vencedor?

Sabe-se que o desfile foi marcado por muita ostentação ao percorrer as províncias da Itália, sendo que, à sua frente, a pé, estava Tibério (SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 7; *Vida de Cláudio* 1; SÊNECA, *Consolação a Márcia*, III, 1,2). Na época imperial, os desfiles e cortejos fúnebres das aristocracias se basearam em modelos republicanos: procissões, imagens, discursos e grandes espetáculos integravam os eventos (FAVRO, JOHANSON, 2011, p. 23; HOPE, 2007, p. 126). Diane Favro e Christopher Johanson no artigo *Death in Motion: Funeral Processions in the Roman Forum* (2010, p. 23), sinalizam que para o cortejo ser realizado, o corpo deveria ser transportado da casa para o local da cremação ou a sepultura, uma vez que, na maioria dos casos, estaria localizado fora das muralhas da cidade. A grandeza (*pompa*) do evento dependia do *status* do falecido e de sua família, bem como o destino do corpo.

Considerando os funerais das aristocracias, o morto era levado ao Fórum para receber o discurso fúnebre. Em muitas ocasiões o falecido poderia também ser representado de forma simbólica no lugar de estar realmente incluso na cerimônia (FAVRO, JOHANSON, 2010, p. 23). No entanto, caso estivessem em sua integridade física, a maioria dos corpos era levada diretamente para o local de enterramento e todos os rituais eram conduzidos em frente ao túmulo ou na pira funerária. Os músicos lideravam o caminho com trombetas, chifres e flautas anunciando a presença do cadáver (HOPE, 2007, p. 100). As descrições a seguir caracterizam

o cortejo de Druso como um célebre funeral, como era o costume de funerais de outros Príncipes, como exemplo o funeral de Sulla (ARCE, 1988, p. 30 – 31). Uma vez que os funerais de membros da aristocracia convertiam-se em um cerimonial socialmente compartilhado em cenário público (NOY, 2011, p. 01), nos versos a seguir a morte de Druso é motivo de luto e lamento público:

*Vrbs gemit et uultum miserabilis induit unum:  
gentibus aduersis forma sit illa, precor.  
incerti clauduntque domos trepidantque per Urbem,  
hic illic pauidi clamque palamque dolent.  
iura silent mutaeque tacent sine uindice leges;  
adspicitur toto purpura nulla foro.  
dique latent templis neque iniqua ad funera uultus  
praebent nec poscunt tura ferenda rogo:  
obscuri delubra tenent; pudet ora colentum  
adspicere inuidiae, quam meruere, metu (Consolatória a Lívía, vv.180-189)*

A cidade geme e, digna de compaixão, adota um aspecto uniforme. Rogo que os povos inimigos tenham aquela aparência. Os cidadãos desconcertados fecham suas casas e confundidos se apressam pela cidade, aqui e ali temerosos se lamentam em público e no privado. Os tribunais guardam silêncio e as leis, silenciadas, permanecem privadas de validação; nenhuma toga é vista em todo Fórum. E os deuses permanecem escondidos em seus templos e não mostram seus semblantes aos injustos funerais nem reclamam o incenso que se há de levar à pira: retraídos permanecem em seus santuários. Se envergonham de ver a hostilidade da que são merecedores.

Nos últimos versos percebe-se a dimensão pública da morte de Druso. Os lamentos não se restringem ao ambiente privado da mãe enlutada, mas são exteriorizados nos ambientes social – a partir da comoção dos cidadãos –, político – pelo silenciamento dos tribunais e a ausência de movimentação no Fórum – e sagrado – já que os deuses se retiram de suas atividades habituais. Ao evidenciar a comoção pública, temos a validação da importância e relevância do jovem para a comunidade. Deste modo, a escrita e divulgação da *Consolatória a Lívía* torna-se um discurso político, regulador de comportamentos e retórico, à medida que a morte de Druso se torna um interesse público. Em nossas hipóteses, a morte do jovem conduz, portanto, à institucionalização do seu cortejo frente à comunidade cívica, uma vez que evidencia imagens emocionais da maneira em que seus componentes lembravam e lamentavam o morto. Reforça laços pessoais, sociais e, principalmente, políticos.

As procissões funerárias (*funeris pompa*) representavam e afirmavam relações sociais, espaciais e urbanas (FAVRO, JOHANSON, 2010, p. 12), pois, a partir dos estímulos sensoriais,

visuais e emotivos que o cortejo evocava, as dinâmicas sociais eram construídas, revistas ou reforçadas (OMENA, 2020, p. 143). Logo, as imagens, os textos e os rituais relacionavam-se às lembranças, produziam memórias sociais (HOPE, 2003, p. 115 – 116) em um espaço sagrado, emotivo e que também evidenciava as disputas políticas. Logo, as atitudes perante a morte acionam as *comunidades emocionais*, que são definidas como grupos sociais cujos membros compartilham valores semelhantes em relação às emoções e às suas variadas formas de expressão (ROSENWEIN, 2011, p. 07). Por se tratar da morte de um membro da *domus* imperial, o cortejo de Druso vincula-se à legitimação e celebração da *gens Claudia* e a descrição poética do evento se apresenta como um dos elementos vinculados ao poder.

Os funerais das principais famílias atraíam um número imenso de seus clientes para Roma e na ocasião da morte de membros da família dos imperadores, todos os cidadãos eram obrigados a lamentar (ERKER, 2011, p. 46). Por isso, podemos inferir que o contexto social da morte no ambiente imperial evoca símbolos de poder, produção e promoção social da memória familiar a partir da execução dos rituais coletivos atingindo a vida prática dos cidadãos. A narrativa segue sinalizando que o cortejo fúnebre de Druso é marcado pela presença da plebe, também chamada de *turba* (v. 199) e que a multidão se une em tristeza pela morte do jovem (vv. 199 – 201).

*obuia turba ruit lacrimisque rigantibus ora  
consulis erepti publica damna refert.  
omnibus idem oculi, par est concordia flendi:  
funeris exequiis adsumus omnis eques* (Consolatória a Livia, vv. 199-202).

A multidão irrompe ao passo do cortejo e com lágrimas que banham os seus rostos declaram infortúnio público à perda do cônsul. Todos têm o mesmo olhar, todos os corações se reúnem no pranto: assistimos, toda a ordem dos cavaleiros, às exéquias fúnebres.

Nos últimos versos a dimensão pública da morte de Druso é reafirmada, pois o contexto de infortúnio público provoca a expressão das emoções em forma de lágrimas que assumem também um significado político. Além de serem vistas como um compromisso social que apresentava o autocontrole e o respeito pelo momento de luto, validavam a relevância do jovem para sua comunidade. As lágrimas aqui se vinculam à prática política, uma vez que ao serem derramadas, além de fazerem parte dos comportamentos esperados no roteiro do luto, como uma obrigação social, apresentavam a valorização da *pietas*, da *fides* e da importância que a família do *Princeps* tinha para a comunidade (VEKSELIUS, 2018, p. 58). Lembrar,

homenagear e lamentar o falecido era importante, mas também era imprescindível o destaque aos sobreviventes que participavam das procissões fúnebres (BODEL, 1999, p. 274; HOPE, 2007, p. 123).

A combinação dos elementos visuais e textuais tornavam-se símbolos portadores de memória; referenciavam ao passado e se conectavam com o presente a partir de sua manifestação nos monumentos e rituais, já que tinham um papel ativo na construção contemporânea da cidade em movimento (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4). Os enlutados cumprem, nesse sentido, um papel ativo na escolha de como o morto seria lembrado ou condenado ao apagamento, os motivos para sua morte e o conseqüente impacto da sensação de sua perda. Os gêneros como a poesia, a oratória, os epitáfios e monumentos funerários contextualizavam e apresentavam as atitudes e expectativas que cercavam a morte, a comemoração e as formas de luto para esses indivíduos (HOPE, 2007, p. 45).

A apresentação pública do cadáver era um dos aspectos em que as identidades eram construídas e percebidas pela comunidade. Como um objeto inanimado tornava-se um símbolo que poderia ser honrado, valorizado ou desprezado por outros e relacionava-se também aos vivos. Por isso, a morte motivava a execução de práticas – sejam elas fisiológicas, biológicas, sociais, religiosas, emocionais etc. – que incorporava o morto às dinâmicas sociais. Nesse sentido, os preparativos e a exibição do corpo do morto poderiam ser utilizados para reforçar ou comemorar a identidade tanto do falecido quanto dos sobreviventes (PARKER, 1983, p. 46; HOPE, 2000, p. 104). A seguir o autor anônimo sinaliza que o corpo de Druso foi disputado pelos nobres durante o desfile fúnebre.

*certat onus lecti generosa subire iuuentus  
et studet officio sedula colla dare (Consolatória a Lúvia, vv. 207 – 208).*

Os jovens de nobre berço rivalizam em levantar o peso do leito fúnebre e se afanam por oferecer diligente seus ombros.

A partir do excerto e das últimas problematizações podemos inferir que a finitude humana produz uma mistura de emoções e atitudes entre os vivos que são compartilhadas com a coletividade em que vivem e, ao mesmo tempo, são dirigidas ao cadáver (GRAINGER, 1998, p. 38 e 41). Dessa forma, a morte deslocava os mortos e os enlutados de seus papéis habituais na estrutura social: embora a pessoa falecida tivesse deixado o mundo dos vivos, o cadáver ainda estava presente e necessitava dos devidos cuidados. Logo, o evento da morte de Druso refletia aspirações e expectativas sociais, uma vez que a forma como o corpo foi tratado,

enterrado e comemorado evidenciava a negociação de *status* social e refletia na construção de identidades desejadas (HOPE, 2000, p. 107). A partir do cortejo em movimento, os integrantes da cerimônia marcavam seu espaço de visibilidade frente à comunidade cívica (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4).

O autor anônimo destaca também a conduta de Augusto no funeral de Druso, pois é ele que pronuncia a *laudatio* para o jovem regada de lágrimas: *E tu, César, pronunciaste o elogio fúnebre de teu descendente com tua voz e tuas lágrimas – et uoce et lacrimis laudasti, Caesar, alumnum* (*Consolatória a Lúvia*, v. 209).<sup>84</sup> Na ocasião dos funerais, como veremos com mais eficácia no tópico seguinte, era reservada aos homens a função social de expressar gemidos de tristeza e pronunciar a *laudatio funebris* (OMENA, GOMES, 2014, p. 71). Associada ao lamento público, em que os cidadãos de Roma reagiram em uníssono em manifestações de luto, demonstrando simpatia pelo jovem, temos, agora, a participação e comoção de Augusto para proferir a *laudatio funebris*. As *laudationes funebris*, ou discursos fúnebres, compunham um elemento comum nos cortejos de famílias aristocráticas (KIEDORF, 1980). Consistiam em uma oração laudatória que enaltecia a memória do morto no momento da cerimônia fúnebre.

[...] a oratória tornava-se presente na oração realizada no fórum em honra do falecido, *adlocutio*, com uma *laudatio funebris*. Tratava-se de um discurso familiar masculino que, em tom apologético, ressoaria a ancestralidade do falecido e os sucessos na comunidade política, com ênfase dada às virtudes cívicas e seus méritos.” (OMENA, CAPEL, 2021, p. 8)

A partir dos movimentos apresentados no cortejo fúnebre de Druso, percebe-se que sua execução comunicava e se referenciava às diferentes camadas sociais do *populus Romanus*. A interação com o espaço da *urbs* e, ao mesmo tempo, com os integrantes do cortejo, com os símbolos, as cores e imagens divulgadas proporcionava um ambiente oportuno para que valores coletivos fossem expostos, fortalecidos e desafiados. Além disso, ao se mesclar com a configuração da paisagem urbana, oferecia oportunidades para que a família exibisse o seu capital simbólico familiar, financeiro, político e pessoal (JOHANSON, 2011, p. 408). Além disso, nos indica os espaços de competição da aristocracia (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4; HOPE, 2000, p. 109).<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> O elogio foi pronunciado por César Augusto, e muitos atributos foram conferidos a ele em seu funeral. – *Laudatus est a Caesare Augusto vitrico, et supremis eius plures honores dati* (TITO LÍVIO, *História de Roma*, CXLII, 6).

<sup>85</sup> Alguns cortejos incluíam o desfile de atores vestindo máscaras que se assemelhavam aos grandes personagens da família, incluindo aqueles que haviam morrido há muito tempo. Desta forma, a notoriedade de quem fez algum

Ao findar a *laudatio funebris*, o cortejo seguia para a pira funerária, local onde o corpo seria cremado e seus restos mortais depositados no túmulo. As piras funerárias eram grandes estruturas construídas a partir de várias camadas projetadas para transformar a cremação em um espetáculo atraente.<sup>86</sup> Na cremação, o corpo, ainda sobre o esquife, era colocado sobre uma estrutura construída com toras de madeira. Era comum o uso de perfumes e incensos no momento da queima para disfarçar os odores que saíam dos corpos. Lenha, papiro e incenso eram adicionados para ajudar as chamas a se firmarem. Deveria ser acesa por um familiar próximo, mas antes o cadáver deveria ser beijado e mais uma vez ungido (HOPE, 2007, p. 112 e 113; BODEL, 2000, p. 133; MCKINLEY, 1989, p. 65). Como parte integrante dos rituais fúnebres, consistia em uma ofensa para os enlutados e um insulto para o cadáver se o mesmo não fosse queimado por completo (NOY, 2000, p. 36 – 38).

Na consolatória, a partir do verso 217, o texto indica a presença das cortes armadas e dos soldados que, em uma espécie de *conclamatio* (ERKER, 2011, p. 41), repetem o nome de Druso ao redor da pira funerária.<sup>87</sup>

---

ato nobre, ou dos que prestaram serviço a *Res Publica* era rememorada (NOY, 2011, p. 13). A exibição das realizações familiares passadas acentuava as conquistas do falecido e apresentava a influência de sua família (BODEL, 1999, p. 260). Os mortos ofereciam *exempla* de sucessos do passado e as lembranças de seu lugar na estrutura de poder da família (JOHANSON, 2011, p. 408).

<sup>86</sup> As piras funerárias eram capazes de sustentar temperaturas de até 900 graus centígrados, a média que alcançavam os fornos crematórios modernos (WELLS, 1960, p. 35 e 36). A cremação de um único cadáver, provavelmente, poderia ter sido concluída dentro de sete ou oito horas (BODEL, 2000, p. 133; MCKINLEY, 1989, p. 65). Algumas escavações apresentam os destroços de algumas piras funerárias e sugerem a presença de cerâmica (ânforas, recipientes para beber e copos), vidro (recipientes e contas), pregos (de caixões, esquife ou sapatos), liga de cobre (de joias e acessórios de vestido), ossos entalhados (grampos de cabelo, agulhas, alfinetes), madeira (incluindo incrustações de uma caixa decorada e um pente), ossos de animais (principalmente porco e frango), leguminosas e cereais (HOPE, 2007, p. 112 -113). Segundo nos informa Omena (2021, p. 78): “[...] os rituais de cremação consistiam na queima do morto, dos artefatos e dos animais sacrificados – e.g., cavalo, ovelha/cabra, gado, cachorro e porco eram colocados na pira inteiros ou em pedaços (WILLIAMS, 2004, p. 269-270). Sugere-se que o corpo era posicionado em supinação estendida, pois, com isso, obtinham-se melhores efeitos do calor sobre o osso cremado”.

<sup>87</sup> Estrabão nos indica que o Mausoléu de Augusto ficava próximo a pira funerária e era de mármore. A tradução do excerto em inglês é de responsabilidade de Omena e Paulo Yoke Oliveira Arima. “[20] E, por assim dizer, os antigos deram pouca importância à beleza de Roma, porque estavam voltados para outros assuntos mais importantes e necessários; e os pósteros, e sobretudo os de agora, em nosso tempo, não tardaram em nada disso, mas encheram a cidade com muitas e belas construções. De fato, Pompeu, [25] o divino César, Augusto, os filhos deste, seus amigos, sua mulher e sua irmã, ultrapassaram os outros em completa diligência e muitas despesas com construções; e o Campo de Marte tem a maior delas, além de seu aspecto natural, acrescentando também o cuidado com a beleza. De fato, é admirável [30] a extensão da sua planície, juntamente com as corridas de carros e todo tipo de manobra com carros de corrida, tem uma área livre para que façam exercícios gímnicos com bola, argola e palestra com uma multidão enorme; também as obras colocadas em seu entorno, o solo coberto de grama durante o ano e coroados de colinas, [35] as que vão através do rio até o seu leito, que se mostra uma paisagem de pintura, apresenta um espetáculo que é difícil de se desprender. E há próximo dessa planície também outra planície com numerosos pórticos em forma circular, bosques sagrados, três teatros, um anfiteatro, templos suntuosos e contínuos [40] uns aos outros, pareciam mostrar o resto da cidade como se fosse uma obra secundária. Por isso mesmo, consideravam esse lugar como o mais digno de um recinto sagrado, construíram monumentos de homens e mulheres que estavam dentre os mais notáveis. E o mais digno de ser registrado é o

*armataeque rogum celebrant de more cohortes:  
has pedes exequias reddit equesque duci.  
te clamore uocant iterumque iterumque supremo;  
at uox aduersis collibus icta redit. (Consolatória a Lúvia, vv. 217 – 220)*

As cortes armadas, segundo o costume, rodeiam a pira funerária: o soldado de infantaria e o cavaleiro prestam estas honras fúnebres ao seu chefe. Como última aclamação, repetem o teu nome uma e outra vez. Mas sua voz volta ferida pelas montanhas que se opõem.

Como vimos, em 9 a.C., ano de sua morte, Druso atuava em campanhas militares na Germânia. A presença das cortes armadas na queima do corpo do jovem indica a *pietas* e a reverência pública do grupo social ao qual fazia parte. Por se constituir em um evento público, confere maior visibilidade à bravura e atuação proeminente do combate. Ao experienciar a queima do corpo de Druso, a comunidade cívica tem a oportunidade de vivenciar diferentes maneiras de se relacionar com o espaço público da pira funerária. A cremação do corpo, além de se constituir por uma obrigação nos rituais fúnebres, poderia criar um impacto na memória dos enlutados. Como um elemento essencial, ao ser realizada no espaço da pira funerária “[...] se tornava em espaço sagrado de perpetuação” (OMENA, 2021, p. 78). Dessa forma, o evento da queima do corpo, realizado com a presença das cortes armadas e seguido de um funeral público aciona elementos políticos, religiosos e emotivos, uma vez que os impactos sensoriais (visão, audição, olfato e as emoções), ao serem ativados, conferem significados ao *locus* específico (TUAN, 1983, p. 9).<sup>88</sup>

Aqui, espaço e lugar, embora tenham semelhança em sua relação com o meio ambiente e o meio social, se diferem em seus significados e usos pelos indivíduos. Se constituem por um *locus* de experiência comum em que diferentes comunidades compartilham e constroem símbolos de poder e valores sociais. Ao se relacionarem, fornecem a sensação de pertencimento (TUAN, 1983, p. 5). O espaço é construído pelo homem. Atende a um propósito educacional,

---

*chamado Mausoléu, um grande túmulo [45] sobre uma base elevada de mármore branco às margens do rio, coberto até o cimo do monte com árvores perenes; então, há no alto uma estátua de bronze de César Augusto, sob o seu túmulo estão colocados o seu corpo, os dos seus parentes e amigos íntimos, e há um grande bosque sagrado atrás dele que tem [50] passeios admiráveis; e no meio da planície, está o recinto de sua cremação, também de mármore branco, cercado por um acabamento com um círculo de ferro, e é coberto por dentro com uma plantação de álamos negros. E se alguém retornasse até antigo fórum veria nele pórticos expostos um atrás do outro [55] e pórticos de basílicas e templos, veria também o Capitólio e as obras que há lá, as que há no Palatino e no passeio de Lúvia, e facilmente poderia esquecer as do estrangeiro. Tal é, sem dúvida, Roma” Strabo (1988). Geography. Vol. V. Books 8-10. Cambridge/Massachusetts/London, Harvard University Press. Versão original em grego. Para consulta do texto em grego, conferir Omena e Arima (2022, p. 412).*

<sup>88</sup> Para compreender melhor a relação e diferenciação entre espaço e lugar utilizamos a leitura de Yi-Fu Tuan, *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência* (1983). Tuan foi um geógrafo que se dedicou a problematizar a percepção e os significados em que as sociedades organizam a funcionalidade dos espaços em que habitam.

uma vez que, mediado pela linguagem, define ou aperfeiçoa o meio ambiente em que a sociedade estabelece suas relações sociais (TUAN, 1983, p. 114 – 119). Já o lugar fornece a noção de pertencimento a partir dos símbolos, funcionalidades e conceitos mobilizados no espaço habitado. Seu significado depende das características culturais em que as sociedades e os sujeitos vivenciam e conferem significados a determinadas situações. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 151).

O espaço da pira funerária envolve significados que ativam elementos emocionais e forjam memórias que comunicam posições sociais e políticas. A materialidade em decomposição tornava-se um agente mnemônico, pois a imagem do corpo na pira, o cheiro característico da queima e os sons evocados transformavam-se em produção social de memória, à medida que a finitude humana se revelava como um sentimento de identidade comum, bem como a prática dos rituais, pois produzia um sentido ao grupo (GRAHAM, 2011, p. 27; WILLIAMS, 2004, p. 267). Embora seja um monumento funerário temporário, é um espaço de criação de memória. Torna-se um lugar que, a partir da sua funcionalidade, fornece a noção de pertencimento. A seguir, no momento em que o corpo está na pira funerária, o autor anônimo, em uma espécie de *laudatio* para o jovem, descreve mais elogios.

*flamma diu cunctata caput contingere sanctum  
erravit posito lenta sub usque toro.  
tandem ubi complexa est silvas alimentaue sumpsit,  
aethera subiectis lambit et astra comis,  
qualis in Herculeae colluxit collibus Oetae,  
cum sunt imposito membra cremata deo.  
uritur heu decor ille uiri generosaque forma  
et facilis uoltus, uritur ille uigor  
uictricesque manus facundaque principis ora  
pectoraque, ingenii magna capaxque domus.  
spes quoque multorum flammis uruntur in isdem;  
iste rogos miserae uiscera matris habet. (Consolatória a Lívía, vv. 253-264).*

A chama, que por algum tempo reluta em alcançar a sagrada cabeça, vagou lenta e ininterruptamente ao pé do leito funerário. Por fim, quando envolveu as ramas e tomou alimento, lambeu o ar e as estrelas, ao elevar suas línguas de fogo, assim resplandeceu nos picos do monte Eta, quando foram consumidos pelo fogo os membros do deus Hércules dispostos pela pira.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> Embora nosso foco com o excerto não seja aprofundar na correspondência do excerto com Hércules e o mito de sua apoteose, citemos aqui Mota (2020): “Entre os heróis, semideuses, a morte de Hércules representa o caso mais conhecido de deificação. No tempo em que decorre a ação na Eneida, Hércules já integra o panteão olímpico e sua apoteose é recordada no episódio da visita de Enéias à Palanteu, cidade fundada pelo árcaide Evandro e ao sítio da futura Roma (VIRGÍLIO, *Eneida*, VIII, 97-183). Passado, presente e futuro estão amalgamados na narrativa, uma

Arde, aí, aquela beleza e nobre figura do homem e o amável rosto, arde aquele vigor e suas mãos vencedoras e a eloquente boca do chefe e seu peito, nobre e espaçosa morada de seu espírito. No meio das mesmas chamas também se consomem as esperanças de muitos. Esta pira contém as entranhas de uma infeliz mãe.

Nos últimos versos o autor anônimo mobiliza recursos retóricos poéticos para dramatizar a imagem do ritual de cremação do corpo de Druso na pira funerária. O jovem de atuação relevante em sociedade não era um cidadão comum, uma vez que o discurso divulgado nos indica que as chamas relutaram em atingir a materialidade do cadáver de Druso. Como representante da *domus augustana* e participante da notável *gens Claudia*, sua morte e os rituais fúnebres de seu cortejo tornam-se institucionalizados e símbolos de comoção pública. A descrição poética, ao mesmo tempo que cumpre um papel educativo, mobiliza as dimensões afetivas da sociedade e sinaliza também os lugares de memória acionados pelos rituais fúnebres (ASSMANN, 2011).

A representação da queima do cadáver de Druso aciona recursos retóricos que são mobilizados a partir da caracterização e assimilação do jovem com o sagrado. Também o insere entre os membros institucionalizado da *domus* imperial e que, ao mesmo tempo, é uma figura relevante nos assuntos políticos. Nos indica também que os rituais fúnebres não devem ser compreendidos como uma unidade, mas cada momento do ritual requer uma espacialidade específica que ativam a participação de personagens distintos para desempenhar funções políticas, sociais e culturais que são apresentadas pelo discurso poético da *Consolatória a Lívía*.

A narrativa não fornece mais informações a respeito do final do funeral ou dos procedimentos realizados para que o depósito das cinzas ocorresse de forma adequada. A saber: que a coleta dos restos mortais de Druso acontecesse e que fosse entregue à um parente mais próximo antes do enterro (HOPE, 2007, p. 114). É considerável destacar que depois que o cadáver foi queimado na pira, os ossos que restavam eram vistos como puros (ERKER, 2011, p. 55). Para os indivíduos que não eram vinculados aos grupos da aristocracia, logo após a

---

vez que o poeta se utiliza de referentes da toponímia religiosa da *urbs* para construir a trajetória do herói troiano. Eneias desembarca no local posteriormente conhecido como *Forum Boarium* e surpreende Evandro e os árcades durante os preparativos para o sacrifício anual na *Ara Maxima*. A benevolência de Hércules, protetor da Humanidade, é recompensada com um tributo anual, festas e sacrifícios realizados junto à *Ara Maxima* para a qual Virgílio apresenta uma etiologia na Eneida (VIRGÍLIO, *Eneida*, VIII, 185-189). Os sacerdotes, que rememoram os trabalhos do herói, clamam o benefício do nume e a aceitação das dádivas: *Salve, uera Iouis prole, decus addite diuis*. “Salve de Jove a verdadeira prole, / esplendor acrescentado aos Deuses.” (VIRGÍLIO, *Eneida*, VIII, 301, Trad. José Victorino Barreto Feio).” (MOTA, 2020, p. 13 e 14).

queima do corpo os restos cremados eram depositados em frascos de vidros, potes de cerâmica, caixas de pedras, urnas de mármore, bem como em caixões de madeira. Poderiam ser também enterrados sob a cobertura de telhas, ou em caixão de madeira, chumbo ou pedra (CARROLL, 2006, p. 04).

No entanto, se regressarmos um pouco no texto consolatório, nos versos em que o autor anônimo faz o percurso das mortes anteriores da *domus* do *Princeps*, indica que o pesar pela morte de Druso é caracterizado como um evento público. Apresenta também o local em que suas cinzas foram depositadas:

*uidimus erepta maerentem stirpe sororis:  
luctus, ut in Druso, publicus ille fuit;  
condidit Agrippam quo te, Marcelle, sepulcro,  
et cepit generos iam locus ille duos;  
uix posito Agrippa tumuli bene ianua clausa est,  
percipit officium funeris ecce soror.  
ecce ter ante datis iactura nouissima Drusus  
a magno lacrimas Caesare quartus habet. (Consolatória a Lúvia, vv. 65 –  
72)*

O temos visto afligido pela perda da prole de sua irmã. Também aquele, como no caso de Druso, foi uma dor compartilhada por todos. Ele enterrou Agripa na mesma tumba que a ti, Marcelo, e já aquele lugar acolheu aos dois genros; quando se enterrou Agripa, a porta do sepulcro foi fechada com força: sua irmã lhe faz sentir seu dever fúnebre. Depois das três perdas anteriores, eis aqui que a última, Druso, recebe em quarto lugar as lágrimas do grande César.

De acordo com Maureen Carroll (2006), em seu livro *Spirits of the Dead: Roman Funerary Commemoration in Western Europe*, a lei romana prescrevia que os mortos deveriam ser enterrados fora dos limites da cidade. As áreas reservadas aos sepultamentos eram chamadas de *necrópoles*. Contudo, mesmo que estivessem localizadas em regiões mais afastadas ou em estradas, inúmeros passantes convergiam ou deambulavam pela *comunidade dos mortos*, garantindo a visibilidade dos monumentos funerários (CARROLL, 2006, p. 02). É pertinente destacar que os termos *sepulcretum* e *sepulcrum* compreendiam os locais utilizados para um único enterro. Poderiam representar também uma área que continha um maior número de sepultamentos. Em muitas ocasiões o uso do termo *tumulus* se referia, em geral, às sepulturas. Já os *columbarium* eram construções que atingiam proporções maiores. Na maioria das ocasiões, eram construídos por famílias aristocráticas para abrigar as cinzas da família nuclear, bem como de toda sua *gens*, escravizados, libertos e clientes (CARROLL, 2006, p. 3 e 12).

Segundo os últimos versos (vv. 65 – 72), as cinzas de Druso foram depositadas no Mausoléu de Augusto. Vimos nos capítulos anteriores de nossa Dissertação que a construção do edifício realizada entre os anos de 29 a.C. a 23 a.C. ressignificava o contexto de enterramento, pois indicava que o espaço em que abrigava as cinzas dos mortos se relacionava também às narrativas que envolviam os dispositivos de poder, “[...] uma vez que a aristocracia e, em nosso caso, a *domus* imperial, competia por espaços de memória na cidade dos mortos” (OMENA, FUNARI, 2016, p. 96). Como um espaço planejado, o Mausoléu de Augusto, assim como o Fórum, as vias, os teatros, anfiteatros, aquedutos, entre outros edifícios, são construções que atuam como discursos que definem identidades e divulgam os ideais da época. Uma vez que a família imperial representava um modelo de conduta familiar para o Império, o Mausoléu representava um símbolo de distinção institucional e política. De espaço funcional tornava-se, portanto, lugar de memória, pois abrigava, produzia e indicava a memória dos ancestrais da *gens Iulia* e da *gens Claudia* no interior da *domus Augusta*, as quais disputavam a sucessão imperial (ASSMANN, 2011; TUAN, 1983).

Por ser um edifício de relevância para os anseios dinásticos do *Princeps*, o Mausoléu de Augusto se localizava no Campo de Marte, às margens do rio Tibre, com uma estrutura altamente visível e em justaposição com outros monumentos públicos e dinásticos (CARROLL, 2006, p. 50).<sup>90</sup> É oportuno citar aqui o artigo de Omena com Paulo Yoke Oliveira Arima (2022),

---

<sup>90</sup> Cunha (2020) dedica-se a analisar as construções no Campo de Marte e no Capitólio. Para o autor, o Mausoléu de Augusto se constitui por “[...] obra monumental [que] foi a primeira construção de Augusto no *Campus Martius*, iniciado em 29 a.C., entre a Via Flamínia e o Tibre. A base circular em mármore media mais de 85 metros de diâmetro; com uma altura de aproximadamente 45 metros [...]. Desde o início Augusto projetou a área circundante como um parque público com plantações de árvores e passeios esplêndidos para o lazer popular. De acordo com Estrabão (*Geografia*, V. 3. 8), os romanos ergueram no Campo de Marte monumentos fúnebres para as pessoas mais ilustres, no entanto, o mais notável dentre eles era o Mausoléu de Augusto, que consistia em um monte de terra erguida sobre uma alta fundação de mármore branco, situado perto do rio, e coberto até o topo com arbustos sempre verdes. Sobre o cume estava uma estátua de bronze de Augusto. [...] ao ser esta uma das primeiras obras iniciadas pelo então Otaviano após sua vitória em Ácio, o valor simbólico desta construção era enorme, pois era uma prova material de seu compromisso com Roma e suas tradições, além de uma garantia de que o centro do poder não deixaria Roma, diferentemente do que foi propagandeado por Otaviano após tornar público o conteúdo do testamento de Marco Antônio, no qual este teria deixado expresso o seu desejo de ser enterrado em Alexandria” (CUNHA, 2020, p. 236). Segundo nos informa Omena e Funari (2016, p. 87), “[...] o *tumulus* de Otávio passa a inserir-se em um sistema de recordação, um sistema de símbolos, permitindo, com isso, à *domus* octaviana e aos seus partidários a agregação à tradição do *mos maiorum*. Sabemos, pois, que o Campo de Marte compreendia um espaço social em que se reuniam cidadãos para a eleição dos cônsules e censores, gerais iniciavam suas procissões triunfais, a associação com a divindade Marte e, em termos simbólicos, este espaço teria sido o local de apoteose de Rômulo (cf. Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*. I. IV/VII/VIII/IX/XV/XVI). Além disso, ocorriam procissões funerárias de ilustres cidadãos que, somente por concessão do Senado, poderiam seguir pelo Campo de Marte. O privilégio representaria uma homenagem aos serviços prestados à *Res Publica*. [...] ao posicionar a sua *domus* eterna em um ambiente vinculado ao capital simbólico do *mos maiorum*, Otávio aproximou-se dos discursos senatoriais, ganhando, deste modo, maior visibilidade e significado político e social”.

*Os meandros dos espaços de recordação no monumento funerário de Otávio Augusto (séc. I a.C. – I d.C.).* A proposta dos autores é a de:

[...] compreender o Mausoléu de Augusto e o espaço sob o qual foi construído, isto é, o Campo de Marte. Ambos fazem parte da espacialidade urbana e pública de Roma e sua apropriação [...] esteve inserida em um contexto de disputas políticas. [...] constituíam dispositivos de comunicação visual e memória, tendo em vista que a arquitetura romana era um mecanismo simbólico de pertencimento ao *mos maiorum*. (OMENA; ARIMA, 2022, p. 410).

A localização de túmulos em frente a rios ou ao mar era estrategicamente escolhida, em especial, por seu campo de visibilidade. Os mausoléus estavam entre os monumentos mais visíveis e públicos de assentamentos romanos em todo o Império (CARROLL, 2006, p. 02). Localizado no Campo de Marte, que pode ser compreendido como o “[...] espaço sob o qual diferentes monumentos se tornaram lugares de memória” (OMENA; ARIMA, 2022, p. 441), o Mausoléu de Augusto se associava ao “[...] *status* de manutenção dos valores ligados à ancestralidade das famílias notáveis, bem como à transmissão de discursos, identidades em um campo de constantes disputas políticas e visibilidade social” (OMENA; ARIMA, 2022, p. 411).

Os sepultamentos dentro da cidade ligavam-se ao mérito (*uirtus*) do indivíduo frente à comunidade e o prestígio de sua *gens*, no entanto, não eram frequentes (ERKER, 2011, p. 42). A proibição de enterrar os mortos dentro dos limites da cidade estava conectada com o estatuto religioso. A fronteira era marcada por uma linha conhecida como *pomerium* que “[...] demarcava os contornos sagrados da cidade e delimitava as fronteiras religiosas e políticas” (CUNHA, 2020, p. 36).<sup>91</sup> À época de Augusto, o *pomerium* se constituía por uma “linha divisória entre diferentes tipos de atividades humanas e entre tipos diferentes de relações humanas com os deuses” (CUNHA, 2020, p. 167). Era necessário preservar o espaço sagrado da cidade e suas instituições, dessa forma, todos os contatos com a morte deveriam ser evitados. Mesmo o exército, que se envolvia regularmente com a morte, não tinha permissão para cruzar a fronteira sagrada (ERKER, 2011, p. 43).

---

<sup>91</sup> Ainda segundo Cunha (2020), “A união entre restauração religiosa e arquitetônica empreendida por Augusto foi possível pelo fato de que, para um romano de então, não apenas o terreno onde se localizavam os templos era sagrado, mas todo o espaço da cidade, ou para ser mais exato, todo território que se localizava dentro do *pomerium* era um território consagrado, visto que o *pomerium* [...] demarcava os limites sagrados da cidade, auguralmente definidos”. (CUNHA, 2020, p. 164).

O fato de Druso ter sido enterrado no Mausoléu de Augusto era relevante, uma vez que o edifício:

[...] representava uma arquitetura de poder. Sabe-se, pois, que o Campo de Marte tinha um significado religioso, já que se vinculava ao deus Marte. Realizava-se a eleição de cônsules e censores, generais iniciavam suas procissões triunfais e dignitários estrangeiros se hospedavam no local, até receberem a permissão para entrarem em Roma (BRANGERS, 2007, p. 6; OMENA; FUNARI, 2016, p. 59). Assim, o túmulo de Otaviano ganhou maior significado nas estruturas institucionais da *Res Publica*. [...] Neste caso, o ritual de enterramento ganha uma linguagem política dramática, à medida que o poder “se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagem, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p. 7). A casa eterna das gentes *Iulia* e *Claudia* estaria associada aos mitos fundacionais de Roma, à construção identitária do *mos maiorum* e, em termos figurativos, à instituição republicana. (OMENA, 2020, p. 6 e 7).

Precisamente nos versos 161 a 163, o autor anônimo exclui qualquer possibilidade de que as cinzas de Druso fossem colocadas junto à família dos *Claudii Neronés*, mas nos indica, a partir do discurso direto de Lívias, que foram depositadas no Mausoléu de Augusto. Com efeito, anos depois, em 29 d.C., Lívias foi enterrada no mesmo local que o filho:

*quod licet, hoc certe, tumulo ponemur in uno,  
Druse, neque ad ueteres conditus ibis auos;  
miscabor cinerique cinis atque ossibus ossa (Consolatória a Lívias, vv.161-163).*

Mas o que é possível, é certamente isto: seremos enterrados em uma mesma tumba, oh Druso, e tu não irás te reunir na sepultura com os teus ancestrais, mas minhas cinzas se mesclarão com as tuas e os meus ossos com os teus ossos.

Os túmulos ao mesmo tempo que servem de morada para os mortos, lembram os vivos acerca da finitude humana e promovem os nomes, as identidades, os sucessos e até mesmo os fracassos dos mortos e de sua família (OMENA, 2020; 2018; OMENA, FUNARI; 2020; CAMPBELL, 2015; CARROLL, 2011; 2006; HOPE, 2011; 2003). A configuração dos monumentos funerários e as inscrições presentes nos mesmos manifestavam identidades étnicas e cívicas, realizações profissionais, registravam laços familiares e apresentavam as carreiras e feitos públicos ou privados. Revelavam atitudes, aspirações e desejos dos cidadãos (CARROLL, 2006, p. 04). Como mencionado no decorrer das nossas análises, o funeral romano e a necrópole refletiam aspirações e expectativas sociais e a forma a qual o cadáver foi tratado,

enterrado e comemorado poderia ser negociada a partir do seu *status* para promover a construção de identidades desejadas. A memória do morto era compartilhada, pública e poderia ser contestada ou manipulada pelos vivos.

Considerando que Druso morreu em campanhas militares, era mais comum que seu corpo fosse cremado no local da morte e os restos mortais transportados para o local de sepultamento posteriormente (CARROLL, 2006, p. 163 – 164). No entanto, veremos no próximo tópico que o autor anônimo elabora um discurso que nos indica que o seu corpo foi pego e escoltado pelo irmão para regressar à Roma (*Consolatória a Lúvia*, vv. 85 – 94), e a narrativa não nos forneça detalhes de como a preservação do corpo ocorreu, bem como não indica questões relacionadas à materialidade em decomposição. Este é um forte indicativo de que os ritos fúnebres eram adotados, adaptados e elaborados especialmente em ocasiões para aqueles que eram dignos de honra. Em nosso contexto, o discurso poético assume uma configuração polissêmica, além de se apresentar como prática política e que regula, ou indica comportamentos frente à morte. Levando em consideração que as atitudes dos indivíduos em vida, ou os meios que levaram à sua morte causariam consequências no tratamento do corpo e na execução dos rituais fúnebres (HOPE, 2000, p. 107 – 108), a *Consolatória à Lúvia* apresenta o cortejo de Druso como um evento em que deveria ser comemorado, honrado e lembrado.

No dia do enterro e após os rituais de cremação deveriam ser realizados rituais de purificação, sacrifícios e libações. Banquetes, ou ofertas de comidas feitas aos mortos ocorriam no dia do funeral (*silecernium*). Após a execução do cortejo, um sacrifício de uma porca para Ceres (*porca praesentanea*) acontecia na sepultura. Durante a realização dos banquetes fúnebres, homens e mulheres comiam junto ao túmulo, acompanhando assim, o morto à sua futura morada. O sacrifício expiatório tinha a presença do falecido, e o seu objetivo era purificar a família enlutada. Após nove dias de luto (*feriae denicales*) – cronologicamente marcados por um ramo de cipreste na porta da casa do falecido –, período em que sua família devia cessar as atividades habituais, regressavam e faziam outra refeição no túmulo. Na ocasião, realizavam rituais de limpeza fúnebre e uma festa (*cena novendalis*) ao lado do túmulo. Os nove dias de festa e libações fúnebres do falecido concluíam o período de luto para os parentes. Em seguida, derramavam libações para os *Di Manes*, os deuses ou espíritos dos mortos, a fim de marcar e reforçar a separação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos (ERKER, 2011, p. 53; JESEN, 2008, p. 117; HOPE, 2007, p. 116; CARROLL, 2006, p. 71 – 74).

Dentre as cerimônias associadas aos funerais, o banquete ocupava um lugar de destaque, reproduzindo-se, assim, no recinto da tumba, a mais recorrente modalidade de entretenimento no Império Romano, presente na vida dos indivíduos do berço à sepultura. [...] os banquetes constituíam, por assim dizer, a espinha dorsal dos cultos funerários antigos, [...]. Logo no primeiro dia do sepultamento, realizava-se um banquete denominado *silicernium*. Nove dias depois, tinha lugar a *cena novendialis*, que assinalava o fim do período de luto. Outro banquete poderia ocorrer no trigésimo dia do falecimento, repetindo-se todos os anos, no aniversário de morte do defunto e no festival das *Parentalia* (SILVA, 2016, p. 8).

Distribuições de comida em banquetes públicos, combates de gladiadores e outras formas de entretenimento também eram realizadas para homenagear os mortos. Jantares e banquetes poderiam ser alguns dos locais que reivindicavam a condição de *memento mori*, pois imagens da morte, como o esqueleto, copos adornados e mosaicos eram apresentadas (HOPE, 2007, p. 52). Patrocinadores de eventos públicos ou privados como jogos, festas e cerimônias como funerais e triunfos, utilizavam do aparato cênico, visual e sonoro para afetar a comunidade cívica (FLESS; MOEDE, 2007, p. 250). É interessante recordar que em 9 a.C., Lívia e Júlia, respectivamente mãe e esposa de Tibério, ofertaram para as mulheres de Roma um banquete por ocasião da vitória militar de Tibério. Havia sido organizado também um banquete pela esposa de Druso, Antônia, juntamente com Lívia, para o pretendido triunfo do jovem (DION CÁSSIO, *História Romana*, LV, 2.4). Esta é a primeira evidência de patrocínio feminino por uma celebração de vitória em campanhas militares (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 39).

Recentes descobertas arqueológicas de restos de comida em cemitérios e túmulos sugerem que os alimentos associados aos rituais fúnebres poderiam ser variados, como, traços de pão, carne, cereais, frutas e nozes (HOPE, 2007, p. 116; CARROLL, 2006, p. 71 – 74). Era comum, na realização da *cena novendalis*, a oferta de um texto com o nome do morto e detalhes de sua vida que contribuía para a celebração de sua memória (ERKER, 2011, p. 54; CARROLL, 2006, p. 3 e 4). Ao considerar a programação e as atividades do funeral romano, percebemos que tais eventos compunham atividades comemorativas que proporcionavam uma valiosa oportunidade para os membros das aristocracias demonstrarem e aumentarem suas importâncias frente à comunidade cívica, exibirem seus *status* e entreterem a comunidade cívica (OMENA & GOMES, 2018; OMENA & FUNARI, 2017; DOLANSKY, 2011; HOPE, 2003; BURKE, 2002).

As práticas funerárias indicam que com a morte de uma pessoa, indivíduos próximos ao falecido deveriam se responsabilizar para que o sujeito deixasse o mundo dos vivos e para que

os rituais fossem cumpridos de forma devida. Ao mesmo tempo em que a família e pessoas próximas conduziam o morto para sua habitação futura, passavam a “[...] celebrar a sua posição no interior da família, suas relações com a comunidade e [...] a própria família no corpo social” (OMENA, CAPEL, 2021, 12). A execução dos rituais e das comemorações aos mortos, como as *Lemuria*, os *Parentalia* e a *cena novendalis*, reforçavam os laços sociais tradicionais entre os indivíduos e enfatizavam a estrutura social a partir dos símbolos divulgados nos rituais (GEERTZ, 1973, p. 144). Tornava-se um momento de comemoração e de festa. Para Guarinello (2001), a festa representa:

“[...] uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando na concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. Festa, portanto, produz identidade. [...] Toda festa tem suas próprias regras. [...] O que chamamos de festa é parte de um jogo, é um espaço aberto no viver social para a reiteração, produção e negociação das identidades sociais. Um lapso aberto no espaço e no tempo sociais, pelo qual circulam bens materiais, influência, poder. [...] A festa unifica, mas também diferencia, tanto interna quanto externamente. [...] A festa não apaga as diferenças, mas antes une os diferentes. A identidade que cria é uma unidade diferenciada [...]. Toda festa é [...] uma estrutura de poder, [...] que se inscreve na memória coletiva e individual dos participantes” (GUARINELLO, 2001, p. 972-974).

Dessa forma, as práticas mortuárias apresentadas a partir das evidências textuais e materiais direcionavam-se à permanência da aristocracia romana frente à comunidade cívica em lugares de destaque. Ao mesmo tempo, convertiam-se em luta contra o esquecimento, pois a partir de sua realização preservavam o nome do indivíduo, de sua família, bem como de sua *gens*. Transformavam-se em produção e transmissão de memória social. Uma vez que o cortejo fúnebre é um repositório de memória a partir de sua ação ritual (HOPE, 2003, p. 117 e 118), se apresenta como mecanismo que modela e reflete expectativas e projeções sociais. A execução e descrição desses rituais era um recurso para “[...] celebrar e eternizar seus mortos [...] criaria um espaço de sociabilização, no qual, asseguraria, pelo menos, em termos simbólicos, um ambiente de controle” (OMENA; FUNARI, 2021, p. 83). Embora fosse um momento de comemoração, era, antes de tudo, uma forma de comunicação e articulação entre as relações estabelecidas entre política, poder e memória (BURKE, 2002, p. 27).

Compreendemos que ao apresentar as descrições dos rituais fúnebres da morte de Druso, uma das principais funções do autor anônimo em compor o texto consolatório seria destacar as características dos costumes funerários romanos à época imperial. Também destacava a posição de Lívia nos espaços de poder e, ao mesmo tempo, a manutenção e legitimação da imagem de Tibério nos assuntos que envolviam a sucessão imperial. Sua execução convertia-se em um grande espetáculo, “uma das características mais típicas da cidade de Roma” (FLOWER, 2006, p. 323). Ainda de acordo com Harrier L. Flower:

A topografia da cidade desenvolveu-se em parte em resposta a espetáculos e desfiles cada vez mais elaborados e serviu como uma espécie de palco para essas performances. Após o fim da Segunda Guerra Púnica, os cidadãos de Roma teriam sido brindados com espetáculos cada vez mais frequentes e cada vez mais esplêndidos [...]. [Eram realizadas] várias celebrações como um sistema coerente, representando a comunidade romana e seu lugar no mundo através de exibição e performance dentro do espaço da própria cidade. (FLOWER, 2006, p. 323. Grifo nosso).

Designava, dessa forma, a identidade coletiva. Nesse sentido, consideramos que o texto consolatório cumpre também o objetivo de atuar como *memento mori*, uma espécie de lembrete de que todos morrerão (HOPE, 2007, p. 118). A sociabilização proporcionada a partir da morte era evidenciada na maioria dos funerais aristocráticos, pois as cerimônias fúnebres desse grupo eram realizadas de forma pública. As práticas mortuárias, que envolviam a realização dos rituais e a grandiosidade dos cortejos, conferiam visibilidade aos membros da *domus* a partir da exibição, lamento e louvor dos seus mortos. Se tornava artifício para reafirmar suas conquistas, favorecer os nomes dos seus ancestrais e atestava a manutenção da reputação da família no espaço público (HALES, 1971, p. 46).

Os deslocamentos sinalizados na ocasião da morte de Druso permitem compreender o texto como um discurso institucional, sagrado e que regulamenta condutas, uma vez que a interação entre a comunidade cívica e a família imperial enlutada proporciona um ambiente favorável para se fazer e divulgar a memória (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 2). A representação poética das práticas que se envolvem a morte de Druso e a execução do seu funeral, cheio de homenagens e com bastante pompa, se apresenta como um evento que se tornaria um padrão para todo o Principado para homenagear os membros da família de Augusto no contexto da morte. Como propõem Omena e Funari (2017, p. 55), Favro e Johanson (2010, p. 16), a prática do cortejo fúnebre tinha potencial simbólico a partir da realização dos seus feitos (a presença da multidão que acompanhava a procissão, o uso das máscaras dos ancestrais, ou pelo discurso

(*laudatio funebris*) evidenciados no desfile do funeral. A *domus* a qual participava evocaria a memória dos ancestrais das *gentes Iulia* e *Claudia*, no interior da *domus Augusta*, as quais disputavam a sucessão imperial.

### 3.2 – Fraternidade e combate na atuação de Tibério e Druso: a morte triunfal *pro patria*.

Até o momento apresentamos como a morte e os rituais funerários que compreendem a morte de Druso (9 a.C.) são representados na *Consolatória a Lúvia*. Veremos, a partir de agora, como o valor de Druso é formulado a partir de sua eficaz atuação em batalha, por morrer em combate e por suas contribuições proporcionadas à *urbs*. De acordo com Omena (2015, p. 20 e 21), “a morte de indivíduos virtuosos, possui uma função social: tornam-se exemplos a serem lembrados, glorificados e projetados na memória pública”. A relevância social e política dos indivíduos se constituía a partir das suas ações em vida e também após a morte. Por isso, era necessário elaborar uma imagem do presente para o futuro. O ideal era alcançar esse reconhecimento por intermédio de sua atuação pública, mas além ou em vez disso, tínhamos opções práticas (visuais, textuais e a execução de rituais) que promoviam e memorizavam o nome dos indivíduos (HOPE, 2003, p. 116).

Dessa forma, as imagens elaboradas do jovem no contexto fúnebre promoviam sua imagem pública e um discurso que o caracterizava como digno de lembrança, pois, a partir da sua atuação, estaria vinculado à *uirtus* romana e deveria ser comemorado e honrado (OMENA, 2013; HOPE, 2011; NOY, 2011; HUSKINSON, 2007). O tema central da narrativa que consola Lúvia é indicado nos primeiros versos da obra:

*occidit exemplum iuuenis uenerabile morum:  
maximus ille armis, maximus ille toga (Consolatória a Lúvia, vv. 13 – 14).*

Sucumbe morto um exemplo de jovem respeitado: ilustre com as armas, ilustre com a toga.

Ao lado das qualidades de Druso, o adjetivo *maximus* é utilizado pelo autor para se referir à sua atuação com as *arma* e a *toga*. Filho de Lúvia com Tibério Cláudio Nero, três meses antes de seu nascimento, em 38 a.C., sua mãe casa com Otávio – Augusto e, embora não tenha sido adotado por ele, Druso sempre se manteve a seu favor. O jovem deveria ser o personagem central do texto consolatório e, de fato, seu nome é bastante citado, pois é a sua morte que faz com que a escrita da consolatória aconteça. Sua atuação civil é pouco mencionada, no entanto, sua glória militar é descrita com ênfase em alguns versos. Essas atitudes vinculam-se aos

valores sociais, políticos e religiosos da época, uma vez que fornecem para Tibério e Druso prestígios na sociedade.

De acordo com Isabelle Cogitore (1994, p. 1095), os méritos militares do jovem são desenvolvidos em vários momentos do texto consolatório em razão da sua importante atuação nas campanhas militares que protagonizou juntamente com seu irmão Tibério. De acordo com Matheus Álvares Ribeiro (2020), as campanhas militares romanas realizadas a partir do século I a.C., “foram com frequência justificadas como libertadoras e pacificadoras. [...] levariam a paz aos povos conquistados e o discurso da *Pax Romana* fora reiteradamente usado como propaganda interna e externa” (RIBEIRO, 2020, p. 45). Para John W. Rich, em *Drusus and the spolia optima* (1999, p. 551), a configuração política do governo de Augusto fez com que o *Princeps* delegasse o comando e a conquista militar das demais regiões do Mediterrâneo aos membros de sua família.

Uma das hipóteses apresentadas por Rich (1999, p. 548) é que Augusto não precisava mais afirmar sua glória militar pessoal presencialmente e desejava que Druso e Tibério o fizessem. Considerando as disputas políticas, embora a sucessão fosse destinada aos filhos adotivos de Augusto, Caio e Lúcio, representantes das *gens Iulia*, seus enteados representavam membros importantes de sua família, mesmo que fizessem parte da *gens Claudia*.<sup>92</sup> Com a

---

<sup>92</sup> João Gouveia Monteiro, em *O exército romano: da matriz hoplita à ameaça bárbara* realiza um panorama a respeito da proeminência do exército à época de Augusto. “Augusto iniciou então a sua extraordinária obra de conversão de uma República exangue num Império florescente e dominador. O aperfeiçoamento da máquina militar romana fez parte desse projeto. Desde logo, Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) procurou resolver os graves problemas abertos pela profissionalização do exército decorrente das reformas de Mário: criou o *aerarium militare*, um fundo possibilitado pela cobrança de 1% das vendas públicas, de 4% das vendas de escravos, de 5% das doações testamentárias superiores a um determinado valor e de 5% da libertação de escravos. Graças a este fundo, os soldados passaram a receber salários regulares com descontos obrigatórios que lhes garantiam, na hora do licenciamento, uma espécie de reforma, paga em dinheiro ou em terra (ou em ambas as modalidades), com a qual se podiam estabelecer em colônias de veteranos (*canabae*), quer como agricultores, quer como pequenos comerciantes; algumas dessas colônias (muitas vezes situadas perto das bases da antiga legião) cresceram de forma tão significativa que deram mais tarde origem a verdadeiros municípios. Além disso, Augusto promoveu um comando supremo centralizado da máquina militar, colocada na direta dependência do imperador, que depois delegava as suas competências, muitas vezes em membros da família imperial (Agripa, Druso, Germânico, Tibério, etc.). Com estas medidas, o primeiro imperador romano não só assegurou meios de subsistência dignos para os veteranos de guerra, como também garantiu o controlo da máquina militar com base na eficácia e na lealdade dos seus quadros principais, a que agora tinham acesso não só os senadores, mas também os cavaleiros. Os melhores soldados e oficiais passaram a poder acalentar a esperança de aceder à ordem equestre, e construíram-se assim muitas carreiras puramente militares. A devoção ao serviço imperial instalou-se ao ponto de se prestar um juramento de fidelidade ao comandante e de se reservar doravante ao príncipe a realização dos *auspicia*. Em nome da *pax romana* [...], Augusto alargou as fronteiras do Império na direção da Península Ibérica, da Récia, da Nórca, dos Alpes e da Ilíria, acabando por fixar o seu limite norte nas fronteiras naturais do Reno e do Danúbio [...], até ao rio Elba (desastre de Varo em Teutoburgwald, em 9 d.C.). Quando Augusto faleceu, em 14 d.C., o Império tinha praticamente atingido a sua máxima extensão, exceção feita à Bretanha (conquistada por Cláudio em 43 d.C.), à Dácia (atual Roménia, de que Trajano se ocupou perto do ano 100 d.C.) e a algumas conquistas a Oriente (na Mesopotâmia, na Pérsia, na Arménia, na Ibéria do Cáucaso), parte das quais se perdeu pouco depois dos sucessos iniciais.” (MONTEIRO, 2020, p. 299 e 300).

morte de Agripa (12 a.C.), os nomes de Druso e Tibério ganharam visibilidade caso algo acontecesse com Augusto. Nesse sentido, os interesses dinásticos e a importância da família a qual faziam parte, exigia ou indicava que conquistassem o sucesso militar a partir das realizações em campanhas. É considerável que nesse movimento de expansão, os filhos de Lúvia “[...] vão trabalhar ativamente no alargamento de fronteiras e consolidar os seus estatutos de generais experimentados: Druso avança para além do Reno; e Tibério subjuga revoltas na Ilíria e conquista a Panónia” (BRANDÃO; LEÃO, 2020, p. 28).<sup>93</sup>

Ao considerar que o Império Romano é resultado “de um lento processo de conquista militar e centralização política, primeiro da cidade de Roma sobre a Itália, depois da própria península sobre as demais regiões do Mediterrâneo” (GUARINELLO, 2009, p. 149), por conseguinte, segundo nossos pressupostos, a consolatória mobiliza recursos retóricos para destacar e inserir a atuação de Druso no movimento de expansão e pacificação das áreas conquistadas. Os autores José Luís Brandão e Delfim F. Leão, em *O Principado de Augusto* (2020), apresentam uma análise a respeito da importância das regiões conquistadas pelos irmãos.

Uma das razões para as campanhas na Germânia pode ter sido a proteção da Gália, como César já tinha feito antes, mas também pode ser uma forma de justificar a existência de um exército fiel e preparado. [...] foram levadas a cabo, por Druso e Tibério, as campanhas para pacificação das comunidades alpinas que cobravam a passagem e faziam razias nos vales. [...] Enquanto isso, Augusto instala-se na Gália Lugdunense. A dedicação em 9 a.C. do Altar da Paz (*Ara Pacis*) vem sublinhar a ideologia da Pax Romana, apesar de continuarem guerras nas fronteiras distantes. Druso morre em 9 a.C., no regresso de uma campanha em que atingira o Elba, assegurando a boa fama dos que morrem cedo, por comparação com a de Tibério. Este foi transferido para a fronteira do Reno, para desencorajar investidas dos Germanos, e elevado à categoria de *Imperator*, título que partilha agora com Augusto (BRANDÃO; LEÃO, 2020, p. 27 e 28).

---

<sup>93</sup> “As realizações militares de Tibério e Druso foram devidamente recompensadas com honras, mas estas foram conferidas em etapas cuidadosamente graduadas. [...] Tibério e Druso lutaram na campanha dos Alpes em 15 a.C. apenas como *legati* de Augusto. Eles não tinham, portanto, direito a nenhuma honra por direito próprio, mas Augusto recebeu uma saudação como imperador, sua décima e a primeira que ele não havia vencido pessoalmente. Ele mesmo recebeu saudações em 12 a.C. (sua décima primeira) pelos sucessos de Tibério na Ilíria e em 11 a.C. (sua décima segunda) pelas vitórias de Druso na Germânia (DION CÁSSIO, *História Romana*, 54.33.5). No entanto, os irmãos receberam um prêmio de consolação: a *ornamenta triumphalia*, conferida a Tibério em 12 e a Druso em 11 (DION CÁSSIO, *História Romana*, 54.31.4, 33.5; SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 9.2; *Vida de Cláudio*, 1.3). Isso lhes deu o mesmo direito à vestimenta triunfal que os homens triunfantes, principalmente o direito de usar a coroa de louros nos jogos” (RICH, 1999, p. 548 e 549).

O autor anônimo recorda as conquistas nos Alpes e as lutas vitoriosas em que Druso submeteu os povos que compunham as tribos germânicas – Suevos, Sicambros e Vindélicos – em 15 a.C. Entre os versos 15 e 20, a atuação de Druso é destacada na narrativa:

*ille modo eripuit latebrosas hostibus Alpes  
et timulum belli dux duce fratre tulit.  
ille genus Sueuos acre indomitosque Sicambros  
contudit inque fugam barbara terga dedit  
ignotumque tibi meruit, Romane, triumphum,  
protulit in terras imperiumque novas. (Consolatória a Lúvia, vv. 15 – 20).*

Aquele que arrebatou nossos furtivos inimigos dos Alpes e quando foi general obteve a honra de guerra e a dividiu com seu irmão. Aquele que abateu o bastante violento povo suevo e os indomáveis sicambros; retornou dos povos bárbaros e, como romano, mereceu o triunfo desconhecido por ti e mostrou o poder por terras novas.

É interessante destacar que entre os versos 15 e 20, o autor anônimo adjectiva os povos conquistados como bárbaros. Aqui é válido citar Semíramis Corsi Silva (2017, p. 123), pois nos indica as justificativas para a criação e o uso do termo bárbaro.

A criação do conceito de bárbaro (βάρβαρος – *barbaros*) surgiu entre os gregos antigos. Já nas obras atribuídas ao poeta Homero, *Ilíada* e *Odisseia*, possivelmente do século VIII AEC [...]. Ser bárbaro nestas primeiras obras escritas em grego era aquele que não falava a língua dos helenos, como eram identificados os gregos. De um critério linguístico, o termo passou a ser usado entre os gregos antigos para definir aqueles que não compartilhavam dos códigos de comportamento, dos valores e dos modelos ideais da cultura grega [...]. Do modelo de bárbaro de Homero e Heródoto, as representações desse *outro* chamado de bárbaro foram sendo estendidas para todos que fossem diferentes da cultura grega e romana, como podemos ler nas obras de escritores do período imperial, como em Tácito (*Germânia*), por exemplo. Bárbaros (*gentes barbarorum*) passam a ser, em geral, aqueles que não compartilham da παιδεία – *paideia* grega e/ou da *humanitas* latina. No pensamento romano das elites imperiais, a ideia de *humanitas* significava uma ética e uma cultura literária. Era a educação letrada recebida pelos membros das elites, que se caracterizava como a virtude de humanidade e o estado de civilização (VEYNE, 1992: 283). Esta *humanitas* se opunha, por sua vez, a *ferocitas*, estado considerado de barbárie (SILVA, 2017, p. 123).

Na passagem (vv. 15 – 20), compreendemos que o triunfo mencionado seria um recurso poético utilizado pelo autor anônimo para engrandecer a figura e atuação vitoriosa de Druso sobre os povos estrangeiros. Para um aristocrata romano, derrotar um inimigo estrangeiro conferia ao combatente prestígios e poderes militares e civis, pois perpetuava sua memória

relacionada com as batalhas e refletia positivamente nos assuntos políticos (GOLDSWORTHY, 2018, p. 380; FLOWER, 2006, p. 327). Por outro lado, como já mencionamos, as cerimônias dos triunfos eram complexas: consistiam em procissões rituais em que o líder das campanhas exitosas desfilava pelas ruas da cidade à frente de suas tropas e apresentava os seus espólios e os prisioneiros conquistados para a população. O general triunfante, juntamente com sua tropa, entrava na cidade pelo portão triunfal, com início no Campo de Marte – deus da guerra –, vestido de forma esplêndida e, na sua carruagem puxada pela quadriga,<sup>94</sup> era acompanhado por senadores, músicos e animais que seriam sacrificados no destino da procissão, no Capitólio (EVERITT, 2008, p. 52 e 53; BEARD; NORTH & PRICE, 1998, p. 44).

A realização das cerimônias dos triunfos consistia em “[...] uma das mais importantes instituições da Roma antiga, um ritual ao mesmo tempo religioso e político, militar e espetacular. Uma das maiores honras que um homem romano poderia alcançar” (POPKIN, 2016 p. 02). De acordo com Cunha (2020), a celebração do triunfo “[...] valorizava e ressaltava as vitórias militares sobre os povos estrangeiros, engrandecendo e enaltecendo o solo romano [...] que relacionava os triunfos para a glorificação de Roma e seu solo sagrado” (CUNHA, 2020, p. 38).<sup>95</sup> Em seu livro *The Roman Triumph* (2007), Mary Beard se ocupa em estudar os triunfos romanos que, segundo a autora, forneceram um modelo de celebração do sucesso militar durante séculos (BEARD, 2007, p. 2). Ainda, de acordo com a autora:

A cerimônia do triunfo não era meramente uma extraordinária marca pública de honra para um comandante individual; sua execução também envolveu a entrada em Roma de um general à frente de suas tropas. Isso quebrou todos

---

<sup>94</sup> A quadriga consistia em “[...] um majestoso carro puxado por quatro cavalos, era um dos componentes mais importantes e mais característicos do triunfo, sem a qual não teria triunfo. Sua presença é tão fundamental e indispensável na procissão triunfal que é um dos aspectos que difere um triunfo das *ouationes*, por exemplo, já que nas *ouationes*, uma espécie de triunfo menor, o general andava a pé ou montado num cavalo e ao invés de usar uma coroa de louros, usava uma feita de murta. Tanto a quadriga triunfal quanto a coroa de louros usada pelo triunfador possuíam, neste contexto, estreita ligação com a vitória.” (CUNHA, 2020, p. 51).

<sup>95</sup> Para conferir mais a respeito da relação entre religião, mitologia e carreira militar à época de Augusto, citamos a Tese de Doutorado de Cunha (2020). No presente trabalho, o autor estabelece um diálogo entre religião, mitologia e arquitetura à época de Augusto como um importante sustentáculo para a prática política, já que as construções arquitetônicas propagavam a memória do *Princeps*, das suas vitórias e do seu governo (CUNHA, 2020, p. 24). Ainda, segundo Cunha, a organização e disposição dos componentes das procissões triunfais ligavam “[...] passado, presente e futuro, pois se ligava, em sua origem, com o fundador de Roma e primeiro triunfador, Rômulo, passando também por monumentos e edifícios construídos por triunfadores do passado com o botim trazido dos povos vencidos; festejava no momento presente as vitórias do general triunfante, exibindo os povos vencidos e as riquezas trazidas com a vitória, comemorando-a com grande pompa e luxo; e inscrevia o nome do triunfador na memória das futuras gerações, tanto pelo feito realizado, quanto pelo triunfo memorável que percorreu as ruas de Roma, como também pelos monumentos e/ou edifícios que poderiam ser erguidos com as riquezas trazidas como espólio de guerra” (CUNHA, 2020, p. 42).

aqueles pressupostos culturais fundamentais da vida romana que insistiam na divisão entre a esfera da atividade civil e militar (BEARD, 2007, p. 205)

É proveitoso destacar que a consolatória não foca nas situações inglórias da carreira de Druso, tampouco descreve as circunstâncias que levaram a morte dele. Por isso, recorreremos mais informações sobre sua atuação em outras fontes. Tito Lívio (*História de Roma*, CXLII, 1 - 4) e Valério Máximo (*Feitos e Dizeres Memoráveis*, V.5.3.5)<sup>96</sup> relatam que durante as campanhas na Germânia, em 9 a.C., Druso sofreu algum tipo de acidente equestre sendo acolhido pelo seu irmão:

*Bellum aduersus Germanorum trans Rhenum ciuitates gestum a Druso refertur. Ipse ex fractura, equo super crus eius conlapso, XXX die, quam id acciderat, mortuus. Corpus a Nerone fratre, qui nuntio ualetudinis euocatus raptim adcurrerat, (TITO LÍVIO, História de Roma, CXLII, 1 – 4)<sup>97</sup>*

É feito um relato das batalhas travadas por Druso, em 9 a.C., contra os povos da Germânia. Druso morreu no trigésimo dia após quebrar uma perna e cair sobre ela em uma queda que sofreu de seu cavalo. Seu corpo foi levado a Roma por seu irmão Nero, que chegara apressado com a notícia de sua enfermidade.

No entanto, o motivo da morte de Druso no texto consolatório, entre os versos 99 e 100, é justificado a partir de sua atuação em combate motivada por *ferozes guerras [...] mais proveitoso a tua pátria, oh Druso, do que a ti mesmo – dum te fera bella morantur, / utilior patriae quam tibi, Druse, tuae. (Consolatória a Lúvia, vv. 99 – 100)*. Segundo nossas hipóteses, o anônimo se utiliza da linguagem poética para enaltecer o jovem, já que a estrutura em verso permite que o autor elabore um discurso polissêmico para representar a morte gloriosa Druso. Enquanto Tito Lívio (*História Romana*, CXLII, 1 – 4) relata sua morte a partir da queda de um cavalo quando estava em campanhas, no texto consolatório, o motivo é pelo sacrifício à *Res Publica* e apresenta-se como *exemplum*, a partir da sua coragem memorável de guerrear e morrer *pro patria* (SANCHEZ-OSTIZ, 2001, p. 129). Justifica-se, portanto, a partir do recurso poético, que sua morte e as práticas funerárias apresentadas adquiram aspectos triunfais.

Sendo assim, o discurso triunfalista, embora seja um recurso poético, dialoga com as características sagradas, mitológicas e heroicas a partir das atuações vitoriosas e dos méritos militares do jovem. A atuação de Druso em combate é caracterizada como gloriosa, o que

---

<sup>96</sup> *Feitos e Dizeres Memoráveis* data do século I d.C., sendo composta possivelmente entre os anos de 27 d.C. – 31 d.C. (CARTER, 1975, p. 31).

<sup>97</sup> Para consulta do documento e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1959.

confere para o jovem *auctoritas* e elevação de sua posição social e política (CUNHA, 2020, p. 184). O próprio Tácito (*Anais*, VI.51.7) apresenta Druso como “[...] *prosperiore civium amore erat. – [...] mais feliz no amor dos seus compatriotas*”. Sêneca, na *Consolatória a Márcia*, recorre à sua figura como um exemplo de combatente:

*In expeditione decesserat ipsis illum hostibus aegrum cum ueneratione et pace mutua prosequentibus nec optare quod expediebat audentibus. Accedebat ad hanc mortem, quam ille pro re publica obierat, ingens ciuium prouinciarumque et totius Italiae desiderium, per quam effusis in officium lugubre municipiis coloniisque usque in urbem ductum erat funus triumpho simillimum.* (Sêneca, *Consolatória a Márcia*, 6.3.6 – 10)

Ele havia morrido na campanha, e seus próprios inimigos honraram reverentemente seu leito de morte, mantendo a paz conosco; nem ousaram desejar o que seus interesses exigiam. E a essas circunstâncias de sua morte, que ele conheceu a serviço de sua pátria, foi adicionada a tristeza ilimitada de seus concidadãos, das províncias e de toda a Itália, através da qual multidões fluíram das cidades e colônias e, acompanhando o cortejo funeral até a cidade, fez com que parecesse mais um triunfo.

Druso é apresentado como modelo *ciuis romanus*, pois colocou o interesse de Roma antes dos seus a ponto de morrer por este ideal. Essa característica demonstra que é digno de elogios, uma vez que realizou esses feitos em benefício da comunidade, demonstrando sua *uirtus*. Essa condição faz com que sua morte seja louvável. Morrer por uma boa causa era visto como um legado duradouro para a posteridade; por isso a maneira como se morre e se lamenta era importante (HOPE, 2007, p. 8). De acordo com Thiago Eustáquio Araújo Mota (2015) “[...] o sucesso militar é também uma via para a legitimação do poder em Roma. Lançar-se ao perigo é uma forma de agregar valor ao general que ao sair vitorioso pode mostrar-se *felix*, agraciado pela divindade” (MOTA, 2015, p. 197). O jovem guerreiro, adjetivado como defensor da comunidade e esperança de Roma, a ponto de morrer por ela, é modelado de acordo com o antigo padrão dos heróis republicanos. Segundo nos informa Álvaro Sánchez-Ostiz (2001):

Ainda dentro dessa tendência, para enfatizar a heroização e a identificação dos destinos da família imperial com os de toda sociedade, houve uma ampla difusão, em todo o Império, às honras póstumas dos membros da *domus Augusta*, que, em muitos casos, são uma tradução de costumes familiares privados para a esfera pública. (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2011, p. 16).

As campanhas de Druso são mencionadas novamente entre os versos 311 e 312 “*nec tibi deletos poterit narrare Sicambros,/ ensibus et Sueuos terga dedisse suis*”, momento em que o anônimo, ao dirigir-se à Antônia, esposa do jovem, destaca que Druso “[...] *não poderá te*

*contar a derrota dos Sicambros e a fuga dos Suevos ante tuas espadas” (Consolatória a Lúvia, vv. 311 – 312). Em vista disso, as campanhas seriam a essência da atividade de Druso, fonte de sua glória e, ao mesmo tempo, de sua morte. Em relação às suas qualidades é adjectivado como “[...] Caesaris illud opus – obra de César” (Consolatória a Lúvia, v. 39) e como descendência do Princeps – “Caesar, alumnus” (Consolatória a Lúvia, vv. 209 – 210). O autor anônimo enfatiza igualmente que a fama pelos feitos de Druso alcançará a sobrevivência por meio da história, da poesia e das inscrições, que farão menção à sua morte pela *Res Publica*:*

*facta ducis uiuent operosaque gloria rerum:  
haec manet, haec auidos effugit una rogos.  
pars erit historiae totoque legetur in aeuo  
seque opus ingeniis carminibusque dabit.  
stabis et in rostris tituli speciosus honore,  
causaque dicemur nos tibi, Druse, necis. (Consolatória a Lúvia, vv. 265 – 270).*

Sobreviverão os feitos do general e a glória trabalhosa de suas façanhas: esta permanece, esta é a única que afugenta as vorazes fogueiras. Será parte da história e se oferecerá como obra à inspiração dos poetas. E tu, admirável pela glória de sua fama, sobreviverá nas tribunas e se dirá que nós temos sido a causa de tua morte, Druso.

Ao considerar a literatura augustana, Álvaro Sánchez-Ostiz (2001, p. 127) acredita que o tema da ‘bela morte’ em campo de batalha torna-se motivo poético de grande importância entre o final da República e o início do Principado. Nesse contexto, a recuperação dos valores tradicionais romanos, impulsionados por Augusto, fez com que o tema aparecesse vinculado a uma morte virtuosa no campo de batalha (SANCHEZ-OSTIZ, 2001, p. 127). Portanto, a morte de Druso, membro da família imperial, dialoga, também, com a narrativa que exalta os feitos do governante e de sua família.<sup>98</sup> É oportuno citar também a Dissertação de Mestrado de Thiago Eustáquio Araújo Mota (2011), que se propõe a analisar as representações dos rituais fúnebres heroicos em Roma presentes na *Eneida* de Virgílio. Segundo o autor, os respectivos rituais estabelecem *relações entre poder, morte e memória no período augustano* (MOTA, 2011, p. 12), pois:

A figura da morte anda no encalço do herói, o desafia de perto e dota de lastro o empreendimento, tornando-o digno de ecoar na memória [...] o herói do

---

<sup>98</sup> De acordo com Thiago Eustáquio Araújo Mota (2015, p. 38), ao considerar a composição das genealogias heroicas, nos informa que, “[...] era um procedimento comum às várias *gentes* nos dois últimos séculos do período republicano, formuladas e ressignificadas ao sabor das conveniências políticas”.

mesmo modo é ajustado de forma a espelhar os códigos morais de seu tempo e povo que são, por sua vez, um sistema de referências para compreensão de uma época e cultura” (MOTA, 2011, p. 12 e 13).

Entre os versos 383 e 392, o autor anônimo apresenta as campanhas dos Neronos. Os povos e territórios mencionados se referem às campanhas realizadas entre os anos de 15 a.C. e 9 a.C., precisamente pelos irmãos Tibério e Druso (FRASCHETTI, 1996, p. 227).

*quod spes implerunt maternaque uota Neronos,  
quod pulsus totiens hostis utroque duce -  
Rhenus et Alpinae ualles et sanguine nigro  
decolor infecta testis Isargus aqua,  
Danuuiusque rapax et Dacius orbe remoto  
Apulus - huic hosti perbreue Pontus iter -  
Armeniusque fugax et tandem Dalmata supplex  
summaque dispersi per iuga Pannonii  
et modo Germani Romanis cognitus orbis (Consolatória a Lúvia, vv. 383 –  
391)*

Os Neros preencheram tuas esperanças e desejos maternos, porque o inimigo, sendo ambos generais em chefe, foi rechaçado muitas vezes – o testemunham o rio Reno, nos vales Alpinos, e o Isargus, manchado de sangue negro e com suas águas empobrecidas, e o Danúbio, que tudo leva, e o Apulio Dácio nos confins do mundo – mas a este inimigo se chega mais facilmente através do Pontus – e os evasivos Armênios e Dálmatas, ao fim suplicante, e os Panonios, disseminados por suas elevadas montanhas, e o território germânico que os romanos haviam conhecido há pouco tempo.

Torna-se proeminente a atuação entre as tribos germânicas e o autor anônimo sinaliza que os irmãos cumprem as esperanças de Lúvia, pois, em nossas hipóteses, representam a atuação louvável da *gens Claudia* na *domus Augusta*. De acordo com Isabelle Cogitore (1994, p. 1103), a constante associação dos dois irmãos nos leva a compreender que a principal característica das aparições de Tibério na consolatória é sua presença ao lado do irmão nas campanhas militares e, principalmente, como veremos a seguir, em resgatar o corpo de Druso da Germânia e levá-lo até Roma. Notamos que Tibério é identificado pelo nome de Nero, ou seja, o nome que realmente carregava no momento dos eventos da morte do irmão e antes da adoção por Augusto, o que nos indica um elemento contemporâneo aos fatos relacionados à narrativa.

Como nos informa Cogitore (1994, p. 1103), as aparições de Tibério no poema não são muito acentuadas: ele é certamente comandante do exército e vitorioso, mas seus sucessos não são profundamente desenvolvidos e são mencionados ao mesmo tempo que os de Druso.

Valério Máximo, em *Feitos e Dizeres Memoráveis*, cita Druso e Tibério como exemplos de amor fraternal e se utiliza da rápida ida de Tibério até o seu irmão, depois de ter conhecimento sobre sua queda repentina na Germânia, para exemplificar a ligação entre ambos.

*Hoc exemplo uetustas, illo saeculum nostrum ornatum est, cui contigit fraternum iugum, Claudiae prius, nunc etiam Iuliae gentis intueri decus: tantum enim amorem princeps parensque noster insitum animo fratris Drusi habuit ut cum Ticini, quo uictor hostium ad complectendos parentes uenerat, graui illum et periculosa ualitudine in Germania fluctuare cognosset, protinus inde metu attonitus erumperet. iter quoque quam rapidum et praeceps uelut uno spiritu corripuerit, eo patet quod Alpes Rhenumque transgressus die ac nocte, mutato subinde equo, ducenta milia passuum per modo deuictam barbariam Antabagio duce solo comite contentus euasit. (VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Dizeres Memoráveis*, V.5.3).<sup>99</sup>*

Nossa época é adornada com o seguinte exemplo, foi nossa sorte contemplar um par de irmãos que já foi a glória da *gens Claudia* agora também da *gens Iulia*; nosso líder e pai tinha um amor tão grande implantado em seu coração por seu irmão Druso que quando em Ticino, onde ele venceu os inimigos para abraçar seus pais, ele soube que na Germânia a vida de Druso estava em jogo devido a um sofrimento doloroso e uma doença perigosa, ele imediatamente saiu correndo em pânico. Quão rápida e precipitada sua jornada, arrebatada, por assim dizer, em um único fôlego, é evidente pelo fato de que após cruzar os Alpes e o Reno, viajando dia e noite e trocando de cavalo em poucos intervalos, ele percorreu um trecho completo de duzentas milhas por uma terra bárbara recentemente conquistada, tendo como único companheiro o seu guia Antabagius.

Já no texto consolatório, como vimos no capítulo 1 da nossa Dissertação, a jornada de Tibério ao encontro de Druso foi excepcionalmente rápida e não mencionada, bem como a localização da morte e o retorno do corpo de Druso não são detalhados, deixando vagas informações. De acordo com Plínio (*Histórias Naturais*, VII, 22,84), a ida de Tibério ao encontro do irmão se encontra em uma lista de viagens realizadas de forma extremamente rápida e parte de um *topos* de como Druso recebia o máximo de atenção (NOY, 2011, p. 15 e 16). No entanto, os documentos que narram esse fato não apresentam as formas de preservação realizadas no cadáver de Druso, ou se realmente foi preservado durante a viagem de volta à Roma e não cremado no local de sua morte. Sabe-se que nessas ocasiões era mais comum que o corpo fosse cremado e que os restos mortais fossem transportados para o local do sepultamento (CARROLL, 2006, p. 163 – 164).

---

<sup>99</sup> Para consulta e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 2000.

Segundo nos informa Tácito (*Anais*, III, 5, 1 – 5), Tibério, com o cadáver de Druso, cruzou os Alpes e foi recebido por Augusto e Lúvia em Ticino, no norte da Itália. É Suetônio (*Vida de Tibério*, 7)<sup>100</sup> que nos adiciona informações a respeito do trajeto, realizado a pé. A *translatio cadaveris* do corpo de Druso da Germânia até Roma adquire características de uma procissão triunfal, pois o corpo de Druso, levado até Roma pelos principais cidadãos dos municípios, chega em Roma em qualidade de cônsul – *consul init fractis maerentem fascibus Urbem* – (*Consolatória a Lúvia*, v. 177).

*Corpus eius per municipiorum coloniarumque primores suscipientibus obuiis scribarum decuriis ad urbem deuectum sepultumque est in campo Martio.*  
(SUETÔNIO, *Vida de Cláudio*, 1.3.5)<sup>101</sup>

O corpo foi levado pelos principais chefes das cidades vizinhas de Roma e foi entregue nas mãos dos estúbulos e escribas que foram responsáveis por levá-lo até o local de sepultamento no Campo de Marte.

De acordo com Luke Houghton, em seu artigo intitulado *Death Ritual and Burial Practice in the Latin Love Elegists* (2011), autores literários que apresentam a morte e a execução dos funerais, ao mesmo tempo em que promovem e/ou manipulam as reputações e as memórias dos mortos, podem distorcer os procedimentos usuais das memórias, como os cuidados com a materialidade do corpo, a execução do funeral ou o pronunciamento das *laudationes* (HOUGHTON, 2011, p. 61). Se concentrarmos nossos esforços na narrativa da *Consolatória a Lúvia*, na não exatidão do local em que Druso morre, em como o corpo foi preservado da Germânia até Roma, ou qual tipo de tratamento foi recebido, podemos supor que a materialidade do cadáver representava um discurso poético e estratégico em benefício da figura de Tibério e que enaltecia a atuação de Druso.

Entre os versos 83 e 94, além de enaltecer a figura dos irmãos como *virtuosos*, compreendemos que o anônimo oferece uma espécie de consolo ao primogênito por presenciar os últimos momentos de vida de Druso. Na ocasião, a relação próxima dos irmãos é novamente enfatizada e a narrativa nos indica que conforme os ferimentos de Druso se tornaram mais graves, seu irmão Tibério foi solicitado para ir ao encontro do jovem. Contudo, chegou a tempo apenas de vê-lo morrer em seus braços e fechar-lhe os olhos:

---

<sup>100</sup> Na Germânia perdeu seu irmão Druso e conduziu-lhe o corpo até Roma, acompanhando-o a pé durante todo o percurso. – *Drusum fratrem in Germania amisit, cuius corpus pedibus toto itinere progrediens Romam usque peruexit.* (SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 7).

<sup>101</sup> Para consulta do documento e tradução do excerto utilizamos a versão da LOEB Classical Library, 1914.

*heu, par illud ubi est totidem uirtutibus aequum  
et concors pietas nec dubitatus amor?  
uidimus attonitum fraterna morte Neronem  
pallida promissa flere per ora coma  
dissimilemque sui, uultu profitente dolorem:  
hei mihi, quam toto luctus in ore fuit.  
tu tamen extremo moriturum tempore fratrem  
uidisti, lacrimas uidit et ille tuas  
affigique suis moriens tua pectora sensit  
et tenuit uultu lumina fixa tuo,  
lumina caerulea iam iamque natantia morte,  
lumina fraternas iam subitura manus. (Consolatória a Lúvia, vv. 83- 94)*

Ai, onde está aquele casal igual em tantas virtudes e a devoção recíproca e seu indubitável carinho? Temos visto a Nero, atordoado pela morte de seu irmão, derramar lágrimas por seu rosto desencaixado, com os cabelos soltos e sem se parecer a si mesmo, com uma expressão que somente deixa expressar a dor: Ai de mim, quanta aflição havia em todo seu semblante! No entanto, tu pudeste ver a teu irmão a ponto de morrer no último instante; ele, por sua parte, viu tuas lágrimas e moribundo sentiu teu peito que se apertava ao seu e manteve seus olhos cravados em teu rosto, olhos que cada vez mais naufragavam no escuro mar da morte, olhos que iam fechar as mãos fraternas.

Além de apresentar um elogio aos irmãos, percebemos a descrição das atitudes de Tibério no momento que encontra o corpo de Druso já em seus últimos momentos de vida. Reservamos o terceiro tópico deste capítulo para abordar a questão das emoções e de suas expressões, no entanto, sinalizamos que a lamentação e as expressões de luto de Tibério vinculam-se à memória e à construção de sua atuação no espaço público. Homens também tiveram que prantear indivíduos de maior prestígio social. As expressões do luto variavam a partir do gênero, mas também de acordo com o *status* social, do período e lugar específico em que essa morte acontecia. Enquanto as mulheres expressavam sua dor durante os rituais fúnebres com as lamentações, os cantos das lamentações e o choro – que simbolizavam a dor –, as expressões não discursivas do luto, como gritar, prantear, soltar os cabelos e gemer, por outro lado, são associadas aos homens (ERKER, 2011, p. 44).

Tibério aqui é retratado como um sujeito de virtudes e que preserva a *pietas*, pois lamenta e se encontra de luto pela morte do irmão a partir das lágrimas que foram derramadas, dos cabelos soltos e das expressões que apresentavam o momento de dor pública. O texto consolatório apresenta a dimensão emocional e afetiva de Tibério e Druso como um elemento

a ser transmitido e comunicado. As lamentações e a descrição da cena dramática (vv. 83 – 94) se inserem também nas discussões que tangem à cultura política, uma vez que a narrativa pode ser interpretada como parte dos “[...] registros amplificados de certa figuração que, ao mesmo tempo em que possui identidade poética, pode também possuir identidade histórica.” (MARTINS, 2011, p. 198).

Portanto, a descrição das atitudes do irmão divulgaria e atuaria na memorização didática e ao mesmo tempo demarcaria um local de privilégio político e social. Segundo nossos pressupostos, a narrativa da *Consolatória a Livia* mobiliza, a partir da morte, o discurso poético que se inclina à prática política da sucessão imperial. Vimos que o texto apresenta Druso como um louvável combatente e Tibério é reconhecido pelas suas atitudes frente à morte do irmão. Dessa forma, sinaliza as atitudes dos representantes da *gens Claudia* por intermédio de elementos vinculados ao poder. Nesse sentido, citamos Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar, escrever, esquecer* (2006, p. 11):

[...] a memória dos homens se constrói entre esses dois polos: o da transmissão oral viva, mas frágil e efêmera, e o da conservação pela escrita, inscrição que talvez perdue por mais tempo, mas que desenha o vulto da ausência. Nem a presença viva nem a fixação pela escrita conseguem assegurar a imortalidade; ambas, aliás, bem mesmo garantem a certeza da duração, apenas testemunham o esplendor e a fragilidade da existência, e do esforço de dizê-la.

Sendo assim, a partir do texto consolatório criam-se discursos para solidificar na memória da comunidade cívica a importância e devoção recíproca dos irmãos. A seguir, a narrativa sinaliza que é Tibério o responsável por convencer o exército a não queimar o corpo de Druso na Germânia, pois queriam queimá-lo junto às armas utilizadas nas campanhas, uma vez que era comum que as armas dos inimigos se transformassem em objetos de espetáculos e símbolos de poder (BEARD, 2007, p. 175 – 176). É o irmão mais velho que se compromete em levar o corpo de Druso de volta à Roma para receber os devidos cuidados e as pompas fúnebres:

*quippe ducem arsuris exercitus omnis in armis,  
inter quae periit, ponere certus erat:  
abstulit inuitis corpus uenerabile frater  
et Drusum patriae quod licuitque dedit.* (*Consolatória a Livia*, vv. 169 – 172).

Em feito, todo o exército estava decidido a depositar seu chefe na pira sobre as armas que iam queimar no meio daquelas as quais foi morto; mas seu irmão tirou-lhes o venerável corpo contra sua vontade e a Druso e ao que se permitiu, o entregou a pátria.

O fato de Tibério se preocupar com a materialidade do corpo de Druso e levá-lo à Roma nos indica que os cuidados com o cadáver produzem uma memória social e proporcionam um impacto na construção identitária do indivíduo. A apresentação do corpo, ao mesmo tempo que reforçava ou comemorava a identidade do falecido (considerando as suas ações realizadas em vida), é um artifício que representava uma produção de memória e honra para sua família (GRAHAM, 2011, p. 21; HOPE, 2007, p. 98). Desse modo, a identidade dos mortos era aberta à manipulação, ao abuso e, até mesmo, à destruição (PARKER, 1983, p. 46; HOPE, 2000, p. 104). A preocupação com o destino do corpo de Druso sugere, também, a criação de uma memória afetiva entre os irmãos, o respeito com o sagrado e a realização das obrigações fúnebres por parte de Tibério.

Nessa circunstância, podemos realizar um paralelo com a *dammatio memoriae*, pois a ausência dos devidos cuidados com a materialidade do corpo e a não execução dos rituais necessários no momento da morte representariam a falta do seu reconhecimento social e produziria sua morte simbólica (HOPE, 2003, p. 115 e 116). Em 8 d.C., Ovídio (43 a.C. – 17/18 d.C.) foi condenado ao exílio por Augusto e na ocasião escreveu a obra *Tristes*.<sup>102</sup> O fato de Ovídio morrer no exílio, no isolamento social, representaria a não execução dos devidos rituais mortuários. Em outras palavras, “tal isolamento espacial inviabiliza não apenas a atuação do cidadão no cenário político, mas reforça, efetivamente, a sua morte social” (OMENA, 2015, p. 18).<sup>103</sup>

Ninguém haverá que me chore depois de morto? Nem um curto momento sobreviverá a minha alma com as lágrimas da minha esposa caindo em minhas

---

<sup>102</sup> Citemos aqui a Dissertação de Mestrado de Mariana Carrijo Medeiros (2015), que se dedica às questões que envolvem o exílio de Ovídio. Para a autora, “os reais motivos para tal desterro são desconhecidos, mas algumas hipóteses giram em torno da imoralidade atribuída à sua obra *Ars Amatoria*. Porém, importa ressaltarmos que a obra que a historiografia comumente aponta como a causa do exílio do poeta possui, entre sua possível data de circulação e o ano em que o poeta foi desterrado, aproximadamente doze anos de distanciamento. No Império Romano, especialmente durante o Principado de Augusto, para que o Príncipe intentasse enviar alguém para o desterro não era necessário um crime, talvez nem mesmo algum pretexto formal e oficial. No caso de Ovídio, acreditamos que Augusto não esperaria por doze anos para que pudesse enviá-lo ao exílio. Nas palavras do poeta: “Sou castigado porque meus olhos desprevenidos surpreenderam um escândalo: e meu crime é ter olhos. Não poderei certamente defender-me de toda culpa, mas a imprudência faz parte de minha falta” (Ovídio. *Tristia*, Livro III, Elegia V, 105-112). E, ainda, ao implorar o perdão do Príncipe, o poeta conclama: “Nem condenaste meus trabalhos por um decreto do Senado, nem meu exílio foi ordenado por um juiz especial. Tu próprio levado por palavras severas vingaste as injúrias que recebestes, como é digno de um Príncipe” (Ovídio. *Tristia*, Livro II, Elegia única, 316-324)”. (MEDEIROS, 2015, p. 36)

<sup>103</sup> A morte social se relacionava também com a velhice, pois a perda das faculdades mentais era uma preocupação especial para os idosos. Para a elite intelectual, o declínio da mente era uma perspectiva assustadora e poderia acarretar a morte do eu. Do ponto de vista filosófico, a velhice pode servir como um símbolo de que a vida foi bem vivida, no entanto, quando e se a mente fosse afetada pela senilidade constituía-se por um problema (HOPE, 2007, p. 16).

faces? Não farei recomendações? A mão amiga não fechará com o último grito meus olhos esvaecidos? Pois bem a terra estrangeira cobrirá sem funerais, sem a homenagem de um túmulo, este corpo não pranteado? (OVÍDIO, *Tristes*, III, III, 68 – 99, Tradução de Augusto Velloso).

De acordo com o trecho, Ovídio apresenta alguns dos rituais que eram executados no leito de morte, como, por exemplo, fechar-lhe os olhos e chamar o seu nome por três vezes. Esse ritual de chamar o nome do falecido recebe o nome de *conclamatio*, executado também durante todo o funeral (ERKER, 2011, p. 46; NOY, 2011, p. 3; HUSKINSON, 1996, p. 21). Estar na cabeceira e fechar os olhos, a execução da *conclamatio* em torno do cadáver, os gestos dramáticos de luto após a morte e os cuidados necessários quando não executados, representariam um apagamento social, ausência da *uirtus* e dos privilégios sociais. Morrer em um local desconhecido era uma perspectiva assustadora; neste caso, uma exacerbação da punição grave para Ovídio (NOY, 2011, p. 4). Portanto, as inquietações de Ovídio em morrer no exílio se traduziam na não execução dos cuidados no momento da morte – como o fechar das pálpebras –, o luto em torno do corpo deitado – *clamore* ou *conclamatio* –, e os rituais fúnebres – *sine funeribus* – que incluíam não apenas a execução do funeral em si, mas o tratamento do corpo em ungi-lo, vesti-lo com as melhores roupas, utilizar uma tira de pano no queixo para impedir que o queixo caísse e, em alguns casos, preparar uma máscara mortuária (NOY, 2011, p. 13). Como nos indica Omena e Carvalho (2014, p. 234):

não se almejava morrer em isolamento, e, sim acompanhado no espaço doméstico por familiares e amigos (*e.g.* Ovídio. *Tristium*; Sêneca. *Epistulae Morales*); estes estariam preocupados em realizar os ritos de estar à cabeceira, cerrar os olhos, dar o beijo para captar o último suspiro do morto, expor o cadáver no *atrium* da casa, a inclusão de cenas com gestos dramáticos do sexo feminino, o cumprimento dos pedidos finais, as três conclamações do nome do morto para a realização do *funus*, acompanhados por aristocratas pela exibição de *images*, máscaras ou retratos em mármore dos antepassados, a realização de banquetes e combates gladiatoriais, indicando, dessa forma, a agregação e celebração da memória do falecido e de seus familiares. (OMENA; CARVALHO, 2014, p. 234).

Ao se preocupar com o destino do corpo de Druso, Tibério é agente ativo na construção da memória do jovem, porque evita que sua morte seja solitária e que seja esquecido – *dammatio memoriae* – no espaço físico e social (CARROLL, 2011, p. 67). Ao mesmo tempo, projeta sua atuação para a comunidade cívica, uma vez que os cuidados com o destino do corpo de Druso reconceitualizam as identidades dos sujeitos em vida, pois a apresentação pública e a autoimagem são cruciais para modelar a identidade dos vivos e dos mortos no momento da

morte (HOPE, 2000, p. 104). Relacionavam-se às questões sociais, espirituais e emocionais, pois “[...] em uma sociedade hierarquizada e mediada por mobilizações, constata-se que os enterramentos se tornavam fontes inestimáveis de visibilidade social” (OMENA, 2020, p. 6).

[...] A ligação com o mundo divino realizava-se por meio dos cultos oficiais (WOOLF, 2003; 2009; GORDON, 2003; NOCK, 2003; SCHEID, 2003), os quais garantiam, por um lado, a estabilidade política romana em todo o *imperium*, criando uma esfera de unidade a partir de seus cultos; e, por outro, estabeleciam a manutenção social dos homens em obediência às divindades, pois, em paráfrase a Eliade (1992, p. 55), os rituais garantiriam a continuidade da vida em comunidade. (OMENA; GOMES, 2014, p. 77).

De acordo com Peirano (2012, p. 234), a representação de Valério Máximo da jornada de Tibério até a Germânia para encontrar com Druso, já moribundo, traduz a devoção – *pietas* – entre ambos e encontra um paralelo entre os irmãos Castor e Pólux, divindades associadas ao exército.

*His scio equidem nullum aliud quam Castoris et Pollucis specimen consanguineae caritatis conuenienter adici posse.* (VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Dizeres Memoráveis*, V.5.3).

A estes, de minha parte, sei que nenhum exemplo de afeição semelhante pode ser adequadamente adicionado, exceto Castor e Pólux.

Segundo nos informa Kenneth Scott (1930, p. 161), Valério Máximo aqui se refere a relação de Tibério e Druso como um exemplo de amor fraterno e louvável. Dion Cássio (*História Romana*, LV, 8.1 - 2) nos informa que Tibério prometeu dedicar em memória sua e de seu irmão em 10 d.C. o templo da Concórdia. Foi restaurado e dedicado como *aedes Concordiae Augustae*, e "sobre ele", como Dion Cássio apresenta, "foram inscritos os nomes de Tibério e de seu falecido irmão Druso" (DION CÁSSIO, *História Romana*, LV, 8.1 - 2). Ainda, de acordo com Scott (1930, p. 161), Tibério restaurou o antigo templo de *Castor e Pólux*, em 6 d.C. e o dedicou em seu próprio nome e no de seu irmão. O evento é relatado por Suetônio (*Vida de Tibério*, 20.1):

*a Germania in urbem post biennium regressus triumphum, quem distulerat, egit prosequentibus etiam legatis, quibus triumphalia ornamenta impetrarat. [...] Prandium dehinc populo mille mensis et congiarium trecenos nummos uiritim dedit. Dedicauit et Concordiae aedem, item Pollucis et Castoris suo fratrisque nomine de manubiis.* (SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 20.1)

Depois de dois anos, ele retornou à Germânia e celebrou o triunfo que havia adiado, acompanhado também por seus generais, para os quais também havia concedido a insígnia triunfal. [...] Ele ofereceu um banquete ao povo, servido em mil mesas, e forneceu a quantia de trezentos *congiarium* para cada homem. Com os despojos das campanhas, ele financiou a restauração e dedicou o templo da Concórdia, bem como o de Pólux e Castor.

No texto consolatório o autor anônimo faz referência apenas a consagração do templo aos filhos de Leda, conhecidos também como Dióscuros.<sup>104</sup> É apropriado destacar que a identificação ou associação de Tibério e Druso com Castor e Pólux, divindades associadas ao exército e consideráveis ancestrais combatentes, no momento da dedicação do templo e da construção da narrativa consolatória, transmite valores que expressam a reputação e *status* de sua *gens* para a comunidade cívica. Tibério se conecta, juntamente com o irmão, à esfera sagrada – *pietas* – e reconhece publicamente a memorável relação de *concordia*, amor fraterno e à louvável atuação de ambos em nome da *Res Publica* (SCOTT, 1930, p. 158; BORG, 2019, p. 75). Embora o termo *concordia* esteja presente no verso 283, aqui ele se refere à relação dos irmãos – Castor e Pólux – como *estrelas concordantes / concordia sidera* (v. 283). No momento, utilizando do recurso retórico-poético, o anônimo confere destaque à competente atuação de Druso:

*adice Ledaeos, concordia sidera, fratres  
templaque Romano conspicienda foro  
- quam paruo numeros impleuit principis aeuo,  
in patriam meritis occubuitque senex -  
nec sua conspiciet - miserum me - munera Drusus  
nec sua prae templi nomina fronte leget. (Consolatória a Lúvia, vv. 283-288)*

Adicione aos irmãos filhos de Leda, estrelas bem concordantes, e os templos que hão de se contemplar no Fórum Romano. Em que pouco tempo cumpriu sua condição como principal e pereceu ancião de méritos para com a pátria e Druso não contemplara, infeliz de mim, suas próprias oferendas, nem lerá seus títulos nas fachadas do templo.

---

<sup>104</sup> No *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, por Mário da Gama Kury (2009, p. 522): “Dióscuros (G. *Dióskouroi*). Literalmente “filhos de Zeus” são Cástor e Pólux. No mesmo dia em que Zeus se uniu a Leda disfarçado em cisne, ela, que era casada com Týndaro, rei da Lacedemônia, também entregou-se ao marido, e dos quadrigêmeos que nasceram Helena e Pólux eram tidos como filhos de Zeus, enquanto o pai de Cástor e de Clitemnestra era o marido mortal de Leda. [...] Cástor e Pólux nasceram no monte Taígeto, em Esparta, e são os heróis dóricos mais representativos [...] aparecendo em lutas contra o herói ático Teseu e mantendo viva a rivalidade atávica entre Esparta e Atenas. [...] Os Dióscuros estiveram presentes em alguns dos principais eventos da Antiguidade mítica”. De acordo com as informações que constam no *The Oxford Classical Dictionary* (1970, p. 354), os irmãos tornaram-se exemplos da possibilidade de que as virtudes humanas, em nível elevado, podem transcender a materialidade do corpo e atingir uma classificação sobrenatural.

É proveitoso sinalizar aqui que em nossa compreensão a comparação de Druso e Tibério com Castor e Pólux não estaria vinculada à apoteose de ambos, mas sim à glorificação por meio dos comportamentos apresentados para comunidade. De acordo com Barbara Elisabeth Borg, em *Portraits in Divine Costume* (2019, p. 197), as referências estabelecidas pelos humanos com divindades e heróis específicos no contexto funerário (a partir de epitáfios, textos diversos ou em monumentos), cumprem a intenção de fornecer uma forma de louvor aos homenageados. Ao se referenciar com divindades específicas, o morto e seus associados obtinham qualidades, ou benefícios concedidos pelas divindades, uma vez que essa associação poderia apresentar traços de caráter ou de comportamentos específicos a partir das conexões estabelecidas. Esses atributos ou louvores eram, antes de tudo, uma linguagem visual que procurava evocar ou associar o indivíduo honrado ao *status* de louvor, honra e comemoração (BORG, 2019, p. 197 a 199).

Tibério, ao dedicar os monumentos, representa sua afetividade, negocia seu *status* e indica seu pertencimento nas relações sociais com a comunidade cívica (OMENA, 2020, p. 6). Ao mesmo tempo, o interesse de Tibério em enfatizar laços míticos com seu irmão talvez se justifique pelas disputas políticas em que a *gens Claudia* e *gens Iulia*, vinculadas na mesma dinastia que governava Roma, protagonizavam nos assuntos relacionados à sucessão imperial. Dessa forma, o anônimo apresenta certa inclinação para os feitos da *gens Claudia* e reproduz o discurso de associação e glorificação dos jovens na *domus Augusta*. Para Scott (1930, p. 158), Tibério tinha uma tendência a identificar ou associar a si mesmo e ao seu irmão com outros líderes equestres. Em nossas hipóteses, o contexto da morte de Druso mobiliza atitudes sagradas, sociais e políticas. Logo, a associação dos irmãos com Castor e Pólux representa o interesse de Tibério em enfatizar suas relações com as divindades e apresenta o reconhecimento público, memorial e político da permanência dos irmãos nos assuntos vinculados ao poder. Uma vez que as *gentes Claudia e Iulia* estavam unidas na dinastia que governava Roma, a referência com a linhagem mítica exaltava os ancestrais míticos e os referenciava com a *gens Claudia* a partir dos *exempla* (SCOTT, 1930, p. 159).

Tibério pertencia por nascimento à *gens Claudia* e com a morte de seu avô materno, Appio Claudio Pulcher, tornou-se o *pater familias* de uma das linhagens aristocráticas mais profundamente enraizadas na Roma republicana. A *gens Claudia* descendia de um ancestral lendário e, segundo seu prestígio e ancestralidade, estava diretamente relacionada a Ulisses, assim como a *gens Iulia* descendia de Enéias (GOROSTIDI, 2003, p. 53). Segundo nos informa

Diana Gorostidi, em *Tibério, la gens Claudia y el mito de Telégono en Tusculum* (2003, p. 51 a 53), na inscrição comemorativa da reforma do templo de Castor e Pólux, em 6 d.C., Tibério havia inscrito a única aparição conhecida de seu cognome *Claudianus*. Foi assim perpetuado publicamente que Tibério, filho adotivo e herdeiro de Augusto, se identificava também como membro da *gens Claudia*, assim como seu irmão então falecido Druso, ambos reconhecidos como novos Dióscurus.

Essas associações faziam parte dos dispositivos honoríficos que refletiam sobre as qualidades que determinados indivíduos exibiam durante sua vida. Sendo assim, as assimilações divinas são um dispositivo metafórico e, portanto, retórico, uma vez que não apresentam os irmãos Tibério e Druso como divindades, mas o autor anônimo os elogia e reconhece, em termos hiperbólicos, as qualidades que possuíam e as realizações feitas como uma linguagem que divulga suas potencialidades (BORG, 2019, p. 225).

Uma vez que os monumentos projetavam e perpetuavam memórias individuais e coletivas, eram dispositivos seletivos que enalteciam o *imperium*, as famílias aristocráticas e se constituíam por um constante processo de reformulação do passado para atender as necessidades dos seus contemporâneos (HOPE, 2013, p. 119).

A conexão familiar com um templo em particular poderia continuar nas gerações posteriores, proporcionando um memorial permanente da vitória. Dessa forma, do ponto de vista dos generais, esta era uma inestimável oportunidade de usar o espaço público como um memorial permanente de suas realizações; do ponto de vista da cidade, ele apresentava os seus triunfos e despojos ao longo dos séculos; do ponto de vista dos deuses, demonstrava o seu contínuo envolvimento no progresso da expansão romana (BEARD; NORTH; PRICE, 2004, p. 88).

A atuação e as vitórias militares de Druso reforçam sua posição pública e dialogam com os valores sociais e políticos da época. Sua morte em campo de batalha, mesmo que tenha acontecido longe de sua casa, converte-se em prestígio social, pois o corpo foi levado de volta para Roma para receber os devidos rituais mortuários, as homenagens fúnebres e o prestígio público que sua atuação merecia. É por isso que, entre as características do jovem mencionadas pela consolatória, Druso personifica a esperança de todos “*spes publica*” (*Consolatória a Lívía*, v. 365). Ademais, considerando sua atuação pública, as honras que o jovem recebera após sua morte poderiam ser percebidas de diversas formas.

[...] primeiro através de festividades e rituais pelos quais a população poderia participar na celebração das guerras; segundo, através da construção de

monumentos públicos pelos quais a memória de feitos gloriosos era perpetuada; terceiro, através da fundação de edifícios públicos, templos, teatros, banhos, e assim por diante, a partir dos espólios pelos quais os sucessos militares eram transformados em um benefício duradouro para toda a comunidade; e quarto, pela criação de uma atmosfera em que guerras e vitórias eram concebidas e comemoradas como a fundação do bem estar coletivo (HÖLSCHER, 2006, p. 35 – 36).

É interessante destacar que todos, inclusive o deus Tibre, se rebelam contra o destino cruel de Druso. Na ocasião, entre os versos 221 e 252, a divindade Marte<sup>105</sup> assume a palavra para fazer uma manifestação pública da inútil resistência de Tibre,<sup>106</sup> que se apresenta profundamente impressionado com a morte do jovem. Tibre, pronto para aumentar o fluxo de suas águas, tem a intenção de inundar o Campo de Marte e, assim, extinguir as chamas da pira funerária. No entanto, Marte o aconselha a não se opor ao destino.

*ipse pater flauis Tiberinus abhorruit undis,  
sustulit et medio nubilus amne caput.  
tum salice implexum muscoque et arundine crinem  
caeruleum magna legit ab ore manu  
uberibusque oculis lacrimarum flumina misit:  
uix capit adiectas alueus altus aquas.  
iamque rogi flammis extinguere fluminis ictu,  
corpus et intactum tollere certus erat;  
sustentabat aquas cursusque inhibebat 'ad' aequor,  
ut posset toto proluere amne rogum;  
sed Mauors, templo uicinus et accola campi,  
tot dixit siccis uerba neque ipse genis:  
"quamquam amnes decet ira, tamen, Tiberine, quiescas:  
non tibi, non ullis uincere fata datur.  
iste meus periit, periit arma inter et enses  
et dux pro patria: funere causa l'ui't.*

---

<sup>105</sup> “Marte (L. *Mars*). Deus romano muito antigo, presente já na mitologia itálica, mas identificado depois com o Ares do panteão grego. A assimilação evidencia-se em episódios como os amores de Marte e Vênus, descritos por Lucrécio nos moldes da cena dos amores adúlteros de Ares e de Afrodite (vv.), em Homero, e na lenda em que Marte aparece como filho de Juno (v.), da mesma forma que Ares era filho de Hera (v.). Na Roma clássica, Marte era o deus da guerra, a exemplo de Ares na Grécia. Os escudos sagrados (*ancilia*) eram carregados por seus sacerdotes – os Sálios (v. *Mamúrio*) – em volta da cidade no mês de março, dedicado ao deus, e seu altar situava-se no *Campus Martius*. Realizava-se uma grande corrida de parelhas de cavalos em outubro, e após a competição o cavalo do lado direito era-lhe sacrificado. Havia anualmente em Roma purificações de armas e de trombetas de guerra dedicadas a Marte. Na purificação quinquenal realizada simultaneamente com o censo dos cidadãos o povo desfilava em torno do altar de Marte situado no *Campus Martius*, e lhe eram oferecidos sacrifícios de porcos, carneiros e touros (*suovetaurilia*) para assegurar a vitória dos exércitos romanos na guerra.” (KURY, 2009, p. 1203 – 1205).

<sup>106</sup> “Tiberino (L. *Tiberinus*). (1) Rei de Alba, descendente de Eneias (v.), morto em combate perto do rio até então chamado Álbula e daí em diante denominado Tibre. Tiberino aparecia também como deus do rio Tibre. (2) Herói epônimo do rio Tibre, filho de Jano (v.) e de Camasene, ninfa do Lácio. Este Tiberino era de origem divina e aparentado com Eneias” (KURY, 2009, p. 1841).

*quod potui tribuisse, dedi: uictoria parta est;  
auctor abit operis, sed tamen extat opus. (Consolatória a Lívía, vv. 221 – 238).*

O próprio pai Tibre se horrorizou com suas águas avermelhadas e confuso ergueu a cabeça no meio de seu leito. Então, com sua grande mãe, apartou de seu rosto a cabeleira azul-celeste embaraçada com vime, musgo e junco, e de seus olhos fecundos derramou rios de lágrimas, apenas seu profundo leito pode recolher as águas transbordantes. E ele já está resolvido a apagar as chamas da pira funerária com um golpe de água e arrebatou o corpo incólume, continha suas águas e limitava seu curso em direção ao mar para banhar com elas a pira funerária, mas Marte, seu vizinho no templo e seu companheiro no Campo de Marte, mesmo com suas bochechas secas, disse assim: ainda que a fúria convenha aos rios, no entanto, deus do Tibre, acalma-te: nem a ti nem a nenhum outro é dado vencer ao destino. Este que pereceu, é um dos meus, caído entre as armas e as espadas e como um líder em defesa de sua pátria: esta causa salda sua morte. Dei aquilo com o qual pude contribuir: se obteve a vitória; o autor da façanha não está, no entanto fica sua obra.

No verso 236, o motivo da morte de Druso “*pro patria: funere causa*” é novamente sinalizado. Além disso, a comoção dos deuses reforça a validade da morte do jovem como uma atitude honrosa. A morte destrói o corpo, no entanto, a atitude do jovem em combate é louvável e não conhecerá à degradação de sua memória. O destaque para sua atuação está na forte competência em protagonizar campanhas militares exitosas. Nesse sentido, a presença da interação de Tibre,<sup>107</sup> disposto a apagar as chamas da pira funerária, e Marte, deus da guerra, que o impede e anuncia que a morte do jovem é honrosa e é, portanto, validada pela sua atuação louvável, nos indica que até as divindades lamentam e reconhecem a atuação de Druso. A seguir, no final do diálogo apresentado entre as divindades Tibre e Marte, a narrativa apresenta um discurso a respeito da inevitabilidade da morte e que os rituais fúnebres devem ser seguidos de forma adequada, já que, como vimos, era considerado um insulto se o corpo não fosse queimado por completo.

*“[...] nec tu, Tiberine, repugna,  
irrite nec flammis amne morare tuo  
nec iuuenis positi supremos destrue honores.  
uade age et immissis labere pronus aquis”.* (Consolatória a Lívía, vv. 247 – 250)

---

<sup>107</sup> De acordo com Borg (2019, p. 234 – 235), as assimilações e referências de humanos às divindades da água estabeleciam conotações de elogios à *uirtus* dos homens. Segundo o *The Oxford Classical Dictionary* (1970, p. 1090) o rio Tibre nasce em um riacho nos Apeninos perto de Arretium. É considerado o maior rio a Itália. O lodo que carrega consigo em sua jornada justifica sua cor amarelada.

“[...] e tu, deus Tiberine não oponhas resistência inutilmente, nem retardes a chama com tua corrente, nem derrube as últimas honras do jovem que está morto. Vá, segue teu caminho e desliza-te em rápido curso com tuas águas liberadas”.

O motivo da morte de Druso é, portanto, um modelo a ser seguido. Sua morte dialoga com conotações tradicionais, se considerarmos que morreu em favor da *Res Publica*, caracterizando-se como uma morte exemplar cuja relação com a família de Augusto endossou a legitimidade do seu regime (SANCHEZ-OSTIZ, 2001, p. 134). Assim, lê-se nos versos 263 a utilização do termo *spes* (esperança) que transmite a mensagem de que as esperanças depositadas em Druso não estavam totalmente perdidas com sua morte, uma vez que Lúvia ainda permanece com um filho, Tibério, que, se algum dia chegasse ao poder, como o fez, atuaria de acordo com os ideais de seu irmão Druso.

O texto consolatório apresenta como ponto final da história de Druso o depósito das cinzas no Mausoléu de Augusto e não considera eventos posteriores. Assim, como já citado no Capítulo 1, desconsidera a decisão do Senado de consagrar estátuas a Druso, como sabemos da *Tabula Siarensis*. De acordo com Spencer (2009, p. 3 e 4), a *Tabula Siarensis* foi composta em dezembro de 19 d.C. e “[...] registra as recomendações do Senado a Tibério sobre as honras póstumas de Germânico”.<sup>108</sup> O material se apresenta de forma fragmentada em três tábuas de bronze e foi descoberto no ano de 1982, no sul da Espanha. Julián González Fernández, em *SC De honoribus germanici discernendis: Tabula Siarensis (TS) y tabula perusina (TPG). Texto, Traducción y Comentario*. (2020, p. 275 – 278) informa que:

Até o momento da publicação da *Tabula Siarensis*, as notícias que tínhamos sobre as honras fúnebres prestadas a Germânico limitavam-se àquelas transmitidas por Tácito (Ann., 2.83), poucas informações fornecidas em um fragmento romano (CIL, VI, 911 = 31199a ), e na chamada *Tabula Hebana* [...], no entanto, a parte dedicada às honras fúnebres de Germânico constam nos trechos II.1-5 e 50-52, onde é apresentado a construção de duas estátuas a Germânico e seu pai Druso no templo de Apolo Palatino, a inclusão do nome

---

<sup>108</sup> Rafael da Costa Campos (2020, p. 56), em *Reminiscências de Alexandria e Antônio: o percurso de Germânico César na província do Egito durante o Principado de Tibério César (14-37 DC)*, apresenta a descrição da linhagem de Germânico: “Pertencente à linhagem Cláudia, Germânico Júlio César (15 a.C.- 19 d.C.) foi o filho mais velho do matrimônio entre general Nero Cláudio Druso e Antônia Menor, respectivamente filho de Lúvia Drusila (terceira esposa de Augusto) e filha caçula de Marco Antônio com Otávia (irmã de Augusto), e sobrinho-neto de primeiro imperador de Roma. Casado com Agripina Sênior, filha mais velha do matrimônio entre Júlia Augusta e Agripa (general equestre e braço-direito de Augusto)” (CAMPOS, 2020, p. 56). Segundo Omena e Gomes (2017, p. 352), “Germânico [...] era filho adotivo de Tibério e filho consanguíneo de Druso com Antônia, a qual, por sua vez, era filha de Marco Antônio e Otávia, irmã de Augusto. O general possuía prestígio e apoio no exército e, também, entre os cidadãos de Roma. Sua morte ocorreu em Antioquia, no ano de 19 d.C., por envenenamento, como nos afirma Tácito”. Para uma análise mais enfática a respeito da morte de Germânico e do julgamento dos acusados, conferir Manuel García Teijeiro, em *Maleficio y veneno en la muerte del Germánico* (2009).

de Germânico nos *carmina Saliorum*, as cadeiras que devem ser exibidas em sua homenagem no teatro [...], o fechamento dos templos no aniversário de sua morte e o sacrifício que deve ser feito naquele mesmo dia pelo *magistri sodalium Augustalium*. (FERNANDÉZ, 2020, p. 275 – 278).

A seguir citamos a tradução em português realizada por nós a partir da tradução em espanhol realizada por Fernández (2020, p. 281 – 290):

*deretur, ob rem p(ublicam) mortem obisset, supraque eum ianum statua Ger[manici Caesaris po-] neretur in curru triumphali et circa latera eius statuae D[rusi Germanici patris ei] 20 us naturalis, fratris Ti(beri) Caesaris Aug(usti), et Antoniae matris ei[us et Agrippinae uxoris et Li-] uiae sororis et Ti(beri) Germanici fratris eius et filiorum et f[iliarum eius]. Alter ianus fieret in montis Amani luco, quod est in [- - et non esse] alius aptior locus Ti(berio) Caesari Aug(usto) principi nostro [uidebatur in iis regionibus quarum] curam et tutelam Germanico Caesari ex auctori[tate huius ordinis ipse mandauisset]. 25 Item statua eius poneretur et titulus conue[niens rebus gestis eius multaque uirtute] sculperetur. Tertius ianus uel m[onumentum] fieret apud Rhenum ad eum tumulum] quem Druso fratri Ti(beri) Caesaris Aug(usti) pr[incipis nostri primum inconsultus excitasset exerci-]tus, deinde permissu diui Aug(usti) per[fecisset itemque ara cum imaginibus Germanici Cae-]sar[s] constitueretur recipientis [signa militaria ab Germanis et praeciperetur Gal-] 30 lis Germanisque qui citra Rhen[um incolunt quorum ciuitates iussae essent ab diuo] Aug(usto) rem diuinam ad tumulum [Drusi facere, ut ad eam aram facerent Manibus eius feria] le sacrificium parentant[es quodannis eo die quo Germanicus Caesar defunctus esset] et cum esset in ea region[e qua est tumulus Drusi patris eius, theatrum, ibidem die nata-] li Germanici Caesari[s] solemn[is] ludus ex hoc s(enatus) c(onsulto) factus quodannis celebraretur]. 35 [Ite]m placere uti m[onumentum] marmoreum memoriae Germanici Caesaris constitueretur Antio-][chia]e in foro, [ubi corpus Germanici Caesaris crematum esset -- -] [item]que + [ - - epi Daphnae, ubi Germanicus Caesar exirasset tribunal constitueretur - - -] (uacat). (Tabula Siarensis, 1, 18 – 37).*

“e que uma estátua de Germânico César em uma carruagem seja colocada neste arco e em seu lado uma estátua de Druso Germânico, seu pai legítimo, irmão de Tibério César Augusto, e de Antônia, sua mãe, e de Agripina, sua esposa, e de Lívia, sua irmã, e de Tibério Germânico, seu irmão, e seus filhos e filhas. Que um terceiro arco ou monumento seja construído perto do Reno, ao lado do túmulo que o exército do povo romano primeiro construiu espontaneamente em homenagem a Druso, irmão de Tibério César Augusto, nosso soberano, e posteriormente concluído com a autorização do divino Augusto. Além disso, foi construído um altar com imagens de Germânico César, recebendo os estandartes militares dos germânicos e dos gauleses que vivem deste lado do Reno, cujas cidades foram ordenadas pelo divino Augusto; foram ordenados fazer as suas oferendas religiosas no túmulo de Druso, que neste altar realizam um sacrifício fúnebre aos Manes de Germânico, celebrando as devidas cerimônias, todos os anos no dia em que morreu. Como havia na área onde se encontrava a sepultura de Druso, seu pai, um teatro, para que se celebrem todos os anos no dia do nascimento de Germânico César, alguns jogos solenes, realizados de acordo com as disposições deste Senado”

Verifica-se, portanto, as honras fúnebres em homenagem a Germânico e também ao seu pai Druso. O excerto nos informa que há uma estátua de Druso e um túmulo construído pelo exército romano de forma espontânea após a morte do mesmo e que foi concluído posteriormente com a autorização de Augusto. Nota-se também a realização de oferendas religiosas no túmulo de Druso e de Germânico com o objetivo de oferecer um sacrifício aos Manes de Germânico, bem com celebrar os anos de vida e os seus feitos em vida. Extensas honras fúnebres poderiam marcar a morte de membros domésticos próximos ao imperador. Os herdeiros de Tibério, Germânico e Druso, foram homenageados de variadas maneiras, as quais incluíram a construção de estátuas e arcos, a adição de seus nomes aos hinos sagrados e ao exercício de suas imagens em procissões públicas (TÁCITO, *Anais*, 2.82; 4.9).

Segundo nos informa Borg (2019, p 286 e 287), Marcelo, Caio e Lúcio César, Germânico e Druso, não foram deificados. Receberam culto apenas de seus *Manes* e na forma habitual do culto aos mortos. No entanto, ao considerar o contexto fora do ambiente funesto, receberam honras após a morte. A saber: seus nomes foram incluídos no *Carmen Siliare*, e suas estátuas foram transportadas na pompa *circenses*, bem como na *transvectio equitum*. Da mesma forma, as cerimônias anuais em homenagem a Druso, nas cidades da Gália, estão ausentes da consolação, enquanto Suetônio as recorda:

*Corpus eius per municipiorum coloniarumque primores suscipientibus obuiis scribarum decuriis ad urbem deuectum sepultumque est in campo Martio. Ceterum exercitus honorarium ei tumulum excitauit, circa quem deinceps stato die quotannis miles decurreret Galliarumque ciuitates publice supplicarent. Praeterea senatus inter alia complura marmoreum arcum cum tropaeis uia Appia decreuit et Germanici cognomen ipsi posterisque eius.* (SUETÔNIO, *Vida de Cláudio*, IV, 1.1.5)

[...] O corpo foi levado pelos chefes das cidades e colônias livres para Roma, onde foi recebido pelos decúrios dos escribas, e sepultado no Campo de Marte. O exército ergueu um monumento em sua homenagem, sobre o qual os soldados deveriam fazer uma corrida cerimonial a cada ano, em um dia determinado, que as cidades da Gália deviam observar com orações e sacrifícios. O senado, além de muitas outras honras, conferiu a ele um arco de mármore adornado com troféus na *Via Appia* e o sobrenome Germânico para ele e seus descendentes.

Suetônio também nos indica na passagem o Arco de Druso que se encontra na *Via Appia*. O Arco é mencionado por Suetônio (*Vida de Cláudio*, IV, 1.1.5) e por Dion Cássio (*História*

*Romana*, LV, 2.3), que nos informam que o monumento foi erguido em sua homenagem.<sup>109</sup> É retratado também em moedas que honram a memória de Druso e foram emitidas por seu filho Cláudio. Consta no monumento a figura de um equestre que representa Druso e, ao seu lado, encontram-se os troféus mencionados por Suetônio. Sua representação por uma imagem de equestre é um forte indicativo do seu valor pessoal em combate (RICH, 1999, p. 553 e 554). Além disso, Suetônio nos recorda do sobrenome Germânico que levou para si e seus descendentes. No ano de sua morte, em 9 a.C., após sua primeira campanha militar na Germânia, receberia, ao retornar para Roma, o nome de Germânico (*Consolatória a Lúvia*, vv. 329 – 340; 457; OVÍDIO, *Fastos*, I, 597; SUETÔNIO, *Vida de Cláudio*, I, 7) que seria transmitido aos seus herdeiros.<sup>110</sup>

*Denique non per adulationem, sed ex meritis, defuncto ibi fortissimo iuvene, ipse, quod numquam alias, senatus cognomen ex prouincia dedit.* (FLORO, *Epítome de Tito Lúvio*, II, 30, 25)<sup>111</sup>

Por fim, quando o galante jovem general ali morreu, o próprio Senado, não por lisonja, mas como reconhecimento de seu mérito, concedeu-lhe a honra incomparável de um sobrenome derivado do nome de uma província conquistada.

Essas evidências nos fornecem fortes indicativos que logo após sua morte, Druso foi elogiado por seu valor pessoal e como vencedor, caso tivesse sobrevivido, de *spolia optima* (RICH, 1999, p. 544). É também Suetônio (*Vida de Cláudio*, IV, 1.1.5) que nos informa que o mais novo dos dois enteados de Augusto teria aspirado a ganhar *spolia opima*, isto é, os espólios tomados de um comandante inimigo morto em batalha. Suetônio dedica a primeira parte da

---

<sup>109</sup> Conferir ao final da Dissertação imagens do Arco de Druso nos Anexos 4, 5, 6 e 7.

<sup>110</sup> Mota (2015, p. 207), elabora uma análise do *Forum Augustum* em relação com o passado heroico e a *Res Publica* e nos informa que há no *Fórum de Augusto*, “Em exposição no Museu do Mercado de Trajano, encontram-se os fragmentos da base de estátua atribuída a Nero Cláudio Druso Germânico, o *titulus* além de um sumário do *cursus honorum* indica também a filiação com Tibério Cláudio Nero, Pretor em 42 a.C (Roma, Museu dos Fóruns Imperiais nos Mercados de Trajano. Inv. FA 1195, a, b, c, d, e.): [Nero] Cl [aud] iu [s] Ti(beri) f(ilius) - [Dru]sus Ge[r]man[ic]us / [Co(n)s(ul)] - pr(aetor) urb(anus) q(uaestor)- aug(ur) imp(erator) / [app]ella[t]us - [i]n Germania (CIL VI. 8.2 40330) Nero Cláudio Druso Germânico, filho de Tibério, Cônsul, Pretor, Questor, Áugure, aclamado imperador na Germânia” (MOTA, 2015, p. 207).

<sup>111</sup> De acordo com José (2016), vida e obra de Lúcio Annaeus Floro são desconhecidas e pouco estudadas. A maioria das pesquisas realizadas concentram-se entre as décadas de 70 e 90 (JOSÉ, 2016, p. 64). Segundo a autora, “Lúcio Annaeus Floro, escritor de origem africana dos séculos I e II d.C., escreveu uma Epítome da História de Roma, usando a obra de Tito Lúvio como base, apesar desta não ser a única referência documental encontrada em sua obra. Sua Epítome, intitulada de *Epítome de Tito Lúvio*, é dividida em dois livros; o primeiro abrange desde a fundação da cidade de Roma até a campanha de Crasso contra os partos; o segundo relata o período que vai desde as Guerras Civis até 27 d.C., quando Otaviano é proclamado Augusto” (JOSÉ, 2016, p. 29)

*Vida de Cláudio* para comentar a respeito da proeminência de Druso nas campanhas nos Alpes e das conquistas entre os povos germânicos.

*Fuisse autem creditur non minus gloriosi quam ciuilis animi; nam ex hoste super uictorias opima quoque spolia captasse summoque saepius discrimine duces Germanorum tota acie insectatus; nec dissimulasse umquam pristinum se rei p. statum, quandoque posset, restitutum.* (SUETÔNIO, *Vida de Cláudio*, IV, 1.1.5)

É crença geral que ele estava tão ávido pela glória; pois, além de vitórias sobre o inimigo, ele desejava muito ganhar os espólios dos inimigos muitas vezes perseguindo os líderes germânicos por todo o campo, correndo grande risco pessoal; e ele não escondeu sua intenção de restaurar a forma de governo dos velhos tempos.

Caso Druso tivesse envolvido na morte de um chefe germânico, ele poderia prontamente se apresentar como o comandante do exército inimigo. No entanto, a narrativa da *Consolatória a Lúvia* não nos informa se Druso procurou se destacar dessa forma em combate. Era considerado apto a obter a *spolia optima* aquele que matava um comandante inimigo em batalha, fixava a armadura do oponente em um tronco de carvalho em forma de troféu e desfilava em procissão no Capitólio para dedicar o feito no templo de Júpiter. Segundo a tradição, apenas três romanos tinham dedicado a *spolia optima*: Rômulo, o fundador do templo, Cornélio Cossus, no final do século V, e Cláudio Marcelo como cônsul em 222 (RICH, 1999, p. 545). Sendo assim, se Druso conseguisse dedicar a *spolia optima*, estaria de acordo com o engrandecimento do Império de Augusto a partir do cumprimento dos seus planos dinásticos vinculados ao movimento de dominação das terras estrangeiras.

Em vista das informações supracitadas, compreendemos que, ao apresentar as campanhas realizadas pelos irmãos, o autor anônimo objetiva destacar a *exempla* de Druso e suas virtudes. Dessa forma, a narrativa se torna uma oportunidade de divulgar e enaltecer as conquistas e a glória militar de Druso e Tibério vinculados à *gens Claudia*. A forte e repetida presença dos temas do combate e da vitória justificam a comoção pública dos cidadãos de Roma durante o cortejo e também o coloca em um contexto de morte triunfal *pro patria*. Vimos que a atuação do jovem se converte por uma notável contribuição para a glória de sua terra natal e, especialmente, de sua *gens*. Druso personifica a esperança de todos (*spes publica*, v. 365) e o autor anônimo mobiliza, a partir do cenário de sua morte, um considerável louvor à *gens Claudia*.

*ille pio, si non temere haec creduntur, in aruo  
inter honoratos excipietur auos,  
magnaue maternis maioribus, aequa paternis  
gloria quadriiugis aureus ibit equis,  
regalique habitu curruque superbus eburno  
fronde triumphali tempora uinctus erit.  
accipient iuuenem Germanica signa ferentem,  
consulis imperio conspicuumque decus  
gaudebuntque suae merito cognomine gentis,  
quod solum domito uictor ab hoste tulit.  
uix credent tantum rerum cepisse tot annos,  
magna uiri latum quaerere facta locum. (Consolatória a Lúvia, vv. 329 -  
340).*

Ele, se o que cremos não é vão, será acolhido no Campo dos Bem-Aventurados entre seus gloriosos ancestrais. E ele, que alcançou a mais elevada honra dos ancestrais maternos e que igualou a dos paternos, coberto de ouro irá em uma quadriga marfim, suntuosa com suas vestes reais e cingindo suas têmporas com a coroa triunfal. Receberão ao jovem portador dos ensinamentos germânicos e da ilustre honra ostensiva pelo poder consular, gozarão do sobrenome adicionado de sua família que somente ele, como vencedor, conquistou do inimigo subjugado. Apenas darão crédito a que tanta honra se tenha conseguido em tão poucos anos, na ideia de que os grandes feitos de um ilustre homem exigem um tempo dilatado.

Comprendemos que nos últimos versos a narrativa se apresenta como um consolo à comunidade cívica a partir da linguagem poética. Druso incorpora as virtudes de seus ancestrais e é aproximado aos *exempla* encontrados nos Campos Elísios/Campo dos Bem-Aventurados/Campo dos Benditos.<sup>112</sup> A projeção dos indivíduos que viviam nos Campos Elísios ganhou notável destaque a partir do final do século I a.C. e também no período imperial. A partir da descrição de Virgílio no livro seis da Eneida, segundo nos informa Borg (2019, p. 272 – 273), temos a influência dessa referência tanto na literatura consolatória quanto na epigrafia funerária. Dessa forma, reafirma-se o discurso vinculado à expectativa de que uma vida boa e virtuosa poderia ser recompensada após a morte. Em nosso contexto, a relação que o autor anônimo estabelece não é apenas para apresentar o nobre *status* de Druso, mas coloca em protagonismo os ancestrais gloriosos da *gens Claudia* que se encontram no Campo dos Bem-Aventurados. Esse “estilo de vida” póstumo carecia das tribulações terrenas e também

---

<sup>112</sup> “Elísion, [ou Campo dos Benditos] (G. *Elýsion*). Lugar também conhecido como ilhas dos Bem-aventurados (*Makaron Nésoi*), onde as criaturas humanas queridas pelos deuses desfrutavam depois de mortas uma existência completamente feliz. Sua localização era vaga, em alguma parte do extremo ocidente, nas águas de Oceano; nas lendas mais recentes o Elísion ficava no mundo subterrâneo = e era governado por Radamanto ou por Cronos (vv.)” (KURY, 2009, p. 565).

sinaliza um aspecto político e social dos falecidos, uma vez que Druso encontraria aqueles que são dignos como ele e poderia continuar a propagar os aspectos da sua vida que mais valorizam (BORG, 2019, p. 273). Segundo nos informa Mota (2011, p. 82):

Lugar bem aventurado, os Campos Elísios são descritos como providos do Éter mais puro, morada das almas felizes, luz brilhante que tudo ilumina, que possui um sol próprio com estrelas próprias. Quem está ali? Os que tombaram na guerra em defesa da pátria, sacerdotes de vida virtuosa, cantores piedosos que recitaram poemas em honra de Apolo, inventores das artes graciosas e os que vivem, por mérito próprio, no meio dos homens (VIRGÍLIO, *Eneida*. VI. 637-641). Aos bem aventurados foi permitido que cultivassem as atividades que lhes apraziam em vida. Alguns dançam em coro e entoam versos enquanto outros exercitam o corpo nas verdejantes palestras; aos guerreiros, o tão prazeroso ofício das armas exercem e cuidam dos carros e apascentam os cavalos (VIRGÍLIO. *Eneida*, VI. 660-665).

Druso, dessa forma, assim como sinaliza o autor anônimo, se encontrará com os seus nobres ancestrais e essa condição evidencia as virtudes dos ancestrais de nascimento – *gens Claudia* – e sua relevância no cenário político, marcado por uma série de disputas e conflitos em torno da sucessão imperial. Mesmo que a admissão nos Campos Elísios seja uma recompensa para o morto, não significa uma apoteose do mesmo (BORG, 2019, p. 273). A apoteose na narrativa é reservada para Augusto nos versos de 211 a 214, pois o autor anônimo apresenta o desejo do *Princeps* de ter uma morte igualmente gloriosa em combate:

*tu letum optasti, dis auersantibus omen,  
par tibi, si sinerent te tua fata mori  
sed tibi debetur caelum, te fulmine pollens  
accipiet cupidi regia magna Iouis. (Consolatória a Lúvia, vv. 211 – 214).*

Tu desejaste uma morte igual para ti, se teu destino te permitisse morrer, mas os deuses rechaçavam este presságio. Pelo contrário, te aguarda o céu, te receberá Júpiter, ansioso por ti, em sua morada dominadora dos raios.

Essa distinção é reforçada novamente no texto consolatório entre os versos 239 e 245, no momento final do diálogo entre as divindades Tibre e Marte:

*quondam ego tentavi Clothoque duasque sorores,  
pollice quae certo pensa seuera trahunt,  
ut Remus Iliades et frater conditor Urbis  
effugerent aliqua stagna profunda uia.  
De tribus una mihi “partem accipe quae datur” inquit  
“Muneris. ex istis quod petis alter erit.*

*hic tibi, mox Veneri Caesar promissus uterque* (Consolatória a Lúvia, vv. 239 – 245)

Em outro tempo coloquei à prova Cloto e as suas duas irmãs<sup>113</sup> que giram com inexorável dedo seus fusos cruéis, para que Remo, de Ilíada, e seu irmão fundador de Roma<sup>114</sup> escapassem de algum modo das águas profundas. Uma das três me disse: ‘Recebe a parte de presente que te é dada. Dos dois que tu reclamas, apenas um terá. Este é consagrado a ti, e logo os dois dos Césares consagrados a Vênus.’<sup>115</sup>

Nota-se, portanto, que a distinção é firmada no momento em que a consolatória nos indica que apenas Rômulo e os dois Césares, Júlio César e Augusto, poderiam alcançar essa apoteose. No entanto, Druso conseguiria se juntar aos seus ancestrais. O discurso ao mesmo tempo que eleva o *status* do jovem e o assemelha aos proeminentes nomes vinculados à apoteose, contribui para aliviar o luto dos enlutados ao fornecer um reconhecimento público de suas conquistas e o aproximar aos *exempla* encontrados nos Campos Elísios. Assim, tem-se o reconhecimento público e a justificativa da notável presença da *gens Claudia* dentro da *domus Augusta*. Entre os versos 447 e 466, momento em que o autor anônimo utiliza o recurso do

---

<sup>113</sup> As Parcas eram Átropos, Cloto e Láquesis. “Parcas (L. *Parcae*). Divindades do destino em Roma, identificadas com as Moiras (v.) dos gregos e dotadas gradualmente de todos os seus atributos [...]. Elas apareciam como fiandeiras, fixando a duração da vida humana. A exemplo das Moiras as Parcas eram três irmãs que determinavam o nascimento, o casamento e a morte das criaturas humanas. Seus nomes eram Nona, Décuma e Morta. Havia no Fórum romano estátuas das três Parcas, chamadas *Tria Fata* (os Três Destinos)” (KURY, 2009, p. 1465 – 1465).

<sup>114</sup> “Rômulo (L. *Romulus*) e Remo (L. *Remus*). Quando Numítor (v.) rei de Alba, foi deposto por seu irmão mais novo, chamado Amúlio (v.), este, para evitar a vingança de um descendente do primeiro, fez de Réa Sílvia, filha de Numítor (vv.), uma vestal, obrigando-a a prestar o juramento de virgindade por toda a vida (v. *Vestais*). Apesar do voto de castidade Réa Sílvia foi amada por Marte (v.) e teve dele dois filhos gêmeos – Rômulo e Remo. Amúlio ordenou a prisão de Réa Sílvia e mandou lançar os recém-nascidos no Tibre. As águas do rio levaram o cesto em que os gêmeos tinham sido postos para a margem do mesmo, nas proximidades do *Ficus Ruminalis* (v. *Rumina*), e nesse local eles foram amamentados por uma loba e protegidos por um pica-pau (ambos consagrados a Marte). Pouco tempo depois Fáustulo (v.), pastor dos rebanhos reais, descobriu-os e os levou consigo, criando-os com a ajuda de sua mulher, Aca Larência (v.), como se fossem filhos do casal. Rômulo e Remo cresceram rapidamente e se tornaram extremamente fortes e valentes, passando a comandar os jovens da região em incursões de rapinagem pelos arredores. Numa dessas aventuras Remo foi capturado e levado à presença de Numítor; Rômulo veio socorrê-lo e descobriu-se que ambos eram filhos do próprio Numítor. Num ataque a Amúlio, Rômulo e Remo mataram-no e repuseram Numítor no trono; em seguida eles fundaram uma povoação no monte Palatino, germe da futura Roma. Rômulo cercou-a com uma muralha, e ele ou seu companheiro Céler matou Remo ao vê-lo saltar por cima da mesma. Rômulo passou a acolher no Capitólio todos os fugitivos, e proporcionou-lhes esposas raptando as mulheres dos sabinos durante uma festa para a qual as convidara. Após um reinado longo e feliz Rômulo desapareceu misteriosamente durante uma tempestade e transformou-se no deus Quirino (v.). *Romulus* significa “romana”, segundo Virgílio, e *Remus* talvez fosse a forma latina do nome grego Roma (v.), citado por autores gregos que trataram da história romana. Numa versão divergente da lenda Rômulo e Remo seriam filhos de Eneias e de Dexiteia (filha de Forbas) (vv.), e teriam chegado à Itália ainda crianças. Noutra versão Rômulo e Remo aparecem como filhos de Rome (v.) (*Rhome*, em grego, significa “força”) e de Latino (v.), e neto de Telêmaco (v.). Numa terceira versão sua mãe, que seria filha de Lavínia (v.) e Eneias, chamava-se Emília” (KURY, 2009, p. 1683 -1686).

<sup>115</sup> “Vênus (L.). Divindade latina antiquíssima, cultuada num santuário perto de Árdea, construído antes da fundação de Roma. A partir do século II d.C., Vênus aparece totalmente assimilada à Afrodite (v.) dos gregos, quer em seus atributos, quer em suas lendas. A *gens Júlia* considerava-se descendente de Vênus por intermédio de Eneias (v.)” (KURY, 2009, p. 1917 - 1918).

discurso direto para Druso, apreendemos um resumo de todas as características desenvolvidas durante o texto consolatório. O seu valor é reafirmado como fiel à sua família e sua atuação vitoriosa em campanhas recebe destaque.

*‘quid numeras annos? uixi maturior annis:  
acta senem faciunt: haec numeranda tibi,  
his aeuum fuit implendum, non segnibus annis:  
hostibus eueniat longa senecta metu.  
hoc atai monuere mei proaique Neronas:  
fregerunt ambo Punica bella duces;  
hoc domus ista docet, per te mea, Caesaris alti:  
exitus hic, mater, debuit esse meus.  
nec meritis, quamquam illa iuuant magis, abfuit illis,  
mater, honos: titulis nomina plena uides.  
consul et ignoti uictor Germanicus orbis,  
cui fuit heu mortis publica causa, legor.  
cingor Apollinea uictricia tempora lauro  
et sensi exequias funeris ipse mei:  
decursusque uirum notos mihi donaque regum  
cunctaque per titulos oppida lecta suos,  
et quo me officio portauerit illa iuuentus,  
quae fuit ante meum tam generosa torum.  
denique laudari sacrato Caesaris ore  
emerui, lacrimas elicuique deo.  
et euiquam miserandus ero? iam comprime fletus.  
haec ego qui flendi sum tibi causa rogo’.* (Consolatória a Lúvia, vv. 447 – 466).

‘Por que conta os anos? Comparada com eles, minha vida foi mais frutífera: me fazem velho minhas façanhas. Estas são as que tu deves contar, com estas há de ser completada uma vida, não com o passar ocioso dos anos: Oxalá a meus inimigos lhes chegue uma velhice interminável pelo medo. Estes conselhos me deram meus antepassados e meus bisavôs, os Neronas: dois deles, como generais, venceram as Guerras Púnicas. Este é o ensinamento que oferece a casa do grande César, que por ti é também a minha: este, mãe, deve ser o meu final. Aqueles méritos, mãe minha, não careceram de honra, ainda que eles me agradem mais: já vêes meu nome cheio de títulos. Para mim, cuja a causa da morte foi o interesse público, me chamam cônsul e vencedor Germânico. Cingi minhas vestes vitoriosas com o louro de Apolo e senti minha própria carne as exéquias de meu enterro: os desfiles dos homens que eu conhecia e os presentes dos reis e todas as cidades reunidas segundo seus renomes; e com que devoção me levou sobre seus ombros aquela juventude que tão nobremente esteve ante meu leito funerário. Enfim, mereci receber elogios da sagrada boca do César e a este deus lhe fiz saltar as lágrimas. A quem hei de inspirar compaixão? Agora, cessa de chorar. Te suplico eu, que sou a causa de teu pranto’.

Druso alcançou, a partir dessas descrições e dos temas desenvolvidos até o momento, um novo valor: morto, ele dialoga e dá ordens à sua mãe Lívia. É ele quem solicita à mãe que finalize seu luto. De acordo com Cogitore (1994, p. 1098), o tema da vitória repetidamente mencionado por alguns versos da consolatória pode indicar que o autor anônimo desenvolve um paradoxo: os sucessos de Druso em combate, causa de sua morte, faz com que a *urbs* lamente pelo jovem, no entanto, é esse mesmo motivo que proporciona sua vitória e participação notável na *domus* de Augusto. Mesmo que as mortes de jovens fossem vistas como amargas ou devastadoras (*mors acerba*), ao contrário da morte de pessoas mais velhas, consideradas como esperadas ou naturais (HOPE, 2007, p. 16), sua contribuição dentro da *domus* do *Princeps* é a de trazer a vitória da conquista para sua terra natal e, especialmente, sua família. Por isso, deve ser comemorado, honrado e lembrado.

Embora a ‘boa morte’ fosse caracterizada por seu revestimento na domesticidade, sem demonstração de dor ou sofrimento, pois o moribundo poderia contar com a presença digna de seus familiares, amigos íntimos, clientes, libertos e escravizados por perto (NOY, 2011, p. 18; HOPE, 2009, p. 55) a morte de Druso é também compreendida por uma ‘boa morte’, já que é um ato político. De acordo com Hope (2007, p. 43), para que o indivíduo pudesse ter uma ‘boa morte’, deveria demonstrar coragem e dignidade, proferir as suas últimas palavras, ser lamentado pelas pessoas que o queriam bem, ter o corpo tratado e honrado também por seus inimigos.

No trecho acima, o anônimo dispõe da imagem de Druso para legitimar as honras de sua *gens* a partir da relação que estabelece com os feitos dos seus antepassados, uma vez que destaca as vitórias militares dos seus ancestrais na ocasião das Guerras Púnicas vinculadas às suas habilidades militares. Além disso, o autor anônimo fornece autoridade aos integrantes da *gens Claudia* como os responsáveis pelo movimento de alargamento das fronteiras por intermédio de combates que tinham por principal objetivo a união do Império, embora forneça um destaque à importância de Augusto na educação do jovem para vencer as batalhas, como uma espécie de elogio ao *Princeps* (*hoc domus ista docet, per te mea, Caesaris alti: exitus hic, mater, debuit esse meus. – Este é o ensinamento que oferece a casa do grande César, que por ti é também a minha (Consolatória a Lívia, vv. 453 – 454)*). No entanto, o discurso vincula-se mais à *gens Claudia* – na figura de Lívia, seus ancestrais e bisavós, os Nerones – do que a *gens Iulia* – representada por Augusto –. Por isso, acreditamos que, mais uma vez, o autor do texto consolatório reforça a descendência de Lívia e de seus dois filhos ligados à *gens Claudia* e demonstra sua preferência política projetada na possível sucessão de Tibério.

Se considerarmos que as últimas palavras de Druso ganham vida no texto consolatório, resumem suas qualidades e o motivo de sua morte, o seu (hipotético) discurso direto resume sua atuação triunfante. Druso não morreu em casa, rodeado por familiares, amigos. Contudo, morreu em benefício de Roma e esperava que seus desejos finais fossem realizados: que Lívía cessasse o seu lamento e que os rituais apropriados fossem realizados. A memória de Druso se vincula ao triunfo. Sua atuação no combate é louvável como um *exemplum* e corrobora à construção dos ideais filosóficos estoicos em que a morte não deve ser temida, pois o motivo que o levou à finitude é uma boa causa. A morte do jovem provoca na comunidade cívica sua memorização e comoção, pois o seu motivo é a causa pública.

Além disso, segundo nossas hipóteses, o autor anônimo mobiliza a partir do contexto da morte debates públicos e conflitos políticos, uma vez que, como vimos, em vários versos explora a atuação de Druso e de Tibério a partir dos *exempla*. Assim, o anonimato pode ser justificado pela grande devoção do autor para que *gens Claudia* assumisse a sucessão de Augusto. Desta maneira, a morte de Druso é um veículo que legitima a atuação dos descendentes da *gens* em que Lívía é vinculada por nascimento. Tibério e Druso possuem tal legitimidade, pois se apresentam em uma relação harmoniosa, vinculam-se ao espaço sagrado e à glória militar.

### **3.3 – A configuração do luto exemplar de Lívía: lamentação, memória e afetividade.**

Nas páginas anteriores desenvolvemos como o contexto social da morte no ambiente imperial proporciona a realização de atitudes que se alinham aos símbolos de poder, produzem e promovem a memória familiar e se vinculam aos aspectos sagrados. Vimos também que os funerais de membros das aristocracias integravam e sociabilizavam grupos sociais distintos, como “senadores, cavaleiros, escravos, libertos, crianças e mulheres” (OMENA, GOMES, 2017, p. 340). À época de Augusto, uma morte entre os membros da família imperial poderia ser a oportunidade para conquistar apoio público e político. Propomos a seguir compreender como as lamentações e o choro representados pela *Consolatória a Lívía* se constituem por uma prática social que se vincula aos espaços de poder: existiam momentos específicos nos rituais para que as emoções fossem externalizadas. As maneiras pelas quais os mortos eram lembrados, comemorados e lamentados eram inseridas em dimensões sociais que produziam imagens e se vinculavam ao passado com a finalidade de orientar o presente a partir da reprodução dos *exempla* (OMENA, 2021, p. 76; ROLLER, 2009, p. 216).

A partir de agora nos ocupamos em sinalizar a maneira pela qual os comportamentos perante a morte ativavam e evocavam memórias, pois como lamentar e lembrar dos mortos transformava-se em produção de *memoria publica* (OMENA, FUNARI, 2015, p. 2000). Paul Connerton em *Cultural Memory* (2006), sinaliza que poucos aspectos da memória receberam mais atenção sustentada do que o trabalho do luto, já que existe uma tensão entre o luto privado e suas expressões públicas (CONNERTON, 2006, p. 318). Nessa perspectiva, a *Consolatória a Livia* nos permite essas análises, na medida em que a prática consolatória regula e indica comportamentos e, no contexto aristocrático, as imagens da morte apresentam espaços de disputas e competições, produzem memórias e criam espaços de recordações (ASSMANN, 2011). Por isso, segundo nossas hipóteses, as representações realizadas pela consolatória no contexto fúnebre dialogam com duas principais instâncias: o cumprimento da obrigação com os deuses, a partir da prática dos rituais, e se apresenta como um evento político social por meio da representação das atitudes dos membros da *domus* de Augusto vinculados à sucessão imperial.

Veremos que a remetente da narrativa, Livia, é convidada a se comportar da forma adequada, já que é responsabilidade da mesma os cuidados com o cortejo do filho e a continuidade dinástica, uma vez que promove o nome de Tibério como sucessor de Augusto. O autor anônimo mobiliza suas movimentações e atitudes transformando-a, deste modo, em um *exemplum* para a comunidade cívica. Livia, a mãe enlutada, é projetada como personagem central do evento diante do público e deve cumprir com a obrigação de apresentar autocontrole. Seus movimentos eram conferidos pelo público e, como sinalizado, o contexto fúnebre se constituía por um ambiente propício para se fazer memória (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4). Esse cenário nos leva a identificar como as comunidades emocionais constituem e divulgam seus “sistemas de sentimento”, pois tais comunidades são concebidas e construídas em contextos e por grupos sociais distintos (ROSENWEIN, 2011, p. 18).

Livia, a mãe enlutada, divide a cena com Druso durante maior parte do texto consolatório, já que é a destinatária do texto. Mãe de Tibério e do jovem morto, essa dupla qualidade caracteriza o principal argumento do texto consolatório:

*Visa diu felix, “mater” modo dicta “Neronum”,  
iam tibi dimidium nominis huius abest,  
iam legis in Drusum miserabile, Liuia, carmen,  
unum qui dicat iam tibi “mater” habes. (Consolatória a Livia, vv. 1 – 4).*

Durante muito tempo, pareceste feliz sendo chamada de “mãe dos Neros”, mas, a partir deste momento, metade deste título falta a ti. Agora, lês, Lívía, com muita tristeza, versos fúnebres para Druso; neste momento, tens apenas um filho para chamar-te de “mãe”.

Como vimos no tópico dedicado a Druso, a *pietas* de Lívía é afirmada pelo autor anônimo entre os versos 21 e 28, em que a mãe enlutada preparava sacrifícios aos deuses em homenagens a Druso que voltaria em vida e vitorioso. No entanto, ela precisa mudar seus planos já que, “[...] *tu és atravessada por um golpe cruel, para que possas ser mais forte em tuas desgraças - exiguo percussa es fulminis ictu, fortior ut possis cladibus esse tuis*” (*Consolatória a Lívía*, vv. 11 - 12). A ênfase está, antes de tudo, no esforço que lhe é solicitado para superar sua dor: atingida, ela deve moldar-se à provação. Consideramos que a virtude de Lívía, expressa em sua *pietas* (associada ao respeito para com os deuses, obediência à pátria e devoção aos pais (SALLER, 1994, p. 107)), demarca sua obediência em relação ao sagrado e sua afetividade em relação ao filho. Esse argumento, como vimos, é comumente utilizado nos textos consolatórios, uma vez que destaca à provação da pessoa consolada e a solicita que, mesmo nesse contexto, possa ter coragem e superar as adversidades.

Johan Vekselius (*Weeping for the Res Publica: Tears in Roman political cultura* (2018)), sinaliza que à época do Principado de Augusto as “comunidades emocionais” das aristocracias exibiam sua *uirtus* e *pietas* a partir do autocontrole evidenciado em suas relações pessoais, familiares e sociais apresentados para a comunidade cívica (VEKSELIUS, 2018, p. 59). Ao serem mapeadas e identificadas, as expressões emocionais são esperadas, toleradas ou até deploradas por contextos distintos. Se inserem em dimensões particulares e públicas e a forma “como são experimentadas, expressas e interpretadas” (ROSENWEIN, 2011, p. 18) são, portanto, “elaborações históricas” (OMENA, 2021, p. 83). Segundo nossas hipóteses, o autor anônimo ao apresentar o autocontrole e os comportamentos adequados de Lívía no contexto da morte, diz muito sobre as relações vinculadas ao poder. Além de sua notável presença pública em eventos ao lado dos homens da *domus* de Augusto, bem como no financiamento de obras públicas, Lívía representava um papel de virtudes e autocontrole nos rituais fúnebres do filho.

Ovídio, em diálogo com o texto consolatório, apresenta uma breve descrição da atuação de Lívía ao preparar a carruagem para o triunfo, garantindo a sua participação na *pompa*:

*quid cessas currum pompamque parare triumphis,  
Livia? dant nullas iam tibi bella moras.  
perfida damnatas Germania proicit hastas.  
iam pondus dices omen habere meum.*

*crede, breuique fides aderit. geminabit honorem  
filius, et iunctis, ut prius, ibit equis.  
prome, quod inicias umeris uictoribus, ostrum:  
ipsa potest solitum nosse corona caput:  
scuta sed et galeae gemmis radientur et auro,  
stentque super uinctostrunca tropaea uiros: (OVÍDIO, *Pônticas*, III. IV. 95 –  
104)*

Por que hesita, Lívía, em preparar a carruagem e uma procissão para o triunfo? A guerra já não te concede atrasos. A traidora Germânia está jogando fora as lanças que aprendeu a odiar. Logo, você dirá que minha profecia tem peso. Oh, acredite: em breve a prova estará em suas mãos. Teu filho dobrará sua honra e avançará, como antes, com corcéis unidos. Traga a púrpura para jogar sobre os ombros do vencedor; a grinalda para reconhecer os rostos dos familiares; mas que o escudo e as grevas brilhem com joias e ouro, e os troféus fiquem erguidos acima dos homens acorrentados.

Tanto Ovídio como o autor anônimo do texto consolatório projetam e garantem a participação de Lívía em grandes eventos. De acordo com Lovisa Brännstedt (2015, p. 40 e 41), a posição central de Lívía nas celebrações militares dos filhos apresenta o movimento do exército que começou, a partir de 10 a.C., a ser comandado apenas por membros da família de Augusto. Lívía, portanto, é protagonista na celebração militar dos filhos, já que eram treinados desde muito novos para liderar as campanhas. Isso é notável se considerarmos as gerações: Tibério e Druso, Druso, o Jovem, Agripa Póstumo, Caio, Lúcio e Germânico, que obtiveram monopólio da liderança das campanhas e, em muitos contextos, conseguiam vitória. Em troca, a família imperial era celebrada em cerimônias (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 40 e 41).

A morte de Druso é, portanto, o evento que projeta Lívía como esposa de Augusto, reforça a construção de sua posição pública e é mais uma oportunidade para a *gens Claudia* receber destaque a partir da referência dos seus dois filhos. Lívía não é mais compreendida como mãe privada e enlutada, mas é um membro cada vez mais influente na *domus* imperial (JENKINS, 2009, p. 5). Por isso, segundo nossas hipóteses, o texto consolatório evidencia, a partir da atuação de Lívía, que o espaço da morte é também um espaço político, pois o anônimo reconhece sua posição de relevância na sociedade e ao mesmo tempo incentiva que possa manter as suas virtudes. No entanto, não é apenas um espaço político, uma vez que sua notável participação promove a memória afetiva, já que a participação proeminente de Lívía nos rituais mortuários da morte de Druso “[...] transmitia imagens emocionais no modo como os mortos eram lembrados” (OMENA, 2021, p. 78).

Não seria viável que a esposa de Augusto se desfalecesse em lágrimas e lamentasse de forma excessiva a morte de seu filho. Lívia deveria, dessa forma, evitar a sua morte social no cenário político e garantir que fosse vista como um exemplo para comunidade cívica. Sua posição pública, as qualidades esperadas de uma mãe, que é também imperatriz (*pudicitia*), e sua atuação relevante na *domus* de Augusto são destaques entre os versos 41 e 50. O anônimo faz elogios e recomendações à Lívia, além de reconhecer a sua importância e influência dentro de sua *domus*. Entre os versos 49 e 50, é digno de destaque que as influências de Lívia não foram sugeridas pelo Fórum e limitavam-se à sua casa quando permitido.

*quid tibi nunc mores prosunt actumque pudice  
omne aeuum et tanto tam placuisse uiro?  
quidque pudicitia 'ad' tantum in 's' 'i' 'nu' 'ata bonorum,  
ultima sit laudes inter ut ila tuas?  
quid, tenuisse animum contra sua saecula rectum,  
altius et uitiiis exeruisse caput,  
nec nocuisse ulli et fortunam habuisse nocendi,  
nec quenquam neruos extimuisse tuos,  
nec uires errasse tuas Campoue Foroue  
quamque licet citra constituisse domum? (Consolatória a Lívia, vv. 41 – 50).*

De que te valem agora teus virtuosos costumes e haver passado toda uma vida com modéstia e haver agradado tanto a um esposo tão ilustre? De que te valeu teu pudor esgotado entre tão grande cúmulo de virtudes, ao ponto de ser o mais modesto de teus méritos? De que te valeu haver tido uma alma íntegra, ainda em contrariedade aos costumes da época, e haver erguido a cabeça por cima dos vícios e não haver causado mal a ninguém, incluso tendo a oportunidade de fazê-lo, e que ninguém te tenha temido por tua força, e não se tenham insinuado tuas influências pelo Fórum, nem pelo Campo de Marte e as tenham limitado a tua casa menos do permitido?

Em relação a Lívia, o autor anônimo produz um discurso positivo em relação aos bons costumes e a sua modéstia vigilante e contínua, qualidades que a fizeram obter a companhia de um *marido tão ilustre*. Quanto à sua modéstia, Lívia, de fato, segundo nos informa a consolatória, parece ter apoiado a política de Augusto, atuando com bons costumes. Seu mérito foi ter conseguido elevar sua condição movimentando-se, mesmo que de forma indireta, nos assuntos políticos, apesar de todos os obstáculos impostos pela tradição e legislação. A partir dessas adjetivações a esposa do *Princeps* garante para si uma posição de destaque e, embora sua atuação não tenha vagado *nem no Campo de Marte, nem no Fórum*, consegue se movimentar em equilíbrio entre as relações e projeções de poder. Ao sinalizar tais características compreendemos que a narrativa reafirma o lugar de importância alcançado por

Lívia e a projeta como proeminente integrante da *domus* do *Princeps*. Pois, além de ter sua atuação legitimada pelo anônimo, se apresenta como peça necessária para a continuidade dinástica em favor da *gens Claudia*.

A partir da sua atuação pública, Lívia reforça sua posição social como esposa do *Princeps*, matrona privada e membro da poderosa *domus Augusta*. A divulgação dos textos escritos que relatam sobre a configuração política da cidade de Roma à época imperial nos informa que, ao se movimentar e participar da execução dos rituais públicos, seus integrantes comunicavam e expressavam as práticas de poder (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4). Tornavam-se expressões da vida pública e política romana, uma vez que essas atitudes dialogavam com a ascensão das aristocracias, pois deveriam ser apreciadas e reconhecidas como parte que integrava a estabilidade e o sucesso do Império (FLOWER, 2006, p. 323).

O texto segue com o destaque para fecundidade e os bons nascimentos que Lívia proporcionou. Embora tivesse gerado apenas dois filhos do seu primeiro casamento com Tibério Cláudio Nero e nenhum com o *Princeps*, é elevada à categoria de matrona de boa prole, à medida que *nenhuma mãe foi mais fecunda*, tendo gerado apenas Tibério e Druso.

*nec genetrice tua fecundior ulla parentum,  
tot bona per partus quae dedit una duos.  
heu, par illud ubi est totidem uirtutibus aequum  
et concors pietas nec dubitatus amor?* (*Consolatória a Lívia*, vv. 81 – 84).

E nenhuma mãe foi mais fecunda que aquele que te gerou: ela sozinha que em dois partos gerou tão grandes bens. Ai, onde está aquele casal igual em tantas virtudes e a devoção recíproca e seu indubitável carinho?

Como vimos, as mulheres eram indispensáveis para a continuidade dinástica. Sabe-se que Augusto concedeu direitos especiais e recompensava as mulheres casadas por terem filhos, de acordo com as *Leis Julianas*. As mães de três filhos e mulheres libertas que tiveram quatro filhos eram isentas da exigência de obter um tutor e correspondiam às expectativas culturais em relação à sua conduta sexual e conjugal (D'AMBRA, 2015, p. 408; HALLET, 2015, p. 375). No caso de Lívia, que teve apenas dois filhos, o autor encontra uma solução dupla: enfatiza a qualidade (*tot bona*) sobre a quantidade (*duos*) dos nascimentos de Lívia. Essa condição eleva os filhos da *matrona* imperial a uma posição de maior destaque do que aos romanos comuns (JENKINS, 2009, p. 12).

Uma vez que os Júlio-Claudianos foram infelizes na capacidade de reproduzir herdeiros masculinos – Augusto e Calígula não tiveram filhos homens biológicos e Tibério e Cláudio não sobreviveram a tempo para produzirem um sucessor – em nossas hipóteses, o texto consolatório promove o nome de Tibério e Druso vinculados à fecundidade de sua mãe como uma das mais belas virtudes no período de Augusto. Logo, o discurso poético da consolatória transforma o primogênito, ainda vivo, e sua mãe em *exempla* para a comunidade cívica, pois ambos estiveram presentes e atuaram de forma significativa nos eventos que envolveram a morte de Druso. Sabe-se que era função das mulheres aristocráticas a propagação e continuação das linhagens familiares concebendo filhos legítimos e cidadãos como uma prioridade cívica (HENRY; JAMES, 2015, p. 84).

Em nosso contexto, a fertilidade de Lívía apresentada pela *Consolatória a Lívía* seria um dispositivo discursivo retórico que, assim como os procedimentos que envolvem os cuidados com o corpo de Druso, fornece um cenário com a finalidade de negociar estrategicamente a posição de Lívía. Dessa forma, o autor anônimo, ao comentar a proeminente atuação de Tibério e Druso nos assuntos que envolvem as campanhas militares, valida a posição central de Lívía como boa mãe. Além disso, elabora um “discurso propagandístico em torno da maternidade [...] em que as mulheres imperiais aparecem assimiladas a determinadas deusas em suas funções próprias: fertilidade, maternidade”. (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 54).<sup>116</sup>

Destacamos que a fecundidade de Lívía é novamente reafirmada quando, entre os versos 113 e 120, o autor anônimo descreve as formas em que Lívía contém seu lamento. No verso 115, as lágrimas de Lívía *escapam* do seu rosto e molham, significativamente, o seu útero e seios, partes do corpo em que é mais notável a mudança das mulheres quando estão grávidas e, ao mesmo tempo, simbolizam a condição de sua fertilidade como uma das virtudes femininas.

*congelat interdum lacrimas duratque tenetque  
suspensasque, oculis fortior, intus agit:  
erumpunt iterumque grauant gremiumque sinusque,  
effusae grauidis uberibusque genis.  
in uires abiit flendi mora: plenior unda,  
defluit exigua siqua retenta mora. (Consolatória a Lívía, vv. 113 – 120).*

---

<sup>116</sup> De acordo com Werner Riess, em seu texto *Rari exempli femina: Female Virtues on Roman Funerary inscriptions*, (2012), a epigrafia funerária latina, ao indicar a presença das mulheres nas inscrições, explora virtudes femininas a partir de discursos masculinos atribuído às mulheres. De forma geral, sinaliza que os adjetivos utilizados para caracterizar os cinco papéis femininos mais frequentes são *dulcissima* (mais doce), *pia* (obediente) e seus derivados, *bene merens* (bem merecedor), *sua* (seu / sua), *carissima* (querida), *optima* (melhor), e *sanctissima* (mais sagrado). (RIESS, 2012, p. 493).

Às vezes Lívia cristaliza suas lágrimas, as endurece e retém e, suspensas, mais forte ela que seus olhos, as reprime em seu interior: se escapam e de novo inundam o seu colo e seu seio, brotando de seus olhos entorpecidos e chorosos; a contenção do pranto as fez mais forte; a água flui mais abundante se algum obstáculo a reteve.

As lágrimas demonstravam afeto e *pietas*, mas o prantear não poderia ser em excesso. O público poderia associar a emoção exacerbada como a falta de controle. No entanto, não derramar lágrimas, não expressar *pietas* e não lamentar os mortos poderia ser considerado uma violação às obrigações sociais. A maneira correta seria lamentar com autocontrole para transmitir a *uirtus* e *grauitas*. As emoções expressas deveriam ser controladas: as lágrimas deveriam ser de intensidade e duração moderadas, como um ato intencional dotado de razão (VEKSELIUS, 2018, p. 44 e 45). A regulamentação de como e quando chorar e as manifestações emocionais dependiam dos *status*, do sexo e dos grupos sociais aos quais os indivíduos se vinculavam. Ao serem aderidas e expressas a partir de normas e valores elaborados por grupos sociais em contextos distintos, podemos sinalizar a existência de *comunidades emocionais* (ROSENWEIN, 2011, p. 7).

É importante sinalizar que o fato de serem direcionadas para o controle, ritualizadas ou roteirizadas de acordo com o que era socialmente esperado, não indica que as emoções ou as lágrimas fossem menos significativas ou verdadeiras (VEKSELIUS, 2018, p. 25). O estudo de como as *comunidades emocionais* se configuram e manifestam suas emoções nos permite compreender que, ao serem encaradas como fenômenos sociais e associadas a contextos e grupos distintos, as normas e atitudes em relação às emoções e suas expressões podem ser atribuídas e expressas de acordo com os contextos e conforme grupos sociais distintos (ROSENWEIN, 2016, p. 318 – 321). O que importa para nós é como a forma de se expressar frente aos infortúnios era encarada como positiva, tolerada ou condenada. Não buscamos identificar no texto consolatório a real forma que Lívia lamentou, mas sim como se esperava que chorasse e expressasse a perda de forma pública. As expressões emotivas podem ser identificadas em diferentes contextos, em sua maioria em festivais públicos regulados ou em funerais (FLOWER, 2006, p. 341).

Considerando que o luto de Lívia é público, o autor anônimo elabora, a partir do recurso poético, um ideal de como suas emoções deveriam ser demonstradas e controladas, uma vez que o público esperava demonstrações de autocontrole por parte da aristocracia e observava a

forma como o luto era vivenciado a partir do seu *status* (VEKSELIUS, 2018, p. 47). Nas palavras de Harriet L. Flower (2006):

A cultura romana era, sob muitos aspectos, uma cultura do espetáculo: o espetáculo estava no centro da política e da compreensão dos romanos sobre a identidade de sua comunidade. A deles era, acima de tudo, uma cultura visual, uma cultura de ver e ser visto, tanto em ocasiões especiais quanto na vida cotidiana. [...] a identidade e o *status* de uma pessoa adquiriram todo o seu significado apenas aos olhos de seus concidadãos. Os espetáculos repetidos, que em sua maioria pertenciam a tipos reconhecíveis, reforçavam os modos de pensar romanos, principalmente pelo poder do exemplo (*exemplum*) e pela relação do indivíduo com os precedentes estabelecidos pelas normas tradicionais (*mos maiorum*). Essa cultura do espetáculo expressava os valores da elite política, mas também servia como veículo de comunicação entre todos os cidadãos, pois todos participavam juntos da celebração e reafirmação dos valores comuns, objetivos compartilhados e instituições políticas da comunidade. (FLOWER, 2006, p. 322)

Embora caminhassem juntos na procissão do funeral (*pompa funebris*) que se dirigia ao Fórum para que o morto recebesse os elogios fúnebres, na execução das práticas funerárias e sua ligação com a representatividade social, houve considerável divisão da participação no ritual entre atitudes dispostas aos homens e as atitudes dispostas às mulheres (ERKER, 2011, p. 42). No contexto da morte, homens e mulheres em luto mudavam seus comportamentos cotidianos e expressavam gestos semelhantes de tristeza: bater no peito, tórax, na cabeça e nas coxas, puxar o cabelo, coçar as bochechas até sangrar, se jogar no chão e colocar as cinzas da lareira extinta na cabeça eram algumas das atitudes do ritual de luto. Expressar o luto se constituía como parte essencial do ritual mortuário, demonstrava respeito pela família e uma obrigação com o morto (OMENA, GOMES, 2017, p. 353; ERKER, 2011, p. 69).

Entre os comportamentos da aristocracia podemos destacar que usavam roupas pretas ou escuras. As mulheres portavam vestidos sem adornos, jejuavam, não lavavam os cabelos e, em alguns casos, negligenciavam os cuidados com o próprio corpo (OMENA, GOMES, 2014, p. 69; ERKER, 2011, p. 44; HOPE, 2011, p. 186). De acordo com Miguel Requena Jiménez, em seu artigo *El color del luto en Roma* (2012), a cor das vestimentas utilizadas nos eventos fúnebres permite diferenciar os participantes do cortejo em termos sociais. Uma vez que a cor preta representava a cor do luto em Roma, a presença de pessoas vestidas de branco nos funerais simbolizava sua posição social. “O branco [...] não é a cor do luto, mas a cor das vestes que acentua o *status* social de um indivíduo em um ato público, tão transcendental como um funeral” (JIMÉNEZ, 2012, p. 215).

Em Roma, os costumes do luto eram de cor preta: os magistrados vestiam a toga pretexta preta; os homens tiravam o anel de ouro e o substituíam pelo anel de ferro; as mulheres vestiam roupas de luto (*lugubria*), abandonavam seu adorno e renunciavam ao ouro e à púrpura (OVÍDIO. *Tristes* IV, 2, 73; Propércio IV, 11, 27). Desde o falecimento até as exéquias, vestiam o *ricinium*, tipo de toga pretexta cujo corte era quadrado. As jovens eram também vestidas de preto. Sob o Império, quando a moda era o uso de cores variadas, o branco foi adotado pelos romanos para o luto (BUSTAMANTE, 2014, p. 121).

Puxar o cabelo, coçar as bochechas até ficarem avermelhadas, bater na cabeça e no peito, se jogar no chão, ou jogar as cinzas da pira funerária sobre o corpo são alguns exemplos das expressões de luto (ERKER, 2011, p. 44 e 45). As lágrimas que representavam o luto também eram demarcadas por questões de gênero e *status* social. As mulheres expressavam sua dor durante o ritual a partir das lamentações extravagantes, como o choro, gritos e automutilação. O luto feminino era fisicamente expressivo: soltavam os cabelos, batiam nos seios e lamentavam em voz alta (VEKSELIUS, 2018, p. 48; NOY, 2011, p. 3). Embora as expressões não discursivas do luto fossem associadas aos homens, como soltar os cabelos, esses últimos também tiveram que chorar por pessoas de maior prestígio social de uma forma semelhante às mulheres quando lamentavam por seus parentes no espaço doméstico (ERKER, 2011, p. 42).

É oportuno aqui sinalizar que Augusto é dificilmente mencionado no texto de forma isolada. Suas aparições referem-se aos outros personagens, o que, de acordo com Jenkins (2009, p. 1), traduz o paradoxo de que, quanto maior a ênfase do imperador na domesticidade, maior a tensão entre o aumento da proeminência das mulheres e dos outros personagens que a ele dependem nos assuntos cívicos (JENKINS, 2009, p. 01). Como vimos anteriormente, Augusto pronuncia a *laudatio funebris* para o jovem com lágrimas. Algumas das tarefas reservadas aos homens nos rituais fúnebres era a realização dos elogios fúnebres (*laudatio funebris*) e a realização de sacrifícios e rituais de purificação. Nesses momentos poderiam expressar gemidos de tristeza. Enquanto os discursos masculinos lamentavam a morte como uma perda para a comunidade política, o lamento feminino relacionava-se ao contexto familiar (REY, 2015, p. 232; OMENA, GOMES, 2014, p. 71; ERKER, 2011, p. 49).

*et uoce et lacrimis laudasti, Caesar, alumnum,  
tristia cum mediis rumperet orsa dolor. (Consolatória a Lúvia, vv. 209 – 210).*

E tu, César, pronunciaste o elogio fúnebre de teu descendente com tua voz e tuas lágrimas, já que a dor, ao entropor-se, cortava o fio do triste discurso.

No momento em que o autor anônimo recorda as mortes que a *domus* imperial enfrentou antes de Druso, o destaque vai para as lágrimas que Augusto derramou no contexto da morte do jovem. Nota-se que o autor anônimo não apresenta um comportamento exagerado do *Princeps*, no entanto, ao destacar que Augusto também lamentou a morte do jovem, sinaliza sua *pietas* e a relevância que a morte de Druso teve para comunidade cívica. Chorar pelo morto gritando e com excessos vai contra os ideais romanos de masculinidade e autocontrole (ERKER, 2011, p. 49):

*ecce ter ante datis iactura nouissima Drusus  
a magno lacrimas Caesare quartus habet. (Consolatória a Lúvia, vv. 71-72).*

Depois das três perdas anteriores, eis aqui que a última, Druso, recebe em quarto lugar as lágrimas do grande César.

Sarah Rey, em seu artigo *Roman tears and their impact: a question of gender?* (2015), sinaliza que não havia motivos para se ter vergonha quando o choro era público, uma vez que ao expressar os sentimentos a partir do choro e das lamentações, homens e mulheres tinham reações distintas: lágrimas masculinas eram mais comuns em audiências, onde os homens as utilizavam para promover negociações em situações políticas (REY, 2015, p. 229). No entanto, poderiam ser desonrados caso chorassem excessivamente ou de forma importuna. Chorar sem limites e de maneira exagerada constituiria na falha da sua masculinidade (*muliebris, efeminado e mollis*) (VEKSELIUS, 2018, p. 43 e 44; REY, 2015, p. 231). Os homens de maior prestígio social poderiam chorar sem medo de humilhação. Suas lágrimas eram vistas como gesto de respeito (REY, 2015, p. 232). Nesse sentido, as lágrimas de luto expressavam e criavam um consenso quando vinculadas aos personagens vinculados à *domus* imperial. Membros das aristocracias poderiam se utilizar do choro para afetar e conduzir as emoções do público. Apresentadas em forma de controle no contexto da morte de Druso, as lamentações comunicavam e divulgavam as expressões contidas, adequadas e virtuosas do luto.

As lágrimas e lamentações faziam parte de comportamentos específicos do luto e eram bem recebidas, uma vez que o foco do nosso estudo é a *aula* imperial. Dessa forma, a lamentação aos mortos era dotada de expectativas sociais, culturais e religiosas, pois poderia ser identificada como prática aceitável ou não a partir das variáveis demonstrações de luto. Lamentar de forma correta indicava a intensidade das emoções, bem como a sinceridade do envolvimento pessoal no contexto fúnebre. Lamentar de acordo com as convenções e expectativas sociais expressava e comunicava a continuidade da família nos espaços de poder

e validava os papéis sociais (OMENA, CARVALHO, 2018, p. 345; VEKSELIUS, 2018, p. 30; LAURENCE, 2012, p. 06). Por fim, a participação de Augusto se encerrava no momento que se mostrava como suporte para Lívía quando a mesma se encontrava em luto:

*obtulit inuitae cum tibi Caesar opem  
admouitque preces et ius immiscuit illis  
aridaque affusa guttura tinxit aqua.  
nec minor est nato seruandae cura parentis:  
hic adhibet blandas, nec sine iure, preces.  
coniugis et nati meritum peruenit ad omnes;  
coniugis et nati, Liviua, sospes ope es. (Consolatória a Lívía, vv. 417-423).*

Apenas te restava poucas horas de vida quando o César, contra a tua vontade, te socorreu e te dirigiu seus pedidos e a eles adicionou sua autoridade e umedeceu tua garganta ressecada derramando água nela; e não é menor a preocupação de teu filho pela saúde de sua mãe: este te dirige pedidos solícitos e não sem autoridade. Os bons ofícios do esposo e do filho chegaram aos ouvidos de todos; com a ajuda de teu esposo e de teu filho estás com vida, Lívía.

Nos últimos versos percebe-se que o autor anônimo enfatiza o cuidado do esposo e do filho em relação à mãe enlutada, que mesmo *contra a sua vontade* recebeu a devida assistência. Representa aqui a atitude honrosa, religiosa, afetiva e política do esposo e do filho que cuidaram de Lívía. Segundo Harriet I. Flower (2006, p. 324), a aristocracia romana se definia não apenas em termos de riqueza, nascimento, educação ou de suas virtudes, mas também no modo como publicizavam suas ações. Dessa forma, os versos representam que esse tipo de conduta era importante, pois comunica a unidade, a harmonia e o respeito às prerrogativas sociais e religiosas. O autor anônimo inclui na narrativa um extenso discurso direto de Lívía (vv. 121 – 166) que, de acordo com Lovisa Brännstedt (2015, p. 38), constitui o único texto antigo em que Lívía fala em primeira pessoa. Sinalizamos aqui alguns trechos relevantes para nossas problematizações. A mãe enlutada inicia sua lamentação destacando sua posição como mãe de dupla prole:

*"nate, brevis fructus, duplicis sors altera partus,  
gloria conspectae, nate, parentis, ubi es?  
sed neque iam 'duplicis' nec iam 'sors altera partus', gloria conspectae  
nunc quoque matris, ubi es? (Consolatória a Lívía, vv. 121 – 124).*

“Filho, fruto efêmero, segunda felicidade do meu duplo parto, glória de tua admirada mãe, filho, onde estás? Mas tu já nem ‘fruto’ nem ‘segunda felicidade do meu duplo parto’, ainda que incluso agora glória de tua admirada mãe, onde estás? Ai, tu, que até pouco tempo era tão célebre, onde estás?

De acordo com Thomas Jenkins (2009, p. 12), o trecho situa o nascimento de Druso em um local de poder hereditário e relevante: ele era irmão de Tibério – possível sucessor de Augusto – e filho de um *pater familia* glorioso e politicamente conectado. No momento em que Tibério Cláudio Druso falece (pai dos filhos de Lívía), é Augusto que assume a tutela de Lívía e de seus filhos. Portanto, o autor anônimo não menciona o pai biológico dos irmãos. O termo *partus* destaca a atuação feminina de Lívía e dialoga com a expressão *matris*, pois, embora Druso não seja mais o segundo de seus filhos, Lívía continua (*nunc*) sendo uma célebre mãe (*conspectae matris*). A lamentação de Lívía, em discurso direto, segue com o reconhecimento das suas virtudes como mãe que combina sua condição feminina e sua posição pública de esposa do *Princeps* e *matrona* imperial. Nesse momento da narrativa o autor não economiza recursos para adequar a dor de Lívía em palavras. No verso 146 consideramos que não só mostra grande devoção à Lívía, mas também preserva a memória de seu pai, Marco Lívio Druso Cláudio, que morre após a batalha de Filipos. Mais uma vez, apresenta preferência maior pela *gens Claudia* do que pela *gens Iulia*, pois adjectiva os irmãos como vitoriosos e os associa com os célebres ancestrais de sua *gens* por nascimento:

*“iamne ego non felix? iam pars mihi rapta Neronum,  
materni ceber nomine Drusus aui?  
iamne meus non est nec me facit ille parentem?  
iamne fui Drusi mater et ipse fuit?  
nec cum uictorem referetur adesse Neronem,  
dicere iam potero “maior an alter adest?”  
ultima contigimus: ius matris habemus ab uno,  
unius est munus quod tamen orba negor.  
me miseram, extimui frigusque per ossa cucurrit:  
nil ego iam possum certa uocare meum  
hic meus ecce fuit: iubet hic de fratre uereri;”* (Consolatória a Lívía, vv. 145 – 155).

Por ventura já não sou feliz? Já me foi tirada uma parte dos Neronos, oh Druso, célebre pelo nome de seu avô materno? Por acaso já não me pertence, nem ele me faz mãe? Deixei de ser já a mãe de Druso e ele de existir? E quando se diga que chega Nero vitorioso não poderei perguntar ‘o mais velho ou o outro’? Chegamos ao limite: em virtude de apenas um me assiste o direito de mãe, a apenas um devo que não me chamem de privada de filhos. Infeliz de mim! Estou oprimida e o frio recorreu os meus ossos. Já não estou segura de poder chamar nada de meu. Eis aqui que este foi meu: ele me obriga sentir temor por seu irmão.

A narrativa segue destacando a importância de Lívía no funeral de seu filho. Além das expressões do luto feminino, o encontro e os cuidados com a materialidade do corpo criavam

uma memória específica para as mulheres (GRAHAM, 2011, p. 31). Era sua função a preparação do corpo, lavando e unguindo-o com perfumes e cuidando de sua aparência (HOPE, 2009, p. 71 – 74), para o auxílio no processo de purificação do cadáver e rememoração do indivíduo (ERKER, 2011, p. 47; GRAHAM, 2011, p. 32). Sendo assim, os preparativos do corpo, as atitudes dos indivíduos que acompanhavam a execução do funeral e o enterro refletiam aspirações e expectativas sociais, a partir das representações de como o cadáver foi preparado, tratado, enterrado e homenageado e de como os enlutados se portavam. Embora seja uma atividade que envolva a família, as mulheres eram personagens principais nesse contexto e, no caso de Lívía, deveria atuar como sustentáculo de sua imagem e de sua *domus*.

*quin etiam corpus matri uix uixque remissum  
exequiis caruit, Liuia, paene suis. (Consolatória a Lívía, vv. 167 – 168).*

E ainda mais, o corpo a duras penas devolvido a sua mãe quase se viu privado, Lívía, de suas honras fúnebres.

No entanto, o autor anônimo elabora um cenário para representar a dificuldade que Lívía teve em se encontrar com o corpo de Druso, uma vez que era sua responsabilidade cuidar do cadáver do filho e realizar as honras fúnebres. A atuação feminina nos cuidados com o corpo e preparativos para o cortejo era de extrema importância. Como indicamos, entre o momento da morte e o início do funeral existia a necessidade de o corpo do morto ser tratado com respeito pelos enlutados: os olhos deveriam ser fechados e receberia um beijo de um parente próximo, de preferência pertencente do sexo feminino (LINDSAY, 2000, p. 162). O corpo deveria ser lavado e unguído com óleos perfumados, vestido com roupas limpas e coberto com um pano branco para receber os rituais do luto como a *conclamatio*: o ritual em que os membros da família, aos prantos, chamavam o nome do falecido (HUSKINSON, 1996, p. 21; NOY, 2011, p. 7). Era tarefa exclusiva das mulheres purificar o corpo para ser apresentado no *atrium* da residência com os pés voltados para frente da casa. Dessa forma, as mulheres poderiam expressar sua dor lamentando, cantando suas lamentações, chorando e cuidando da materialidade do corpo realizando o luto público frente aos membros da família e da comunidade (ERKER, 2011, p. 44).

No entanto, Druso morre fora de Roma e Lívía não consegue recolher os últimos beijos do filho e nem preparar o seu corpo para receber as honras fúnebres.

*at miseranda parens suprema neque oscula legit,  
frigida nec fouit membra tremente sinu; (Consolatória a Lívía, vv. 95 – 96).*

Mas tua infeliz mãe não pode recolher os últimos beijos, nem aquecer em seu trémulo colo teus membros rígidos.

Destacamos que nesse último trecho, o anônimo apresenta Lívía em sua posição de mãe enlutada. Os adjetivos *miseranda*, *frigida* e *tremente* sinalizam os aspectos emocionais da mãe que sofre pela morte do filho. Omena (2020) comenta a respeito do ambiente dramático que envolve a morte e o morrer, partindo da análise das expressões afetivas que são compostas pelo “[...] cuidado corporal, pelos lamentos, pelas canções fúnebres, pelo cortejo em torno do fórum, pelo discurso em homenagem ao morto nos *rostra*, pela queima do corpo na pira funerária e pelo depósito dos restos mortais no sepulcro” (OMENA, 2020, p. 9). Se os aspectos físicos da morte apresentam consequências para os vivos, a experiência do cuidado e preparação do corpo era exclusivamente feminina e demonstrava *pietas*. No entanto, a consolatória não nos fornece a informação de como o corpo de Druso foi tratado e preparado para receber os devidos rituais fúnebres no cortejo.

Outra mulher vinculada a Druso e que ao longo do texto consolatório protagoniza uma longa passagem (vv. 299 – 328) é Antônia Menor (36 a.C. – 37 d.C.), esposa do jovem. No trecho, a relação do casal é descrita como virtuosa e o anônimo a reconhece como boa esposa de Druso. Além disso, compara sua retidão em relação à de Lívía, sugerindo que se comportou de forma adequada na morte do seu marido. À época da morte de Druso, Antônia, filha de Marco Antônio, tinha cerca de 27 anos de idade e, com a morte do esposo, recusou novo matrimônio. Antônia teve três filhos com Druso (Germânico, Lívía Júlia e Cláudio) e justamente essa condição pode ter justificado a sua posição de manter-se fiel ao jovem mesmo depois de morto. Sua devoção a Druso conquistou bastante reputação (RAWSON, 1987, p. 31).

Após a morte de Druso, em 9 a.C., a nora de Lívía tentou se retirar da vida pública. No entanto, sua fortuna pessoal e grande parte dos clientes que herdou de seu pai, Marco Antônio, impediram-na de uma retirada total (D’AMBRA, 2015, p. 418). No começo da descrição de Antônia, o autor anônimo a adjetiva como *digníssima esposa de Druso e, ao mesmo tempo digna nora da mãe de Druso* (vv. 299 – 300), situando a jovem, agora viúva, na estrutura familiar da *domus* a qual pertence. Notável é a não referência ao pai de Antônia, muito menos à sua mãe, Otávia. Assim, compreendemos que a narrativa vincula toda sua referência a Druso e, por meio de Druso, à própria Lívía.

*quid referam de te, dignissima coniuge Druso  
atque eadem Drusi digna parente nurus?  
par bene compositum: iuuenum fortissimus alter,  
altera tam forti mutua cura uiro.  
femina tu princeps, tu filia Caesaris illi  
nec minor es magni coniuge uisa Iouis. (Consolatória a Lívía, vv. 299 – 304)*

E o que eu poderia dizer de ti, digníssima esposa de Druso, e ao mesmo tempo digna nora da mãe de Druso? Um casal bem adequado: ele, o mais esforçado dos jovens, ela, a vigilância recíproca de tão valente esposo. Tua mulher era a principal, tu eras para ele como a filha de César e não lhe parecia inferior à esposa do grande Júpiter.

Antônia é, portanto, conectada ao trio Druso, Lívía e Augusto, sendo adjetivada, ainda, talvez por ser sobrinha direta de Augusto, com o termo *femina tu princeps, tu filia Caesaris illi* (v. 303). Ela aparece como uma esposa bem digna de Druso e não é menor em qualidades comparadas à esposa de Augusto. Ambas são duas vezes elogiadas como dignas em relação aos seus parentescos. Para a *matrona* imperial, no entanto, o autor anônimo sinaliza a importância de sua atuação, pois os filhos e o marido são reconhecidos como dignos de considerável importância. A mudança de *status* de Antônia dentro da estrutura dinástica é notável: primeiro, como esposa do enteado de Augusto e filho de Lívía; mais tarde torna-se sacerdotisa do deificado Augusto e, posteriormente, é mãe do imperador Cláudio (D'AMBRA, 2015, p. 419). Antônia encaixa-se, portanto, no ideal de esposa obediente e modesta, mãe amorosa e sacerdotisa piedosa.

*tu concessus amor, tu solus et ultimus illi,  
tu requies fesso grata laboris eras. (Consolatória a Lívía, vv. 305 – 306).*

Para ele tu eras seu amor lícito, o único e o maior, tu eras o grato descanso fadigado por seu esforço.

A ênfase do autor anônimo está no seu comportamento: mulher amorosa, descanso agradável para o jovem combatente e que sempre escutou com atenção ao marido. Essa imagem corresponde à descrição de Valério Máximo quando comenta a respeito do casal e caracteriza Antônia como esposa fiel ao marido mesmo após a sua morte.

*Antonia quoque, femina<e> laudibus uirilem familiae suae claritatem  
supergressa, amorem mariti egregia fide pensauit; quae post eius excessum,  
forma et aetate florens, c<on>ui<c>tum socrus pro coniugio habuit, in  
eodemque toro alterius adolescentiae uigor extinctus est, alterius uiduitatis*

*experientia consenuit. hoc cubiculum talibus experimentis summam imponat.*  
(VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Dizeres Memoráveis*, 4.3.3.7)

Antônia também, cujos méritos femininos superavam a fama masculina de sua família, equilibrou o amor de seu marido com lealdade excepcional. Após sua morte, na flor de sua idade e beleza, ela dormiu com sua sogra no lugar de um marido. Na mesma cama o vigor da juventude foi apagado para um e a experiência da viuvez tornou-se velha idade para o outro. Deixe este quarto dar o toque final em tais exemplos.

Nota-se, portanto, que embora o consolo seja dirigido à Lívía, há no texto um consolo dirigido à esposa de Druso. A presença de Antônia embora esteja em poucos versos, nos indica que é associada à *pudicitia* de Lívía. Embora estejam conectadas em luto por Druso, o anônimo as concebe desempenhando atitudes distintas. O texto é dirigido à mãe, no lugar do cônjuge, o que sugere que Lívía é uma figura mais importante como esposa do imperador e mãe de Druso, uma vez que as mães eram figuras mais imprescindíveis que as esposas (PRYZWANSKY, 2008, p. 31). Para finalizar a participação de Antônia no texto consolatório, o autor anônimo dedica poucos versos para os filhos que teve juntamente com Druso.

*quid mortem tibi maesta rogas amplexaque natos  
pignora de Druso sola relictata tenes,  
et modo per somnos agitaris imagine falsa  
teque tuo Drusum credis habere sinu  
et subito temptasque manu sperasque receptum,  
quaeris et in uacui parte priore tori? (Consolatória a Lívía vv. 323 – 328).*

Por que em tua aflição imploras para ti a morte e segues abraçando aos teus filhos, única dádiva que Druso te deixou, e já te inquietas em sonhos com sua falsa imagem e acreditas ter em teu colo a Druso, e a ponto, o tocas com sua mão, e acreditas que o recuperou e o busca na cabeceira do leito vazio?

Embora sejam mencionados sem nenhum desenvolvimento, a não ser para estabelecer relação com a fecundidade da esposa enlutada, o anônimo indica a projeção e importância dos netos de Lívía no contexto dinástico, uma vez que é Lívía a responsável pela educação dos netos. Dentro da linhagem sucessória, a presença dos filhos de Antônia com Druso é importante, uma vez que solidifica cada vez mais a *gens Claudia* nos movimentos vinculados ao poder. Antônia é, portanto, a esposa e mãe que cumpre o que é esperado para uma mulher que participa da *domus* imperial. Em concordância com os últimos argumentos, os versos a seguir apresentam Lívía como integrante e participante da *domus* de Augusto com reconhecimento e elogios à sua posição em Roma. É interessante observar o tom exortativo para que Lívía suporte sua dor com

a dignidade que corresponde a sua posição social, pois o anônimo apela para sua condição de esposa de Augusto:

*femina digna illis quos aurea condidit aetas,  
principibus natis, principe digna uiro,  
quid deceat Drusi matrem matremque Neronis  
adspice, quo surgas, adspice, mane toro. (Consolatória a Lúvia, vv. 341 – 346).*

Tu, mulher digna daqueles que criaram a Idade do Ouro, digna dos principais filhos, digna do principal esposo. Veja o que convém à mãe de Druso e à mãe de Nero, pense de qual leito te levantas pela manhã.

No excerto é notável que Lúvia é introduzida ao lado do grupo de representantes masculinos que envolvem o poder e o prestígio social: os que criaram a Idade do Ouro. Está ao lado de um marido Príncipe e possui filhos principescos. Sua posição nos versos não é por mero acaso: ela está no centro de uma teia de Príncipes que protagonizam a inauguração de uma *Nova Era*, a chamada *Idade do Ouro* (*aurea condidit aetasi*). De acordo com Camilla Ferreira Paulino da Silva (2014, p. 78), expressões como *Nova Era* ou *Idade do Ouro* foram bastante utilizadas durante o Principado de Augusto. A partir de suas exitosas campanhas no Oriente, em 19 a.C., Augusto organizou a comemoração dos Jogos Seculares, que marcavam o início da chamada *Nova Era* (CUNHA, 2020, p. 342).

A própria *Ara Pacis* dialoga com a retórica que promovia o novo tempo inaugurado por Augusto: “nele, o mito da Idade de Ouro se associa com os mitos de fundação da *Vrbs*” (SILVA, 2014, p. 54). Essa expressão aparecerá também nos escritos que integram a *literatura augustana*, que compreende os poetas que produzem entre os séculos I a.C. e o I d.C. (SILVA, 2014, p. 87). Citamos Horácio (*Carmina*. 4.15), as poesias de Virgílio (*Aeneis*, 6.792-5) e a própria *Eneida*, que, de acordo com Thiago Mota:

[As expressões do] Livro VIII da *Eneida* convocam a expectativa sobre a celebração dos jogos seculares e um retorno desta Idade de Ouro anunciada pela simbologia do Principado de Augusto. Há muito que os romanos sentiam necessidade de celebrar esta passagem, mas as condições criadas pelas Guerras Civis protelaram esse acontecimento. Este episódio solenizava a renovação cósmica, as velhas máculas eram extirpadas e se inaugurava um novo *saeculum*, inteiramente reciclado (MOTA, 2015, p. 69).

A superioridade de Lúvia e seu relevante lugar nos assuntos políticos é destacada nos versos 349 a 356, pois, como vimos, além de estar cercada por Príncipes, Lúvia é também

chamada de *Primeira/Principal Romana (Romanae principis)*, o que evidencia sua atuação mais pública do que doméstica. O autor anônimo ainda a recorda que suas ações não passam despercebidas, portanto, deve permanecer firme mesmo na adversidade.

*imposuit te alto Fortuna locumque tueri  
iussit honoratum: Liuia, perfer onus.  
ad te oculos auresque trahis, tua facta notamus,  
nec uox missa potest principis ore tegi.  
alta mane supraque tuos exurge Dolores  
infragilemque animum, quod potes, usque tene.  
an melius per te uirtutum exempla petemus,  
quam si Romanae principis edis opus? (Consolatória a Lúvia, vv. 349 – 356).*

A ti a Fortuna te colocou no topo e te ordenou manter esse posto de honra: suporta, Lúvia, esta obrigação até o final. Para ti atraís olhos e ouvidos, de teus atos levamos conta e não podes passar inadvertida a palavra que sai de sua principal boca. Mantenha-te erguida e sobreponha a tua dor. Conserva sempre teu ânimo inquebrantável, já que podes. Não obteremos de ti melhor exemplo de virtudes se tu te compostas como corresponde a principal Romana?

Ao considerar que a consolatória é a primeira evidência poética de Lúvia liderando uma procissão pública, o evento torna-se um momento oportuno para apresentar as qualidades e características esperadas para a esposa do *Princeps* (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 46). O movimento público de Lúvia no cortejo fúnebre de Druso marca, portanto, seu privilégio público e político, pois externaliza sua condição digna de estar, como vimos entre os versos 341 e 346, rodeada de boas ligações e pessoas influentes. Sendo assim, a expressão pública da dor de Lúvia se insere em dimensões particulares e públicas, uma vez que o texto consolatório nos indica que há uma preocupação de como deve se apresentar perante a comunidade cívica. Logo, ao mapearmos os movimentos de Lúvia dentro da narrativa que a consola pela morte de Druso, identificamos que valores sociais foram expostos, fortalecidos e sugeridos a partir dos seus movimentos e ações. O conjunto das atitudes apresentadas na consolatória representa um espaço de comunicação com o *populus Romanus* e, considerando a sucessão imperial, *locus* de competição entre os grupos aristocráticos (BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4).

A morte possuía um apelo mais emocional. O ambiente dramático, composto pelo cuidado corporal, pelos lamentos, pelas canções fúnebres, pelo cortejo em torno do fórum, pelo discurso em homenagem ao morto nos *rostra*, pela queima do corpo na pira funerária e pelo depósito dos restos mortais no sepulcro, produzia identidades entre os participantes, compartilhamento do símbolo comemorado e, além disso, inserção em uma memória social (Cf. GUARINELLO, 2001). Nesse sentido, afirma-se que a morte se transformava

em uma transposição mais dramática que se traduzia no simbolismo das relações sociais e políticas. (OMENA, CARVALHO, 2020, p. 9).

Por fim, os últimos versos do texto dirigem-se à mãe enlutada. É um pedido para que Lívía possa suportar sua dor e viver com e para o seu marido e filho ainda vivos.

*est tibi, sitque precor, multorum filius instar  
parsque tui partus sit tibi salua prior  
est coniux, tutela hominum, quo sospite uestram,  
Liua, funestam dedecet esse domum.* (Consolatória a Lívía, vv. 471 – 474).

A ti te resta, e peço que assim seja, um filho que vale por muitos e oxalá te conserve são e salvo o primeiro fruto de teu parto. Vive teu esposo, proteção dos homens, e estando ele ileso, não convém, oh Lívía, que vossa casa esteja de luto.

A ação das mulheres no contexto da morte e as expressões do luto prolongado feminino liberariam a família *funesta* das práticas sociais na comunidade – como realizar ritos religiosos e seus sacrifícios, atividades políticas ou econômicas. No entanto, de acordo com a legislação, o luto das mulheres era limitado a dez meses (SÊNECA, *Epístolas Morais a Lucílio*, 63). Para os homens não era necessário a promulgação, uma vez que o luto prolongado não era honroso (*nullum honestum*) (VEKSELIUS, 2018, p. 43; OMENA, GOMES, 2014, p. 70). Se a mulher lamentasse o esposo, o prazo de dez meses para o luto seria aceitável. Para as crianças menores de três anos a prática do luto não era necessária, uma vez que seu papel e representatividade social ainda não tinham sido expostos. Crianças mais velhas deviam ser lamentadas com uma extensão máxima de dez meses. O período do luto dependia de sua idade biológica, a saber: a cada mês lamentado correspondia a sua idade (ERKER, 2011, p. 49).

É relevante destacar que o último verso do texto menciona a palavra *domus* vinculada às atitudes de Lívía, o que, de acordo com os nossos pressupostos, apresenta o caráter central da consolação: que a mãe enlutada possa se apresentar de forma cabível ao local que é vinculada e participa ativamente. Essa condição é reforçada por Sêneca, na *Consolação a Márcia*:

*Non licuerat matri ultima filii oscula gratumque extremi sermonem oris haurire. Longo itinere reliquias Drusi sui prosecuta tot per omnem Italiam ardentibus rogis, quasi totiens illum amitteret, irritata, ut primum tamen intulit tumulo, simul et illum et dolorem suum posuít, nec plus doluít quam aut honestum erat Caesare aut aequom Tiberio saluo* (SÊNECA, *Consolatória a Márcia*, VI.3.2.4)

Sua mãe não teve permissão de receber os últimos beijos de seu filho e beber as palavras carinhosas de seus lábios moribundos. Na longa jornada pela qual ela acompanhou os restos mortais de seu querido Druso, seu coração foi angustiado pelas incontáveis piras que ardiam por toda a Itália - pois em cada uma ela parecia estar perdendo seu filho de novo -, mas assim que o colocou na tumba, junto com seu filho, ela guardou sua tristeza, e não sofreu mais do que foi respeitosa para com César ou justa para com Tibério, vendo que eles estavam vivos.

Sêneca apresenta como Lívía honrou o nome de seu filho: o lamentou durante todo o cortejo, no entanto, assim que o colocou na tumba, cessou o seu sofrimento. Segundo nos informa Jenkins (2009, p. 4), Lívía reafirma sua maternidade e seu notável espaço na *domus* imperial no momento que se apresenta em luto de forma moderada. Assim, Sêneca sugere que depositou o seu filho juntamente com o seu lamento (*simul et illum et dolorem suum posuit*). As descrições presentes na *Consolatória a Márcia* indicam que o luto de Lívía é, portanto, condizente com as expectativas vinculadas à sua posição social: o choro deve ser apresentado, mas controlado a partir de um esforço consciente. Sêneca indica também que Lívía deveria agir dessa forma para apresentar respeito com Augusto e Tibério, evitando perturbar a ordem política e social da *Res Publica* (VEKSELIUS, 2018, p. 54; WILCOX, 2006, p. 87; HOPE, 2011, p. 101).

De acordo com Jenkins (2009, p. 1), o enredo da consolatória é composto por um discurso tipicamente *augustano*, pois descreve as atuações da feminilidade na *domus* imperial e evidencia que havia um comportamento esperado de como uma mãe, esposa, irmã ou filhas ligadas à essa família deveriam se portar. Assim sendo, ao serem envolvidas em diferentes esferas da experiência romana, as ações dos membros da *domus* de Augusto deveriam ser referências para a comunidade cívica, uma vez que a identidade romana era definida por uma série de encontros com “o outro” (FLOWER, 2006, p. 323). As atitudes desses membros deveriam distinguir-se dos outros habitantes da cidade e o autor anônimo elabora uma narrativa que concilia as representações conflitantes do luto de Lívía por meio do uso dos estereótipos femininos do privado – a mãe enlutada e a esposa zelosa – e seu movimento público – em liderar o cortejo da morte do filho e se apresentar como *matrona* imperial.

Além disso, em nossas hipóteses, a *universalidade* desse lamento se aliava aos interesses de Lívía, uma vez que validava sua atuação como boa mãe e a encarregada, a partir desse momento, em direcionar o nome e a atuação de Tibério à sucessão, ou pelo menos, garantir que acontecesse entre os integrantes da *gens Claudia*. Vimos que o evento despertou nos cidadãos

a solidariedade política, religiosa, emocional, social e o entendimento de que o acontecimento é caracterizado por uma ‘boa morte’ (CARROLL, 2006, p. 43). É significativo, por conseguinte, que a *Consolatória a Lúvia* gire em torno de três personagens centrais: Lúvia, Druso e Tibério. Pois aparecem centrados nos elementos romanos e cumprem uma função exemplar.

Camila Diogo de Souza (2011, p. 42 - 46) nos informa que problematizar os contextos funerários, a partir de seus aspectos simbólicos, é compreender a forma como os indivíduos se representam e se identificam a partir da efetivação dos rituais. Essas práticas sociais, como informa a autora, corroboram à elaboração de papéis sociais ideais nas relações de construção das identidades sociais. Desta maneira, é evidenciado que a partir do contexto mortuário, são construídos modelos comportamentais que se preocupam com o desenvolvimento moral e persuasivo, servindo a família como a melhor fonte de *exemplum* (GLOYN, 2017, p. 44-45; OMENA, 2018, p. 161).

Nesse sentido, a consolatória nos permite compreender que as atitudes de Lúvia eram observadas com interesse pelos romanos, já que era uma importante *matrona* que tinha como obrigação preocupar-se com os descendentes da dinastia. O movimento de Lúvia pela cidade na execução do cortejo fúnebre do filho, sua interação com os cidadãos, com a paisagem urbana, com os monumentos e as obrigações dos rituais da morte propagaram e consolidaram a manutenção de seu nome em destaque durante os governos de Augusto e Tibério. Se considerarmos que as atitudes realizadas no contexto da morte de Druso podem ser encaradas como um divisor de águas para o papel público de Lúvia como *mater* de Tibério e Druso e *matrona imperial*, o texto que a consola auxilia também na divulgação de comportamentos esperados no momento da morte, à medida que as atitudes destacadas indicam os motivos e modelos convencionalizados para se apresentar de formas adequadas (VEKSELIUS, 2018, p. 32).

Podemos afirmar que as experiências sociais que envolvem a morte, personificam, formulam, atribuem e expressam significados sociais (TUAN, 1983, p. 6) aos espaços da morte. O manuseio das imagens e a efetivação dos rituais aos mortos no Principado de Augusto intensificam a tradição de obrigação em relação aos cuidados com os mortos e a execução das práticas mortuárias. Consiste num dispositivo de relações e práticas sociais e religiosas e de promoção de suas memórias políticas, sociais, religiosas e, ainda, afetivas. A *Consolatória a Lúvia* apresenta uma narrativa em que as lágrimas e os rituais do luto se constituem por uma reação humana necessária e sagrada. A observação de rituais, incluindo o manuseio e

tratamento adequado do cadáver, ajudava os enlutados a aceitar sua dor e compreender seu novo lugar em seu mundo familiar e social (GRAHAM, 2011). Ao explorar de quais formas era esperado que as pessoas chorassem e expressassem publicamente a dor pela morte de Druso, indica que as narrativas que apresentam os movimentos dos grupos aristocráticos priorizam por comportamentos que evidenciam os *exempla* (VEKSELIUS, 2018, p. 32; BRÄNNSTEDT, 2015, p. 4). Além disso, sinaliza como a morte evoca emoções que podem ser representadas, questionadas, negadas e honradas a partir do contexto político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte é uma crise da vida. Tempo de mudança, de transformação e transição para os mortos e os seus enlutados. Os estudos que envolvem as práticas mortuárias se revelam como oportunidade para a investigação da morte como ocasião social. Ao inclinarmos às evidências da morte, como as descrições de rituais e a vasta documentação em diversos suportes (arqueológica, monumental, visual, epigráfica e literária), percebemos que para os romanos do Principado de Augusto as experiências que envolviam a finitude humana eram variadas. Além da morte física, a morte social dos indivíduos produzia um impacto pessoal, emocional e também, em algumas ocasiões, coletivo, político e institucional. A tradição literária e a cultura material que nos informam a respeito dos rituais e os procedimentos fúnebres – como a elaboração de testamentos, a configuração dos leitos mortuários, o preparo para apresentação do corpo e a execução dos funerais públicos – propagam discursos que podem ser utilizados por diferentes grupos e sociedades para refletir, reforçar e negociar demandas sociais e políticas.

Nesse sentido, entre as diversas inquietações e questionamentos que poderiam ser desenvolvidos ou direcionados ao texto da *Consolatória a Livia* procuramos investigar de quais maneiras a morte e as práticas mortuárias se apresentam como veículos políticos da Antiguidade. Em nossa Dissertação, procuramos compreender como o discurso poético construído pelo autor que nos chega de forma anônima nos apresenta os conflitos associados à prática política na *domus* imperial. Segundo nossos pressupostos, é a partir da construção do cenário dramático e polissêmico da morte e do luto, que a narrativa indica a consagração e consolidação dos personagens vinculados à *gens Claudia* que convivem na *domus Augusta*. Em nossas análises, procuramos apresentar que a partir do contexto da morte de Nero Cláudio Druso, em 9 a.C. e a execução do seu cortejo representados pela narrativa, o autor anônimo apresenta a *fama* da *gens Claudia* traduzida na execução das cerimônias públicas. Dessa forma, o discurso retórico-poético se utiliza de estratégias polissêmicas para construir os comportamentos ideais dos personagens que se vinculam a *gens Claudia* representada pela tríade Livia, Druso e Tibério.

Para compreender e analisar as imagens representadas na narrativa entendemos que o texto consolatório se apresenta como veículo de produção social de memória em relação à sucessão imperial. Nesse sentido, investigamos a forma em que as experiências que envolviam a morte romana para os grupos da aristocracia integravam um conjunto de práticas seletivas que

tinham como objetivo impactar os membros da comunidade cívica. Vimos que a execução dos cortejos e a divulgação das narrativas que informam a respeito das práticas mortuárias eram realizadas para garantir um lugar privilegiado para o morto e sua *domus*. A morte era também um momento de conflito público, já que narrativas eram construídas, memórias eram forjadas e vínculos sociais-políticos reforçados. Sendo assim, a narrativa que consola Lúvia se apresenta como um documento viável para apreensão da expressão cultural e a estrutura social da época, pois, em nossos pressupostos, compreendemos que a finitude humana e as práticas mortuárias envolviam aspectos emotivos, políticos, econômicos e culturais.

As narrativas fabricadas e divulgadas que retratam os eventos à época do Principado de Augusto, bem como as ideias e imagens apresentadas em coletividade, corroboravam à construção de um discurso político e social capaz de aplicar os elementos necessários da retórica para transmitir as atitudes esperadas diante do contexto mortuário. Dessa forma, ao serem executadas no contexto público, os membros da aristocracia promoviam memórias e manipulavam a exposição de um conjunto de representações que eram relevantes para a formação e manutenção das estruturas sociais. Indicavam a coesão e procuravam legitimar a permanência de determinados grupos nos espaços de poder. Acreditamos que ao serem representadas pelo discurso poético, a realização dessas práticas, além de evidenciar o cuidado com os rituais religiosos e o culto aos mortos, nos fornece a possibilidade de analisar as expressões do luto e do lamento público pela morte do jovem. Nos apresenta também as expectativas sociais para a realização dos rituais fúnebres e dos comportamentos dos membros vinculados à *domus* imperial. Não apenas isso, pois embora seja um dia nefasto, a característica politizada e pública do funeral de Druso exigiu a participação institucionalizada da *matrona* imperial e a obrigou a externalizar suas virtudes privadas, como *pietas* e *pudicitia*. Como também apresenta a atuação de Druso e de Tibério a partir dos *exempla*. Legítima, portanto, Lúvia e os membros da *gens Claudia* nos assuntos que envolvem o poder, tornando-os modelos de comportamentos exemplares.

Nesse sentido, os movimentos dos grupos aristocráticos – como passeios diários, procissões ou execuções de cerimônias públicas, como cortejos fúnebres e os diversos rituais –, ao serem relatados ou fixados em edifícios, monumentos, ou assumindo diversos formatos em narrativas distintas, promovem a comunicação entre os habitantes da cidade e os espaços conflitantes vinculados ao poder. Investigar a narrativa da *Consolatória a Lúvia* torna-se útil, pois, mesmo com autoria e data incertas, é um documento que nos diz respeito às práticas

culturais à época de Augusto, uma vez que o cerimonial fúnebre de Druso se apresenta como um evento público-político. A partir da execução dos rituais coletivos que atingiam a vida prática da comunidade cívica, relacionamos como a realização do cortejo fúnebre de Druso legitimava a *domus* de Augusto e, principalmente, colocava os integrantes da *gens Claudia* em posição de destaque.

Dessa forma, acreditamos que além de se direcionar ao conforto de Lívia, a narrativa negociava a posição pública e atuação política em sua *domus* e a projetava frente à questão sucessorial. Também apresentava à comunidade cívica as atitudes frente à morte dos membros da *domus* augustana como modelos comportamentais. É a partir do contexto da morte de Druso que o autor anônimo nos indica que a finitude humana mobiliza a atuação dos vivos nas esferas sociais, religiosas, políticas e emotivas. O contexto da morte para os membros da aristocracia imperial à época do Principado de Augusto se convertia, portanto, em uma prática social. E, ainda, o discurso poético e polissêmico apresentadas pela prática consolatória se apresenta como regulador de comportamentos e nos indica as disputas nos espaços de poder. Vimos que o mapeamento dos personagens presentes na narrativa nos indica uma tendência mais favorável aos filhos de Lívia (*gens Claudia*) do que aos personagens diretamente vinculados à família de Augusto (*gens Iulia*). Notável é a ausência de Júlia, filha de Augusto e esposa de Tibério, juntamente com seus filhos Caio e Lúcio, no texto. Outros personagens, como Otávia, Marcelo e Agripa, são mencionados apenas como as mortes recentes à época da morte de Druso.

A morte atinge aspectos além da finitude humana e evoca diversas emoções, como a compaixão, a alteridade, o amor, a aversão, o medo, a culpa, o remorso, ou, no caso dos romanos, a celebração. É exatamente a partir da morte e do luto que analisamos como essas comunidades emocionais se configuravam no período augustano, pois, como vimos, a morte envolve uma prática social, religiosa e política. Para as famílias aristocráticas, a morte e os eventos que aconteciam de forma pública, convertiam-se em estratégias de produção de discursos. Uma vez que a experiência individual da morte de Druso, compartilhada com a sociedade pelo *funus publicum*, possibilitava a criação da memória social e proeminência política dos integrantes da *gens Claudia*. De acordo com nossas hipóteses, as práticas funerárias para a família imperial dialogam com as três temporalidades: passado, presente e futuro. A partir da experiência social da morte e da execução do cortejo fúnebre, passado e presente se encontram: a morte – um fato – mobiliza a reprodução de modelos e discursos que devem ser seguidos e memorizados de forma institucional. Ao mesmo tempo, projetam-se questões

relacionados ao futuro, como a permanência dos grupos nos espaços do poder e à sucessão imperial.

A partir da finitude humana estruturas políticas, identidades sociais e práticas culturais são modeladas. Ademais, as práticas mortuárias indicavam não apenas uma distinção social vinculada aos grupos da aristocracia, pois incorporavam toda a comunidade, já que evidenciavam o cuidado com os rituais religiosos e o culto aos mortos. Nosso objetivo com essa Dissertação foi compreender a *Consolatória a Lúvia* como discurso político capaz de transmitir mensagens políticas, informações sobre as práticas mortuárias e modelos comportamentais. Como vimos, considerando as relações das práticas políticas vinculadas à sucessão, ao nos indicar em seu discurso poético a visibilidade de integrantes da *gens Claudia* no contexto da *domus Augusta*, nos direciona ao contexto de concorrências e disputas no ambiente imperial. Destaca-se, ainda, a importância da família nos dispositivos de comunicação associados a Augusto, já que os eventos em coletividade conferiam aos indivíduos e membros familiares espaços de visibilidade ou esquecimento.

Nesse sentido, nossa proposta com o seguinte trabalho foi apresentar que a *Consolatória a Lúvia* merece atenção, pois é uma narrativa que nos informa a respeito das condutas que perpassam pela morte no contexto da *domus* de Augusto. Destaca as relações com o poder político, riqueza, *status* social e respeito aos *Manes*; nos indica que os personagens citados são exemplares, já que as ações que acontecem na *domus* imperial são portadoras de mensagens e devem impulsionar comportamentos perante a morte e ao luto. Evidencia, ainda, que o luto pela morte de Druso foi validado pela comunidade, quando vinculado à generosidade e à preocupação com o bem público do jovem morto em combate pelo bem da *Res Publica*. E afirmam as virtudes romanas típicas de *uirtus*, *pietas*, *clementia* e *concordia*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Documentos textuais

AUTOR ANÔNIMO. *Consolatio ad Liviam*. Trad. Tomás González Rolán e Pilar Saquero. Madrid: Ediciones Clasicas, 1993.

CICERO. *On the Orator: Books 1-2*. Translated by E. W. Sutton, H. Rackham. Loeb Classical Library 348. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1942.

\_\_\_\_\_. *Letters to Friends, Volume II: Letters 114-280*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 216. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Letters to Quintus and Brutus. Letter Fragments. Letter to Octavian. Invectives. Handbook of Electioneering*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 462. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tusculan Disputations*. Translated by J. E. King. Loeb Classical Library 141. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1927

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Translated by Earnest Cary. Loeb Classical Library, Harvard: University Press, 1924.

LIVY. *History of Rome, Volume III: Books 5-7*. Translated by B. O. Foster. Loeb Classical Library 172. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1924.

LIVY, Julius Obsequens. *History of Rome, Volume XIV: Summaries. Fragments. Julius Obsequens. General Index*. Translated by Alfred C. Schlesinger. Index by Russel M. Geer. Loeb Classical Library 404. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959.

OVID. *Fasti*. Translated by James G. Frazer. Revised by G. P. Goold. Loeb Classical Library 253. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931.

\_\_\_\_\_. *The Art of Love, and the other poems*. English translation by J. H. Mozley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1957.

\_\_\_\_\_. *Tristia. Ex Ponto*. Translated by A. L. Wheeler. Revised by G. P. Goold. Loeb Classical Library 151. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1924.

PSEUDO-OVÍDIO. *The Pseudo-Ovidian Ad Liuiam de morte Drusi*. Trad. Henk Schoonhoven. E. Forsten, 1992.

SENECA. *Epistles, Volume III: Epistles 93-124*. Translated by Richard M. Gummere. Loeb Classical Library 77. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1925.

\_\_\_\_\_. *Moral Essays, Volume II: De Consolatione ad Marciam. De Vita Beata. De Otio. De Tranquillitate Animi. De Brevitate Vitae. De Consolatione ad Polybium. De Consolatione*

*ad Helviam*. Translated by John W. Basore. Loeb Classical Library 254. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1932.

\_\_\_\_\_. *Moral Essays, Volume I: De Providentia. De Constantia. De Ira. De Clementia*. Translated by John W. Basore. Loeb Classical Library 214. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1928.

\_\_\_\_\_. *Dialogues. Tome III. Consolations*, Les Belles Lettres, R. Waltz, Paris, 1967.

SUETONIO. *Vida de los Césares*. Trad. Eugenio López y Betiana Marinoni. Buenos Aires: Malke, 2009.

\_\_\_\_\_. *Lives of the Caesars, Volume I: Julius. Augustus. Tiberius. Gaius. Caligula*. Translated by J. C. Rolfe. Introduction by K. R. Bradley. Loeb Classical Library 31. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.

\_\_\_\_\_. *Lives of the Caesars, Volume II: Claudius. Nero. Galba, Otho, and Vitellius. Vespasian. Titus, Domitian. Lives of Illustrious Men: Grammarians and Rhetoricians. Poets (Terence. Virgil. Horace. Tibullus. Persius. Lucan). Lives of Pliny the Elder and Passienus Crispus*. Translated by J. C. Rolfe. Loeb Classical Library 38. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.

TACITUS. *Annals: Books 4-6, 11-12*. Translated by John Jackson. Loeb Classical Library 312. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1937.

VALERIUS MAXIMUS. *Memorable Doings and Sayings, Volume I: Books 1-5*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 492. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

### **Obras de Referências**

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*, 6° ed. 6° tiragem. Rio de Janeiro, FAE, 1994.

GLARE, Peter. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: University Press, 1968.

GRIMAL, Pierre. *A Concise Dictionary of Classical Mythology*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony; EIDINOW, Esther (Ed.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford University Press, 2012, p. 363.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

PATNER, Samuel Ball. *A Topographical Dictionary of Ancient Rome*. London: Oxford University Press, 1929.

RICHARDSON, L. A New Topographical Dictionary of Ancient Rome. London: Johns Hopkins University Press, 1992.

SEYFFERT, Oskar. Dictionary of Classical Antiquities: mythology, religion, literature and art. London: Swan Sonnenschein and Company, 1895.

### Recursos online

KIEDORF, Wilhelm, “Consolatio as a literary genre”, In: *Brill’s New Pauly*, Antiquity volumes edited by: Hubert Cancik and Helmuth Schneider, English Edition by: Christine F; Salazar, Classical Tradition volumes edited by: Mandred Lansfester, English Edition by: Francis G. Gentry. <[http://dx.doi.org/10.1163/1574-9347\\_bnp\\_e619600](http://dx.doi.org/10.1163/1574-9347_bnp_e619600)> Acesso em 12 de Abril de 2021.

### Obras Gerais

ADLER, F. Th. *De P. Ovidius Nasonis, quae fertur, Consolatione ad Liviam Augustam de morte Drusi Neronis, filii eius*. W. Dietze, 1851.

AGRELL, Beata. Consolation of Literature as Rhetorical Tradition: Issues and Examples. *LIR. journal*, n. 4, 2016, p. 11–38.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. História. A arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALEXANDRE JUNIOR, Manuel. Eficácia retórica: A palavra e a imagem. In: *Revista Rhêtorikê*, Lisboa, n. 1, v. 0, 2008, p. 1 - 26.

ALSTON, Richard. Searching for the Romano-Egyptian Family. In: GEORGE, Michele (ed.). *The Roman Family in the Empire: Rome, Italy and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 129-158.

ALSTON, R. Arms and the man. Soldiers, masculinity and power in Republican and Imperial Rome. In: FOSHALL, L.; SALMON, J. (Eds) *Whem men were men. Masculinity, power and identity in classical antiquity*. London/New York: Routledge, 1998.

ARCE, Javier. *Funus Imperatorum: los funerales de los emperadores romanos*. Madrid, 1988.

ASH, Rhiannon. Women in imperial Roman literature. In: JAMES, Sharon L.; DILLON, Sheila (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. John Wiley & Sons, p. 442 – 452, 2015.

ASSMANN, Jan. *Historia y mito em el mundo antiguo*. Los Orígenes culturales de Egipto, Israel e Grecia. Trad. de A. B. Villanueva. Madrid: Editorial Gredos, 2011.

\_\_\_\_\_. *Religião y memorial cultural*. – 1a ed. – Buenos Aires: Lilmod, Libros de la Araucaria; 2008.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural*. (trad.: Paulo Soethe). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSO, Paolo. Queer Consolation: Melior's Dead Boy in Statius' *Silvae* 2.1. *American Journal of Philology*, v. 131, n. 4, 2010, p. 663-697.

AXELSON, B., *De aetate Consolationis ad Luian et Elefiarum in Maecenatem*, *Eranos*, 28, p. 1 – 33, 1930.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino. As ideias de ordem e desordem imperiais relacionadas às leis matrimoniais de Augusto: uma análise sob a ótica das relações de gênero. *Mare Nostrum*, 2014, p. 44-58.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, R. (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAEHRENS, Emil (Ed.). *Poetae latini minores. in aedibus BG Teubneri*, 1883.

BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Trad. de L. T. C. de Moura. Brasília: Ed. UnB, 1982, 78p.

BALTUSSEN, Han. Introduction. In: BALTUSSEN, Han. (Ed.). *Greek and Roman Consolations: Eight Studies of a Tradition and its Afterlife*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2013. p. xiii-xxv

\_\_\_\_\_. Cicero's *Consolatio ad se*: character, purpose and impact of a curious treatise. In: *Greek and Roman consolations: Eight studies of a tradition and its afterlife*, 2013, p. 67-91.

\_\_\_\_\_. Personal Grief and Public Mourning in Plutarch's "Consolation to His Wife". In: *American Journal of Philology*, 2009, p. 67-98.

BEARD, Mary. *Twelve Caesars: images of power from the ancient world to the modern*. Princeton University Press, 2021.

\_\_\_\_\_. *SPQR: Uma História Da Roma Antiga*. Editora Planeta do Brasil, 2017.

\_\_\_\_\_. *The Roman Triumph*. Harvard: University Press, 2007

\_\_\_\_\_.; NORTH, J.A.; PRICE, S.R.F. *Religions of Rome. v.1 (A History)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BÉLO, Taís Pagoto; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. As romanas e o poder nos *Anais* de Tácito. *Classica-Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 30, n. 2, p. 75-90, 2017.

BELTRÃO, C. R. *Monimenta mortuorum: memória e religião em dois monumentos ciceronianos*. In: OMENA, Luciane M. de; FUNARI, Pedro Paulo A. *Práticas funerárias no mediterrâneo romano*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016, p. 47-68.

\_\_\_\_\_. Re) lendo Políbio: Teoria política e religião romana. *Revista Hélade*, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2015.

\_\_\_\_\_. Religião, Gênero e Sociedade: Ordem romana, ordem sagrada. *Maracanan*. v. 9, n. 9, p. 117-134, 2013.

\_\_\_\_\_. Arte, Religião e poder na Roma antiga. In: CANDIDO, M. R. (Org). *Roma e as sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008, p 15- 20.

\_\_\_\_\_. A religião na *urbs*. In: MENDES. N. M., da S., G. V. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.137-59.

BERMÚDEZ RAMIRO J., *Forma literaria y tipología textual. Un estudio sobre las consolaciones latinas*, Madrid, Ediciones clásica, 2010.

BICKEL, Ernestus. De *Consolatione ad Liviam* pro Claudio usurpature *Iuliani Imperii Scripta*. *Rheinisches Museum für Philologie*, v. 93, n. 3. H, 1950, p. 193-227.

BIELMAN, Anne. Female Patronage in the Greek Hellenistic and Roman Republican Periods. In: JAMES, Sharon L.; DILLON, Sheila (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. John Wiley & Sons, p. 238-248, 2015.

BODEL, John. Death and Social Death in Ancient Rome. In: BODEL, John; SCHEIDEL, Walter. *On Human Bondage. After Slavery and Social Death*. Malden, MA: John Wiley & Sons Inc., 2017, p. 81-108.

\_\_\_\_\_. Dealing with the dead: undertakers, executioners and potter's fields in ancient Rome. In: *Death and disease in the ancient city*, 2000, p. 128-151.

\_\_\_\_\_. Death on Display: Looking at Roman Funerals. In *The Art of Ancient Spectacle*, ed. Bettina Bergmann and Christine Kondoleon. New Haven: Yale University Press, 1999.

BORG, B. E. Roman tombs and the art of commemoration: contextual approaches to funerary customs in the second century CE. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

BORSATO, Damiano. Il genere letterario della *Consolatio* nella letteratura latina in ambito pagano e cristiano, con un'analisi dell' *Epistula ad Turasium*. Tesi Di Laurea, Università Degli Studi Di Padova, 2017.

BOYS-STONES, George. The *Consolatio ad Apollonium*: therapy for the dead. *Greek and Roman consolations: Eight studies of a tradition and its afterlife*, p. 123-37, 2013.

BRANDÃO, José Luís e LEÃO, Delfim F. “O Principado de Augusto” in *História de Roma Antiga Volume II: Império e Romanidade Hispânica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, janeiro de 2020. pp. 79- 95.

BRÄNNSTEDT, Lovisa. Livia on the Move. *The Moving City: Processions, Passages and Promenades in Ancient Rome*, 2015, p. 37-46.

BUSTAMANTE, R. M. da C. Lemuria: apaziguando os mortos malfazejos na Roma antiga. *PHOÏNIX*, v. 20, n. 2, p. 109-128, 2014.

\_\_\_\_\_. Festa das Lemuria: os mortos e a religiosidade na Roma Antiga. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho, p.1-17, 2011.

\_\_\_\_\_. Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da. (Org.). Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p.109- 136.

BUTRICA, J. L. An Edition of the Consolatio Ad Liviam - Henk Schoonhoven: The Pseudo-Ovidian Ad Liviam de Morte Drusi. *The Classical Review*, v. 43, n. 2, 1993 p. 265-267.

CALIARI, Vitor. Educação, África antiga e cinema: a representação da África em *Cabiria* (1914), à luz de *Histórias*, de Políbio. In: FURLANI, João Campos. *A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra, Editora Milfontes, 2019, p. 66 – 88.

CAMPOS, Rafael Da Costa. Reminiscências de Alexandria e Antônio: o percurso de Germânico César na província do Egito durante o Principado de Tibério César (14-37 DC). *De Rebus Antiquis*, n. 5, 2020, p. 55-77.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011

CARDOSO, Leandro. Estácio: Chorando o moço. In: CARVALHO, Raimundo; *et al.* *Por Que Calar Nossos Amores? Poesia Homoerótica Latina*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 219-236

CARDOSO, Zelia de Almeida. *A literatura latina*. 3. ed. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2011.

CAROÇO, A. F. P. '*Omnia humana caduca sunt*': A Consolação a Márcia de Sêneca. 208f. (Dissertação). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Departamento de Estudos Clássicos. Lisboa, 2011.

CARROLL, Maureen. Memoria and damnatio memoriae. Preserving and erasing identities in Roman funerary commemoration. In: CARROLL, Maureen; REMPEL, Jane. *Living through the dead burial and commemoration in the Classical world*. Oakville, USA: The David Brown Book Company, 2011, p. 65-90.

\_\_\_\_\_. *Spirits of the dead. Roman funerary commemoration in Western*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. 'The mourning was very good'. Liberation and Liberality in Roman Funerary Commemoration. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet. *Memory and mourning. Studies on roman death*. Oxford: OXBOW BOOKS, 2001, p. 126-149.

CELESTINO, M. M. Las Consolaciones de Sêneca. In: *Estudios humanísticos*. N. 20, 1998, p. 69-84.

CERRI, Monique. O *Mos Maiorum* na obra *História* de Políbio: a construção da imagen de um general romano (século II a.C.) Dissertação de Mestrado. 130f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca. 2020.

CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos* (Rio de Janeiro), v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

\_\_\_\_\_. A história cultural: entre prática e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHIAPPETTA, Angélica. Retórica e crítica literária na antigüidade. *PhaoS: Revista de Estudos Clássicos*, n. 1, 2001.

CIANI, Maria Grazia. *La consolatio nei tragici greci: elementi di un topos*. L'Erma di Bretschneider, 1975.

COGITORE, Isabelle. Praecursoria consolatoria: hypothèses de travail sur la *Consolatio ad Liviam* de morte Drusi. In: *Mélanges de l'Ecole française de Rome*, v. 106, n. 2, 1994, p. 1095-1117.

CONNERTON, P. Cultural Memory. IN: TILLEY, C. KEANE, W. SPYER, P. ROWLANDS, M. *Handbook of Material Culture*. Londres: Sage Publications, 2006, p. 315 – 324.

COPRAY, Theodorus Adrianus Antonius Maria. *Consolatio ad Liviam*. Tese de Doutorado. Nijmegen: Dekker & van de Vegt. 1940, 179p.

CROOK, J. A. *Women in Roman Succession*. In: RAWSON, B. *The Family in Ancient Rome: New Perspectives*. London: Routledge, 1992, p. 58–82.

CUNHA, Macsuelber de Cássio Barros da. Aspectos da arquitetura romana no governo de Otávio Augusto: construção e perpetuação da memória nos templos de Apolo Palatino e de Marte Vingador (Séc. I AC). Tese de Doutorado. 469f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2020.

D'AMBRA, Eve. Women on the Bay of Naples.. In: JAMES, Sharon L.; DILLON, Sheila (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. John Wiley & Sons, 2015, p. 400 – 413.

DI COLA, Valeria. A proposito dell'Arco di "Druso", In: *Il primo miglio della Via Appia 2010*, pp. 193-201.

DIXON, Suzanne. Conflict in the Roman family. In: RAWSON, Beryl; WEAVER, Paul, *The Roman family in Italy: status, sentiment, space*, 1997, p. 149-169.

\_\_\_\_\_. *The Roman Family*. Londres: The John Hopkins University Press, 1992.

DOMASZEWSKI, A. V., *Zeigeschichte bei römischen Elegiker Sitz. Ber. Der Heidelberger Akademie der Wissenschaften Philologisch-historische Klasse, Jahrbuch*, 1919, 2 Abh., 1- 16.

EDER, Walter. Augustus and the power of tradition. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 13-32.

ERKER, Darja Sterbenc. Gender and roman funeral ritual. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, pp. 40\60.

ERASMO, Mario. *Reading Death in Ancient Rome*. The Ohio State University Press. 2008

ESTEVES, Anderson de Araujo Martins. Nero nos Annales de Tácito. 164p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

FAVERSANI, Fábio. Ékphrasis e as fronteiras da descrição em Tácito. *Letras Clássicas*, v. 19, n. 1, 2015, p. 43-53.

FAVRO, D.; JOHANSON, C. Death in Motion: Funeral Processions in the Roman Forum. *Journal of the Society of Architectural Historians*. Berkeley, CA, v. 69, n. 1, 2010, p. 12-37.

FERN, M.E., *The latin Consolatio as a Literary Type*, Saint-Louis University, 1941.

FERNÁNDEZ, Julián González. SC De honoribus germanici decernendis: Tabula Siarensis (TS) y tabula perusina (TPG). Texto, Traducción y Comentario. In: *Germanicus Caesar: entre la historia y la leyenda*. Universidad de Huelva, 2020. p. 271-330.

FLOWER, Harriet I. *Spectacle and Political Culture in the Roman Republic*. The Cambridge companion to the Roman republic, 2014, 377p.

\_\_\_\_\_. The art of forgetting: disgrace & oblivion in Roman political culture. Univ of North Carolina Press, 2006.

\_\_\_\_\_. The tradition of the spolia opima: M. Claudius Marcellus and Augustus. *Classical Antiquity*, v. 19, n. 1, 2000, p. 34-64.

FOX, Matthew. Rhetoric and Roman Literature. In: DOMINIK, William; HALL, Jon. (ed). *A Companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 369 – 383.

FRASCETTI, Augusto. Índice analítico della *Consolatio ad Liviam Augustam* de morte Drusi Neronis filii eius qui in Germania de morbo periit. *Mélanges de l'école française de Rome*, v. 108, n. 1, 1996, p. 191-239.

FRIGHETTO, Renan. Imperium et Orbis: Conceito e definições com base nas fontes TardoAntigas Ocidentais (séculos IV – VII). In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 147 – 162

FUNARI, P. P. A. Prefácio. In: CANDIDO, M. R. (Org.); *Memórias do Mediterrâneo Antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2010, p. 8-9.

\_\_\_\_\_; SILVA, G. J. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

GAMEL, Mary-Kay. Performing Sex, Gender and Power in Roman Elegy. In: GOLD, Barbara K. (ed). *A Companion to Roman Love Elegy*. Oxford: Wiley-Blackwell. 2012, p. 339 – 355.

GAGNEBIN, Jeanne, M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

\_\_\_\_\_. Verdade e memória do passado. *Projeto História – trabalhos da memória*. São Paulo, n. 17, 1998, p. 213-221.

GARBARINO G., *Temi e forme della “consolatio” nella letteratura latina*, Torino, G. Ciappichelli Editore, 1982.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

\_\_\_\_\_. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: \_\_\_\_\_. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, c1989.

GEORGE, Michele. Family Imagery and Family Values in Roman Italy. In: \_\_\_\_\_. *The Roman family in the empire: Rome, Italy, and beyond*. Oxford University Press, 2005, p. 37 – 67.

GEUE, Tom. *Autor Unknown: The Power of Anonymity in Ancient Rome*. Harvard: Harvard University Press, 2019.

\_\_\_\_\_. *Juvenal and the Poetics of Anonymity*. Cambridge University Press, 2017.

GLOYN, Liz. *The ethics of the family in Seneca*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

GOLDSWORTHY, Adrian. *Antônio e Cleópatra: A história dos amantes mais famosos da Antiguidade*. São Paulo. Record, 2018.

GOLG, Barbara K. Patronage and the Elegists: Social Reality or Literary Construction? In: \_\_\_\_\_. *A companion to Roman love elegy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2012, p. 303-317.

GOMES, Erick Messias Costa Otto. *Relações de patronato e amicitia no Principado romano: uma leitura das representações de Augusto na obra lírica de Horácio (Século I aC)*. Dissertação de Mestrado. 188f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, 2015.

GOODMAN, M. *The Roman World: 44 BC - AD 180*. London: Routledge, 1997.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; DE SOUZA, Marcelo Miguel. *Epopéias: Gênero, Discursos e Ações*. In: SANTOS, Dominique (org.). *Grandes Epopeias da Antiguidade e do Medievo*, Blumenau, Edifurb, 2014, p. 13 – 40.

GONZÁLEZ, J. Tacitus, Germanicus, Piso, and the *Tabula Siarensis*. *The American Journal of Philology*, v. 120, n. 1, 1999, p. 123 – 142.

GOROSTIDI, Diana Pi. “Tiberio, la Gens Claudia y el mito de Telégono en Tusculum,” *Studi epigrafici e linguistici sul Vicino Oriente antico*, v. 20, 2003, p. 51-65.

GOWING, A. M. *Empire and memory: the representation of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

GRAHAN, Emma-Jayne. Memory and materiality: re-embodiment of the Roman funeral. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, Janet. *Memory and mourning*. Studies on Roman death. Oxford: Oxbow Books, 2011, pp. 21-39.

GRAVER, M. R. Ethics II: Action and Emotion. In: DAMSCHEN, G.; HEIL, A. (Ed.). *Brill's Companion to Seneca - Philosopher and Dramatist*. Boston: Brill, 2014, p. 257-276.

\_\_\_\_\_. *Cicero on the Emotions: Tusculan Disputations 3 and 4*. University of Chicago Press, 2002.

GRIMAL, Pierre. *O Amor em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRUEN, Erich S. "Augustus and the Making of the Principate" in Karl Galinsky (ed.), *The Cambridge companion to the Age of Augustus*, 1<sup>a</sup> ed., Nova Iorque, Cambridge University Press, 2005.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Ensaio sobre História Antiga*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. Império romano e identidade grega. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 147-161.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: Tácito e a Metáfora da Escravidão: Um estudo de Cultura Política Romana. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga, *Politéia*, Vitória da Conquista, v. 03, n. 1, 2003, p. 41 – 62.

\_\_\_\_\_. Festa, trabalho e cotidiano. In: István Jancsó & Íris, Kantor. *Festa, Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 969 - 975.

HALES, Shelley. The house and the construction of memory. In: HALES, Shelley. *The Roman house and social identity*. Cambridge: University Press Cambridge, 2009, p. 40-60.

HALLETT, Judith P. Women in Augustan Rome. In: JAMES, Sharon L.; DILLON, Sheila (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. John Wiley & Sons, 2015, p. 372 – 384.

HENRY, Madeleine M.; JAMES, Sharon L. Woman, city, state: theories, ideologies, and concepts in the archaic and classical periods. In: JAMES, Sharon L.; DILLON, Sheila (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. John Wiley & Sons, 2015, p. 84 – 95.

HIDALGO DE LA VEGA, M J. *Las emperatrices romanas: sueños de púrpura y poder oculto*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

HODDER, Ian. *The present past. An introduction to Anthropology for Archaeologists*. England: Pen & Sword Books Limited, 2012.

\_\_\_\_\_. *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge University Press, 1982.

HÖLSCHER, Tonio. *The Transformation of Victory into Power: From Event to Structure*. In: Dillon, S.; Welch, K. E. (Ed.). *Representations of War in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 27-48

HOPE, V. M. *Living Without the Dead: Finding Solace in Ancient Rome*. In: TAPPENDEN, F. S.; DANIEL-HUGHES, C. *Coming Back to Life: The Permeability of Past and Present, Mortality and Immortality, Death and Life in the Ancient Mediterranean*. Montreal, McGill University Library, 2017, p. 39-70.

\_\_\_\_\_. *Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome*. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Eds.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 176-195.

\_\_\_\_\_.; HUSKINSON, Janet. *Memory and mourning. Studies on roman death*. Oxford: OXBOW BOOKS, 2011.

\_\_\_\_\_. *Roman Death: The Dying and the Dead in Ancient Rome*. New York: Continuum, 2009.

\_\_\_\_\_. *Status and identity in the Roman world*. In: HUSKINSON, J. (Ed.). *Experiencing Rome. Culture, identity and power in the Roman Empire*. London, New York: Routledge, 2005, p. 125-152.

\_\_\_\_\_. *The city of Rome: capital and symbol*. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome: culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 63-93.

\_\_\_\_\_. *Death in ancient Rome: a sourcebook*. Abingdon: Routledge, 2007

\_\_\_\_\_. *Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier*. In: WILLIAMS, H. *Archaeologies of remembrance*. New York: Ka\PP, 2003, p. 113-140.

\_\_\_\_\_. *Essay five: status and identity in the Roman world*. In: *Experiencing Rome: culture identity and power in the Roman Empire*, London, 2000, p. 125 – 152.

\_\_\_\_\_. *Contempt and Respect: the treatment of the corpse in ancient Rome*. In: HOPE, Valerie M.; MARSHALL, Eireann (Ed.). *Death and Disease in the Ancient City*. London and New York: Routledge, 2000, p. 104 – 127.

HOUGHTON, Luke. B. *Death ritual and burial practice in the Latin love elegists*. In HOPE, V. and HUSKINSON, J. (Eds.), *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*, pp. B1–CC. Oxford [UK]G Oakville [CT]: Oxbow Books, 2011.

HULLS, J. *Greek author, Greek past: Statius, Athens, and the tragic self*. In: AUGOUSTAKIS, Antony (ed). *Flavian poetry and its Greek past*. Leiden: Brill, 2014.

\_\_\_\_\_. Poetic Monuments: Grief and Consolation in Statius Silvae 3.3. In: HOPE, V.; HUSKINSON, J. (org.). *Memory and mourning: studies on Roman death*. Oxford: Oxbow Books, 2011.

HUSKINSON, Janet. Bad deaths, better memories. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet. *Memory and mourning. Studies on roman death*. Oxford: OXBOW BOOKS, 2011, p. 113-125.

\_\_\_\_\_. (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011b, p. 176-195

\_\_\_\_\_. *Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome*. New York: Continuum, 2009c

\_\_\_\_\_. Constructing childhood on Roman funerary memorials. *Hesperia Supplements*, v. 41, 2007, p. 323-338.

\_\_\_\_\_. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome. Culture, identity and power in the Roman Empire*. London, New York: Routledge, 2005, pp. 03-28.

\_\_\_\_\_. Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIAMS, Howard. *Archaeologies of remembrance*. New York: KAPPP, 2003a, p. 113-140

JAMES, Sharon L.; DILLON, Sheila (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. John Wiley & Sons, 2015, p. 491 – 502.

JENKINS, Thomas E. Livia the Princeps: Gender and Ideology in the *Consolatio ad Liviam*. *Helios*, v. 36, n. 1, 2009, p. 1 – 25.

JIMÉNEZ, Requena Miguel. El color del luto en Roma. In *Gerión* v. 30, 1 – 3, 2012, p. 209–218.

JOHANSON, Christopher. A Walk with the Dead: a funerary cityscape of ancient Rome. In: RAWSON, Beryl A.. *Companion to families in the Greek and Roman worlds*. Oxford: Library of Congress, 2011, p. 408-430

JOHNSTON, D. *Roman Law in Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

JONG, Lidewijde de. *The Archaeology of death in Roman Syria. Burial, commemoration and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

JOSÉ, Natália Frazão. Construindo as bases de um império: um contraste entre as vidas de Marco Antônio e Augusto. *História (São Paulo)*, v. 39, 2020, p. 1 – 21.

\_\_\_\_\_. *Imagens Discursivas sobre Augusto nas Biografias e Histórias do Principado Romano (séculos I a.C. a III d.C.)*. Tese de Doutorado. 403f. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em História. Franca, 2016.

\_\_\_\_\_. A construção da imagem do Imperador Augusto nas obras de Velúio Patérculo, Plutarco e Suetônio. Dissertação de Mestrado. 257f. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em História. Franca, 2011.

KEITH, Alison. Women in Augustan literature. In: JAMES, Sharon L.; DILLON, Sheila (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. John Wiley & Sons, p. 385 – 400, 2015.

KENNEDY, Duncan F. Epistolarity: the Heroides. In: HARDIE, Philip. *The Cambridge Companion to Ovid*. Cambridge: Cambridge Companions Online, 2006. p. 217-232.

\_\_\_\_\_. Love's Tropes and Figures. In: GOLD, Barbara K. (ed). *A Companion to Roman Love Elegy*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 189-203.

KENNEDY, G. *A New History of Classical Rhetoric*. Princeton University Press, 1994, 297p.

KER, James. Seneca in Tacitus. In: PAGÁN, V. E. (Ed). *A Companion to Tacitus*. Oxford: Blackwell Publishing, 2012, p. 305-330.

\_\_\_\_\_. *The deaths of Seneca*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KIERDORF W., Consolatio as a Literary Genre, in Brill's New Pauly: Encyclopedia of the Ancient World. Antiquity vol. 3, ed. by H. Cancik and H. Schneider, Leiden-Boston, Brill, 2003, pp. 704-706.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio: Ed. Puc, 2006.

LAIRD, A. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 197-213.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LENCHANTIN, M. Vollmer, Poetae latini minores. Vol. II, 2. *Rivista di Filologia e di Istruzione Classica*, v. 51, 1923 p. 495.

LINDBERG, Bo. Stoicism and Consolation. *LIR. journal*, n. 4, 2016, p. 81–92.

LINDSAY, Hugh. Death-Pollution and Funerals in the City of Rome. In: HOPE, Valerie M.; MARSHALL, Eireann (orgs.). *Death and Disease in the Ancient City*. London: Routledge, 2000. p. 152-173.

LOWRIE, Michèle. *Writing, performance, and authority in Augustan Rome*. Oxford University Press on Demand, 2009.

MANNING, C. E. The Consolatory Tradition and Seneca's Attitude to the Emotions. *Greece & Rome*, Second Series, Vol. 21, No. 1, 1974, p. 71-81.

MARINCOLA, J. Ancient audiences and expectations. In: *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Ed: FELDHERR, Andrew. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 11-23.

MARTINS, P. Imagem e Poder: considerações sobre as representações de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011.

MEDEIROS, Mariana Carrijo. Entre a ausência e o desejo: considerações acerca das representações das relações amorosas romanas em *Epistulae Heroidum* de Ovídio (I a.C./ I d.C.) Dissertação de Mestrado. 173f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, 2015.

MILLER, Paul Allen. Lyric texts and lyric consciousness: the birth of a genre from archaic Greece to Augustan Rome. Routledge, 2005.

MILES, Richard. Communicating, culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2005. p. 29-62.

MILNOR, Kristina. Women in Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew. *The Roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 276-287.

MONTEIRO, João Gouveia. 11. o exército romano: da matriz hoplita à ameaça bárbara. *História de Roma Antiga Volume II: Império e Romanidade Hispânica*, 2020, p. 283,

MORRIS, Ian. *Death-ritual and social structure in classical antiquity*. Cambridge University Press, 1992.

MOTA, Thiago Eustáquio Araújo. Divinização Heróica e Catasterismos na Poesia de Virgílio: Polissemia e Apropriações Poéticas do Cometa/Estrela de César. *História*, São Paulo, v. 39, 2020, p. 1 – 28.

\_\_\_\_\_. *Deberi ad sidera tolli*: as promessas de divinização na *Eneida* e a ancestralidade heróica dos *Iulii*. Tese de Doutorado. 364f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, 2015.

\_\_\_\_\_. Do *Descensus* à *Consecratio*: analisando os funerais heroicos da *Eneida* de Virgílio (I a.C.). Dissertação de Mestrado. 148f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, 2011.

NEWBY, Zahra. In the guise of gods and heroes: portrait heads on Roman mythological sarcophagi. In: ELSNER, Jás; HUSKINSON, Janet (Ed.). *Life, death and representation*. Some new work on Roman sarcophagi. New York/Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2011, p. 189-228.

NEWMYER, Stephen Thomas. *The Silvae of Statius, structure and theme*. Brill Archive, 1979.

NOY, David. Goodbye Livia's: dying in the roman home. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 01 - 20.

OGAWA, Milena Rosa Araújo. Tácito e a retórica da decadência: um estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano. 201p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. 2017.

OMENA, Luciane Munhoz de; ARIMA, Paulo Yoke Oliveira. Os meandros dos espaços de recordação no monumento funerário de Otávio Augusto (séc. I aC–I dC). *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, v. 7, n. 14, 2022, p. 400-419.

\_\_\_\_\_; CAPEL, Heloísa Selma Fernandes. O ENSINAR EM MEDIOLANUM: imagens da morte na estela de Orensia Obsequente (Século I DC). *História (São Paulo)*, v. 40, 2022.

\_\_\_\_\_; DE CARVALHO, Dyeenmes Procópio. Impressões de um viajante estoico: o simbolismo da morte na Ad Lucilium Epistola LXX, de Sêneca (1-4 aC–65 dC). *Romanitas-Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 18, 2021, p. 64-83.

\_\_\_\_\_. Dos epigramas de Catulo aos altares e estelas funerários: as imagens afetivas da *mors* na Gália Cisalpina. *PHOÏNIX*, v. 27, n. 2, 2021, p. 74-96.

\_\_\_\_\_. Dimensões espaciais entre morte, memória e experiências emocionais: um estudo de caso à luz do mausoléu de Otaviano. *História (São Paulo)*, v. 39, 2020.

\_\_\_\_\_. Os laços entre família e morte nas Consolatórias de Sêneca. In: OMENA, Lucine Munhoz & GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *Memória e Materialidade: interpretações sobre Antiguidade*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018, pp. 151 – 166.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Margarida Maria de. Família, memória e morte nas inscrições sepulcrais de Mediolanum (I-II dC). *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, v. 3, n. 1, p. 336-354, 2018.

\_\_\_\_\_; FUNARI, Pedro P. A. O fio da memória: o condutor dos mortos nos Parentalia. In: BORGES, Airan & SOUTELO, Raquel Soutelo. *Escrito para a eternidade: a epigrafia e os estudos da antiguidade*. Curitiba: Ed. Appris, 2017.

\_\_\_\_\_. O ridículo de um funeral: a simbologia da morte na sátira Apocolocyntosis de Sêneca. In: OMENA, Luciane Munhoz; FUNARI, Pedro P. A. *As experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017, pp. 53 – 80.

\_\_\_\_\_. O fio da memória: o condutor dos mortos nos *Parentalia*. In: BORGES, Airan SOUTELO, Raquel. *Escrito para a eternidade: epigrafia e os estudos para a Antiguidade*. Curitiba: Appris, 2017.

\_\_\_\_\_; GOMES, Erick Messias Costa Otto. Materialidade e comemoração da morte no Principado romano: uma leitura dos Funera de Druso e Germânico em Tácito (séculos I-II d. C.). *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, v. 2, n. 4, 2017, p. 339-360.

\_\_\_\_\_. Tecendo o fio entre memória e morte à luz do tumulus de Otávio Augusto. In: OMENA, Luciane M. de; FUNARI, Pedro Paulo A. *Práticas funerárias no mediterrâneo romano*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016, p. 69 – 104.

\_\_\_\_\_; FUNARI, Pedro Paulo A. Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (séc. III-IV dC). *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, v. 20, n. 29, 2015.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, M. M. de. Morte e gênero em Sêneca: um diálogo com os vestígios da cultura material. *Clássica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*. Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2014, p. 223-244.

\_\_\_\_\_; GOMES, E. M. C. O. As faces da morte no Mediterrâneo romano: uma análise da narrativa *Metamorphoseon* de Apuleio (século II d.C.). - *Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 3, p. 65 - 85, 2014.

\_\_\_\_\_; SILVA, S. B. A retórica da morte na narrativa de Tito Lívio (Século I a.C.). *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v. 2, n. 3 (Especial), 2013, p. 94-108.

\_\_\_\_\_. FUNARI, Pedro Paulo A. Memória e esquecimento: narrativa sobre imperador romano e senado. *História* (São Paulo), v. 31, 2012, p. 163-184.

\_\_\_\_\_. Memória de viagem: a “*uirtus*” à luz da “*Consolatória*” de Sêneca. *Dimensões*, v. 26, 2011, p. 256-272.

PARKIN, Tim G.; *Old age in the Roman world: a cultural and social history*. JHU Press, 2003.

\_\_\_\_\_; POMEROY, A. *Roman social history: a sourcebook*. London: Routledge, 2007, 388p.

\_\_\_\_\_. *Demography and Roman society*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

PEIRANO, Irene. Recreating the past. The *Consolatio ad Liviam* and *Elegiae* in Maecenatem. In. *The rhetoric of the Roman fake: Latin Pseudepigrapha in context*. Cambridge University Press, New York, 2012. p. 205 – 241.

POPKIN, Maggie L. *The Architecture of the Roman Triumph: Monuments, Memory and Identity*. New York: Cambridge University Press, 2016.

PRADO, J. B. T. É Ver para Fazer Crer. In: MARTINS, P. *Imagem e Poder. Considerações sobre as Representações de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp. 2011.

PRYZWANSKY, Molly M. *Feminine imperial ideals in the caesares of Suetonius*. Thesis (Doctorate in Philosophy). Department of Classical Studies, Duke University, Durham, 2008. 263p.

RAIJ, C. F. de M. V. A filosofia da dor nas consolações de Sêneca. *Letras Clássicas*, n. 03, São Paulo, 1999, p. 11-22

RAWSON, Berly; WEAVER, Paul. *The Roman family: status, sentiment, space*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. The Roman Family. In: \_\_\_\_\_. *The family in ancient Rome: new perspectives*. Cornell University Press, 1987, p. 1 – 58.

\_\_\_\_\_. The iconography of Rome Childhood. In: RAWSON, Beryl; WEAVER, Paul, *The Roman family in Italy: status, sentiment, space*, 1997, p. 205 -233.

REDONET, F. L. La consolatio de caecitate en la literatura latina. *Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea*, Tomo 54, Nº 164-165, 2003, p. 369-390.

\_\_\_\_\_. *Palabras contra el dolor*. La consolacion filosofica latina de Ciceron a Fronton, Madrid, ed. Clásicas, 2001

\_\_\_\_\_. Elementos consolatoris en los proemios de obras retóricas y filosóficas de Cicerón (De oratore, Brutus, De amicitia). *Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea*, Tomo 48, Nº 147, 1997, p. 341-364.

REEVE, Michael. The tradition of Consolatio ad Liviam. *Revue d'Histoire des Textes*, v. 6, n. 1976, p. 79-98, 1978.

RIBEIRO, Matheus Álvares. A construção de um modelo de princeps: Quinto Cúrcio e a imagem de Alexandre, o Grande no século I d.C. Dissertação de Mestrado. 164f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, 2020.

RICH, John W. Drusus and the spolia opima. *The Classical Quarterly*, v. 49, n. 2, 1999, p. 544-555.

RICHMOND, John. Doubtful Works ascribed to Ovid, *Consolatio ad Liviam. ANRW II*, v. 31, n. 4, 1981, p. 2768-2782.

RICHMOND, John. Doubtful works ascribed to Ovid. De Gruyter, 2016.

RIESS, Werner. Rari exempli femina: female virtues on Roman funerary inscriptions. In: SALLER, Richard P. *Patriarchy, property and death in the Roman family*. Cambridge University Press, 1997.

ROCHA, André Menezes. A história dos discursos sobre as paixões nas Tusculanas de Cícero. *Cadernos Espinosanos*, n. 24, 2010, p. 93-114.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Editora FIOCRUZ, 2006.

ROLLER, Matthew. Between unique and typical: Senecan exempla in a list. In: *Exemplarity and Singularity*. Routledge, 2015. p. 95-109.

\_\_\_\_\_. The exemplary past in Roman historiography and culture. In: *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 181-194.

\_\_\_\_\_. The Politics of Aristocratic Competition: Innovation in Livy and Augustan Rome. In: DOMINIK, W. J.; GARTHWAITE, J.; ROCHE, P. A. (Eds.). *Writing Politics Imperial Rome*. Boston: Leiden, 2009, p. 153-172.

\_\_\_\_\_. *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. New Jersey. Princeton University Press, 2001, 319p.

ROSA, Claudia Beltrão. Ritual e narrativa: A supplicatio no mito da Fortuna Muliebris (Dionísio de Halicarnasso, *Antiquitates Romanae*, 8. 39.1-53.1). *Varia Historia*, v. 31, 2015, p. 193-220.

\_\_\_\_\_. EPVLVM IOVIS: o espetáculo da ordem sagrada na Roma Republicana. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, 2011.

ROSENWEIN, Barbara H. *Generations of feeling: A history of emotions, 600–1700*. Cambridge University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. *História das emoções, problemas e métodos*. Trad.: Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROSTAGNI, *Storia della letteratura latina*, vol. II, Turín, 1964.

SALLER, Richard. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SANCHEZ-OSTIZ, Alvaro. Perit dux pro patria. Consuelo, encomio y epitafio en el Epicedion de morte Drusi, In: C. Alonso del Real, *Consolatio. Nueve estudios*, Pamplona, EUNSA, 2001, pp. 117-134.

SCHANTZ, Otto. *De incerti poetae Consolatione ad Liviam deque carminum consolatoriorum apud Graecos et Romanos historia*. 1889.

SCHEID, John. Augustus and roman religion. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 175-193.

SCOURFIELD, J. H. D. Towards a genre of consolation. *Greek and Roman Consolations: Eight Studies of a Tradition and its Afterlife*, 2013, p. 1-36.

\_\_\_\_\_. The De Mortalitate of Cyprian: consolation and context. *Vigiliae Christianae*, Vol. 50, n. 1, 1996, p. 12-41.

SCHRIJVERS, P. H. A propos de la datation de la "*Consolatio ad Liviam*". *Mnemosyne*, v. 41, n. Fasc. 3/4, 1988, p. 381-384.

SCOTT, Kenneth. *Drusus, nicknamed "Castor"*. In: *Classical Philology*, v. 25, n. 2, 1930, p. 155-161

SEAGER, R. *Tiberius*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005

SEVERY, B. *Augustus and the Family at the Birth of the Roman Empire*. New York: Routledge, 2003.

SEVERY, B. Family and State in the Early Imperial Monarchy: The Senatus Consultum de Pisone Patre, Tabula Siarensis, and Tabula Hebana. *Classical Philology*, V. 95, N. 3, 2000, p. 318-337.

SILVA, Suiany Bueno. Os *prodigia* e a *pax deorum*: uma análise da *supplicatio* expiatória em *Ab Vrbe Condita Libri* de Tito Lívio (século I a.C.). Tese de Doutorado. 228f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.

SILVA, Camilla Ferreira Paulino da. A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 a 27 aC). Dissertação de Mestrado. 189 f. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Vitória, 2014.

SILVA, Debora Casanova. *Genius Augusti: uma análise dos fundamentos do culto imperial a partir do altar Belvedere (ca. 12 a. C.)*. Monografia de Especialização em História Antiga e Medieval. 80f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Ed.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Mauad Editora Ltda, 2006.

SILVA, Semíramis Corsi. Uma mulher síria como imperatriz romana: considerações sobre elementos do poder e da identidade cultural de Júlia domna (século iii ec). *Revista Héléade*, v. 4, n. 1, 2018, p. 32-55.

\_\_\_\_\_. Barbaridade versus Humanitas no Principado Romano: a política e a construção da imagem do imperador Heliogábalo (século III EC). *Alétheia-Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, v. 1, n. 2, 2017, p. 23-23.

\_\_\_\_\_. O principado romano sob o governo de Otávio Augusto e a política de conservação dos costumes. *Crítica & Debates*, v. 1, n. 1, 2010, p. 1 – 17.

\_\_\_\_\_. Relações de poder em um processo de magia no século II dC: uma análise do discurso Apologia de Apuleio. Dissertação de Mestrado, Franca: UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. 2006. 198p.

SIRAGO, V. A. Livia Drusila: Una nuova condizione femminile. Estratto da *Invigilata Lucernis*. Rivista dell'Istituto di Latino Università di Bari – 1. 1979, p. 1 – 23.

SKUTSCH, F., *Consolatio ad Liuiam, R.E.*, IV, 1901, p. 933 – 944.

SMITH, C. J. *The Roman Clan*. The gens from Ancient ideology to Modern Anthropology. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SOUZA, Camila Diogo de. As práticas mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII aC. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

STARR, Raymond J. The circulation of literary texts in the Roman world. *The classical quarterly*, v. 37, n. 1, 1987, p. 213-223.

STEELE, R.B, *The Nux, Maecenas and Consolatio*, Nashville, Tenesse, 1933.

STOWELL, Melanie Celine. *Stoic therapy of grief: A prolegomenon to Seneca's "ad Marciam de Consolatione"*. Cornell University, 1999.

- STRIKER, Gisela. Following nature: A study in Stoic ethics. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, v. 9, 1991.
- TATUM, W. Jeffrey. Friendship, politics, and literature in Catullus: Poems 1, 65 and 66, 116. *The Classical Quarterly*, v. 47, n. 2, 1997, p. 482-500.
- TAVARES, Wendryll José Bento. A defesa de um modo romano de lutar: Vegécio e a construção de identidades na *Epitoma Rei Militaris*. Dissertação de Mestrado. 147f. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, 2014.
- TAYLOR, Lily Ross. Republican and Augustan writers enrolled in the equestrian centuries. In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. Johns Hopkins University Press, American Philological Association, 1968. p. 469-486.
- THAKUR, Sanjaya. Femina Princeps: Livia in Ovid's Poetry. *Eugesta*, v. 4, 2014, p. 175-213
- TREGGIARI, Susan. Putting the Family Across: Cicero on Natural Affection. In: GEORGE, Michele (ed.). *The Roman Family in the Empire: Rome, Italy, and Beyond*. Oxford: Clarendon Press, 2005. p. 9-36.
- TUAN, Yi.-Fu. Espaço e Lugar. Perspectivas da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- UDEN, James. The invisible satirist: Juvenal and second-century Rome. Oxford University Press, USA, 2015.
- URSINI, Francesco. Sul problema dell'autenticità e della datazione della *Consolatio ad Liviam*, In: *Vichiana: rassegna internaziolane di studi filologici e storici*, 2014, p. 93 - 122.
- VALCÁRCEL MARTÍNEZ, Vitalino. Estudio filológico-literario comparativo del relato del funeral de Augusto contado por el biógrafo Suetonio ("Aug." 100) y por el historiador Tácito ("Ann." 1.8-10). 2015.
- VAN DAM, Harm-Jan. *P. Papinius Statius, Silvae Book II: A Commentary*. Leiden E. J. Brill, 1984.
- VEKSELIUS, J. Weeping for the Res Publica: Tears in Roman Political Culture. PhD. Diss., Lund University, 2018.
- VEYNE, P. "Humanitas: romanos e não romanos". In: GIARDINA A. (Dir). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992, p. 281-302.
- \_\_\_\_\_. (Org.) O Império Romano. In: ARIÈS, F., DUBY, G. (Dir.) *História da vida privada. Do Império Romano ao ano mil*. Tradução de Hildegard Feist. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VILLASEÑOR CUSPINERA, Patricia. La expresión del dolor: un sentimiento prescrito (Quint., Inst. Or., VI. pr., y Stat., Silv., VV). *Nova Tellus*, v. 24, n. 1, 2006, p. 91-121.
- VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*, n. 9, p. 31-62, 1978.

WALLACE-HADRILL, A. Housing the Dead: The Tomb as House in Roman Italy. In: BRINK, L.; GREEN, D. (Ed.). *Commemorating the Dead: Texts and Artifacts in Context*. New York: Walter de Gruyter, 2008, p.39-77.

\_\_\_\_\_. Mutatio morum: the idea of a cultural revolution. In: HABINEK, Thomas; SCHIESARO, Alessandro. *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 3-21

\_\_\_\_\_. The emperor and his virtues. *Historia*, 30, 1991, p. 298-322.

WALTERS, Brian. “Butchering the Body Politic” and “Outliving the Republic”. In: \_\_\_\_\_. *The Deaths of the Republic: Imagery of the Body Politic in Ciceronian Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 65 - 114.

WALTERS, J. Invading the Roman body: manliness and impenetrability in Roman thought. In: HALLETT, J. P., SKINNER, M. B. (Eds.) *Roman sexualities*. New Jersey: Princeton, 1997.

WERNER, Erika. At non inglorius umbris mittitur Epitáfios e epicédios dedicados a animais no contexto greco-romano. In: WERNER, C., SEBASTIANI, B.B, DOURADO-LOES, A. *Gêneros Poéticos na Grécia Antiga: Confluências e fronteiras*. *Humanitas*, São Paulo, 2014.

WIEDING, G. *De aetate Consolationis ad Liuiam*, Diss. Kiel, 1888.

WILLIAMS, Howard. Death warmed up. The agency of bodies and bones in early Anglo-Saxon cremation rites. *Journal of Material Culture*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 9(3), pp. 263–291, 2004.

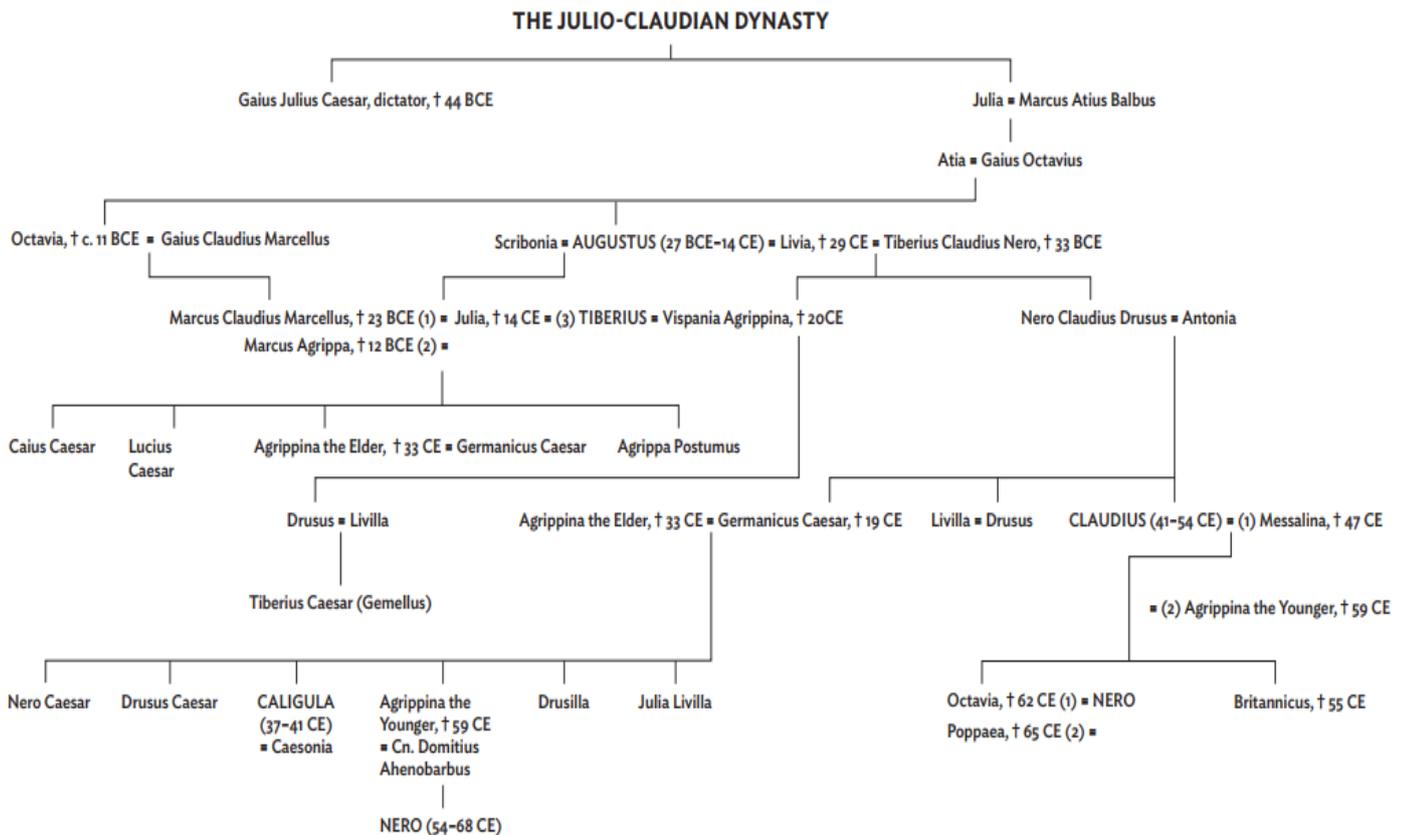
WITLOX, Arnold. *Consolatio ad Liviam. Traiecti ad Mosam.*, 1934.

ZANKER, Paul. *The power of images in the age of Augustus*. University of Michigan Press, 1988.

# ANEXOS

## ANEXO 1

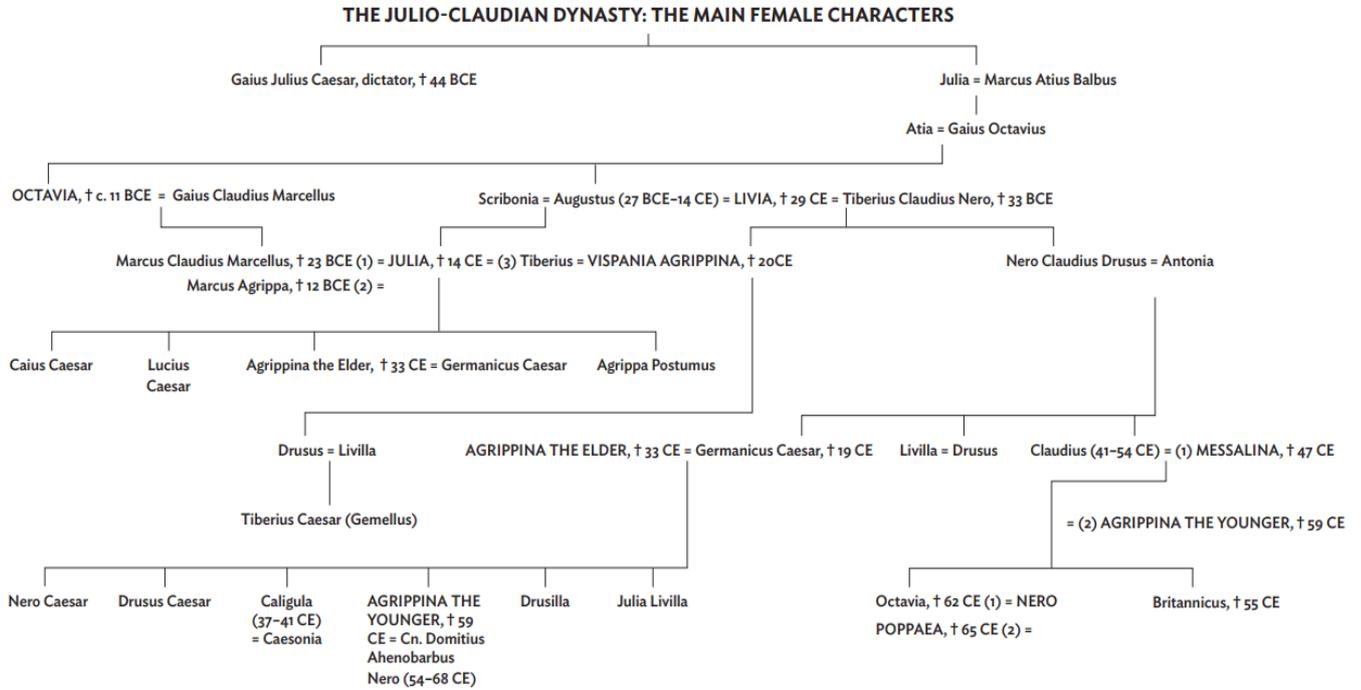
### A Dinastia Julio-Claudiana



FONTE: BEARD, Mary. Twelve Caesars: images of power from the ancient world to the modern. Princeton University Press, 2021, p. 71.

## ANEXO 2

### A Dinastia Julio-Claudiana: As principais personagens femininas



FONTE: BEARD, Mary. Twelve Caesars: images of power from the ancient world to the modern. Princeton University Press, 2021, p. 240.

## ANEXO 3

### A Dinastia Julio-Claudiana

#### JULIO-CLAUDIAN DYNASTY

---



**Julius Caesar**  
'Dictator'  
48-44 BCE



**Augustus**  
Ruled  
31 BCE—14 CE



**Tiberius**  
Ruled  
14 CE—37 CE



**Caligula**  
Ruled  
37 CE—41 CE



**Claudius**  
Ruled  
41 CE—54 CE



**Nero**  
Ruled  
54 CE—68 CE

FONTE: BEARD, Mary. Twelve Caesars: images of power from the ancient world to the modern. Princeton University Press, 2021, p. ii.

## ANEXO 4



**Figura 1: Arco de Druso. Foto tirada por José Airton Ordones Júnior em 14 de julho de 2022.**

## ANEXO 5



**Figura 1: Arco de Druso. Foto tirada por José Airton Ordones Júnior em 14 de julho de 2022.**

## ANEXO 6



**Figura 1: Arco de Druso. Foto tirada por José Airton Ordones Júnior em 14 de julho de 2022.**

## ANEXO 7



**Figura 1: Arco de Druso. Foto tirada por José Airton Ordones Júnior em 14 de julho de 2022.**

## APÊNDICE – PROPOSTA DE TRADUÇÃO DA *CONSOLATÓRIA A LÍVIA*<sup>117</sup>

### Referências:

ANÔNIMO, *Consolatio ad Liviam*. Trad. Tomás González Rolán e Pilar Saquero. Madrid: Ediciones Ediciones Clasicas, 1993.

OVID. *The Art of Love, and the other poems*. English translation by J. H. Mozley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1957.

\_\_\_\_\_. *The Art of Love and other poems*. Trad. J. H. Mozley. Loeb Classical Library, 1979.

<i>Consolatio ad Liuiam – Consolatória a Lívía</i>	
Original	Tradução
<p>1 Visa diu felix, “mater” modo dicta “Neronum”, iam tibi dimidium nominis huius abest, iam legis in Drusum miserabile, Liuia, carmen, unum qui dicat iam tibi “mater” habes, 5 nec tua te pietas distendit amore duorum, nec posito filii nomine dicis “uter?” et quisquam leges audet tibi dicere flendi? et quisquam lacrimas temperat ore tuas? hei mihi, quam facile est, quamuis hoc contigit omnes, 10 alterius luctu fortia uerba loqui. scilicet: “exiguo percussa es fulminis ictu, fortior ut possis cladibus esse tuis”.</p>	<p>Durante muito tempo, pareceste feliz sendo chamada de “mãe dos Neros”, mas, a partir deste momento, metade deste título falta a ti. Agora, lês, Lívía, com muita tristeza, versos fúnebres para Druso; neste momento, tens apenas um filho para chamar-te de “mãe”. Tua ternura não é mais dividida entre dois amores e nem mesmo dizes “qual dos dois?” quando é mencionado o nome de filho. E alguém tem a ousadia de ditar-te leis para lamentar-te? Alguém impede tuas lágrimas em teu rosto? Ai de mim, quão fácil é dizer palavras de força no luto de outra pessoa, ainda que esse luto atinja a todos nós. Convém saber: “tu és atravessada por um golpe cruel, para que possas ser mais forte em tuas desgraças”.</p>

<sup>117</sup> As versões utilizadas para o estudo e a produção da seguinte proposta de tradução são disponibilizadas por John Henry Mozley (1957, 1979), em inglês, e Tomás González Rolán e Pilar Saquero (1993), em espanhol. As traduções consultadas apresentam o título em latim de *Consolatio ad Liuiam*, o que está de acordo com o que adotamos para nossa pesquisa, *Consolatória a Lívía*. Como sinalizado, as primeiras fases de sua transmissão – incluindo os códices manuscritos e as edições impressas – constam a partir do século XV (ROLÁN e SAQUERO, 1993, p. 61; PEIRANO, 2012, p. 2014). Embora o texto seja composto em verso, a seguinte proposta de tradução segue o formato em prosa, assim como nos chega nas versões traduzidas que consultamos a documentação. Sinalizamos que há, nessa escolha, perdas qualitativas ao abandonar a estrutura em versos nas traduções, como a forma métrica, estética, os ritmos, sonoridades e a musicalidade da obra, os quais poderiam ter sido melhores aproveitadas caso estivéssemos acesso em sua forma original. Não obstante a isso, é possível que a prosa tenha sido escolhida por ser um ambiente textual menos ameaçador às mudanças de significados léxico e em seu conteúdo em relação à versão original em latim.

<p>occidit exemplum iuuenis uenerabile morum:  maximus ille armis, maximus ille toga.  15 ille modo eripuit latebrosas hostibus Alpes  et timulum belli dux duce fratre tulit.  ille genus Sueuos acre indomitosque Sicambros  contudit inque fugam barbara terga dedit  ignotumque tibi meruit, Romane, triumphum,  20 protulit in terras imperiumque nouas.</p>	<p>Sucumbe morto um exemplo de jovem respeitado: ilustre com as armas, ilustre com a toga. Aquele que arrebatou nossos furtivos inimigos dos Alpes e quando foi general obteve a honra de guerra e a dividiu com seu irmão. Aquele que abateu o bastante violento povo suevo e os indomáveis sicambros; retornou dos povos bárbaros e, como romano, mereceu o triunfo desconhecido por ti e mostrou o poder por terras novas.</p>
<p>soluere uota Ioui factorum ignara tuorum,  mater, et armiferae soluere uota deae  Gradiumque patrem donis implere parabas  et quoscumque coli est iusque piumque deos,  25 maternaque sacros agitabas mente triumphos,  forsitan et curae iam tibi currus erat.  funera pro sacris tibi sunt ducenda triumphis,  et tumulus Drusum pro Iouis arce manet.  fingebas reducem praeceptaque mente fouebas  30 gaudia et ante oculos iam tibi uictor erat:  “iam ueniet, iam me gratantem turba uidebit,  iam mihi pro Druso dona ferenda meo.  obuia progrediar felixque per oppida dicar  collaque et os oculos illius ore premam.  35 talis erit, sic occurret, sic oscula iunget,  hoc mihi narrabit, sic prior ipsa loquar”.</p>	<p>Ignorante de teu destino te dispunhas, mãe, a cumprir os votos em honra a Júpiter e a deusa portadora de armas, e a encher com presentes o venerado Marte e a todos os deuses que é justo e piedoso honrar; e em teu sentimento de mãe imaginava triunfos solenes e talvez já te cuidavas da carruagem triunfal. No lugar dos triunfos solenes, te vês obrigada a liderar o cortejo fúnebre, e a Druso, no lugar da cidadela de Júpiter, lhe aguardava o sepulcro. O imaginavas de volta e em teu interior abrigava alegrias antecipadas e já ante teus olhos se apresentava vitorioso: “Está a ponto de chegar, logo a multidão me verá em ação de graças, já presenteari oferendas por meu Druso. Sairei ao seu encontro, e por todas as cidades me chamarão afortunada e cobrirei com beijos seu pescoço, sua boca e seus olhos. Assim ele se apresentará a mim, assim sairá a me receber, assim unirá seus beijos aos meus, isto me contará, assim eu mesma lhe falarei primeiro”.</p>

<p>gaudia uana foues: spem pone, miserrima, falsam; desine de Druso laeta referre tuo.</p> <p>Caesaris illud opus, uoti pars altera uestri, 40 occidit: indignas, Liuia, solue comas.</p> <p>quid tibi nunc mores prosunt actumque pudice omne aeuum et tanto tam placuisse uiro?</p> <p>quidque pudicitia ‘ad’ tantum in’s’i’nu’ata bonorum, ultima sit laudes inter ut ila tuas?</p> <p>45 quid, tenuisse animum contra sua saecula rectum, altius et uitiis exeruisse caput,</p> <p>nec nocuisse ulli et fortunam habuisse nocendi, nec quenquam neruos extimuisse tuos, nec uires errasse tuas Campoue Foroue</p> <p>50 quamque licet citra constituisset domum? nempe per hos etiam Fortunae iniuria mores regnat et incerta est hic quoque nixa rota; hic quoque sentitur: neu quid non improba carpat saeuit et iniustum ius sibi ubique facit.</p> <p>55 scilicet immunis si luctus una fuisset Liuia, Fortunae regna minora forent.</p> <p>quid si non habitu sic se gessisset in omni, ut sua non essent inuidiosa bona?</p>	<p>Alimentas alegrias vãs: infeliz, depositas tuas esperanças falsas. Deixe de evocar alegria sobre teu Druso. Aquela obra de César, a segunda metade de vossa esperança, pereceu. Solte, Lívia, teus cabelos que não o merecem. De que te valem agora teus virtuosos costumes e haver passado toda uma vida com modéstia e haver agradado tanto a um esposo tão ilustre? De que te valeu teu pudor esgotado entre tão grande cúmulo de virtudes, ao ponto de ser o mais modesto de teus méritos? De que te valeu haver tido uma alma íntegra, ainda em contrariedade aos costumes da época, e haver erguido a cabeça por cima dos vícios e não haver causado mal a ninguém, incluso tendo a oportunidade de fazê-lo, e que ninguém te tenha temido por tua força, e não se tenham insinuado tuas influências pelo Fórum, nem pelo Campo de Marte e as tenham limitado a tua casa menos do permitido? É certo que a arbitrariedade da Fortuna se domine em meio a estes costumes e aqui também se apoiou em sua roda aleatória. Também aqui se faz sentir e, em sua maldade, para não deixar nada sem molestar, se enfurece e por toda parte dispensa em proveito uma injusta justiça. Em verdade que se só Lívia tivesse ficado isenta das dores, os domínios da Fortuna seriam menores. O que ocorreria se Lívia não tivesse se comportado em toda circunstância de maneira que sua própria felicidade não tivesse suscitado a inveja?</p>
--	--

Caesaris adde domum, quae certe, funeris expers,  
60 debuit humanis altior esse malis.  
ille uigil, summa sacer ipse locatus in arce,  
res hominum ex tuto cernere dignus erat,  
nec fleri ipse suis nec quenquam flere suorum  
nec, quae nos patimur uulgus, et ipse pati –  
65 uidimus erepta maerentem stirpe sororis:  
luctus, ut in Druso, publicus ille fuit;  
condidit Agrippam quo te, Marcelle, sepulcro,  
et cepit generos iam locus ille duos;  
uix posito Agrippa tumuli bene ianua clausa est,  
70 percipit officium funeris ecce soror.  
ecce ter ante datis iactura nouissima Drusus  
a magno lacrimas Caesare quartus habet.  
claudite iam, Parcae, nimium reserata sepulcra,  
claudite: plus iusto iam domus ista patet.

Adicione a casa de César que, certamente livre de morte, deveria estar por cima dos infortúnios humanos. Aquele, sentinela sagrada fixado no alto da cidadela, merecia contemplar as vicissitudes humanas desde um lugar seguro e não ser chorado pelos seus nem chorar a nenhum dos seus, nem suportar ele mesmo os reveses que suportamos nós, o povo. O temos visto afligido pela perda da prole de sua irmã. Também aquele, como no caso de Druso, foi uma dor compartilhada por todos. Ele enterrou Agripa na mesma tumba que a ti, Marcelo, e já aquele lugar acolheu aos dois genros; quando se enterrou Agripa, a porta do sepulcro foi fechada com força: sua irmã lhe faz sentir seu dever fúnebre. Depois das três perdas anteriores, eis aqui que a última, Druso, recebe em quarto lugar as lágrimas do grande César. Feche-as já, Parcas, as sepulturas demasiadas veze abertas, feche-as: mais de que o necessário se abre essa morada.

75 cedis, et incassum tua nomina, Druse, legantur  
ultima; sit fati haec summa querela tui.  
iste potest implere dolor uel saecula tota  
et magni luctus obtinuisse locum.  
multi in te amissi, nec tu, tot turba bonorum,  
80 omnis cui uirtus contigit, unus eras.  
nec genetrice tua fecundior ulla parentum,  
tot bona per partus quae dedit una duos.  
heu, par illud ubi est totidem uirtutibus aequum  
et concors pietas nec dubitatus amor?

Te vás, e talvez seja lido em vão, oh Druso, teus títulos póstumos; que este seja o último lamento por tua morte. Essa dor pode perdurar por séculos e alcançar ao nível de luto ilimitado. Contigo pereceram muitos e tu, acúmulo de tantos bens, tu, a quem lhe correspondia ao valor mais alto de virtudes, não estava sozinho. E nenhuma mãe foi mais fecunda que aquele que te gerou: ela sozinha que em dois partos gerou tão grandes bens. Ai,

	<p>onde está aquele casal igual em tantas virtudes e a devoção recíproca e seu indubitável carinho?</p>
<p>85 uidimus attonitum fraterna morte Neronem  pallida promissa flere per ora coma  dissimilemque sui, uultu profitente dolorem:  hei mihi, quam toto luctus in ore fuit.  tu tamen extremo moriturum tempore fratrem  90 uidisti, lacrimas uidit et ille tuas  affigique suis moriens tua pectora sensit  et tenuit uultu lumina fixa tuo,  lumina caerulea iam iamque natantia morte,  lumina fraternas iam subitura manus.  95 at miseranda parens suprema neque oscula legit,  frigida nec fouit membra tremente sinu;  non animam apposito fugientem exceptit hiatu  nec sparsit caesas per tua membra comas.  raptus es absenti, dum te fera bella morantur,  100 utilior patriae quam tibi, Druse, tuae.  liquitur, ut quondam zephyris et solibus ictae  soluuntur tenerae uere tepente niues.  te queritur casusque malos irrisaque uota  accusatque annos ut diuturna suos.  105 talis in umbrosis, mitis nunc denique, siluis  deflet Threicium Daulias ales Ityn;  Alcyonum tales uentosa per aequora questus  ad surdas tenui uoce sonantur aquas;  sic plumosa nouis plangentes pectora pennis  110 Oeniden subitae concinuistis aues;  sic fleuit Clymene, sic et Clymeneides, alte  cum iuuenis patriis excidit ictus equis.</p>	<p>Temos visto a Nero, atordoado pela morte de seu irmão, derramar lágrimas por seu rosto desencaixado, com os cabelos soltos e sem se parecer a si mesmo, com uma expressão que somente deixa expressar a dor: Ai de mim, quanta aflição havia em todo seu semblante! No entanto, tu pudeste ver a teu irmão a ponto de morrer no último instante; ele, por sua parte, viu tuas lágrimas e moribundo sentiu teu peito que se apertava ao seu e manteve seus olhos cravados em teu rosto, olhos que cada vez mais naufragavam no escuro mar da morte, olhos que iam fechar as mãos fraternas. Mas tua infeliz mãe não pode recolher os últimos beijos, nem aquecer em seu trémulo colo teus membros rígidos. Não recebeu em sua boca o sopro de vida que te escapava, nem estendeu por teu corpo seus cabelos recém cortados. Ele foi arrebatado sem estar ela ao teu lado, enquanto te impediam ferozes guerras, mais proveitoso a tua pátria, oh Druso, do que a ti mesmo. Lívia se desfaz em lágrimas, como às vezes as brandas neves golpeadas pelo Zéfiro e os raios de sol se liquefazem com o calor da primavera. Se lamenta por ti, por seus infortúnios e por seus inúteis apelos, e recrimina aos seus anos como se já tivesse vivido demasiado tempo. Assim, nos frondosos bosques a doce ave de Daulis, agora por fim atingida, chora ao Trácio Itis; assim os lamentos da Alcíones levados</p>

	<p>através dos tempestuosos mares, ressonam com a sua debilitada voz contra as impassíveis águas. Assim aves repentinas cantaram ao filho de Eneo, batendo vossos plumosos peitos com asas que cresceram recente; assim chorou Climene, assim as filhas de Climene, quando desde o alto o jovem atingido pelo raio caiu dos corcéis de seu pai.</p>
<p>congelat interdum lacrimas duratque tenetque suspensasque, oculis fortior, intus agit: 115 erumpunt iterumque grauant gremiumque sinusque, effusae grauidis uberibusque genis. in uires abiit flendi mora: plenior unda, defluit exigua siqua retenta mora. tandem ubi per lacrimas licuit, sic flebilis, orsa est 120 singultu medios impediende sonos:</p>	<p>Às vezes Lívia cristaliza suas lágrimas, as endurece e retém e, suspensas, mais forte ela que seus olhos, as reprime em seu interior: se escapam e de novo inundam o seu colo e seu seio, brotando de seus olhos entorpecidos e chorosos; a contenção do pranto as fez mais forte; a água flui mais abundante se algum obstáculo a reteve. Por fim, quando as lágrimas lhe foram permitidas, assim, inundada em pranto, começou a falar com soluços que entrecortavam suas palavras:</p>
<p>"nate, breuis fructus, duplicis sors altera partus, gloria conspectae, nate, parentis, ubi es? sed neque iam "duplicis" nec iam "sors altera partus", gloria conspectae nunc quoque matris, ubi es? 125 heu, modo tantus, ubi es? tumulo portaris et igni. haec sunt in reditus dona paranda tuos? sicine dignus eras oculis occurrere matris? sic ego te reducem digna uidere fui? Caesaris uxori si talia dicere fas est, 130 iam dubito, magnos an rear esse deos. nam quid ego admisi? quae non ego numina cultu, quos ego non potui demeruisse deos?</p>	<p>"Filho, fruto efêmero, segunda felicidade do meu duplo parto, glória de tua admirada mãe, filho, onde estás? Mas tu já nem 'fruto' nem 'segunda felicidade do meu duplo parto', ainda que incluso agora glória de tua admirada mãe, onde estás? Ai, tu, que até pouco tempo era tão célebre, onde estás? Tu te conduzes à pira funerária. São estes os presentes que deveriam se dispor ao teu regresso? Assim é como merecia te presentear ante os olhos de tua mãe? Assim mereci eu te ver de volta? Se está permitido à esposa de César dizer tais coisas, desde agora duvido se creio que existam deuses magnânimos. O que eu fiz? Quais divindades, que deuses minha devoção não se</p>

hic pietatis honos? artus amplector inanis:  
 euocat hos ipsos flamma rogosque suos.  
 135 tene ego sustineo positum scelerata uidere?  
 tene meae poterunt ungere, nate, manus?  
 nunc ego te infelix summum teneoque tuorque  
 effingoque manus oraque ad ora fero?  
 nunc primum adspiceris consul uictorque parenti?  
 140 sic mihi, sic miserae nomina tanta refers?  
 quos primum uidi fasces, in funere uidi,  
 et uidi euersos indiciumque mali.  
 quis credat? matri lux haec carissima uenit,  
 qua natum in summo uidit honore suum.  
 145 iamne ego non felix? iam pars mihi rapta Neronum,  
 materni ceber nomine Drusus aui?  
 iamne meus non est nec me facit ille parentem?  
 iamne fui Drusi mater et ipse fuit?  
 nec cum uictorem referetur adesse Neronem,  
 150 dicere iam potero "maior an alter adest?"  
 ultima contigimus: ius matris habemus ab uno,  
 unius est munus quod tamen orba negor.  
 me miseram, extimui frigusque per ossa cucurrit:  
 nil ego iam possum certa uocare meum  
 155 hic meus ecce fuit: iubet hic de fratre uereri;  
 omnia iam metuo: fortior ante fui.  
 sospite te saltem moriar, Nero: tu mea condas  
 lumina et excipias hanc animam ore pio.  
 atque utinam Drusi manus altera et altera fratris  
 160 formarent oculos comprimerentque meos.  
 quod licet, hoc certe, tumulo ponemur in uno,  
 Druse, neque ad ueteres conditus ibis auos;  
 miscebor cinerique cinis atque ossibus ossa:  
 hanc lucem celeri turbine Parca neat".  
 165 haec et plura refert. lacrimae sua uerba sequuntur

pode ganhar? É este o prêmio à minha piedade?  
 Em vão abraço teus membros: as chamas da pira  
 funerária os reivindicam. Vou suportar, pela  
 minha infelicidade, te ver enterrado? Poderão,  
 filho meu, te ungir minhas mãos? Te tenho e te  
 contemplo agora, infeliz de mim, pela última vez  
 e acaricio tuas mãos e junto meu rosto ao teu? Te  
 colocas agora pela primeira vez ante os olhos de  
 tua mãe como cônsul vencedor? Assim, assim me  
 trazes, para minha infelicidade, tão grandes  
 títulos? As fasces que vi primeiro, as vi em teu  
 funeral, e as vi olhando para baixo e como sinal  
 de dor. Quem o poderia crer? Chegou para a mãe  
 o tão desejado dia em que viu ao seu filho na mais  
 alta honra. Por ventura já não sou feliz? Já me foi  
 tirada uma parte dos Nerones, oh Druso, célebre  
 pelo nome de seu avô materno? Por acaso já não  
 me pertence, nem ele me faz mãe? Deixei de ser  
 já a mãe de Druso e ele de existir? E quando se  
 diga que chega Nero vitorioso não poderei  
 perguntar 'o mais velho ou o outro'? Chegamos  
 ao limite: em virtude de apenas um me assiste o  
 direito de mãe, a apenas um devo que não me  
 chamem de privada de filhos. Infeliz de mim!  
 Estou oprimida e o frio recorreu os meus ossos. Já  
 não estou segura de poder chamar nada de meu.  
 Eis aqui que este foi meu: ele me obriga sentir  
 temor por seu irmão. Já desconfio de tudo: antes  
 fui mais valente. Que morra eu ficando ao menos  
 tu, Nero, são e salvo. Que tu feches meus olhos e  
 recebas esta alma minha em tua piedosa boca.  
 Oxalá que uma mão de Druso e outra de seu irmão  
 dispusessem meus olhos e os fechassem. Mas o

<p> oraque nequiquam per modo questa fluunt.  quin etiam corpus matri uix uixque remissum  exequiis caruit, Liuia, paene suis.  quippe ducem arsuris exercitus omnis in armis,  170 inter quae periit, ponere certus erat:  abstulit inuitis corpus uenerabile frater  et Drusum patriae quod licuitque dedit. </p>	<p> que é possível, é certamente isto: seremos enterramos em uma mesma tumba, oh Druso, e tu não irás te reunir na sepultura com os teus ancestrais, mas minhas cinzas se mesclarão com as tuas e os meus ossos com os teus ossos: que a Parca finalize esse dia com o seu rápido fuso”. Estas e outras muitas coisas disse. As lágrimas seguem as suas palavras e deslizam por sua boca, que a pouco havia lamentado inutilmente. E ainda mais, o corpo a duras penas devolvido a sua mãe quase se viu privado, Lívia, de suas honras fúnebres. Em feito, todo o exército estava decidido a depositar seu chefe na pira sobre as armas que iam queimar no meio daquelas as quais foi morto; mas seu irmão tirou-lhes o venerável corpo contra sua vontade e a Druso e ao que se permitiu, o entregou a pátria. </p>
<p> funera ducuntur Romana per oppida Drusi,  - heu facinus - per quae uictor iturus erat,  175 per quae deletis Raetorum uenerat armis:  hei mihi, quam dispar huic fuit illud iter.  consul init fractis maerentem fascibus Urbem:  quid faceret uictus, sic ubi uictor init?  maesta domus plangore sonat, cui figere laetus  180 parta sua dominus uouerat arma manu.  Vrbs gemit et uultum miserabilis induit unum:  gentibus aduersis forma sit illa, precor.  incerti clauduntque domos trepidantque per Urbem,  hic illic pauidi clamque palamque dolent.  185 iura silent mutaeque tacent sine uindice leges;  adspicitur toto purpura nulla foro. </p>	<p> O cortejo fúnebre de Druso percorre as cidades Romanas, que infortúnio, por onde ia a marchar vencedor, por aquelas que voltou depois de destruir as armas dos Retos. Ai de mim, quão diferente deste foi aquele acontecido! Ele, em qualidade de cônsul, entra na inconsolável cidade com os rostos tristes, que teria vencido, quando assim entra como vencedor? Com lamentos ressonam a afligida casa, na que seu senhor, feliz, tinha prometido pendurar os espólios de guerra ganhado com suas próprias mãos. A cidade geme e, digna de compaixão, adota um aspecto uniforme. Rogo que os povos inimigos tenham aquela aparência. Os cidadãos desconcertados fecham suas casas e confundidos se apressam pela </p>

dique latent templis neque iniqua ad funera uultus  
 praebent nec poscunt tura ferenda rogo:  
 obscuri delubra tenent; pudet ora colentum  
 190 adspicere inuidiae, quam meruere, metu.  
 atque aliquis de plebe pius pro paupere nato  
 sustulerat timidus sidera ad alta manus,  
 iamque precaturus “quid ego autem credulu” inquit  
 “suscipiam in nullos irrita uota deos?  
 195 Liuia, non illos pro Druso Liuia mouit:  
 nos erimus magno maxima cura Ioui?”  
 dixit et iratus uota insuscepta reliquit  
 durauitque animum destituitque preces.  
 obuia turba ruit lacrimisque rigantibus ora  
 200 consulis erepti publica damna refert.  
 omnibus idem oculi, par est concordia flendi:  
 funeris exequiis adsumus omnis eques;  
 omnis adest aetas, maerent iuuenesque senesque,  
 Ausoniae matres Ausoniaeque nurus.  
 205 auctorisque sui praefertur imagine maesta  
 quae uictrix templis debita laurus erat.  
 certat onus lecti generosa subire iuuentus  
 et studet officio sedula colla dare.  
 et uoce et lacrimis laudasti, Caesar, alumnum,  
 210 tristia cum mediis rumperet orsa dolor.  
 tu letum optasti, dis auersantibus omen,  
 par tibi, si sinerent te tua fata mori.  
 sed tibi debetur caelum, te fulmine pollens  
 accipiet cupidi regia magna Iouis.  
 215 quod petiit tulit ille, tibi ut sua facta placerent,  
 magnaque laudatus praemia mortis habet.  
 armataeque rogam celebrant de more cohortes:  
 has pedes exequias reddit equesque duci.

cidade, aqui e ali temerosos se lamentam em público e no privado. Os tribunais guardam silêncio e as leis, silenciadas, permanecem privadas de validação; nenhuma toga é vista em todo Fórum. E os deuses permanecem escondidos em seus templos e não mostram seus semblantes aos injustos funerais nem reclamam o incenso que se há de levar à pira: retraídos permanecem em seus santuários. Se envergonham de ver a hostilidade da que são merecedores. E um piedoso plebeu havia levantado suas temerosas mãos às elevadas estrelas pedindo pelo seu pobre filho e ao começar o seu pedido disse: ‘Por que eu, em minha ingênua credulidade, vou oferecer votos inúteis aos deuses que não existem? Se Lívia, Lívia em pessoa, não os comoveu a favor de Druso, seremos nós a preocupação do grande Júpiter?’ Terminou de falar e, com raiva, deixou os votos antes de os iniciar e endureceu o seu ânimo e cessou os seus pedidos. A multidão irrompe ao passo do cortejo e com lágrimas que banham os seus rostos declaram infortúnio público à perda do cônsul. Todos têm o mesmo olhar, todos os corações se reúnem no pranto: assistimos, toda a ordem dos cavaleiros, às exéquias fúnebres. Todas as idades estão presentes, se afligem os jovens e os anciãos, as matriarcas Ausonianas e as noras Ausonianas. O louro, que como símbolo de vitória se deveria oferecer aos templos, se apresentam com a afligida imagem de seu autor. Os jovens de nobre berço rivalizam em levantar o peso do leito fúnebre e se afanam por oferecer diligente seus

<p>te clamore uocant iterumque iterumque supremo; 220 at uox aduersis collibus icta redit.</p>	<p>ombros. E tu, César, pronunciaste o elogio fúnebre de teu descendente com tua voz e tuas lágrimas, já que a dor, ao entrepor-se, cortava o fio do triste discurso. Tu desejaste uma morte igual para ti, se teu destino te permitisse morrer, mas os deuses rechaçavam este presságio. Pelo contrário, te aguarda o céu, te receberá Júpiter, ansioso por ti, em sua morada dominadora dos raios. Druso conseguiu aquilo que pretendia: que suas façanhas te fossem gratas, e teu elogio é para ele uma grande recompensa por tua morte. As cortes armadas, segundo o costume, rodeiam a pira funerária: o soldado de infantaria e o cavaleiro prestam estas honras fúnebres ao seu chefe. Como última aclamação, repetem o teu nome uma e outra vez. Mas sua voz volta ferida pelas montanhas que se opõem.</p>
<p>ipse pater flauis Tiberinus abhorruit undis, sustulit et medio nubilus amne caput. tum salice implexum muscoque et arundine crinem caeruleum magna legit ab ore manu 225 uberibusque oculis lacrimarum flumina misit: uix capit adiectas alueus altus aquas. iamque rogi flammam extinguere fluminis ictu, corpus et intactum tollere certus erat; sustentabat aquas cursusque inhibebat 'ad' aequor, 230 ut posset toto proluere amne rogam; sed Mauors, templo uicinus et accola campi, tot dixit siccis uerba neque ipse genis: quamquam amnes decet ira, tamen, Tiberine, quiescas: non tibi, non ullis uincere fata datur.</p>	<p>O próprio pai Tibre se horrorizou com suas águas avermelhadas e confuso ergueu a cabeça no meio de seu leito. Então, com sua grande mãe, apartou de seu rosto a cabeleira azul-celeste embaraçada com vime, musgo e junco, e de seus olhos fecundos derramou rios de lágrimas, apenas seu profundo leito pode recolher as águas transbordantes. E ele já está resolvido a apagar as chamas da pira funerária com um golpe de água e arrebatou o corpo incólume, continha suas águas e limitava seu curso em direção ao mar para banhar com elas a pira funerária, mas Marte, seu vizinho no templo e seu companheiro no Campo de Marte, mesmo com suas bochechas secas, disse assim: ainda que a fúria convenha aos rios, no entanto,</p>

<p>235 iste meus periit, periit arma inter et enses et dux pro patria: funere causa l'ui't. quod potui tribuisse, dedi: uictoria parta est; auctor abit operis, sed tamen extat opus. quondam ego tentauí Clothoque duasque sorores, 240 pollice quae certo pensa seuera trahunt, ut Remus Iliades et frater conditor Vrbis effugerent aliqua stagna profunda uia. De tribus una mihi “partem accipe quae datur” inquit “Muneris. ex istis quod petis alter erit. 245 hic tibi, mox Veneri Caesar promissus uterque: hos debet solos Martia Roma deos” sic cecinere deae, nec tu, Tiberine, repugna, irrite nec flammam amne morare tuo nec iuuenis positi supremos destrue honores. 250 uade age et immissis labere pronus aquis”. paret et in longum spatiosas explicat undas structaque pendenti pumice tecta subit.</p>	<p>deus do Tibre, acalma-te: nem a ti nem a nenhum outro é dado vencer ao destino. Este que pereceu, é um dos meus, caído entre as armas e as espadas e como um líder em defesa de sua pátria: esta causa salda sua morte. Dei aquilo com o qual pude contribuir: se obteve a vitória; o autor da façanha não está, no entanto fica sua obra. Em outro tempo coloquei à prova Cloto e as suas duas irmãs que giram com inexorável dedo seus fusos cruéis, para que Remo, de Ilíada, e seu irmão fundador de Roma escapassem de algum modo das águas profundas. Uma das três me disse: ‘Recebe a parte de presente que te é dada. Dos dois que tu reclusas, apenas um terá. Este é consagrado a ti, e logo os dois dos Césares consagrados a Vênus. Somente a estes três deuses Marcia Romana estará ligada’. Assim prescreveram as deusas e tu, deus Tiberine, não oponhas resistência inutilmente, nem retardes a chama com tua corrente, nem derrube as últimas honras do jovem que está morto. Vá, segue teu caminho e desliza-te em rápido curso com tuas águas liberadas”. Ele obedece e estende ao largo seu volumoso fluxo e penetra em seu palácio erigido com pedras pomes sem peso.</p>
<p>flamma diu cunctata caput contingere sanctum errauit posito lenta sub usque toro. 255 tandem ubi complexa est siluas alimenta que sumpsit, aethera subiectis lambit et astra comis, qualis in Herculeae colluxit collibus Oetae, cum sunt imposito membra cremata deo.</p>	<p>A chama, que por algum tempo reluta em alcançar a sagrada cabeça, vagou lenta e ininterruptamente ao pé do leito funerário. Por fim, quando envolveu as ramas e tomou alimento, lambeu o ar e as estrelas, ao elevar suas línguas de fogo, assim resplandeceu nos picos do monte Eta, quando foram consumidos pelo fogo os membros do deus Hércules dispostos pela pira. Arde, aí, aquela</p>

<p>uritur heu decor ille uiri generosaque forma  260 et facilis uoltus, uritur ille uigor  uictricesque manus facundaque principis ora  pectoraque, ingenii magna capaxque domus.  spes quoque multorum flammis uruntur in isdem;  iste rogos miserae uiscera matris habet.</p>	<p>beleza e nobre figura do homem e o amável rosto, arde aquele vigor e suas mãos vencedoras e a eloquente boca do chefe e seu peito, nobre e espaçosa morada de seu espírito. No meio das mesmas chamas também se consomem as esperanças de muitos. Esta pira contém as entranhas de uma infeliz mãe.</p>
<p>265 facta ducis uiuent operosaque gloria rerum:  haec manet, haec auidos effugit una rogos.  pars erit historiae totoque legetur in aeuo  seque opus ingeniis carminibusque dabit.  stabis et in rostris tituli speciosus honore,  270 causaque dicemur nos tibi, Druse, necis.  at tibi ius ueniae superest, Germania, nullum:  postmodo tu poenas, barbare, morte dabis.  adspiciam regum liuentia colla catenis  duraque per saeuas uincola nexa manus  275 et tandem trepidos uultus inque illa ferocum  inuitis lacrimas decidere ora genis.  spiritus ille minax et Drusi morte superbus  carnifici in maesto carcere dandus erit.  consistam laentisque oculis lentusque uidebo  280 tracta per obscaenas corpora nuda uias.  hunc Aurora diem spectacula tanta ferentem  quam primum croceis roscida portet equis.</p>	<p>Sobreviverão os feitos do general e a glória trabalhosa de suas façanhas: esta permanece, esta é a única que afugenta as vorazes fogueiras. Será parte da história e se oferecerá como obra à inspiração dos poetas. E tu, admirável pela glória de sua fama, sobreviverá nas tribunas e se dirá que nós temos sido a causa de tua morte, Druso. Mas a ti, Germânia, não te assiste nenhum direito à indulgência. Em breve tu, bárbara, pagarás o castigo com tua morte. Eu contemplarei os pescoços de teus reis pálidos com as algemas, e as firmes correntes amarradas entre suas mãos cruéis e seus rostos por fim oprimidos, e verei cair as lágrimas por aqueles ferozes semblantes sem querer-lhe seus olhos. Aquele ânimo ameaçador e orgulhoso pela morte de Druso, há de ser entregue ao carrasco na sombria prisão. Eu me deterei e, com olhos alegres e recreando-me, contemplarei os cadáveres arrastados pelas ruas imundas. Que a Aurora coberta de orvalho traga quanto antes com seus avermelhados cavalos este dia portador de tão grande espetáculo.</p>
	<p>Adicione aos irmãos filhos de Leda, estrelas bem concordantes, e os templos que hão de se</p>

<p>adice Ledaeos, concordia sidera, fratres  templaque Romano conspicienda foro  285 - quam paruo numeros impleuit principis aeuo,  in patriam meritis occubuitque senex -  nec sua conspiciet - miserum me - munera Drusus  nec sua prae templi nomina fronte leget.  saepe Nero illacrimans submissa uoce loquetur  290 "cur adeo fratres heu sine fratre deos?"  certus eras numquam nisi uictor, Druse, reuerti;  haec te debuerant tempora: uictor eras.  consule nos, duce nos, duce iam uictore caremus:  inuenit tota maeror in Vrbe locum.  295 at comitum squalent immissis ora capillis,  infelix, Druso sed pia turba suo.  quorum aliquis tendens in te sua bracchia dixit  "cur sine me, cur sic incomitatus abis?"</p>	<p>contemplar no Fórum Romano. Em que pouco tempo cumpriu sua condição como principal e pereceu ancião de méritos para com a pátria e Druso não contemplara, infeliz de mim, suas próprias oferendas, nem lerá seus títulos nas fachadas do templo. Com frequência Nero derramando lágrimas dirá em voz baixa: ‘Por que me apresento ante os dois deuses irmãos sem meu irmão?’ Estavas decido a não voltar nunca, oh Druso, a não ser como vencedor: esta circunstância tinha que te ter devolvido com vida, pois eras vencedor. Nós nos vemos privado de um cônsul, de um chefe de um líder já vitorioso. A aflição encontrou lugar em toda cidade. Os rostos de teus companheiros oferecem um aspecto triste com teus cabelos soltos. Um deles, estendendo a ti seus braços, disse ‘Por que te vais sem mim, por que te vais sem tua comitiva?’</p>
<p>quid referam de te, dignissima coniuge Druso  300 atque eadem Drusi digna parente nurus?  par bene compositum: iuuenum fortissimus alter,  altera tam forti mutua cura uiro.  femina tu princeps, tu filia Caesaris illi  nec minor es magni coniuge uisa Iouis.  305 tu concessus amor, tu solus et ultimus illi,  tu requies fesso grata laboris eras.  te moriens per uerba nouissima questus abesse  et mota in nomen frigida lingua tuum.  infelix recipis non quem promiserat ipse,  310 nec qui missus erat, nec tuus ille redit,  nec tibi deletos poterit narrare Sicambros,  ensibus et Sueuos terga dedisse suis,</p>	<p>E o que eu poderia dizer de ti, digníssima esposa de Druso, e ao mesmo tempo digna nora da mãe de Druso? Um casal bem adequado: ele, o mais esforçado dos jovens, ela, a vigilância recíproca de tão valente esposo. Tua mulher era a principal, tu eras para ele como a filha de César e não lhe parecia inferior à esposa do grande Júpiter. Para ele tu eras seu amor lícito, o único e o maior, tu eras o grato descanso fadigado por seu esforço. Foi tua ausência a que ao morrer lamentou em suas últimas palavras e sua língua fria se movia como para pronunciar teu nome. Infeliz, tu não recebes o que ele mesmo te havia prometido, nem volta o que havia sido enviado, teu próprio marido, e não poderá te contar a derrota dos</p>

<p>fluminaque et montes et nomina magna locorum et siquid miri uidit in orbe nouo.</p> <p>315 frigidus ille tibi corpusque refertur inane, quemque premat sine te, sternitur ecce torus. quo raperis laniata comas similisque furenti? quo ruis? attonita quid petis ora manu? haec fuit Andromache, cum uir religatus ad axem 320 terruit admissos sanguinolentus equos. haec fuit Euadnes tunc, cum ferienda coruscis fulminibus Capaneus impauida ora dedit. quid mortem tibi maesta rogas amplexaque natos pignora de Druso sola relictas tenes, 325 et modo per somnos agitaris imagine falsa teque tuo Drusum credis habere sinu et subito temptasque manu sperasque receptum, quaeris et in uacui parte priore tori?</p>	<p>Sicambros e a fuga dos Suevos ante tuas espadas e os rios e montes, e os grandiosos nomes dos lugares e todas as maravilhas que viu em um novo mundo. Se te devolve rígido com seu corpo inerte, e eis aqui que se dispõe um leito para que ele o ocupe sem ti. Aonde te vês arrastada, arrancando-te os cabelos e parecida a uma devassa? Aonde te precipitas? Por que feres teu rosto com mãos trêmulas? Assim se comportou Andrômoca quando seu esposo amarrado na carruagem e ensanguentado, espantou aos cavalos lançados todos a galope. Assim também Evadne, então, quando Campaneo ofereceu seu impassível rosto para que fosse ferido pelo resplandecente raio. Por que em tua aflição imploras para ti a morte e segues abraçando aos teus filhos, única dádiva que Druso te deixou, e já te inquietas em sonhos com sua falsa imagem e acreditas ter em teu colo a Druso, e a ponto, o tocas com sua mão, e acreditas que o recuperou e o busca na cabeceira do leito vazio?</p>
<p>ille pio, si non temere haec creduntur, in aruo 330 inter honoratos excipietur auos, magnaque maternis maioribus, aequa paternis gloria quadriiugis aureus ibit equis, regalique habitu curruque superbus eburno fronde triumphali tempora uinctus erit. 335 accipient iuuenem Germanica signa ferentem, consulis imperio conspicuumque decus gaudebuntque suae merito cognomine gentis, quod solum domito uictor ab hoste tulit.</p>	<p>Ele, se o que cremos não é vão, será acolhido no Campo dos Bem-Aventurados entre seus gloriosos ancestrais. E ele, que alcançou a mais elevada honra dos ancestrais maternos e que igualou a dos paternos, coberto de ouro irá em uma quadriga marfim, suntuosa com suas vestes reais e cingindo suas têmporas com a coroa triunfal. Receberão ao jovem portador dos ensinamentos germânicos e da ilustre honra ostensiva pelo poder consular, gozarão do sobrenome adicionado de sua família que</p>

<p>uix credent tantum rerum cepisse tot annos, 340 magna uiri latum quaerere facta locum.</p>	<p>somente ele, como vencedor, conquistou do inimigo subjogado. Apenas darão crédito a que tanta honra se tenha conseguido em tão poucos anos, na ideia de que os grandes feitos de um ilustre homem exigem um tempo dilatado.</p>
<p>haec ipsum sublime ferent, haec, optima mater, debuerint luctus attenuare tuos. femina digna illis quos aurea condidit aetas, principibus natis, principe digna uiro, 345 quid deceat Drusi matrem matremque Neronis adspice, quo surgas, adspice, mane toro. non eadem uulgusque decent et lumina rerum: est quod praecipuum debeat ista domus. imposuit te alto Fortuna locumque tueri 350 iussit honoratum: Liuia, perfer onus. ad te oculos auresque trahis, tua facta notamus, nec uox missa potest principis ore tegi. alta mane supraque tuos exurge dolores infragilemque animum, quod potes, usque tene. 355 an melius per te uirtutum exempla petemus, quam si Romanae principis edis opus?</p>	<p>Suas façanhas o exultarão, suas façanhas, oh mãe excelente, deveriam mitigar sua dor. Tu, mulher digna daqueles que criaram a Idade do Ouro, digna dos principais filhos, digna do principal esposo. Veja o que convém à mãe de Druso e à mãe de Nero, pense de qual leito te levantas pela manhã. Não convém o mesmo ao povo que às luzes do mundo. A ti a Fortuna te colocou no topo e te ordenou manter esse posto de honra: suporta, Lívia, esta obrigação até o final. Para ti atrais olhos e ouvidos, de teus atos levamos conta e não podes passar inadvertida a palavra que sai de sua principal boca. Mantenha-te erguida e sobreponha a tua dor. Conserva sempre teu ânimo inquebrantável, já que podes. Não obteremos de ti melhor exemplo de virtudes se tu te compostas como corresponde a principal Romana?</p>
<p>fata manent omnis, omnis expectat auarus portitor et turbae uix satis una ratis. tendimus huc omnes, metam properamus ad unam, 360 omnia sub leges Mors uocat atra suas: ecce, necem intentam caelo terraeque fretoque, casurum triplex uaticinantur opus. i nunc et rebus tanta impendente ruina in te solam oculos et tua damna refer</p>	<p>O Destino aguarda a todos nós, a todos nos espera o avarento carregador e sua única barca, suficiente para a multidão. Até aqui nos dirigimos todos, nos apressamos a uma única meta. A Morte submete tudo as suas leis: eis aqui que se prevê a destruição iminente do céu, da terra e do mar, tripla obra destinada a perecer. Vê agora, e ante tão grande desastre que ameaça ao universo, volta os olhos até a ti sozinha e aos teus infortúnios!</p>

365 maximus ille quidem iuuenum spes publica uixit  
et, qua natus erat, gloria summa domus.

sed mortalis erat, nec tu secura fuisti

fortia progenie bella gerente tua.

uita data est utenda, data est sine faenore nobis

370 mutua nec certa persoluenda die.

Fortuna arbitriis tempus dispensat iniquis:

illa rapit iuuenes, sustinet illa senes,

quaque ruit, furibunda ruit totumque per orbem

fulminat et caecis caeca triumphat equis.

375 regna deae immitis parce irritare querendo,

sollicitare animos parce potentis herae.

quae tamen hoc uno tristis tibi tempore uenit,

saepe eadem rebus fauit amica tuis.

nata quod alte es quodque es fetibus aucta duobus,

380 quodque etiam magno consociata Ioui,

quod semper domito rediit tibi Caesar ab orbe,

gessit et inuicta prospera bella manu,

quod spes implerunt maternaque uota Neronis,

quod pulsus totiens hostis utroque duce -

385 Rhenus et Alpinae ualles et sanguine nigro

decolor infecta testis Isargus aqua,

Danuuiusque rapax et Dacius orbe remoto

Apulus - huic hosti perbreue Pontus iter -

Armeniusque fugax et tandem Dalmata supplex

390 summaque dispersi per iuga Pannonii

et modo Germani Romanis cognitus orbis:

adspice quam meritis culpa sit una minor.

adde quod est absens functus nec cernere nati

semineces oculos sustinere tui,

395 qui dolor et menti lenissimus influit aegrae,

accipere es luctus aure coacta tuos,

Ele, sem dúvida, o mais ilustre dos jovens, viveu como esperança de todo um povo e a honra suprema da casa a qual havia nascido. Mas era mortal, e tu não estiveste sem inquietudes enquanto teu filho enfrentava violentas guerras. Se nos foi dada a vida para desfrutar, nos foi emprestada sem interesse e a de ser cancelada sem data fixa. A Fortuna reparte o tempo segundo seus injustos critérios: ela arrebatava aos jovens, mas em troca deixa os anciãos, e por onde irrompe, irrompe enlouquecida, e por todo o mundo lança seus raios e, cega, vai triunfal com seus cegos cavalos. Cessa de provocar com teus lamentos o poderio da cruel deusa, cessa de ferir o orgulho de tão poderosa senhora. Não obstante, essa mesma que neste único momento é adversa, com tua amizade favoreceu frequentemente teus assuntos, em efeito: nasceste de alta linhagem, viste engrandecida com dois filhos, estás associado inclusive com o grande Júpiter, César sempre voltou para junto de ti, regressando de um mundo submetido e com sua invencível mão levou a cabo favoráveis guerras. Os Neros preencheram tuas esperanças e desejos maternos, porque o inimigo, sendo ambos generais em chefe, foi rechaçado muitas vezes – o testemunham o rio Reno, nos vales Alpinos, e o Isargus, manchado de sangue negro e com suas águas empobrecidas, e o Danúbio, que tudo leva, e o Apulio Dácio nos confins do mundo – mas a este inimigo se chega mais facilmente através do Pontus – e os evasivos Armênios e Dálmatas, ao fim suplicante, e os Panonios, disseminados por suas elevadas

<p>praeuertitque metus per longa pericula luctum,  tu quibus auditis anxia mentis eras:  non ex praecipiti dolor in tua pectora uenit,  400 sed per mollitos ante timore gradus.  Iuppiter ante dedit fati mala signa cruenti,  flammifera petiit cum tria templa manu:  Iunonisque grauis nocte impaudaeque Mineruae  sanctaque et immensi Caesaris icta domus.  405 sidera quin etiam caelo fugisse feruntur,  Lucifer et solitas destituisse uias:  Lucifer in toto nulli comparauit orbe  et uenit stella non praeunte dies.  sideris hoc obitus terris instare monebat  410 et mergi Stygia nobile lumen aqua.</p>	<p>montanhas, e o território germânico que os romanos haviam conhecido há pouco tempo; considera em que medida uma só falta diminui todos os serviços prestados. Adicione que morreu longe de sua pátria e que teus olhos não tiveram que contemplar os olhos agonizantes de teu filho e que tu te viste obrigada a te inteirar da perda do teu filho por seus ouvidos, dor esta a mais suave que pode penetrar em uma alma afligida, teu temor pelos prolongados perigos se antecipou à dor, pois tu era vítima da ansiedade ao ter notícias deles: a dor não chegou de improviso ao teu coração, senão suave e gradualmente preludiada pelo temor. Júpiter deu de antemão funestos indícios do cruel destino ao alcançar com sua mão portadora do raio três templos: o santuário Juno e da valorosa Minerva, durante a noite, e incluso a augusta cada do grande César foi abalada. E, ainda mais, se diz que as estrelas fugiram do céu e que o Lúifer saiu em seu percurso habitual e não se mostrou a ninguém em todo o mundo, e chegou o dia sem que lhe precedera qualquer estrela. Seu eclipse advertia o infortúnio que caía sobre a terra e o afundamento da nobre luz nas águas do Estige.</p>
<p>at tu, qui superes maestae solacia matri,  comprecor illi ipsi conspiciare senex  perque annos diuturnus eas fratrisque tuosque  et uiuat nato cum sene mater anus.  415 euentura precor: deus excusare priora  dum uolet, a Druso cetera laeta dabit</p>	<p>Mas a ti, que permaneces como consolo de tua afligida mãe, te rogo que, já ancião, te ofereças à sua vista e que vivas muitos anos, os do teu irmão e os teus, e que a anciã mãe viva em companhia do seu filho mais velho. Meus pedidos, sem dúvida, se verão cumpridos: pois a divindade, em</p>

tu tamen icta potes tanto indulgere dolori,  
 longius ut nolis – heu male fortis – ali?  
 uix etiam fueras paucas uitalis in horas,  
 420 obtulit inuitae cum tibi Caesar opem  
 admouitque preces et ius immiscuit illis  
 aridaque affusa guttura tinxit aqua.  
 nec minor est nato seruandae cura parentis:  
 hic adhibet blandas, nec sine iure, preces.  
 425 coniugis et nati meritum peruenit ad omnes;  
 coniugis et nati, Liuia, sospes ope es.  
 supprime iam lacrimas: non est reuocabilis istis,  
 quem semel umbrifera nauita lintre tulit.  
 Hectora tot fratres, tot defleuere sorores  
 430 et pater et coniux Astyanaxque puer  
 et longaeua parens: tamen ille redemptus ad ignes,  
 nullaque per Stygias umbra renauit aquas.  
 contigit hoc etiam Thetidi: populator Achilles  
 Iliaca ambustis ossibus arua premit.  
 435 illi caeruleum Panope matertera crinem  
 soluit et immensas fletibus auxit aquas,  
 consortesque deae centum longaeuaque magni  
 Oceani coniux Oceanusque pater  
 et Thetis ante omnis: sed nec Thetis ipsa neque omnes  
 440 mutarunt auidi tristia iura dei.  
 prisca quid huc repeto? Marcellum Octauia fleuit  
 et fleuit populo Caesar utrumque palam.  
 sed rigidum ius est et ineuitabile Mortis,  
 stant rata non ulla fila tenenda manu.

sua ânsia de justificar o passado, depois da morte de Druso, todas as demais coisas as farão favoráveis. Tu, ferida como estás, pode te entregar a uma dor tão grande que não queiras, tu resoluto em demasia dor, comer durante mais tempo? Apenas te restava poucas horas de vida quando o César, contra a tua vontade, te socorreu e te dirigiu seus pedidos e a eles adicionou sua autoridade e umedeceu tua garganta ressecada derramando água nela; e não é menor a preocupação de teu filho pela saúde de sua mãe: este te dirige pedidos solícitos e não sem autoridade. Os bons ofícios do esposo e do filho chegaram aos ouvidos de todos; com a ajuda de teu esposo e de teu filho estás com vida, Lívia. Contém já tuas lágrimas: elas não te vão devolver a quem o barqueiro levou em sua barca portadora de sombras. Muitos irmãos, muitas irmãs choraram a Heitor; seu pai, sua esposa, seu filho Astíanax e sua anciã mãe; no entanto, seu cadáver foi recuperado para a pira funerária e sua sombra deixou de vagar pelas águas do Estige. Isto também aconteceu a Tétis: o devastador Aquiles, depois de ter seus ossos queimados, deixou sua marca nos Campos Ilíacos. Sua tia materna Panope soltou por ele os cabelos cerosos e com suas lágrimas acrescentou a imensidão das águas e as deusas, que em número de cem a acompanhavam e a anciã esposa do grande Oceano e o venerável Oceano e, sobre todos, Tétis: mas nem a mesma Tétis nem todos os demais deuses alteraram as funestas leis do deus avarento. Por que recordar aqui coisas do

	<p>passado? Otávia chorou a Marcelo, e o César, em público, chorou a ambos. No entanto, a lei da morte é inflexível e inescapável. Teus fios permanecem imutáveis sem que mão nenhuma os possa retardar.</p>
<p>445 ipse tibi emissus nebulosi litore Auerni  - sic liceat - forti uerba tot ore sonet:  “quid numeras annos? uixi maturior annis:  acta senem faciunt: haec numeranda tibi,  his aeuum fuit implendum, non segnibus annis:  450 hostibus eueniat longa senecta metu.  hoc atai monuere mei proaique Nerones:  fregerunt ambo Punica bella duces;  hoc domus ista docet, per te mea, Caesaris alti:  exitus hic, mater, debuit esse meus.  455 nec meritis, quamquam illa iuuant magis, abfuit illis,  mater, honos: titulis nomina plena uides.  consul et ignoti uictor Germanicus orbis,  cui fuit heu mortis publica causa, legor.  cingor Apollinea uictricia tempora lauro  460 et sensi exequias funeris ipse mei:  decursusque uirum notos mihi donaque regum  cunctaque per titulos oppida lecta suos,  et quo me officio portauerit illa iuuentus,  quae fuit ante meum tam generosa torum.  465 denique laudari sacro Caesaris ore  emerui, lacrimas elicuique deo.  et euiquam miserandus ero? iam comprime fletus.  haec ego qui flendi sum tibi causa rogo”.  haec sentit Drusus, si quid modo sentit in umbra,  470 nec tu de tanto crede minora uiro.</p>	<p>Ele em pessoa, se te fosse devolvido desde a costa do nebuloso Averno – que assim seja –, te diria estas palavras com voz firme: ‘Por que conta os anos? Comparada com eles, minha vida foi mais frutífera: me fazem velho minhas façanhas. Estas são as que tu deves contar, com estas há de ser completada uma vida, não com o passar ocioso dos anos: Oxalá a meus inimigos lhes chegue uma velhice interminável pelo medo. Estes conselhos me deram meus antepassados e meus bisavôs, os Nerones: dois deles, como generais, venceram as Guerras Púnicas. Este é o ensinamento que oferece a casa do grande César, que por ti é também a minha: este, mãe, deve ser o meu final. Aqueles méritos, mãe minha, não careceram de honra, ainda que eles me agradem mais: já vêes meu nome cheio de títulos. Para mim, cuja a causa da morte foi o interesse público, me chamam cônsul e vencedor Germânico. Cingi minhas vestes vitoriosas com o louro de Apolo e senti minha própria carne as exéquias de meu enterro: os desfiles dos homens que eu conhecia e os presentes dos reis e todas as cidades reunidas segundo seus renomes; e com que devoção me levou sobre seus ombros aquela juventude que tão nobremente esteve ante meu leito funerário. Enfim, mereci receber elogios da sagrada boca do César e a este deus lhe fiz saltar as lágrimas. A</p>

est tibi, sitque precor, multorum filius instar  
parsque tui partus sit tibi salua prior;  
est coniux, tutela hominum, quo sospite uestram,  
474 Liuia, funestam dedecet esse domum.

quem hei de inspirar compaixão? Agora, cessa de chorar. Te suplico eu, que sou a causa de teu pranto'. Este é o sentir de Druso, se é que cabe algum sentimento em uma sombra. E de tão grande homem não acredites em coisas menores. A ti te resta, e peço que assim seja, um filho que vale por muitos e oxalá te conserve são e salvo o primeiro fruto de teu parto. Vive teu esposo, proteção dos homens, e estando ele ileso, não convém, oh Lívia, que vossa casa esteja de luto.